

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM
CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO SINDICATO DE TRABALHADORES
RURAIS DE IRAUÇUBA E A REFORMA AGRÁRIA

MARIA STELA PEREIRA ACCIOLY

RECIFE – PE

2003

Universidade Federal de Pernambuco
Pós-Graduação em Serviço Social:
Convênio com a Universidade Estadual do Ceará

**ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS DE IRAUÇUBA E A REFORMA
AGRÁRIA**

MARIA STELA PEREIRA ACCIOLY

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Serviço Social**, junto à Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. **Edelweiss Falcão de Oliveira**.

Recife, 2003

MARIA STELA PEREIRA ACCIOLY

**ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS DE IRAUÇUBA E A REFORMA
AGRÁRIA**

BANCA EXAMINADORA:

1° Examinador / Orientador

2° Examinador

3° Examinador

Recife, 31 de Março de 2003

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que, ao longo da história, vêm trabalhando para alimentar nossa esperança de um mundo novo: sem fome, sem miséria, sem violência e sem cercas. De modo especial, àqueles que morreram pela causa dessa utopia.

Dedico-o também aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Irauçuba que iluminaram os meus passos para eu retirar do caminho idéias e reflexões. Dedico-lhes, ainda, pelo exemplo de coragem e perseverança na luta pela sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

A Universidade do Estado do Ceará e a Universidade Federal de Pernambuco que proporcionaram os meios necessários à realização deste trabalho.

A Edelweiss Falcão de Oliveira, minha orientadora, a quem passei a admirar pela sua competência, pelo seu compromisso com a docência, pelos seus gestos concretos de solidariedade e despojamento.

A João Accioly, meu marido, por ter sido a ponte de ligação entre mim e o STR/Irauçuba, pelo seu exemplo de luta em favor dos oprimidos e, de modo especial, por ter compreendido tão bem minhas ausências nestes dois últimos anos, onde antes normalmente me fazia presente.

A Filipe, pelo apoio logístico na “guerra” contra o meu velho computador, pelos livros trazidos da biblioteca da Unifor, pelos disquetes gravados que me foram tão úteis e, principalmente, pelo carinho.

A Emanuel, pela sua forma silenciosa de ser, proporcionando-me concentração nos longos momentos de estudo. Agradeço também o seu carinho.

A Dante, apesar de distante, atendeu tão prontamente minhas solicitações por livros e textos e, quando presente, compreendeu o meu isolamento e os meus desabafos.

A Fabíola, pela sua disponibilidade em me ajudar na pesquisa bibliográfica na Unb, pelos livros e textos remetidos, pela revisão e discussão de parte da dissertação em plena madrugada.

A Maurício, pela valiosa colaboração na revisão da dissertação. Além disso, juntamente com Dora, colocou a minha disposição livros, textos e revistas especializadas. Fico igualmente grata pela carinhosa hospitalidade de vocês, de Maíra e de Melina.

Aos demais irmãos, por terem suprido de atenção e zelo nossa mãe idosa. A Erasmo pela riqueza do material bibliográfico cedido.

A Fred, sobrinho e afilhado, pela revisão gramatical e pela pesquisa documental sobre o PRONAF. A Cláudia que também me cedeu livros.

A minha mãe e a meu pai (in memoriam), filhos do meio rural e que, apesar das dificuldades materiais, compreenderam o valor do saber.

Aos companheiros do Curso de Mestrado, pela manifestação de amizade e pelo aprendizado adquirido no convívio com vocês.

Aos professores do Curso de Mestrado, por conduzirem com tanta seriedade o trabalho docente.

A Irma, que com seu peculiar dinamismo e senso de responsabilidade desempenhou de forma tão competente a coordenação do Curso. Como amiga, um agradecimento especial, pelo acolhimento e solidariedade nos momentos mais difíceis.

A Conceição e a Jacilene, respectivamente, secretárias do Pós-Graduação em Serviço Social da UECE e da UFPE, pelo empenho no atendimento a todas as minhas solicitações.

A Silvana e Sâmia (doutorandas na UFPE), Andréa, Adrianice, Daniela (mestrandas na UFPE) que, em sistema de mutirão, fizeram a correção na

digitação do texto e cuidaram da parte gráfica da dissertação, pela solidariedade e amizade demonstradas.

A Meirylande, bolsista da graduação do Curso de Serviço Social da UFPE, pelos serviços prestados na pesquisa documental.

Aos dirigentes do STR/Irauçuba, de modo especial, Mozarniel e Edvar, que colocaram a minha disposição documentos e me prestaram informações valiosas.

Ao sr. José Arcelino pela riqueza de informações sobre o assentamento Mandacaru e a Raimundo Nonato pelos esclarecimentos acerca do PRONAF.

Aos engenheiros agrônomos do IBGE, Francisco Otávio C. Pires, pelos dados fornecidos e, em particular a Regina Lúcia F. Dias, por ter colocado a minha disposição sua Dissertação de Mestrado.

A Selma, Jeane e d.Valda, pela presteza e zelo demonstrados em todos esses anos. A Benaísa (Isa), presença leve e atenciosa enquanto elaborávamos este trabalho.

A Ana Cartaxo, Silvia Barbosa e Francisco de Assis Barbosa, pelos gestos concretos de amizade.

Ao Professor Zaqueu Moreira de Oliveira, pela minuciosa e competente revisão das referências bibliográficas.

A Fábio Amaral, que muito me ajudou a lidar com o velho “Samsung”.

Em todos, Deus se faz presente. A ele, por tudo que me tem concedido e revelado.

RESUMO

Neste trabalho desenvolvemos um estudo sobre a reforma agrária e a organização sindical. Partimos de considerações teóricas e históricas pensadas por estudiosos do assunto, buscando articular seus posicionamentos políticos e ideológicos que serviram de suporte para este estudo localizado em Irauçuba-CE. Temos clareza que a apreensão dessas formas de organização e encaminhamentos locais não podem ser representativas do modo de ser do movimento do sindicalismo rural no Brasil. Entretanto, numa relação dialética entre o geral e o particular é possível apreender alguns determinantes e potencialidades do sindicalismo no município estudado. Evidenciamos, por fim, a luta em defesa da reforma agrária do ponto de vista do sindicalista, e, as formas utilizadas pelo poder constituído que limitam as possibilidades de emancipação do homem do campo.

ABSTRACT

In this study we developed a research about the Landless Movement and the Syndicalism Organization, starting from the theoretical and historical thinking of the studious men about the subject. We intend to articulate the political and the ideological positions in which we based our local study, the city of Irauçuba-Ceará. We have it clear that the apprehension of the local forms of organization and guiding cannot represent the general rural syndicate of Brasil, however, in a dialectical relation between the general and the particular it is possible to apprehend some determination and potenciality of the syndicalism in the studied municipality. We finally evidenciate the struggle in defending the Landless Movement by the syndicalists and the ways of the established power in limiting the possibility of emancipation of the rural men.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
AIT – Associação Internacional do Trabalho
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposição Sindical
ANC – Assembléia Nacional Constituinte
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDR – Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural
CETRA – Centro de Estudo do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CF – Constituição Federal
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNETTR – Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CNTTR – Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONCUT – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPDOC – Centro de Processamento de Dados e Documentação
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra
DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EVT – Estudo de Viabilidade Técnica
FETAGs – Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura
FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco
FETRAECE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNRURAL – Fundo do Trabalhador Rural

GERA – Grupo Executivo de Apoio à Reforma Agrária

GEE – Grau de Eficiência da Exploração

GUT – Grau de Utilização da Terra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IPLANCE – Fundação Instituto de Planejamento do Ceará

ITR – Imposto Territorial Rural

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MEPF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPFAF – Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar

MST – Movimento dos Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento

Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

ONG – Organização Não-Governamental

PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária

Procera – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRs – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR – União Democrática Ruralista
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNAM – Universidade Nacional do México
UnB – Universidade de Brasília
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – A luta pela terra e as iniciativas governamentais: uma questão em debate	16
1.1 Marcos históricos de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil	17
1.2 A reforma agrária em debate	31
1.3 A luta por terra, o programa de assentamento do governo Fernando Henrique Cardoso e os planos de governo do Estado do Ceará	45
CAPÍTULO II – O sindicalismo rural em questão	66
2.1 Considerações históricas e teóricas	67
CAPÍTULO III – Irauçuba: espaço contraditório na reprodução do trabalhador	89
3.1 Contextualizando o sindicato rural de Irauçuba	90
3.2 Determinações políticas e sociais	103
3.3 Condições de trabalho	108
CAPÍTULO IV – O sindicalismo em Irauçuba	112
4.1 O sindicato rural em Irauçuba	113
4.1.1 Os sindicalizados	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
ANEXOS	156

INTRODUÇÃO

Nosso interesse pelo tema A Ação Política dos Sindicatos Rurais na Luta pela Reforma Agrária deve-se a contatos que tivemos com dirigentes sindicais de alguns municípios cearenses, dentre eles Irauçuba, situado no noroeste do Estado do Ceará (ver anexo I) e que escolhemos como área de nossa pesquisa. Esses contatos se deram devido aos constantes convites que nos foram feitos – haja vista nossa experiência como assistente social da Previdência Social – para colaborarmos com um grupo de advogados indicados a prestar consultoria em cursos promovidos pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs para os seus associados e diretores, acerca do Direito Agrário e Direito Previdenciário.

Nesses encontros, observamos que dentro dos sindicatos, a temática reforma agrária não é muito discutida e que os conflitos de terra não se constituem demandas coletivas, ou seja, são questões que surgem entre um dado proprietário e alguns posseiros isolados. São, em geral, situações relacionadas ao direito de posse e à ameaça de expulsão. Contudo, vale ressaltar, que esses conflitos não se dão, necessariamente, tendo como um dos pólos o grande proprietário. Muitas vezes, eles se estabelecem entre pequenos proprietários e, nesse caso, o embate se relaciona com a posse de instrumentos de produção. Observamos ainda que essas organizações sindicais têm enfrentado os conflitos, apoiadas numa assessoria jurídica que orienta, individualmente ou em pequenos grupos, os trabalhadores sindicalizados, com atendimento previamente fixado e, se preciso, processa judicialmente os proprietários de terra, fundamentada nos textos constitucionais e nos códigos civil e penal.

O(a) trabalhador(a) rural do município, por sua vez, com nenhum ou com baixo nível de escolaridade, desprovido(a) de instrumentos de trabalho e insumos agrícolas, sem acesso aos recursos financeiros e ocupando esparsamente o território, não reúne condições subjetivas de ultrapassagem de um estado de degradação ao qual o homem do campo está submetido, quando lhe falta alimento

mínimo adequado para sua reprodução física, aparatos institucionais para atender as demandas na área de educação, saúde, lazer, etc, tudo isso agravando o estado de pobreza que o coloca num patamar de invisibilidade social¹. Essa realidade, no nosso entendimento, se constitui uma das expressões da relação de dominação e subordinação existente no campo e que, como tão bem acentua Gramsci, se dá pelo “culto à tradição”.

Acrescido às condições subjetivas, encontram-se as determinações objetivas, que também se apresentam adversas às transformações sociais, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas tem características restritivas, no sentido de atingir um número limitado de produtores, conforme demonstram os dados do IBGE, na “Produção Agrícola Municipal”, na “Pesquisa da Pecuária Municipal” e no Quadro I, apresentados no capítulo III².

Além do mais, Irauçuba se encontra hoje com o solo devastado, com alto teor de desertificação, o que vem comprometendo, ano a ano, sua produtividade e conseqüentemente a reprodução da força de trabalho do homem e mulher rural, provocando uma evasão da população jovem, segundo os registros que apresentamos no interior deste trabalho.

Apesar desses fatores desalentadores, apontamos para alguns tímidos passos em direção à urbanização, a efetivação ainda incipiente de programas de empréstimo agrícola e o surgimento de umas poucas lideranças que têm tentado socializar tais programas.

É com base nessa realidade que deve ser encarada a organização sindical em Irauçuba, de forma a permitir a apreensão da multiplicidade de fatores que determinam a sua maneira própria de ser, de trabalhar as demandas dos sindicalizados e os conflitos que perpassam a sua ação política, as formas de luta adotadas.

¹ Invisibilidade social que se reflete no contínuo descaso dos governos nos encaminhamentos de políticas públicas para atender esses setores da sociedade.

² No Quadro I está contida a estrutura fundiária de Irauçuba, conforme a Emissão de Certificado de Imóveis Rurais – INCRA/1999.

Nessa perspectiva, nos ocuparemos neste trabalho mais detalhadamente do sindicalismo rural e da reforma agrária, temas que nos instigaram o interesse de investigação, por três razões principais: (a) o contexto rural de Irauçuba vir apresentando um processo de empobrecimento significativo; (b) a reforma agrária se constituir uma possibilidade de melhoria das condições de vida para aquela população rural; (c) e, se constituir, ainda, uma das bandeiras de luta do sindicalismo rural.

Além disso, nos anos 90, aparecem em cena dois programas de reforma agrária que se polarizaram quanto a sua lógica: por um lado, o governo Fernando Henrique Cardoso assimila e repousa sua proposta em torno da lógica do capital, incorporando o receituário neoliberal. Por outro lado, a proposta do MST que articula um movimento de contestação com repercussões nacionais e no mundo. De certa forma, o movimento tem despertado a atenção de amplos setores da sociedade civil, da política brasileira e internacional.

Dada a complexidade na qual está envolvida a temática e seus elementos constitutivos - histórico e politicamente imbricados – procuramos um referencial metodológico que nos possibilitasse o desvendamento da realidade mais imediata, campo empírico de nossa investigação. Contudo, isso só foi possível porque fizemos algumas incursões à relação entre o particular e o geral, identificando determinações dessa realidade, de forma analítica, numa tentativa de decifrá-la. Para tanto, recorreremos ao método crítico-dialético de Marx e histórico-crítico de Gramsci, procurando fazer a relação entre os momentos históricos estruturais e os momentos conjunturais³.

Nessa perspectiva, definimos como objetivos da pesquisa: (a) conhecer as formas de organização do sindicato rural na sua relação com as demandas dos trabalhadores rurais; (b) analisar a lógica do reordenamento do capital e as iniciativas do Estado em relação à reforma agrária. (c) analisar a organização e o

³ Momentos estruturais e conjunturais estão referenciados por Gramsci em sua obra elaborada na prisão, intitulada *Note sul Macchiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno*, cf. Hugues Portelli, 1977, p.49.

movimento sindical tendo em vista oferecer pistas para compreender a direção política que é dada à reforma agrária.

Para nos aproximarmos do STR, tivemos alguns breves contatos com dirigentes sindicais, para lhes falar da pesquisa. Tendo estes concordado em colaborar conosco, prestando-nos informações e entrevistas, partimos para a pesquisa de campo, tendo como nosso público-alvo, os sindicalizados. Os locais por nós escolhidos para abordá-los eram a sede do sindicato e o centro do município.

A escolha dos(as) entrevistados(as) observou os seguintes critérios: 1) morar no município; 2) ser sindicalizado rural. Além disso, só entrevistávamos aqueles(as) que demonstravam não estarem constrangidos com a entrevista e com o fato de gravarmos a mesma.

Desde o início, havíamos nos decidido a elaborar uma pesquisa qualitativa e por isso, não nos detivemos em quantificar respostas e elaborar tabelas. Como este universo é muito amplo e diversificado, trabalhamos com amostras intencionais, ou seja, com representatividade qualitativa. Nesse sentido, entrevistamos 38 trabalhadores(as) rurais que vinham ao sindicato ou ao centro de Irauçuba para receber benefícios previdenciários, bolsa-escola, fazer compras etc. Essa demanda se dá, invariavelmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, já que na segunda quinzena, o movimento de pessoas na zona urbana se reduz consideravelmente.

As entrevistas eram semi-estruturadas, com perguntas abertas e tinham como eixo quatro temas principais: agricultura e trabalho, sindicato e reforma agrária (Anexo II).

Convém ressaltar que nos propusemos conhecer também os assentamentos rurais do município, espaço onde se dão, pelo menos, alguns passos em direção à reforma agrária. Com esse propósito, estivemos num dos assentamentos, o único onde o processo de desapropriação foi violento. Nesse assentamento, entrevistamos o presidente de uma das associações e alguns assentados. Era nosso intento, visitar outro assentamento, mas apesar de duas

tentativas, não nos foi possível chegar até lá devido às chuvas que danificaram a estrada vicinal, única que dá acesso ao local.

Além da base sindical, entrevistamos três dirigentes e um assessor. Para cada um, usamos roteiros específicos de entrevista, observando, contudo, a mesma orientação de não usar perguntas fechadas. Lançamos mão também de dados secundários, como análise de documentos, fontes estatísticas, depoimentos pessoais, além de observações sistemáticas ou não, individuais ou em equipe. Nessas ocasiões, discutíamos e tirávamos dúvidas acerca de algumas questões relacionadas ao nosso objeto.

Alguns procedimentos se fizeram imprescindíveis para nossa aproximação com a realidade investigada como, por exemplo: a pesquisa bibliográfica pertinente ao assunto; manter um diário de campo, no qual anotamos as observações e reflexões acerca do objeto de estudo; buscar informações e dados junto a pessoas que têm liderança ou militância sindical rural e também, junto a assessores institucionais da FETRAECE, MST, INCRA, IBGE, além de representantes de outros movimentos sociais existentes no município pesquisado, dentre outros.

Reafirmamos nossa pretensão de elaboração do trabalho sem perder de vista a imprescindibilidade de fazermos a conexão entre o objeto de estudo da pesquisa e a totalidade social da qual ele faz parte, na tentativa de nos aproximar o mais possível da realidade que nos propomos investigar.

Feitas essas considerações metodológicas, gostaríamos de introduzir algumas idéias que perpassarão o nosso trabalho para, somente em seguida, apresentar o conteúdo dos três capítulos que o compõem.

É predominantemente na agricultura e na pecuária que o homem/ a mulher do campo encontram os meios para se reproduzirem material e socialmente. Constituindo-se o trabalho o primeiro ato histórico, é a natureza o meio de produção de onde os indivíduos retiram seus instrumentos de trabalho e os produtos que garantem sua reprodução histórica. E, ao manipulá-la, o(a) trabalhador(a) a transforma e é por ela transformado(a), criando, assim, uma

relação dialética entre ambos⁴. É inerente a esse processo, a complexificação do trabalho, levando os indivíduos a encontrarem formas diferenciadas de se desenvolver e de se relacionar com a natureza.

“Para Marx, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, idéia esta reafirmada pelo filósofo húngaro, George Lukács⁵, já no século XX” (ACCIOLY, 1999, p. 1). Segundo estes pensadores, sem o trabalho não haveria sociedade humana, não haveria história, pois o trabalho do homem tem um caráter de transitoriedade, de ultrapassagem de uma situação primitiva para patamares sempre superiores. Isto porque, pelo trabalho, ele tem a capacidade de enfrentar os desafios da natureza fundamentado num ato de consciência que estabelece uma finalidade para aquele esforço físico e mental e essa finalidade dirige todo o processo.

A esse processo no qual o homem interage com a natureza dá-se o nome de objetivação; a ação objetivada do homem altera a relação deste com a natureza e também a relação dos seres sociais entre si, transformando tanto a realidade externa, como a si mesmo, transformações estas que são sempre historicamente determinadas, ou seja, subordinadas a uma multiplicidade de determinações. Como diz Marx (1974, p. 122), “o concreto é a síntese de múltiplas determinações”.

No plano subjetivo⁶, o homem ao transformar o objeto natural em objeto social também se transforma, pois adquire mais conhecimento e habilidades anteriormente não existentes, que por sua vez, geram novas necessidades e novas possibilidades, as quais impulsionam o indivíduo a novas prévias ideações e, neste processo dinâmico, a história vai caminhando em direção à construção de sociedades mais complexas, surgindo, assim o momento da exteriorização da

⁴ Sobre essa essencialidade do trabalho, recorreremos a um texto que elaboramos como exigência do Curso de Especialização sobre Políticas Sociais e Serviço Social (UnB, 1999), no qual fizemos uma breve interpretação do pensamento de Marx e de Lukács sobre o assunto.

⁵ George Lukács, nascido na Hungria em 1885, é um dos intérpretes de Marx que exerceu grande influência sobre pensadores contemporâneos, entre os quais, destacamos Istvan Mészáros.

⁶ Não se pode perder de vista que para Marx, objetividade e subjetividade perfazem uma unidade dialética, constituindo-se, portanto, elementos inseparáveis da totalidade humana. Apenas para efeito didático separamos o plano subjetivo do objetivo.

consciência do homem frente à realidade externa a si mesmo. Do exposto, podemos observar que o trabalho, em seu processo contínuo e incessante de produzir bens necessários à reprodução material da sociedade vai se enredando e termina por dar origem a complexos sociais que se relacionam com ele, porém, muitas vezes, apenas de forma indireta, mas jamais se confundem com o mesmo; esses complexos buscam historicamente regular as relações sociais, visando a reprodução social. São exemplos desses complexos sociais: o Estado, o Direito, a luta de classes, a religião, a ideologia, a arte, a literatura, a práxis política, a filosofia etc.

Ao estudar a questão agrária, vimos que o desenvolvimento do setor agrícola brasileiro não é homogêneo, havendo, muitas vezes, numa mesma região, uma maneira tradicional de trabalhar a terra que é passada de pai para filho e que garante apenas a subsistência do produtor e de sua família, ao lado de práticas agrícolas que são desenvolvidas com níveis significativos de cientificidade e tecnologia, voltadas para a industrialização e exportação dos produtos da terra. Apesar de se constituir um dos contrastes existentes no país, não nos autoriza falar de dois brasis. Esses contrastes são próprios do modo de produção capitalista, cujo espectro atinge a sociedade como um todo, seja no meio urbano ou rural. Tais contradições foram-se materializando no decorrer do processo histórico brasileiro e se acirraram com as práticas de opressão e autoritarismo das classes detentoras do poder econômico e político.

O meio rural brasileiro foi e ainda é um palco privilegiado desses antagonismos históricos, haja vista o processo de ocupação do seu território, ter sido feito, no início de sua colonização, através da concessão de grandes extensões de terra a particulares que, graças à mão-de-obra escrava e, através dos ciclos econômicos, produziam matéria-prima para o mercado exportador. Esse modelo concentrador de terra e de poder gerou uma ocupação territorial desigual e se agravou à medida que o capitalismo penetrou no campo, aumentando o já tão amplo poder dos proprietários de terra.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no meio rural, cresceu significativamente, por parte de prósperos produtores, a demanda por

grandes extensões de terra para retirar dela o maior proveito possível, trazendo, em consequência, a expropriação do pequeno produtor⁷.

Ivone Cordeiro Barbosa (2000), que transformou sua tese de Doutorado numa obra literária intitulada *Sertão: Um Lugar-Incomum* desfaz a visão idealizada que cerca o homem do campo e o espaço sertanejo. Com esse propósito, a autora desmistifica a visão de que tudo naquele contexto é natural. Ao contrário, ela enfatiza o caráter político que cerca as relações sociais lá existentes e que, de modo particular, determinou, no Ceará (século XVIII), o surgimento das fazendas, resultante das experiências concretas dos homens.

Seguindo essa trilha, afirma Barbosa que no senso comum é natural que haja fazendas e estas para existirem têm que ter proprietário (que dirige os negócios, que manda, tem poder), vaqueiro e agricultor (que devem ser dirigidos e submissos ao patrão porque nada possuem). Identifica-se neste processo, a condição necessária e insuprimível da subsunção formal do trabalho ao capital, tema discutido por Marx no conhecido *Capítulo Inédito*. Barbosa, portanto, traz à tona a questão da subjetividade e objetividade do homem e mulher no campo:

Ao sertanejo pobre abrem-se duas carreiras: ou é vaqueiro de um fazendeiro qualquer ou agregado, isto é, morador nas terras do fazendeiro, trabalhando como jornaleiro seu, podendo ser expulso da noite para o dia. Sendo agregado ou morador arrastará vida miserável, sem casa, sem terra, sem gado, terá plantado em terra alheia sempre dependente. Ao vaqueiro abre-se outra perspectiva. Guarda a fazenda, tirará sortes, poderá fazer um dia sua independência. Além disso, vestirá roupas de couro, correrá nas vaquejadas fazendo proezas, terá nome como pegador de gado ou como capador de animais, ou ainda curador de feridas e bicheiras (GUSTAVO BARROSO *apud* BARBOSA, 2000, p. 106).

Destaca a autora, ser comum associar-se aos homens e mulheres que vivem no sertão, atributos carregados de preconceito, como serem rudes, incultos, atrasados. Tais preconceitos dão vazão a uma variedade de idéias contrastantes sobre a vida do sertão, ora atribuindo aos sujeitos, qualidade de valentes e trabalhadores, ora apontando-os como vagabundos, preguiçosos e inúteis e, ainda, idealizando as relações sociais entre fazendeiros e trabalhadores como harmônicas, sem confrontos.

⁷ Ler sobre o assunto MARTINS, 1995.

Nessa lógica, a fazenda é percebida como um espaço sem tensões sociais, como se as relações sociais nela contida fizessem parte, não de uma ordem social, de uma experiência concreta de homens no mundo do trabalho, mas de uma ordem mais abrangente – a ordem natural. Abstraída também da realidade, a invisibilidade social na qual vive imerso o agricultor é, nas palavras de Barbosa,

sintoma e resultado da profunda desqualificação que historicamente tem sofrido a atividade agrícola no contexto das experiências sociais no campo. Como atividade de pobres expropriados e submetidos a uma teia paternalista de dominação, o espaço social do sertão agrícola, na sua cotidianidade, não se adequa a uma construção celebrativa da vida sertaneja... (Ibid., p. 119-120).

Desfazendo essa visão ideológica, Barbosa (2000) mostra que o povoamento do sertão cearense, através das fazendas, causou, num primeiro momento, conflitos entre fazendeiros, em decorrência da demarcação de terras e num momento seguinte, o enfrentamento se deu no sentido de “demarcar espaços de poder entre os membros dessa mesma elite”. (p. 95) Os fazendeiros passam a exercer o controle sobre seus empregados, condição necessária ao funcionamento do sistema patriarcal no sertão. Dominação e submissão congregam-se como um valor social.

Com a expansão da atividade agrícola no Ceará – principalmente após o desenvolvimento do plantio de algodão na segunda metade do século XIX –, a terra ganhou nova centralidade, dado o seu papel não só no processo produtivo, mas também como mecanismo de afirmação de poder dos proprietários, passando estes a cobrar a renda da terra. No que se refere às relações de produção, processos históricos vão produzindo novas formas de convivência entre proprietários e trabalhadores rurais, mas que, na verdade, não passam de relações informais que dão sustentação à prática de exploração da mão-de-obra desses trabalhadores e de apropriação, pelo fazendeiro – de forma direta ou indireta –, de seu trabalho.

Nesse contexto, o homem do campo passou a desenvolver uma agricultura de subsistência, fazendo roçado dentro da propriedade fundiária do patrão e retirando desse o seu alimento básico: o feijão, o milho e a farinha. Somente mais tarde, quando iniciou no sertão a prática da parceria na pecuária, conhecida como

a quartiação (de quatro crias pertencentes ao patrão, uma é do vaqueiro), é que o vaqueiro pôde adquirir a posse de alguns hectares de terra para morar e trabalhar, juntamente com a família, sem, contudo, ter o título de proprietário da mesma. Deste modo, foi-se consolidando, historicamente, no Ceará, a estrutura fundiária baseada na apropriação da terra pelos detentores do poder econômico e político, estabelecendo uma forte oligarquia rural e, como já indicamos, uma ocupação desigual, polarizada entre os proprietários e os não proprietários.

Há algum tempo, a propriedade da terra é objeto de estudos em diferentes campos do conhecimento e abordagens teóricas. Entretanto, é a partir da produção teórica de Marx que a questão da propriedade passa a ter um peso analítico como determinação da acumulação capitalista e a superação desta ordem, só ocorrerá com “a abolição positiva da propriedade privada, da auto-alienação humana e, pois, a verdadeira apropriação da natureza humana através do e para o homem” (MARX & ENGELS, 1987, p. 116).

A partir, pois, do surgimento da propriedade privada e, no século XVIII, com a alienação do trabalho do homem nas relações de fábrica, firmaram-se as condições para o estabelecimento da ordem capitalista, que no decorrer do processo histórico alcançou também o campo.

Com o propósito de superar essa ordem capitalista e de se libertar dos grilhões da exploração e da opressão, surgem as lutas dos camponeses⁸. Sabe-se que no Brasil elas remontam ao século XVII, sendo emblemática a experiência dos quilombos e, nos séculos seguintes, temos as lutas dos Canudos (Bahia, 1896-

⁸ Entendemos por camponeses os pequenos produtores que, mediante a propriedade ou algum usufruto da terra, trabalham em regime familiar (o que não exclui, em certos casos, a força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar) e dispõem de poucos recursos naturais e/ou financeiros, desenvolvendo, assim, uma economia de subsistência, sem excluir, por isso, a vinculação eventual ou permanente com o mercado, porém, sem retirar deste uma lucratividade adicional (cf. CARDOSO, 2002, p.20). No campo teórico, discute-se hoje a tendência à proletarianização do campesinato, a qual é vista por Marx e outros marxistas, entre eles, Fernandes (2001), como um elemento estrutural da questão agrária e que vem gerando uma discussão em torno da diferenciação do campesinato. Acentua Fernandes (ibid, p. 27): “Nesse ponto, há diferentes leituras: de um lado, a premonição dos que acreditam na destruição do campesinato e uma possível hegemonia da condição de assalariamento; de outro, os que defendem a tese da persistência de relações não-capitalistas de produção, no contexto das desigualdades e das contradições das relações capitalistas de produção. Essas interpretações da questão contribuíram para a elaboração de distintas políticas referentes às leis trabalhistas e à reforma agrária”.

1897), do Contestado (Paraná/Santa Catarina, 1913-1914) e do Caldeirão (Ceará, 1936-1937) e outras lutas localizadas, onde colonos se insurgiam contra a falta de pagamento ou arrendamentos de altos impostos pelos proprietários de terra e ainda, pelo direito à posse da terra.

Tais demandas, apesar de antigas, movimentam ainda hoje os trabalhadores rurais; outras, porém, surgiram a partir da expansão do modo de produção capitalista e encontrou ressonância nos governos militares, refletida no crescimento da agroindústria, dando início o sistema de assalariamento. Nessa perspectiva, acrescenta Fernandes (2001), os camponeses se transformaram em operários assalariados rurais. Essa expressão do avanço capitalista manifestou-se com maior vigor nas regiões mais industrializadas, como o Sudeste e o Sul. O Nordeste, devido à predominância do solo semi-árido e à falta de determinação política, entre outros fatores, apresentou um crescimento agroindustrial menos significativo, sendo preponderante ainda, a agricultura de subsistência.

Nesse contexto, inclui-se o município de Irauçuba, no qual a relação de assalariamento não se constitui uma prática hegemônica, sendo as mais comuns, o agregamento (morador) e o arrendamento. Apesar das diferenças com o padrão capitalista mais urbano, essas relações encobrem as práticas patronais autoritárias, que se revestem de um poder discricionário e se incrustaram na cultura sertaneja⁹, a ponto da submissão ser incorporada como um valor social, tornando-se fundamental para a manutenção do patriarcalismo na sociedade sertaneja, favorecendo a invisibilidade social da grande maioria dos(as) trabalhadores(as).

Acresce-se a isso, a existência, de uma visão fatalista¹⁰ entre esses(as) trabalhadores(as). Nesse sentido, muitos acreditam que o inverno só será promissor, se chover no dia 19 de março, dia de São José, padroeiro do Ceará. Se

⁹ Ao falar de cultura sertaneja, referimo-nos ao conjunto de estruturas sociais, religiosas etc, de manifestações intelectuais, artísticas e valorativas que caracterizam o sertão cearense. Todavia, não é nosso objetivo tratar de questões desta natureza, referenciada aqui para citar, apenas de forma sintética, o quadro cultural e suas adversidades.

¹⁰ Atitude de quem se abandona passivamente aos acontecimentos, sendo estes vistos como irrevogavelmente marcados por uma causa única e sobrenatural.

o inverno é bom, a produção aparece como possibilidade de fartura e como condição possível de afastar a fome, subordinando, assim, ao fator natural, todo o processo de trabalho, dissociada da racionalidade político-econômica que permeia todas as atividades humanas, imprimindo transformações na própria natureza.

Apesar desses traços culturais serem ainda muito fortes no sertão cearense, eles não são homogêneos e nem únicos. Podem também ser socialmente identificados no homem e na mulher do campo “traços de uma cultura [...] de luta e valentia” (M.Martins, 2002, p. 151).

Nesse sentido, esses(as) trabalhadores(as) têm se defrontado com uma visão de sociedade diferenciada que está sendo construída pelas novas gerações, constituídas de seus filhos que, contrariando o processo geracional, já não pretendem mais viver da agricultura e vêm reagindo a essa configuração tradicional da realidade rural.

Outros, porém, por deterem um nível de consciência crítica mais elevado, optam pelo enfrentamento, na perspectiva de superação das contradições impostas pelo modelo de sociedade capitalista. Sabemos que não são raros os conflitos ideológicos dentro de uma mesma categoria de trabalhadores, inclusive a dos rurais. Se existem os(as) que se acomodam e se subordinam aos ditames do autoritarismo patronal rural, há aqueles(as) que, na reprodução da vida material, ou seja, nas relações de produção, não se conformam com as condições de trabalho a que são submetidos. Destes(as), alguns(mas) ultrapassam o inconformismo individual e passam a discutir com seus pares a realidade em que vivem e, assim, vão construindo idéias e formas organizadas de enfrentamento.

Apesar do entrelaçamento das temáticas aqui abordadas, desenvolveremos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, faremos um breve resgate histórico da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, especialmente a partir dos anos 50, quando entram em cena as Ligas Camponesas, a Igreja e o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Daremos continuidade ao tema reforma agrária, destacando um debate teórico entre José de Sousa Martins e Bernardo Mançano Fernandes que apresentam, respectivamente, posições divergentes de aproximação e de negação às propostas do governo Fernando Henrique Cardoso. Este debate

servirá como pano de fundo para discutirmos, em seguida, alguns programas, projetos e medidas governamentais, ao nível federal e estadual em relação à reforma agrária, nos anos 90.

No segundo capítulo, apresentaremos a trajetória histórica do movimento sindical do Brasil, passando, em seguida, a tratar do sindicalismo rural, quando identificaremos alguns elementos teóricos que estão presentes em Lenin, Rosa Luxemburg, Gramsci e em outros estudiosos do tema, como Hyman, Venceslau, Ricci, Bogo, entre outros.

Antes porém de nos atermos ao sindicalismo rural em Irauçuba e, tendo em vista contextualizá-lo, configuraremos, no terceiro capítulo, esse município como espaço contraditório na reprodução do trabalhador e, para tanto, abordaremos seus aspectos demográfico, fundiário, produtivo, além das determinações políticas, sociais e das condições de trabalho do homem e mulher do campo, que dedicam-se à pecuária e à agricultura de subsistência. Esta é geralmente praticada em regime de economia doméstica, ou seja, pelos membros do núcleo familiar – moradores, posseiros, pequenos e médios proprietários –, ou por trabalhadores (as) contratados (as) em regime de arrendamento, parceria, diaristas e meeiros. Essa modalidade de agricultura, muito comum no semi-árido, reveste-se de elementos limitantes por ser exercida sem assistência técnica, com poucos recursos financeiros e tecnológicos, o que a leva a apresentar baixa produtividade.

Finalmente, no último capítulo, deter-nos-emos no sindicato rural de Irauçuba. Nessa perspectiva, procuraremos compreendê-lo na sua relação com as demandas dos trabalhadores rurais, fazendo, ao mesmo tempo, uma apreciação da ação sindical e suas estratégias de luta, articulando-as aos processos de institucionalização e desenvolvimento, no país, do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR, mediado pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Numa aproximação maior com a realidade estudada, procuraremos conhecer, do mesmo modo, a visão e a relação dos(as) trabalhadores(as) com o seu sindicato.

Não obstante registrarmos algumas falas que expressam a forma de ver destes(as) trabalhadores(as), do grau de consciência que eles têm da sua própria realidade, temos presente, em nossa análise, a premissa marxiana, que diz: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX & ENGELS, 1987, p.37), portanto, são as condições objetivas que vão determinar a forma dos homens se relacionarem com a natureza e com eles próprios.

Como profissional de Serviço Social, sentimo-nos instigadas a debruçar sobre o setor rural, ainda hoje pouco conhecido pelos profissionais da área, certamente, devido ao caráter urbano que deu origem à profissão em decorrência da questão social¹¹ que teve início na sociedade burguesa.

Todavia, nos anos 90, as administrações municipais passaram a requisitar o assistente social para assessorar as políticas sociais no interior, políticas essas adotadas para atenuar as diversas manifestações da questão social no campo, acumulando experiências enriquecedoras. Essa tendência se deve, em parte, ao processo de descentralização dos serviços e políticas sociais, iniciados com a Constituição Federal do Brasil de 1988, sendo transferidas para os municípios e para as unidades federativas, atribuições antes exclusivas da esfera federal.

É importante que a Universidade, no Ceará, esteja atenta para essa tendência contemporânea e desenvolva pesquisas em municípios que têm, na agricultura, uma de suas principais atividades, o que é comum no nosso Estado.

Esperamos que este trabalho desperte o interesse da categoria dos(as) assistentes sociais e de profissionais de outras áreas que trabalham no meio rural, pois os temas aqui tratados não podem estar descolados dos processos sociais e políticos que perpassam as relações sociais.

¹¹ Por questão social entendemos o fenômeno dialeticamente contraditório que tem origem na sociedade capitalista madura, o qual socializa a produção da riqueza e privatiza sua apropriação. Mesmo que a questão social se expresse na realidade de forma multifacetada, para que ela seja entendida, tem-se que levar em conta dois fatores que se polarizam e que lhe dão sustentação: os elementos que produzem e reproduzem as desigualdades e a construção da classe trabalhadora como sujeito político capaz de superar esse modelo de sociedade. (Cf. Ivanete Boschetti Ferreira [Editorial] , 2000, p. 6)

Ao desenvolvermos a pesquisa, nos demos conta de que a reforma agrária é muito mais complicada do que imaginávamos. Essa constatação nos remete ao pensamento de Marx, quando afirma que a realidade nunca aparece na sua totalidade porque ela é permeada por múltiplos fatores objetivos e subjetivos – entre eles, a questão de classe – que se inter-relacionam e se tornam complexos. Todavia, necessário se faz o esforço de ultrapassagem da aparência, a fim de darmos um salto de qualidade ao decifrarmos os fatos que ocorrem nos diferentes momentos históricos, sem perdermos de vista a totalidade social.

Capítulo I

A luta pela terra e as iniciativas governamentais: uma questão em debate

1.1 Marcos históricos de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil

Iniciaremos este capítulo com uma discussão acerca das lutas pela Reforma Agrária no Brasil, no Nordeste e na Zona da Mata, em particular, no sentido de compreendermos melhor as características gerais sobre a posse e o uso da terra, bem como a sua articulação com as condições gerais de reprodução da força de trabalho rural.

A luta pela terra no Brasil remonta à época colonial e vem se processando até os dias atuais. Conforme Lucena (2002, p. 166), essa luta “transita nos movimentos sociais de caráter messiânico do século XIX até a primeira metade do século XX, como Canudos e a guerra do Contestado”¹², chegando aos dias atuais com o MST. Nas décadas de 50 e 60 do século XX, conforme veremos à seguir, a luta pela terra ganha diferentes contornos e configurações, havendo em comum a contestação contra injustiças sociais, apontando para uma reforma na estrutura agrária brasileira.

¹² Os conflitos da fazenda Canudos (interior da Bahia), de 1896 a 1897, foram de tanto alcance, que passou a ser conhecida como a guerra de Canudos. Era um movimento messiânico liderado por Antonio Conselheiro que se opunha à ordem da submissão estabelecida pelos ‘coronéis’ (os grandes proprietários de terra), que tinham o controle da política e do território. Cinco mil soldados vindos de diferentes regiões combateram o Conselheiro e seus seguidores, acusando-os, falsamente, de serem defensores da monarquia. Todavia esses trabalhadores rurais se organizavam em regime de cooperação, garantindo trabalho para todos e um fundo comum para atendimento das necessidades de todos, especialmente dos velhos e inválidos. Alguns anos depois, exatamente em 1912, surge numa localidade de uma região contestada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina outro movimento messiânico liderado por um curandeiro conhecido por monge José Maria. Sua chegada e a de seus seguidores na região foi entendida pelo governo paranaense como uma invasão dos catarinenses, sofrendo, por isso, vários ataques de tropas militares. Numa madrugada, os camponeses voltam a sofrer novo ataque. No confronto, morre o monge, porém na batalha, seus seguidores derrotam as tropas enviadas pelo governo. Outros conflitos ocorreram em 1913 e 1914, sob a mesma alegação de que os camponeses eram monarquistas. Estes, por sua vez, acusavam o governo de entregar as terras para empresas estrangeiras. Os ânimos foram-se acirrando à medida que surgiam novos ataques militares, tendo o último ocorrido em dezembro de 1914, quando a fazenda onde as famílias estavam instaladas sofreu ataque conjunto de 8 mil policiais militares e civis, além de 300 jagunços. Passaram muitos dias encurralados e sem mais provisões, acabaram sem condições de oferecer resistência (In: FERNANDES, 2000).

Em 1953, ocorreu a I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, momento em que se desenvolviam diferentes movimentos de contestação, a exemplo das “lutas dos posseiros de Porecatu (Paraná), a revolta de D. Noca (Maranhão) e a luta dos posseiros de Formoso (Goiás)” (MINC, 1985, p. 14), entre outros. No ano seguinte, trabalhadores rurais nordestinos realizam o primeiro congresso de trabalhadores rurais de Pernambuco, ocasião em que foi proposta a criação das Ligas Camponesas¹³. Porém, só em 1955, no Congresso em Recife, com a participação de três mil trabalhadores rurais, foi constituída a organização das Ligas Camponesas. Três anos após, ocorreu seu primeiro Congresso (1958), aglutinando trabalhadores de diversas partes do Nordeste.

Todavia, a iniciativa de organização do homem do campo ocorria simultaneamente em outras regiões do país. Nesse sentido, mais de 300 representantes de trabalhadores agrícolas oriundos de 16 estados fundavam em São Paulo, em 1954, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), com o objetivo de promover as organizações de sindicatos, para lutar pelos direitos civis e trabalhistas dos trabalhadores rurais. (ibid, p.14).

Foram ainda nos anos 50 que ocorreram importantes manifestações de alguns segmentos da sociedade em favor da reforma agrária no Brasil tendo como principais protagonistas as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro – o PCB e a Igreja Católica que trabalhavam não só isolados, mas com perspectivas diferentes, seguindo orientações, diretrizes e princípios próprios. Naquele período, já havia uma nítida distinção entre um grupo e outro, especialmente quanto ao contexto e classe social de seus proponentes. Enquanto os movimentos dos comunistas e dos setores católicos eram eminentemente urbanos e de classe média, o das Ligas surgiu no campo, no seio dos trabalhadores dos engenhos nordestinos.

Segundo Martins (2000), setores da hierarquia da Igreja, naquele período, mostravam-se preocupados com os efeitos maléficos do êxodo rural,

¹³ O encontro foi invadido pela polícia, que, no entanto, terminou por ser expulsa pelos próprios trabalhadores. Veremos, mais adiante, os fatores que desencadearam a idéia da criação das Ligas Camponesas.

principalmente, pelo risco que representava o desenraizamento do homem do campo, dando margem a que o mesmo caísse na teia ideológica comunista, tão efervescente nos Estados do Rio e São Paulo. Acrescido a isso, incomodava-os a possibilidade de se indisporem com os proprietários de terra caso se posicionassem em favor dos despossuídos. Por esse motivo, eles procuraram incentivar a permanência do agricultor no campo e a produção em regime de economia familiar, preservando, assim, a unidade da família, o que, no seu modo de perceber, inibiria as migrações para o meio urbano.

Desse modo, a posição desses setores mais conservadores da Igreja com relação à reforma agrária foi, até os anos 80, moderada, movida, contudo, por uma posição anticomunista. Assim relata-nos J. S. Martins (ibid, p. 95):

Era uma motivação conservadora e de direita, menos construída em cima de uma práxis social, que ainda não tinha lugar, uma espécie de antecipação preventiva, e muito mais derivada de um claro antagonismo ideológico em relação às esquerdas.

Contrapondo-se a essa posição clerical hegemônica dos anos 50 e 60, havia no perímetro urbano alguns projetos de reforma agrária de tendência comunista. Uma dessas propostas se baseava na subdivisão da propriedade fundiária em pequenas parcelas. Na opinião de C. Prado Jr. (2000, p. 149), essa proposta dificilmente teria a adesão do conjunto da sociedade porque o sistema produtivo brasileiro se baseava – e ainda se baseia –, principalmente, na exploração da grande lavoura. A sua substituição pela produção em pequena escala feita por pequenos produtores individuais, “significaria a desorganização da produção nas bases em que atualmente se apóia” (ibid, p. 95).

Referindo-nos ainda às Ligas Camponesas, elas eram de orientação socialista e apresentavam uma notável capacidade de mobilização. Configuravam-se como o movimento mais radical surgido no meio rural naquele período, o que, até certo ponto, inibiu a ação sindical no campo, cuja luta histórica, ligada ao operariado urbano, estava mais afeta aos direitos trabalhistas e se configurava atrelada ao Estado.

As Ligas Camponesas nascem da inquietação dos trabalhadores na cana-de-açúcar não só com o nível de exploração de sua mão de obra pelos

proprietários de engenho, principalmente, nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, mas, também, da insatisfação com o modelo fundiário concentrador. Inicialmente, elas tinham o apoio do PCB, mas tendo o Partido passado para a ilegalidade no governo Dutra, foram violentamente reprimidas, passando aproximadamente cerca de sete anos sem se manifestarem. Em 1954 foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, em uma propriedade denominada Engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão e que ficou conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia. Reagindo à exploração e à tentativa de expropriação pelo dono do engenho, os associados buscaram apoio no advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião, que se tornou dirigente do movimento.

Todavia, a proposta veiculada no interior do movimento não era de parcelamento das grandes propriedades, mas da transformação destas em propriedades coletivizadas, mantendo a grande exploração rural, a grande lavoura. Embutida nessa proposta está a criação de cooperativas de produção, cujos membros seriam os próprios trabalhadores empregados naquele setor agrícola.

Com uma linha de pensamento própria, surgem, nos meios urbanos, grupos intelectuais e militantes comunistas, filiados ou simpatizantes do PCB com o firme propósito de mediar os anseios dos trabalhadores rurais por reforma agrária. De acordo com o Partido, a reforma agrária só se daria com a regulamentação das relações de trabalho, haja vista o progresso e a prosperidade verificados tanto na cultura cafeeira, como na do açúcar. Os avanços nesses setores da economia brasileira requereriam, naturalmente, a modernização das relações de produção no campo, dada a iminência de o campesinato¹⁴ se transformar em operariado e o

¹⁴ Refere-se ao conjunto de camponeses. O exemplo clássico de campesinato é encontrado na Inglaterra dada a sua formação social rural até o século XVIII, na qual os que trabalhavam na terra possuíam seus meios de produção: ferramentas e a própria terra, além de possuírem uma forma de vida autônoma. Entretanto, como as formações sociais são muito variáveis e as relações sociais dinâmicas, o campesinato adquire formas diferenciadas, correspondentes à realidade de cada país ou continente. No Brasil, campesinato é concebido, por alguns estudiosos, como CARDOSO (2002), o já exposto no rodapé da p.10.

sistema de arrendamento e parceria serem substituídos pelo assalariamento, ou seja, as relações contratuais ocuparem o lugar das relações informais de trabalho.

Com isso, filiados e simpatizantes do Partido procuravam responder favoravelmente aos reclamos dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo em que vislumbravam prepará-los, ideologicamente, para se organizarem como classe operária das agroindústrias.

Imbuídas da pretensão de equiparar as relações de trabalho no campo às relações existentes no meio urbano, lideranças do PCB conseguiram a adesão de parlamentares de esquerda, que, por sua vez, aliaram-se àqueles que defendiam a bandeira do trabalhismo (principalmente os filiados ao PTB) e, ainda, aos liberais e nacionalistas. Com essa aliança, foi aprovado, em 1963, no governo Goulart, o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo os direitos trabalhistas e previdenciários para o homem do campo, além de permitir a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, uma demanda antiga dos mesmos.

Todavia, Prado Jr. faz críticas ao descaso dos partidos progressistas, mas ressalta com maior veemência, o despreparo dos legisladores para discutir assunto de tão grande importância para a economia agrária brasileira. Nesse sentido, expõe:

[...] falhou o legislador que não levou em conta, em boa parte dos casos, as diferenças profundas que existem nas relações de trabalho no campo brasileiro, quando comparadas com as da indústria e do comércio. O legislador se limitou em regra, e com poucas exceções, a transpor para o trabalhador rural as disposições legais que já fazem parte de nossa legislação trabalhista e foram traçadas com vistas ao trabalhador urbano (2000, p. 144).

Em seu livro *Estado e Miséria Social no Brasil – de Getúlio a Geisel*, Evaldo Vieira (1987, p. 182), faz uma leitura do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.212/03/63) pela sua viabilidade financeira e comenta que esse dispositivo legal não passou de um documento jurídico, pois não havia recursos financeiros para torná-lo exequível. Martins (2000), por sua vez, considera que a instituição desse mecanismo legal se, por um lado, representou uma vitória das esquerdas urbanas, por outro, dividiu em dois grupos a luta dos trabalhadores rurais: os que defendiam

melhoria salarial e direitos trabalhistas e os que se empenhavam na luta pela terra, ficando, assim, cada vez mais inviável, a efetivação da reforma agrária.

Registramos nestes indicativos históricos, o surgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, fundada naquele mesmo ano, no Congresso de Trabalhadores Rurais realizado na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de 740 sindicatos e 29 federações, quando foi reafirmado o compromisso de lutar pela reforma agrária e pela melhoria de vida dos trabalhadores rurais.

Nesse contexto de lutas no campo, outros processos também se deram favoráveis aos trabalhadores, quando ocorreu o golpe militar, a partir do qual os sucessivos governos procuraram coibir toda e qualquer manifestação em favor de uma política agrária mais justa, taxando-a como fator de desestabilização da ordem política do país.

Para enfrentar, pois, as dificuldades procedentes do campo e administrar os desafios da questão fundiária, os governos militares criaram um aparato institucional estratégico que o distinguiu dos governos anteriores, expresso em duas ações reguladoras principais, de modo a não comprometer os planos nacionais de desenvolvimento, para os quais essa questão possuía importância secundária.

Uma dessas ações diz respeito às medidas punitivas dos governos militares como prisão, torturas, banir do país os cidadãos etc, com o propósito de dismantelar a ação organizada de grupos de esquerda no campo; a segunda se efetivou na adoção de uma política agrária baseada na acomodação político-econômica da propriedade do capital e da terra, aliança essa a que Martins (2000) denominou de capitalismo rentista¹⁵. Essa última prática inviabiliza o acesso à ocupação agrícola dos trabalhadores agregados ou residentes nos arredores dada à alta tecnologia empregada pelo empresário capitalista que arrenda a

¹⁵ Por capitalismo rentista entende-se a posse, pelo proprietário da terra, da renda territorial como forma de ampliação dos rendimentos do capital, prática essa viabilizada pela política de incentivos fiscais do governo. Nessa perspectiva, o proprietário da terra arrenda para um grande produtor a sua propriedade e este paga para aquele, o direito de explorá-la, através de recursos tecnológicos, tendo em vista a acumulação de capital.

propriedade, dispensando, assim, mão-de-obra desqualificada, o que se constitui, na opinião de Martins (2002), mais que uma irracionalidade econômica, uma irracionalidade social e política.

Por outro lado, com o propósito de administrar e controlar os problemas sociais e políticos decorrentes dessa opção política, o governo Castelo Branco criou, o Estatuto da Terra, que se originou de uma emenda à Constituição/46.

Através dessa emenda, o governo possibilitou a desapropriação por interesse social¹⁶, permitindo, ao mesmo tempo, que as terras fossem pagas em títulos da dívida agrária, por um prazo de 20 anos (art. 81 da lei 4.504/64 que regulamentou o referido Estatuto). Em seguida, promoveu a reforma constitucional a fim de tornar possível as medidas contidas naquele texto estatutário em direção a uma reforma agrária controlada diretamente pelo governo federal, única condição considerada politicamente tolerável pelo regime militar.

O papel subsidiário do Estatuto da Terra, legalmente um instrumento de reforma agrária, na política de segurança nacional, fez da reforma, durante o regime, um meio de esvaziamento das lutas sociais e de suas implicações políticas, um instrumento cujo alcance social se diluiu na repressão política (MARTINS, 2002, p. 215).

Com esse mecanismo legal, os governos militares poderiam adotar as mudanças pretendidas na economia e na estrutura fundiária, ou seja, centrá-las no grande capital e na grande propriedade de modo pacífico, dado que obtiveram seu grande feito que foi retirar da sociedade civil o direito de expressão e manifestação, amordaçando-a, mediante o uso abusivo de Atos Institucionais.

Certamente a posição assumida por esses governos contradiz o real sentido da reforma agrária, de inspiração socialista, exigida pelo movimento da classe trabalhadora. Como princípio, ela deve ser entendida como transformação na estrutura da propriedade da terra e não como processo de acumulação do capital, por se tratar da passagem da propriedade da terra de uma classe social (latifundiária) para outra (camponesa).

¹⁶ Com relação às propriedades sujeitas a desapropriação, o Estatuto da Terra determina que sejam: os latifúndios, tanto por dimensão, quanto por exploração. Contudo, ele prevê que outras áreas sejam desapropriadas, como as beneficiadas por grandes obras públicas, ou aquelas cujos recursos naturais não são conservados pelo proprietário, áreas destinadas à colonização ou aquelas que estão sendo utilizadas de modo inadequado à sua vocação natural etc.

Por si só, [a reforma agrária] não tem o poder de alterar o conjunto das relações sociais de produção (capitalistas) dominantes numa sociedade, a menos que se combine com outros movimentos de transformações mais profundas que ponham em causa a dominação capitalista (Minc, 1985, p. 17-18).

Apesar do processo de repressão imprimido pelos governos militares, houve vários conflitos por terra em todo o país, nos anos 70, em decorrência da resistência de trabalhadores rurais a diferentes formas de expropriação. Evidentemente, de modo proposital, os governos militares daquele período procuraram ofuscá-los, impedindo, assim, que os mesmos adquirissem visibilidade. Desse modo, sucessivos diagnósticos feitos no início dos anos 80, sobre os resultados positivos da modernização da agricultura brasileira, apontavam para o fato.

[...] de que a questão agrária estaria superada e que uma reforma agrária seria uma medida fora de lugar e descolada do seu tempo histórico.

No final dessa década e início dos anos 80, esses conflitos ganharam maior visibilidade, assegurada pelo cenário de abertura política, marcado pela presença no espaço público de diferentes categorias de trabalhadores e por um efervescer de demandas e questionamentos que foram cruciais para que se verificasse a progressiva perda de legitimidade dos governos militares (MEDEIROS; LEITE, 2001, p. 8).

A reforma agrária, por constituir-se, historicamente, uma bandeira do sindicalismo rural e por alimentar as constantes demandas por desapropriação de terras em áreas de conflito, foi amplamente debatida no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorrido em 1979. As lideranças rurais, que já vinham oferecendo críticas à ação sindical, conseguiram articular um grande contingente de congressistas em torno da proposta de radicalização das lutas a favor das reivindicações vindas do campo. Isto resultaria numa pressão maior sobre o governo e numa visibilidade maior aos conflitos.

Nesse contexto surge o MST fruto da articulação política de lideranças rurais, intelectuais e setores progressistas da Igreja e que elevou, ao primeiro plano, a bandeira da reforma agrária, passando a disputar com os STRs a capacidade de falar pelos sem-terra.

Dada à intensidade e a abrangência que os conflitos por terra alcançaram e, ao mesmo tempo, numa demonstração da relevância da questão fundiária para

o país, foi criado, em 1982, no governo de João Baptista Figueredo, o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. Todavia, este ministério foi entregue a um militar, passando a questão agrária a ser tratada como afeta à segurança nacional.

No cenário mundial, ganhavam espaço o ideário liberal e a luta por democracia, perdendo, assim, legitimidade os governos autoritários. Esses ares democráticos respingaram, de certa forma, no Brasil, tendo se fortalecido, principalmente, devido ao aprofundamento das contradições sociais e o enfraquecimento das alianças políticas que vinham dando sustentação ao regime militar. O Presidente Figueiredo que assumira o mandato, em março de 1979, anunciou, ao fim do mesmo, seu propósito de estabelecer um governo de transição, dando origem a um período que ficou conhecido como Nova República, de caráter democratizante.

Nesse período de transição, diferentes segmentos da sociedade civil conseguiram articular, através de grandes mobilizações de massa, o retorno ao regime democrático e dar visibilidade social às suas demandas por direitos sociais e políticos. Não raro, as lideranças dos movimentos sociais e populares passaram a disputar cargos políticos, tendo como propósito representar suas bases nas câmaras, assembleias legislativas e parlamentos.

Findo o regime militar, em março de 1985, o país é marcado “por uma conjuntura específica, devido às circunstâncias em que José Sarney assumiu a Presidência, em meio a visível crise de legitimidade e sem um programa definido”. (Navarro et all., 1999, p. 36). Em meio a essas circunstâncias, o governo procurava demonstrar seu empenho em realizar a reforma agrária e para tanto, segundo Stedile (2000), cooptou o PCdoB, o PCB e a CONTAG.

Como o Estado não podia desencadear a repressão maciça, porque as nossas ocupações eram de massas, surgiu a UDR como uma forma de organização do latifúndio. Ela surgiu com duas intenções: reprimir o MST e, sobretudo, fazer pressão sobre o governo (ibid, p. 67)

Nesse clima de efervescência social e política, foi instalada, em 1985, a Assembleia Nacional Constituinte, que se tornou palco de um forte embate ideológico no que tange às diferentes manifestações da sociedade civil. No que

pese à questão agrária, contou como principais protagonistas, de um lado, ruralistas e parlamentares comprometidos com os interesses dos grandes proprietários, cujo propósito precípuo é o de explorar a terra numa perspectiva de acumulação. De outro lado, encontravam-se os sindicalistas e as lideranças rurais, que lutavam pelo direito à terra, ao trabalho, crédito agrícola e outros meios que garantissem uma produção estável e a permanência deles no campo.

Nesse contexto, o MST adquire uma significativa força, imprimindo centralidade à luta pela terra e alcançando grande repercussão nas esferas federais. Em julho de 1985, o movimento organizou um acampamento na periferia de Palmeira das Missões, no Alto Uruguai, onde reuniu cerca de 10 a 12 mil agricultores que exigiam a imediata implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Este, apesar de submetido e aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, nunca se concretizou¹⁷. Os assentamentos ocorridos, na época, foram, em sua maioria, resultantes de ocupações¹⁸ pelo MST e os trabalhadores conquistaram, no mesmo período, o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera¹⁹.

Relativamente fortalecidos, os grandes proprietários passaram um “pente fino” no conceito de propriedade produtiva contido no Estatuto da Terra, diminuindo o seu impacto ao ser elaborado o texto constitucional de 1988²⁰.

¹⁷ Segundo Ferreira e Teixeira, em um trabalho intitulado “Constituinte e Reforma Agrária: embates de Classe”, in: *Ciências Sociais Hoje*, 1988, os resultados desastrosos obtidos na ANC no que diz respeito à questão agrária foi fruto de uma delicada engenharia política, dada à enorme capacidade da classe dominante brasileira em postergar as reformas sociais em geral e, em especial, a reforma agrária, lá representada pela UDR.

¹⁸ Na avaliação de Stedile (2000), foram assentadas, no governo Sarney, cerca de 80 mil famílias e não 1,4 milhão, conforme o previsto no PNRA.

¹⁹ “Este programa era uma reivindicação dos assentados do MST, que passaram a exigir do governo Sarney financiamento com juros e prazos diferenciados dos concedidos aos demais agricultores. O Procera foi organizado a partir de 1986, com dotação de recursos do Finsocial por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) A partir de 1990, o programa passou a ter recursos do Orçamento da União e também dos fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste”. (Stédile e Fernandes, 2000, p. 97) Este foi extinto no governo FHC que o substituiu pelo Pronaf, em 1995, ao criar o programa de agricultura familiar.

²⁰ No texto original havia uma exigência no sentido da propriedade cumprir a *obrigação social* de ser produtiva. Na CF/88 essa expressão foi amenizada, sendo substituída pela expressão *função social*. Obviamente, houve um caloroso debate sobre essa questão na ANC.

Não é em vão que dirigentes e intelectuais do MST, como João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes²¹ consideraram a questão agrária “a única derrota social” ocorrida na Constituinte. (apud MARTINS, 2000, p. 100). Não obstante esses fatos, a Constituição vigente estabeleceu, de forma mais consistente que as anteriores, alguns limites à prática fundiária concentradora, abrindo espaço para a desapropriação de terras.

No início dos anos 90, apesar dos governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco manterem uma política de repressão à luta do MST, este continuou organizando assentamentos. Visando dimensionar a luta pela terra e construir um projeto de desenvolvimento para o campo, esse movimento adotou algumas iniciativas, entre elas, a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA²².

Nessa mesma década houve uma grande demanda por ocupações de terra, tendo sido registrado mais de 400 mil famílias ocupantes de latifúndios, o que pressionou o governo a agendar a reforma agrária como uma de suas prioridades, cuja intenção era reduzir os efeitos políticos da má distribuição de terras e modernizar as elites latifundiárias e o clientelismo oligárquico.

²¹ João Pedro Stedile é formado em Economia pela PUC-RS, Estado onde nasceu, com pós-graduação na UNAM (México). Iniciou sua militância política nos sindicatos, onde começou um trabalho de conscientização e de organização dos camponeses. Somente em 1979 começou a se envolver com a luta dos sem-terra pela reforma agrária, tendo sido um dos fundadores do MST e membro de sua direção nacional. Assessorou a Comissão Pastoral da Terra – CPT no Rio Grande do Sul e trabalhou na Secretaria da Agricultura daquele Estado. Já Bernardo Mançano Fernandes é paulista, fez a graduação, o mestrado e o doutorado no curso de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Desde 1984 vem se dedicando ao estudo do MST e, a partir de 1990, é membro do Setor de Educação do MST. É professor nos cursos de graduação e pós-graduação em geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente (São Paulo). Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), no qual desenvolve o DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. (estas informações encontram-se na orelha do livro *Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* [2000], de autoria de ambos).

²² “O SCA é responsável pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente a política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas dos assentados”. O SCA tem por finalidade estimular e massificar a Cooperação Agrícola dentro dos Assentamentos, em suas várias formas, integrando neste processo os assentados individuais”. (Sistema Cooperativista dos Assentados, *Caderno de Cooperação Agrícola*, n. 5, CONCRAB, 2. ed., jun. 1998, p. 9).

Seguindo essa direção e, tendo em vista conter esse processo no qual os movimentos rurais adquiriam força, informa-nos Fernandes (2000) que o governo Fernando Henrique Cardoso adotou a judicialização da luta pela terra, ou seja, esta passou a ser resolvida com a mediação do poder judiciário, intensificando a ação criminatória sobre as ocupações. Se, de um lado, essa medida possibilitou a inclusão de lideranças do MST em artigos dos códigos civil e penal, inclusive, sendo decretada, não raras vezes, a prisão de alguns líderes do movimento, de outro, permaneceram impunes os mandantes e assassinos dos trabalhadores rurais.

Exemplo modelar dessa impunidade foi o conflito ocorrido entre trabalhadores e militares, em Eldorado do Carajás; a mando do governador do Pará, os policiais foram incumbidos de desocupar uma rodovia na qual 1500 sem-terra estavam acampados em protesto contra a demora do governo federal em assentar suas famílias. Um dia após algumas negociações, os policiais espancaram e atiraram nos trabalhadores acampados, resultando ferimentos em várias pessoas e 19 trabalhadores rurais mortos; os principais responsáveis pela chacina ainda se encontram em liberdade, mas o MST recorreu da sentença²³.

Passados, portanto, três lustros da promulgação da Constituição e, levando em conta que o Presidente Fernando Henrique Cardoso levantou a bandeira da desapropriação como forma de abafar o movimento dos sem-terra e, de certa forma, formalizou a titulação de propriedades já ocupadas pelos trabalhadores rurais, ainda é bastante desanimadora a realidade fundiária do país. Segundo o MST, 1% dos proprietários rurais são donos de 46% de todas as terras. Dos 400 milhões de hectares titulados como propriedade particular, apenas 60 milhões de hectares são utilizados como lavoura. O restante das terras encontra-se ociosa, sub-utilizada ou é destinada à pecuária. Na avaliação do MST, há 100 milhões de hectares de terra ociosas no Brasil. Afirma Bogo (1999, p. 69) que:

Isto demonstra claramente que a terra no Brasil não cumpre na totalidade a sua função social, ela não serve à sociedade, está presa na mão de latifundiários e empresas particulares, inclusive instituições financeiras, como o Bradesco que possui 893.224 hectares de terra, e empresas

²³ Dados sobre esta questão foram amplamente divulgados na mídia.

estrangeiras que somam o total de 35 milhões de hectares de propriedades de terras no Brasil.

Essa irracionalidade econômico-social, além da falta de vontade política de aliviar a questão fundiária, decorre do fato, defende Martins (2000), de nossa política fundiária ser regida pelo princípio jurídico do direito individual à propriedade, princípio esse implantado pela Lei de Terras (1850), o qual subjuga o direito de propriedade a quem nela trabalha ao poder de compra e venda de quem possui capital para se apropriar da terra e dos demais meios de produção, usufruindo, ainda, de uma vasta margem de liberdade para fazer dela o que melhor lhe convir. Ou seja, insiste Martins (ibid), a Lei da Terra transferiu ao particular o domínio territorial, e de posse até então prerrogativa do Estado, concedendo-lhe uma espécie de direito absoluto sobre o solo, favorecendo assim a instituição da grande lavoura e, no limite, a formalização do latifúndio. Em decorrência disso, agregou-se o descaso com a função social dessas terras. Esse mecanismo legal encontrou ressonância positiva no modelo desenvolvimentista de caráter capitalista instalado pelo Estado brasileiro a partir dos anos 30 do século XX.

O latifundiário foi, desde o período colonial, revestido de grande poder no meio rural, sendo ainda fortalecido pelo fácil trânsito nos meios políticos e financeiros dos grandes centros de decisão. Pode-se afirmar que, de modo geral, a questão agrária permaneceu intocada, não obstante, a visibilidade das contradições do contexto rural se expressar no êxodo rural, no empobrecimento do agricultor, na falta de terra, de crédito e de melhoria para este trabalhar etc. As leis que tratavam da questão agrária eram freqüentemente desrespeitadas. Entre elas, destacamos a Lei do Sítio, de 1965, que propugnava a necessidade de medidas que estimulassem a fixação do homem no campo. Sem dúvida, consistia numa medida para solucionar tensões do campo e as questões sociais geradas com o volumoso contingente de emigrantes do Nordeste para a Região Sudeste (industrializada) do país. Este dispositivo legal determina que “o trabalhador rural com mais de um ano de serviço contínuo, terá direito à concessão, a título gratuito de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para plantação e criação

de subsistência” (apud MINC, 1985, p. 27-28). Sobre as ultimas greves nos engenhos do Nordeste, ocorridas nos anos 80, menciona o autor que, entre as reivindicações dos trabalhadores rurais, constava o cumprimento desse preceito legal, na realidade, nunca efetivado.

Frente ao exposto, constatamos que há, no Brasil, uma orientação articulada politicamente por segmentos da classe dominante, no sentido de retardar a reforma agrária desenhada, historicamente, pelos movimentos sociais mais radicais. Estes, por sua vez, reclamam do descaso e dos equívocos do governo de elaborar seu programa de reforma na perspectiva de uma integração ao capital. Esse debate tem se ampliado nos últimos dez anos e encontra-se explícito no pensamento de alguns autores que se dedicam ao estudo da questão rural.

Para ilustrá-lo, procuraremos construir, a seguir, uma interlocução entre J. Sousa Martins e Bernardo M. Fernandes, por eles se constituírem dois expoentes no assunto.

1.2. A reforma agrária em debate

O debate em torno da Reforma agrária é bastante complexo. Muitos são os estudiosos que vêm tratando da questão. Contudo, optamos por trabalhar aqui duas posições que de certa forma sintetizam as vertentes mais comumente encontradas nas análises. A primeira, representada por José de Souza Martins²⁴ e a outra, por Bernardo Mançano Fernandes, a quem já nos referimos anteriormente.

Iniciaremos o presente tópico tratando de uma questão levantada por Martins (2000) e que se refere a alguns impactos ocorridos, entre os anos 50-70, no âmbito da questão agrária e que, na opinião do autor, constituem-se impasses históricos para a efetivação de uma reforma agrária.

O primeiro data do fim dos anos cinquenta e início da década seguinte e diz respeito ao desmembramento da luta, no campo, pela terra e pelo trabalho, dividindo os trabalhadores rurais. O segundo dá-se, nos anos 70, quando os governos militares adotam uma política de sustentação ao capitalismo rentista e, para tanto, procuram estabelecer uma aliança entre a terra e o capital, favorecendo, assim, a reprodução ampliada do capital²⁵.

Sem sombra de dúvida, esses fatos repercutem ainda hoje na realidade agrária, principalmente no que se refere à expansão do capitalismo no campo, que trouxe, em seu bojo, o acirramento das desigualdades sociais. Esse é, portanto, o pano de fundo sobre o qual surgem idéias e propostas.

No Brasil ganha visibilidade, nos anos 80-90, o MST na luta pela reforma agrária. Este conta com o apoio de partidos de esquerda e de setores da Igreja

²⁴ Sociólogo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-assessor da CPT. Considerado um dos maiores especialistas em sociologia rural do país, escreveu vários livros sobre a questão agrária no Brasil. Teve um papel importante como intelectual vinculado às mobilizações e organizações camponesas e destacou-se ainda na assessoria à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB para a elaboração de importante documento da Igreja Católica (“A Igreja e os problemas da terra”), em 1980. Atualmente, o autor tem assumido uma posição crítica em relação à CPT e ao MST. (cf. Stedile e Fernandes, 2000, p. 21)

²⁵ Sobre o assunto, Martins (2000) oferece um acervo de fatos e análises.

Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, possuindo esta última um trabalho pastoral entre os camponeses do Sul e do Centro-Oeste. Contrapondo-se ao projeto político do movimento, o governo Fernando Henrique Cardoso elaborou seu programa que recebeu adesão dos partidos conservadores, de seu próprio partido, o PSDB e do empresariado o qual será criticado por Fernandes (2001) mais adiante.

Resultante de uma pesquisa e de um diagnóstico da realidade rural brasileira feitos pela CONTAG/CUT, estas duas entidades sindicais elaboraram, em conjunto, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS como uma proposta para a agricultura de caráter familiar. Concluída a pesquisa, as duas entidades definiram como eixos do Projeto: a) investir em capital humano, ou seja, ampliar as oportunidades educacionais, pois a falta destas ampliam as desigualdades sociais. Nessa perspectiva, elas propõem, além do ensino regular básico, formação profissional e a relação dessas duas ações com a redes de ciência, tecnologia e extensão; b) aperfeiçoar o Pronaf, principalmente, procurando disseminar as cooperativas de crédito para que elas sejam os únicos intermediários entre o BNDES e o agricultor e revendo a idéia de seleção prévia de municípios, substituindo-as por um sistema de seleção dos melhores projetos; c) em relação à política fundiária, a CONTAG/CUT propõem as seguintes medidas: agilização do programa de assentamentos, não apenas quantitativamente, mas também quanto à melhoria do atendimento às necessidades das famílias assentadas. Além disso, elas cobram atenção do governo e da sociedade para os contratos de parceria e arrendamento, em geral, extremamente precários e, ainda, para a tendência à diminuição dos estabelecimentos agrícolas que os torna inviáveis como unidades produtivas. Em referência ainda à questão fundiária, as entidades referidas indicam uma regulamentação do mercado de terras que priorize, em caso de venda de sítios ou lotes, o agricultor familiar, ao invés de comerciantes, profissionais liberais e outros; d) uma completa reforma do sistema tributário, pois o ITR e a isenção de ICMS para as exportações não garantem a participação do pequeno produtor no mercado; e) adotar medidas que ampliem a participação dos assalariados rurais

na política sindical. Os sindicatos, por sua vez, deverão reforçar as campanhas salariais e outros mecanismos de negociação da categoria e desenvolver políticas sociais destinadas à melhoria das condições de vida e de trabalho dessa população.

Não obstante alguma discordância com o programa de governo, o PADRS não se coloca totalmente em oposição a ele, a não ser em questões específicas, como por exemplo, em relação ao crédito agrícola e à assistência técnica aos assentamentos.

No entendimento de Martins (2000), há consenso entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira da necessidade e urgência da reforma agrária “sem o que seria inviável nesse momento”, mas essa convergência inexistente quando se trata da forma como encaminhá-la. Isso está evidenciado na seguinte afirmação:

A peleja agora é pela forma da reforma. Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária que vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final. O que, ao fim e ao cabo, representa a consagração da reforma agrária, pelas partes em litígio, como solução do problema da pobreza rural. [...] Isso nos indica que a luta pela terra tornou-se também e, sobretudo, um embate de idéias e de projetos históricos, um embate de interpretações e de conhecimentos relativos à sociedade inteira e não só a um grupo específico (p. 40).

Na referida obra, intitulada *Reforma Agrária: o impossível diálogo*, Martins é contundente ao mostrar a influência da luta partidária de setores médios da sociedade – sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais militantes, ativistas políticos – no debilitamento da luta pela terra, pois esse confronto ideológico, segundo ele, torna inviável o diálogo sobre a direção que deve tomar a reforma agrária. Para ele, a ideologização que reveste esse debate obscurece o conhecimento, por parte desses setores, da questão agrária e da experiência de vida dos trabalhadores rurais.

O autor é ainda mais enfático em sua análise sobre a ação da Igreja Católica. Para ele, no Brasil, com regular frequência, a questão agrária tem se manifestado através de tensões e conflitos entre grupos católicos populares e grupos católicos institucionais, ligados estes últimos ao aparelho de Estado,

apontando como exemplo modelar as lutas sociais de Canudos e Contestado²⁶, sem, contudo, deixar de pontuar que, em períodos mais próximos, houve igualmente conflitos de cunho religioso. Entende Martins que os conflitos fundiários das últimas décadas são “apenas um subsistema do conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico e a Igreja” (p. 89).

Nesse sentido ele faz veemente crítica ao MST e à CPT em suas mediações para a efetivação da reforma agrária. A seu ver, o programa da Comissão Pastoral da Terra vislumbra “apenas uma modalidade provisória” da mesma, visto não se basear num diagnóstico confiável da questão agrária (p. 24), por ser superficial e por se revelar de cunho fundamentalista²⁷.

O autor frisa, ainda, que apesar de haver desencontro entre as propostas de reforma agrária do MST e da CPT, esta o apóia incondicionalmente e ambos se unem para oferecer oposição ao programa desenvolvido pelo então governo Fernando Henrique Cardoso, avaliado por ele como o programa mais progressista de todos²⁸. Considera Martins que a principal causa do desencontro entre o programa governamental e o desses órgãos de mediação das lutas populares é que estes últimos perderam a batalha do conhecimento, isto é, não criaram “as condições para o desenvolvimento de uma consciência social fundamentada e adequada das causas dos problemas e das possibilidades de sua superação” (ibid, p. 27).

Afirma o autor que a compreensão que esses órgãos de mediação têm do trabalhador rural e de seu mundo é estereotipada, por não se basear em fundamentos sociológicos e antropológicos, mas, numa visão partidária de classe média do que é a pobreza rural e a pobreza em geral. Daí, a ideologização de suas interpretações sobre a questão agrária, levando-os a um distanciamento de suas intervenções mediadoras em relação às possibilidades históricas, tornando,

²⁶ Outras informações sobre essas lutas, de caráter messiânico, estão referidas na nota de rodapé n. 12, na p.17.

²⁷ Fundamentada numa visão unilateral partidária, portanto, ideologizada, negando o que é propriamente político.

²⁸ Sobre o confronto entre os programas de reforma agrária do Governo Fernando Henrique Cardoso, CPT e MST, ver Martins (2000, p. 24-68).

assim, inviável uma ação conseqüente e transformadora, donde conclui: “Não se pode fazer política afirmando o partidário e negando o que é propriamente político” (ibid, p. 21).

Seguindo esse raciocínio, Martins afirma que os poucos cientistas sociais que procuraram dar sua contribuição na construção do conhecimento tiveram que disputar com partidos e tendências partidárias, a legitimidade de seu conhecimento e que, nesse embate, os cientistas foram vencidos.

Para reforçar essa idéia da perda da ação pastoral da CPT na batalha do conhecimento, transcrevemos o que nos diz este autor:

O desencontro entre a Igreja, representada pela CPT, e o Estado situa-se, justamente, no terreno do conhecimento, isto é, no terreno da compreensão do que é a sociedade contemporânea, do que são suas contradições mais agudas e de quais são as saídas possíveis que essas mesmas contradições propõem, raramente aproveitadas (ibid., p. 32).

Por imprimir à reforma agrária um caráter político e suprapartidário, argüi que o governo respondeu satisfatoriamente à demanda social por aumento do emprego e redução da migração, ao mesmo tempo, elevou a renda das famílias rurais porque a solução dela era também buscada por ele. Nesse sentido, houve um movimento dialético, pois, quem a propôs e reivindicou - no caso, a CPT e o MST – não foi quem a resolveu. “Nessa dialética, é a política agrária do governo que define a demanda que não é prioritariamente sua e para a qual, não obstante, é a resposta” (ibid., p. 21).

Aliada a essa questão, Martins lembra que não obstante esses dois mediadores dos movimentos populares haverem conseguido do governo o agendamento da reforma agrária, ou seja, incorporá-la ao seu programa político, contraditoriamente, eles não legitimaram a ação governamental, especialmente, no que tange às desapropriações e aos assentamentos. Segundo ele, tanto a CPT como o MST rejeitaram o programa de governo nessas esferas por verem nelas apenas o lado econômico e quantitativo, esquecendo o aspecto político nelas embutido, tornando necessários “a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma” (ibid., p. 26). Com isso, assevera Martins, eles não compreendem que é inevitável a mediação estatal na

efetivação da reforma, legalizando o que, na maioria das vezes, é legitimado pelos reais protagonistas da reforma agrária. Seguindo ainda a mesma linha de raciocínio, o autor coloca que o MST e a Igreja não reconheceram o governo Fernando Henrique Cardoso como um interlocutor legítimo, porque o mesmo representava o poder e, por isso, não aceitavam negociar propostas advindas da esfera governamental e nem os limites e as possibilidades apontados.

É preciso, pois, argumenta Martins, que esses agentes mediadores levem em conta a temporalidade dos aspectos histórico-conjunturais, ou seja, considerem “as condições e conseqüências estruturais e históricas do que pensam e dizem, o alcance das decisões que tomam, os limites dessas ações e as possibilidades de seu alcance definidas pela circunstância histórica” (ibid, p. 90).

Sobre o programa de desapropriação houve uma polêmica acerca da criação, em 1998, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, do Banco da Terra e de seu plano piloto – o Cédula da Terra –, que minimizaram a influência desses movimentos nas negociações, dando, ao mesmo tempo, a prerrogativa ao Estado de compra e venda de propriedades para fins de assentamento²⁹. Martins avalia como bastante razoável essa medida criada na esfera governamental, pois, no seu entendimento, as desapropriações estavam se tornando muito onerosas, tanto pelo preço que o proprietário impunha, como pelos trâmites burocráticos próprios do processo desapropriatório.

Para financiar os programas de reordenamento fundiário e de assentamento rural foi criado o Fundo de Terras, cujos recursos advêm de instituições financeiras e entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, entre outros. Tais recursos são repassados para os estados e municípios e nestes, as entidades estaduais e municipais são responsáveis, juntamente com associações e cooperativas de assentados, pela elaboração e execução de projetos para os assentamentos.

²⁹ A compra e venda da propriedade rural para fins de reforma agrária são medidas previstas no Estatuto da Terra (art .17, alínea “c”). Todavia, após a Nova República, os governos só utilizaram esse recurso de forma complementar e não, como ação prioritária, como ocorreu no governo FHC.

Segundo publicação do MEPF/INCRA (1999, p. 4), de 1995 até meados de 1999, foram assentadas pelo Banco da Terra 318 mil famílias, distribuídas em 2.734 projetos, ao mesmo tempo em que desapropriou 15,8 milhões de hectares, com um investimento de R\$7 bilhões. Dados mais recentes do INCRA indicam que no ano 2002, o mesmo Banco *assentou* 20 mil famílias, contando com recursos na ordem de duzentos e oitenta e dois milhões e setecentos mil reais.

Sustentando seus argumentos em favor das medidas governamentais em relação à política fundiária, Martins critica a CPT e o MST por terem perdido a capacidade de compreender que a realidade agrária é complexa, o que os levou a se eximirem de participar do programa de reforma agrária do governo, ficando os mesmos presos a apenas um mecanismo de reforma agrária, por só reconhecer legitimidade na desapropriação. Seguindo nessa mesma direção, o autor faz crítica ainda a essas agências mediadoras da reforma por não perceberem também que se está vivendo um novo momento histórico, no qual ganha centralidade o mercado globalizado, com suas contradições, mas que, por outro lado, oferece saídas que estão sendo pouco aproveitadas pela sociedade. Todavia, reconhece que a economia tem se modernizado e adquirido uma nova racionalidade num ritmo muito acelerado, de modo que as populações atingidas por esse processo estão sentindo muita dificuldade de adaptação a essas mudanças.

Mesmo assim, ele critica o fato de essas agências não oferecerem uma alternativa política razoável, ao contrário, defendem a permanência da agricultura de subsistência³⁰, o que, no seu entendimento, é um retrocesso histórico “que nem mesmo os proponentes estão em condições de aceitar, até porque teriam que renunciar à qualidade de vida que a modernização econômica propicia às elites e à classe média” (ibid, p. 35).

³⁰ O autor discorda dessa denominação usada por vários especialistas, entre os quais destacamos Nazareth Baudel Wanderley (1999), argumentando que esse padrão de agricultura não se constitui, como muitos pensam, uma economia de subsistência e, sim, tão somente uma economia residual e que se encontra em sua fase terminal, por ser irrelevante para a economia globalizada. Ele prefere qualificá-la de economia mercantil simples.

Para superar os impasses sociais e políticos da questão agrária, Martins insiste em que os mediadores da reforma agrária estudem, discutam e viabilizem alternativas mais adequadas aos avanços históricos contemporâneos, pois, caso contrário, a reforma agrária perde sua relevância e está fadada ao fracasso.

Constitui-se, segundo ele, uma dessas alternativas, a agricultura familiar na perspectiva da auto-sustentabilidade, pois no seu entendimento, esta torna o pequeno produtor competitivo, multiplica sua renda, melhora sua qualidade de vida e suprime fatores de anomia de desagregação familiar.

Para Martins, o programa de reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso se constituiu uma medida institucional de grande relevância no reconhecimento e garantia de um espaço social da agricultura familiar na sociedade e na economia. Nessa maneira de perceber, ele afirma que o incentivo governamental a esta agricultura representou, por um lado, um esforço político de proteção das famílias rurais contra as degradantes alternativas de inserção periférica na vida urbana e, por outro, um incentivo à modernização “que previne o confinamento dessas mesmas famílias num tradicionalismo arcaizante que tem seus óbvios efeitos excludentes” (ibid., p. 129).

Como podemos observar, Martins faz uma diferenciação entre agricultura de subsistência e agricultura familiar. A primeira ele associa ao retrocesso e a segunda à modernidade. Entretanto o autor ao colocar em questão o trabalho, mostra-se mais preocupado com a competitividade da agricultura familiar e o seu conseqüente ingresso no mercado globalizado, que expressa a reprodução ampliada da exploração do homem pelo homem. Ele se afasta, portanto, da perspectiva de lutas de classes e das conquistas políticas das classes exploradas pelo capital. Também, tão pouco, ele aponta para a perspectiva de uma sociedade emancipada, como se o processo político fosse inerente à natureza.

Além disso, Martins atribui ao programa de reforma agrária de Fernando Henrique Cardoso uma preocupação no resgate do senhorio do Estado sobre o

território, dificultando a “grilagem”³¹ de terras, ao mesmo tempo em que criou alternativas para os trabalhadores cujo regime de trabalho previsto no Estatuto do Trabalhador Rural (1963) desapareceu no regime militar.

Na opinião do autor, a grilagem de terra foi cuidadosamente tratada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, na qual se encontra a política de regularização de ocupações e de posses de pequenos produtores rurais da região amazônica e do centro-oeste do país. Esses trabalhadores, para garantir a posse de suas terras, tiveram que enfrentar, muitas vezes, embates violentos com grileiros e latifundiários, que tentavam expulsá-los de suas próprias terras que ocupavam, não raro, há várias gerações.

Nessa perspectiva – explica o autor – o Estado brasileiro vem, desde a Revolução de 1930, tentando progressivamente recuperar sua prerrogativa de domínio sobre o território nacional e de sua gestão sobre o uso e ocupação territorial que lhe foi retirada pela Lei de Terras, no século XIX. Seguindo essa trilha, argui Martins, que o incentivo à agricultura familiar representou uma medida de âmbito social muito importante; apesar do não reconhecimento por parte dos partidos de esquerda, igrejas e organizações populares, da magnitude dessa medida no enfraquecimento da base estrutural da questão fundiária; pois ela reflete “uma inflexão na opção histórica preferencial pelo capitalismo rentista e pela política fundiária concentracionista, que vigorou até anos recentes” (ibid, p. 41).

Usando de mais argumentos em favor do governo Fernando Henrique Cardoso, Martins frisa, ainda, que governos anteriores quando atuaram no sentido da recuperação do senhorio estatal o fizeram no propósito de garantir a segurança nacional e, não, na perspectiva de uma distribuição mais justa do território brasileiro e do resgate da racionalidade social.

³¹ Grilagem significa apropriação ilícita de terras, por meio da expulsão de seus proprietários, posseiros ou índios, e legalização do domínio mediante documentação falsa.

Feita essa breve exposição do pensamento de Martins acerca do programa de reforma agrária do governo, veremos a seguir o que pensa a respeito Fernandes (2000).

Este, ao tratar da agricultura familiar, faz algumas considerações que vão se contrapor às idéias de Martins. O autor reitera o pensamento de Abramovay – a cuja tese se refere em seu estudo sobre a questão agrária –, de que o conceito de agricultor familiar vem ganhando um grande espaço em detrimento do conceito de agricultor camponês³². Para Fernandes, essa tendência pode levar a uma desconfiguração da agricultura camponesa, pelo caráter empresarial-capitalista da agricultura familiar, apesar de esta ainda conservar alguns traços típicos da primeira.

A agricultura familiar, segundo ele, foi ditada pelo Banco Mundial, nos anos 90, objetivando a produção de alimentos de modo a garantir a lógica do desenvolvimento capitalista nos países periféricos, sem levar em conta como os trabalhadores rurais se organizam socialmente. Nesse sentido, a agricultura familiar se insere na perspectiva de obtenção de resultados e, não, de enfrentamento ao capital.

Seguindo esse raciocínio, afirma Fernandes, a agricultura familiar não é capaz de enfrentar a complexidade da questão agrária, uma vez que esta é inerente

[...] ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo (ibid., p. 23).

Por falar nos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo, não podemos deixar de lembrar que as divergências no patamar de crescimento agrícola das regiões brasileiras são também processos contraditórios do capital,

³² Entende-se por agricultor camponês, o trabalhador rural que, inserido numa formação social cujo modo de produção é capitalista, cultiva a terra sem vínculo formal de assalariamento e sem retirar da mesma uma lucratividade diferencial.

inscrevendo-se estes, no nosso entender, como um dos maiores desafios políticos da questão agrária. Nesse sentido dizemos que, para conhecermos a questão agrária, é necessário que definamos, *a priori*, qual região ou micro-região pretendemos estudar. Isso porque a questão agrária brasileira, apesar de estar inserida, essencialmente, no modelo capitalista de produção, configura-se diversamente, em cada região e, até mesmo, de micro-região para micro-região.

Como dimensão estrutural do capitalismo, a questão agrária cria impasses estruturais e conjunturais que, de acordo com as políticas desenvolvidas e a correlação de forças da sociedade civil, serão intensificados e dimensionados. Por isso, é equivocado subtrair a questão agrária à concentração da estrutura fundiária. A racionalidade desta se constitui, inegavelmente, uma demanda da maior importância para os trabalhadores rurais, como também o é, em algumas regiões, o livre acesso ao trabalho.

Do mesmo modo, insiste Fernandes, por ser inerente ao capitalismo, a questão agrária se expressa de modo dinâmico e contraditório, processo esse perpassado por um conjunto de demandas e problemas interrelacionados que aparecem ora em determinados contextos, ora noutros, sendo impossível sua superação enquanto permanecer o modo capitalista de produção. Todavia, há demandas antigas e novas no contexto rural brasileiro, das quais podem ser citadas: a reforma agrária, trabalho, expansão da produção agrícola, abastecimento e segurança alimentar, um patamar mais elevado de desenvolvimento agropecuário, crédito agrícola, assistência técnica, tecnologia, mercado, capacitação (incluindo aqui, escolarização e controle contábil da produção agrícola pelo produtor), saúde, transporte, eletrificação, irrigação, estrada etc. Essas demandas surgem como expressão da necessidade das classes trabalhadoras de superação de velhos e novos desafios, entre os quais destacamos: a concentração fundiária, a expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores, falta de trabalho, miséria, violência, renda fundiária, trabalho infantil, seca, enchentes, pragas (entre elas, o bicudo), êxodo rural, falta de sementes, de máquinas e de equipamentos, devastações ambientais, processo de desertificação de determinadas regiões, entre outros.

Retomando a temática da agricultura familiar, afirma Fernandes que esta defende a idéia da integração e não a da contestação ao capital. Seus admiradores compreendem a diferenciação entre essas duas perspectivas e sabem que, apesar da origem das desigualdades sociais se encontrar no modo de produção capitalista, eles não têm dúvida de que esse padrão de agricultura como está proposto só é possível na lógica do capital, tendo em vista a temporalidade da conjuntura histórica incompatível com uma proposta socialista para a questão social. “Nesta tese, o Estado tem um papel determinante na elaboração das políticas que garantam a diminuição das desigualdades geradas pelo processo de diferenciação” (ibid., p. 33).

Na perspectiva da integração ao capital - lembra Fernandes - novos espaços e paradigmas políticos como sindicatos, federações e confederações dos agricultores familiares, vinculados a CONTAG/CUT foram se configurando e delimitando no campo. Em outra direção, ou seja, desenvolvendo ações estratégicas de resistência, na luta contra o capital caminham o MST, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores e, em certa medida, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, cujos projetos têm como perspectiva, a luta pelo território da organização dos camponeses, tendo como pano de fundo uma plataforma política referendada por planos políticos e econômicos de enfrentamento e de construção de novas experiências.

Evidentemente, a relação política entre essas organizações e o governo é distinta, tendo os primeiros movimentos e instituições referidas acima, maior identificação e aproximação com ele e por esse motivo, aceitam melhor seus propósitos.

Com isso, o autor reforça a idéia de que os dois modelos de agricultura não patronal possuem paradigma e direção distintos. O paradigma que defende a agricultura familiar direciona-a para a valorização das relações capitalistas e, nessa perspectiva, representa um avanço ao mostrar que a agricultura pode crescer não apenas explorada pelo modelo patronal, mas também pelo produtor familiar. Todavia constitui-se um atraso, ao defender a idéia de que somente o Estado é capaz de formular políticas compatíveis com o momento histórico,

desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. O outro modelo, por outro lado, é defendido pelos movimentos sociais dos sem-terra e por intelectuais, como Fernandes, que o situam no território teórico do paradigma da agricultura camponesa.

Para romper com essa perspectiva – diz Fernandes – o governo Fernando Henrique Cardoso procurava tratar a questão agrária exatamente no campo do inimigo: o território do capital. É nesse campo que está o paradigma da agricultura familiar que tenta destruir as formas de luta dos sem-terra, que se dá, como insiste o autor, na perspectiva da superação das relações capitalistas que geram as condições de exclusão em que vivem. A ação política desses segmentos camponeses – assevera ainda – não é apenas *contestatória*, mas também *propositiva*. A respeito disso, ele assim se pronuncia:

Abandonar essa perspectiva, como querem os ideólogos da agricultura familiar, e consentir a integração subserviente ao capital, é aceitar a expropriação, a miséria e a fome como uma “determinação natural”, e não como uma determinação do capital. Portanto, não há como não lutar contra o capital, não há como não enfrentar o projeto do governo.

Compreender esse enfrentamento, no campo teórico, entre as propostas dos projetos de desenvolvimento, contidos em diferentes perspectivas de sociedade é hoje elemento importante para analisar a questão agrária. [...] No final dos anos 90, a questão agrária foi dimensionada por essas novas características que geraram o atual impasse nas negociações entre governo e movimentos sociais (ibid., p. 36-37).

Superar tais impasses constituiu-se uma das dificuldades do governo Fernando Henrique Cardoso, tornando visível, muitas vezes, a polarização de posições entre a esfera governamental e os movimentos sociais. Nesse contexto, a adoção de medidas governamentais de um lado e luta dos trabalhadores por terra e reforma agrária, de outro, foram incapazes de atenuar os efeitos da questão agrária. Contudo, os mediadores do programa de reforma agrária do governo compreendiam que a participação dos trabalhadores na elaboração e execução das políticas públicas criaria novas relações de poder no enfrentamento político com a força do capitalismo e isso não se coadunava com os propósitos do executivo, estando, portanto, fora de sua cogitação.

Todavia, no entendimento do autor, a questão agrária persistirá enquanto não for superado o modo de produção capitalista e, quando se luta pela sua

superação, tem-se que ter em mente que, se de um lado devemos lutar contra o capital, de outro, devemos construir experiências e referências novas para, só então, pensarmos a transformação da sociedade. Nesse sentido, argumenta Fernandes, se não levarmos em conta as experiências históricas e as referências teóricas – especialmente, os clássicos da questão agrária e da luta pela transformação da sociedade –, não chegaremos a lugar algum, perderemos a perspectiva, seremos engolidos pela questão agrária. Somente a partir dessas referências, é que podemos construir o novo. Como ilustração de sua tese, registramos:

A luta contra o capital é, igualmente, a luta por um espaço político. É lutar para tentar ser protagonistas, e não coadjuvantes do processo. E nessa caminhada, o saber da lógica destruidora da questão agrária está contido na consciência dos que lutam e resistem (ibid, p. 25).

Seguindo essa direção, os movimentos sociais considerados de caráter camponês pelo MST procuram manter na pauta política do governo o debate sobre a reforma agrária e de diferentes políticas públicas para o contexto rural, sendo que historicamente a luta por terra e por trabalho têm se destacado. Fernandes admite que:

A amplitude dessa luta é conhecida pelas diversas manifestações cotidianas dos sem-terra, desde o trabalho de base às ocupações de terra; do enfrentamento aos latifundiários às diversas formas de violência contra os sem-terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc (ibid., p. 37).

Bogo (1999) também faz alusão ao programa de reforma agrária do governo, enfatizando a lógica do mercado que perpassa o mesmo. Nesse sentido, o governo abriu mão de sua prerrogativa de fazer as terras cumprirem sua função social, passando a organizar famílias rurais para se assentarem em propriedades desgastadas, sem valor no mercado e distantes dos centros que oferecem condições de escoar a produção agrícola.

Com isso, continua Bogo, o governo pretendia enfraquecer a luta por uma reforma agrária ampla e dinâmica, cujos recursos para implantar e subsidiar os assentamentos deveriam vir da União e não dos governadores e prefeitos. Estes

apenas podem ajudar a desenvolver ações complementares após a distribuição das terras.

Esse pensamento de que a reforma agrária foi direcionada para a valorização das relações capitalistas é também compartilhado por Araújo (1999, p. 27), que assim se expressa:

[...] a novidade [...] está resumida na palavra *mercado*. O que significa? Os trabalhadores são classificados, segundo o mercado, em dinâmicos/estagnados; a terra como *ativo* (concebida como título financeiro) deve estar consistente com os paradigmas da globalização; o instrumento principal na proposta é a distribuição de terra, mas há a idéia de que a desapropriação é um processo caro e, em nome disso, propõe-se o instrumento de compra. (grifos da autora)

Tal proposta tem implicações duvidosas em relação a beneficiar realmente os trabalhadores: além de ser onerosa, pois só uma pequena parcela pode pagar, a escolha da terra fica a cargo dos latifundiários, o que dá margem à especulação fundiária. Assim, em vez de se enfrentar o problema do processo de desapropriação, e mais que isso, acatar as propostas dos movimentos sociais, o governo faz vista grossa a estas [...].

Fernandes, por sua vez, aponta outra medida governamental que favoreceu a desmobilização da luta pela terra: a instituição da “reforma agrária pelo correio”, que consiste em cadastrar todas as famílias que vivem de atividades agropecuárias e que pretendem fazer parte de assentamentos rurais. Mais que isso, ele adotou uma série de medidas com o intuito de dismantelar o projeto dos sem-terra. Entre essas medidas, criou o governo o seu projeto, fundamentado em dois eixos principais: primeiro, a descaracterização do processo de desapropriação, com a mediação do Banco da Terra, já pontuado anteriormente; segundo, tentou pôr termo às ocupações, criminalizando-as, através da judicialização da luta pela reforma agrária, a qual fizemos referência anteriormente.

Além disso, Fernando Henrique Cardoso instituiu medidas punitivas aos trabalhadores rurais adeptos de ocupações, tais como:

[...] não realizar vistorias em terras ocupadas, não assentar as famílias que participarem de ocupações, excluir os assentados que apoiarem outros sem-terra na ocupação de terra, tentando dessa forma, impedir o processo de territorialização da luta pela terra (FERNANDES, p. 22).

Apesar dessas divergências paradigmáticas e de direção entre os programas de reforma agrária do governo e dos trabalhadores sem-terra, admite

Fernandes que, no embate entre forças políticas e cientistas, tem-se conseguido negociar algumas questões nas adjacências dos mesmos:

[...] não há um completo desencontro, já que no plano conjuntural existem algumas propostas que se equiparam, pois nem as políticas compensatórias podem ignorar as lutas populares, tampouco as ações dos trabalhadores não se utilizam dessas políticas. Mesmo o governo reconhece a importância do papel histórico dos movimentos camponeses. Nessa contestação está o núcleo da questão, que tem gerado um importante debate crítico, travado entre o MST e o governo (ibid, p. 38).

Entretanto, o autor insiste em polemizar com a política do governo e, nesse sentido, ele afirma que os milhares de assentamentos existentes não são mérito, em primeiro lugar, das políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, como defende Martins, mas principalmente, resultantes da luta dos trabalhadores para a conquista da terra, até porque o governo tem incorrido em, pelo menos, três equívocos relacionados aos sem-terra. O primeiro é que, durante algum tempo, ele acreditou que formado o assentamento, o problema dos sem-terra estaria resolvido. Outro equívoco é pensar que somente as famílias que pleiteiam terra são as que estão acampadas; e o terceiro é afirmar que, não existe tanto sem-terra. Em decorrência disso, os problemas de terra se multiplicavam, pois o assentamento não se constitui o fim, mas o início de novas lutas.

Fernandes aponta ainda como equívoco do governo considerar a regularização fundiária de posseiros uma política de reforma agrária, pois, segundo ele, isso não tem sentido, uma vez que estes já residem e trabalham na terra. Tal posição é vista com certa estranheza por Martins, seu interlocutor, pois, segundo este, ainda em períodos recentes, o MST e a CPT reivindicavam, como um dos requisitos da reforma agrária, a regularização fundiária dos posseiros que resistiam, muitas vezes, de forma sangrenta, a tentativa de grileiros e latifundiários de expulsá-los das terras, onde trabalhavam e moravam. Em defesa dessa política governamental, Martins (2000, p. 101) usa, entre vários argumentos³³, o que se segue:

³³ Este assunto pode ser encontrado nas páginas 100-102 do livro de sua autoria: *Reforma Agrária: o impossível Diálogo* (2000)

A regularização da situação fundiária dos posseiros de extensas regiões do país foi e é um legítimo ato de reforma agrária porque impõe limites ao processo expropriatório que daria ao país uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundista do que a atual.

Entretanto, ao se examinar os estudos anteriores de Martins, encontra-se contradição na sua formulação; no seu texto intitulado *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”* (1986), ele critica o governo militar que, ao distribuir títulos, inclui essa ação no rol das medidas que compõem a política de distribuição de terra. Assim ele afirma:

O governo alega que distribuiu um milhão de títulos de terra. Distribuir títulos não é a mesma coisa que distribuir terra. Muitos desses títulos são meras licenças de ocupação para pessoas que já estavam na terra. Outros são títulos que regularizam posses antigas (ibid., p.35).

Do exposto, fica evidenciado que Martins lançou mão de “dois pesos e duas medidas” ao se referir aos governos militares e ao governo Fernando Henrique Cardoso, pois, com os mesmos argumentos que ele criticou os primeiros, ele defende o segundo. Em hipótese alguma isso significa avanço teórico, como pretende o autor, mas mudança de paradigma, levando-o a afastar-se radicalmente de qualquer perspectiva revolucionária ou mesmo de uma posição de contestação ao capital.

Tem, pois, sentido as considerações de Fernandes, segundo o qual não se pode falar em reforma agrária se inexistir uma política estatal de desconcentração fundiária, com plano, objetivos e metas bem definidos que levem em conta as demandas legítimas da população que, além de terra para plantar e morar necessita de outras políticas inter-relacionadas, sem as quais, torna sem efeito a iniciativa de assentamentos. Por isso, com a mediação do Banco da Terra, no processo de desapropriação da terra, tornou-se polêmica, no Brasil, a forma como as famílias sem-terra são assentadas, porque vai perdendo força a reforma agrária, uma vez que é extirpada qualquer concepção de luta de classes, levando mesmo a banalização de seu verdadeiro sentido. “Assim, o conceito foi banalizado e tudo se tornou reforma agrária. Nesse contexto, na mídia em geral, o governo faz propaganda afirmando que está fazendo uma coisa, enquanto faz outra” (FERNANDES, p. 44).

Para ele, o programa governamental de reforma agrária tem como objetivo o controle da luta dos sem-terra no espaço político que prioriza a lógica capitalista; ao mesmo tempo, procurou, através da agricultura familiar, erradicar o campesinato, integrando-o, de forma subserviente ao capital, donde conclui que a teoria pode também possibilitar a elaboração de políticas que reproduzam a exploração dos trabalhadores.

Além dos aspectos acima levantados, estudiosos têm questionado informações divulgadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso quanto ao número de famílias assentadas, entre os quais podemos citar José Graziano da Silva, que contesta os dados do governo que afirma ter assentado 101 mil famílias em 1998, das 280 mil previstas. Conforme estudos de Lucena, isto não ocorreu: “pelas informações do Instituto Nacional de Reforma Agrária, nem 60 mil famílias foram assentadas naquele ano” (2002, p.168).

Em entrevista concedida à imprensa brasileira, o então Presidente do Brasil afirmou que até meados de junho/2000 haviam sido assentadas 400 mil famílias e distribuídos 14 milhões de hectares de terra. O MST, por sua vez, contesta esses números, afirmando que, até àquele período, foram assentadas, apenas, 160 mil famílias e distribuídos pouco mais de 8 milhões de hectares de terra (*Jornal do Sem-Terra*, jul. 2000, p. 4). Em dezembro/2002, próximo ao término do seu mandato, Fernando Henrique Cardoso divulgou que o número de assentados em seus dois mandatos era de quase 600 mil famílias³⁴.

A seguir, faremos algumas aproximações ao programa de assentamentos desse governo e aos planos do governo Tasso Jereissati, no Ceará, no sentido de contextualizar a luta pela terra neste Estado, para então compreendermos o que vem ocorrendo no município de Irauçuba, onde se localiza o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, campo empírico de nossa pesquisa.

³⁴ Infelizmente não podemos fazer a comparação com os dados do MST, pois este não dispõe, até o presente momento, dos dados referentes ao número de assentados do ano 2002.

1.3 A luta por terra, o programa de assentamento do governo Fernando Henrique Cardoso e os planos de governo do Estado do Ceará

O contexto rural cearense, desde os anos trinta do século XX, tem sido palco de conflitos, sendo emblemática a experiência da Fazenda Caldeirão³⁵, em 1936-1937, no sopé da Serra do Araripe, em Crato (Ceará). Além desta, houve outras lutas localizadas de menor repercussão, onde agricultores se insurgiam contra a falta de pagamento, por parte de proprietários, de trabalho feito na lavoura destes e, ainda, pelo direito à posse da terra. Em fins dos anos 50 e início dos anos 60 daquele século, influenciada pelas Ligas Camponesas, cresce em importância a luta de diferentes categorias de trabalhadores rurais.

Os municípios que mais se destacaram na luta pela terra, nos anos 70-80 foram: Quixeramobim, Quixadá e Canindé, todos no Sertão Central. Citaremos, a seguir, alguns casos emblemáticos. Em Canindé, em 1972, ocorreu um conflito muito violento entre trabalhadores rurais e o proprietário pela desapropriação da Fazenda Japuaça (3.645 ha.), deixando vítimas fatais de ambas as partes, além de 01 policial que protegia os interesses do fazendeiro.

Em outubro de 1985, a cena de violência se repete, dessa vez em Quixadá, na fazenda Alto Alegre (no distrito de Caiçarinha), medindo 997,8 ha. O conflito se deu devido à expulsão da terra, pelo proprietário da terra, de 8 trabalhadores que lá moravam e trabalhavam como parceiros. Para isso, o mesmo proprietário contratou um pessoal para intimidá-los, além do gerente, o filho e genro deste,

³⁵ Essa fazenda, de propriedade do Pe. Cícero Romão Baptista, media 800 ha; ele a doou ao beato Lourenço que já havia desenvolvido numa localidade chamada Baixa D'Anta (Juazeiro do Norte/Ceará) uma experiência agrária e agrícola muito exitosa. Na Fazenda Caldeirão, sob a liderança do beato, os agricultores desenvolviam atividades agropecuárias e de indústria artesanal. Eles armazenavam os produtos colhidos da terra, mas também, parte destes era comercializada. Com o dinheiro obtido, eles compravam as mercadorias de que necessitavam, como: instrumentos de trabalho, utilidades domésticas, medicamentos etc. Vale salientar que a renda da produção e da comercialização era coletivizada, sendo repartida de acordo com as necessidades de cada um. Essa experiência foi totalmente devastada porque estava contrariando interesses econômicos e políticos da elite rural da região. Os agricultores – e familiares – que moravam e trabalhavam na Fazenda Caldeirão, apesar de terem oferecido resistência, foram todos mortos.

que lhes faziam constantes ameaças, inclusive de morte. Os camponeses entraram com uma ação judicial de reintegração de posse contra o “patrão”, ao mesmo tempo que exigiam o cumprimento do Estatuto da Terra no que diz respeito ao pagamento da renda (10%), ao invés de 50% exigida pelo referido proprietário.

O saldo deste confronto foi o assassinado de dois trabalhadores, pai e filho, mortos a tiros e facadas, tendo sido os principais acusados, o gerente da fazenda, seu filho e genro.

Em Quixeramobim, em 1989, trezentas famílias ocuparam a fazenda Reunidas São Joaquim, constituindo-se a primeira ocupação mediada pelo MST, no Ceará. Muitos(as) trabalhadores(as) dessa fazenda tinham sido vítimas de grilagem, violência e expropriação e graças à organização e à pressão dos(as) trabalhadores(as) para a liberação da propriedade pelo INCRA (a desapropriação já estava decretada desde 1986), foi criado o assentamento, no qual se assentaram quinhentas famílias.

Vale salientar que até os anos 70, as intervenções fundiárias eram prerrogativas do governo federal. Somente na década seguinte, os governos estaduais

[...] utilizando-se de mecanismos diversos, passaram a intervir de forma mais recorrente sobre a questão fundiária, através de algumas brechas, tais como a desapropriação por utilidade pública, para criação de fazendas experimentais, arrecadação de terras públicas estaduais, compra de terras (MEDEIROS; LEITE, op. cit., p. 10).

Segundo os autores referidos, essa tendência se deveu a dois fatores: por um lado, o fortalecimento das organizações dos trabalhadores que passaram a intensificar a pressão por terra e, por outro, pela possibilidade dos executivos estaduais disputarem com o governo federal a bandeira da reforma agrária, num cenário de processos democráticos, no qual, as mudanças políticas se davam de forma rápida e expressiva. Nesse contexto, o aparato institucional nos estados passou a se configurar de forma diferente, tendo sido criados, na esfera estadual, organismos voltados para tratar da questão agrária. O saldo desse novo desenho institucional nos anos 80 e 90, sinalizava para uma certa autonomia dos

executivos estaduais na política de assentamentos, acarretando, em decorrência, disputas entre estes por recursos públicos, por verbas, assistência técnica e outros.

Na segunda metade dos anos 90, tendo Fernando Henrique Cardoso à frente do poder executivo, anunciou o governo seu propósito de consolidar as bases macro e micro econômicas do desenvolvimento e, nesse sentido, agendou como uma de suas prioridades a reforma agrária. No seu primeiro mandato, as ações de desapropriação tomaram impulso, todavia, no segundo, ele recorre, com frequência “ao instrumento da compra de propriedades em detrimento das desapropriações e concentrando sua ação nas regiões Norte e Nordeste do País”. (Navarro, *ibid*, p. 40).

Nessa perspectiva, criou o Banco da Terra para ativar, através de uma linha de crédito fundiário, o mercado de compra de terras e, para tanto, contava com recursos do Banco Mundial. Garantiu, ainda, assentar em média 100 mil famílias por ano.

Dados fornecidos pelo MST informam que o INCRA dizia ter assentado no Brasil, em Programa de Assentamentos, até 1996, 254.173 famílias. Esses dados não coincidiram com os do I Censo da Reforma Agrária, que cadastrou apenas 159.779 famílias recenseadas, através de 1.425 projetos de assentamentos rurais³⁶.

Pelo cadastro do INCRA, em 1998 os imóveis rurais não produtivos totalizavam uma área de 166,3 milhões de hectares, somando 59,8 mil propriedades, grande parte concentrada nas regiões Centro-Oeste e Norte do país³⁷.

Encontramos em Fernandes (2000, p. 301) dados que comprovam que de 1995 até abril de 1999, houve 2.750 assentamentos e 299.323 famílias assentadas. Dando prosseguimento ao levantamento de dados empíricos sobre a política de assentamento do governo Fernando Henrique Cardoso, informa-nos o

³⁶ Fonte: I Censo de Reforma Agrária – INCRA/Crub/Unb, 1998.

³⁷ Fonte: Jornal do Senado (2003).

sr. Gérson Teixeira³⁸, que “dados oficiais registram que, de 1995 a 19 de dezembro de 2001, teriam sido ‘assentadas’³⁹ 404.896 famílias e obtidos 17.485.690 hectares para a ‘reforma agrária’ “ (Teixeira, 2003, p. 1).

Ainda no âmbito da política agrária, o governo, reafirmou o propósito de implementar ações específicas destinadas a promover a melhoria de vida dos agricultores e, nesse sentido, foi criado, em 1996, o Pronaf. Todavia, visando possibilitar a inserção dos pequenos agricultores no agronegócio, o governo expande, em 1998, o Pronaf, apoiando a inserção associativa de agricultores familiares no setor agroindustrial, formando conglomerados de pequenas e médias agroindústrias interligadas a uma central de serviços de processamento e de mercado, o que, na opinião de Fernandes (2001), isso se configura uma vinculação dos(as) pequenos(as) produtores(as) à lógica capitalista.

A experiência dos quatro primeiros anos de mandato, fez o governo federal decidir que tanto o INCRA como o Ministério da Agricultura unissem esforços e recursos na formulação e implementação de uma política de desenvolvimento rural sustentável, com base na expansão da agricultura familiar e na sua inserção competitiva no mercado, estabelecendo como marco conceitual a abordagem do Novo Mundo Rural. Nesse projeto está implícito que compete ao Estado definir o modelo de desenvolvimento e determinar as políticas a serem adotadas, às quais os (as) trabalhadores(as) deverão se integrar. Nesse sentido, foram criados vários programas e projetos, entre os quais podemos citar o Projeto São José, cuja experiência piloto se deu no Ceará e que abrigou, em novembro de 1997, com recursos do Fundo da Terra, o programa Cédula da Terra⁴⁰ que, aliás, deu origem

³⁸ Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA e especialista em questões agrárias. Os dados fornecidos estão disponíveis na Internet (<http://www.mst.org.br>) acessada em abril de 2003.

³⁹ O autor usa essas aspas para chamar a atenção de que o governo Fernando Henrique Cardoso utilizava dados fictícios ao incluir entre os assentadas, famílias de projetos antigos beneficiária de algum serviço específico naquele período ou famílias em situações de regularização de terra, entre outras.

⁴⁰ Esse programa estendeu-se aos estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco e o norte de Minas Gerais e, depois, para todo o país.

ao Banco da Terra. Criada essa instituição financeira, o governo adotou uma política de compra de propriedades para fins de desapropriação.

As desapropriações feitas através do Banco da Terra encontram-se no território político-econômico da lógica do capital e não, do trabalho, ou seja, são estabelecidos como mecanismos de transformar o trabalho agrícola em cooperativas e não para o trabalho associado⁴¹, como defendia Marx, o qual levaria à superação de sua subordinação ao capital. Mészáros (2002, p. 14) afirma que “o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital”. Diz ainda que enquanto os produtores associados não conquistarem sua autonomia, “o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade” (ibid).

Alguns estudiosos, como Fernandes (2001) e Bogo (1999), avaliam que o Banco da Terra veio beneficiar ainda mais aos latifundiários que, ao venderem suas terras, recebem do governo o pagamento à vista, além de ter aumentado o fosso nas negociações políticas. Assim, o acesso a terra passou a ser mediatizado pelo mercado, e não mais pelas ações dos trabalhadores e a intervenção do Estado. “[...] Ou seja, a perspectiva de realização de um projeto de reforma agrária de fato foi transformado em mais um território do capital” (FERNANDES, p. 40).

⁴¹ O trabalho associado “tem como característica essencial o controle consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção. Desse modo são os homens que regem o processo de produção e não os produtos [...] Esta forma de trabalho é muito mais humanamente digna porque neste caso são os próprios homens que decidem como, o que e de que forma seria realizada a produção [...]” (Tonet, 2002b14-6). Isto implica em desenvolvimento das forças produtivas em patamares de absorção da ciência, técnica, maquinaria e habilidades humanas, de tal forma que a riqueza gerada tenha a possibilidade de atender as necessidades de todos e, conseqüentemente, reduza o tempo de trabalho necessário para sua subsistência, aumentando o tempo livre. “É esta base material que permite aos homens serem plenamente livres, ou seja, terem o controle consciente e coletivo do processo de trabalho e, conseqüentemente, de todo processo social. É esta base material, também, que permite a todos o acesso à riqueza universal - tanto material como espiritual - de modo a poderem realizar plenamente as suas potencialidades e dar um sentido autêntico à sua vida” (Tonet, 2002a:11).

Assessores do Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar – MPFAF, ao referirem-se à essa instituição financeira, acrescentam: “O Banco da Terra é a expansão, para todo o País, dessa experiência pioneira e bem sucedida de reforma agrária, desenvolvida pelo governo brasileiro em parceria com o Banco Mundial”⁴².

Reforçando as vantagens desse modelo de reforma agrária, ressalta ainda o documento:

O Banco da Terra tornou viável que o governo distribua terras diretamente para os trabalhadores rurais. O método é simples: organizadas em associações, as famílias rurais de baixa renda escolhem a área que querem comprar e, com ajuda de órgãos técnicos estaduais e do Incra, negociam o preço com o proprietário e definem qual a atividade econômica querem desenvolver na área. A compra da terra é financiada pelo governo federal e o beneficiário tem 20 anos para saldar a dívida, com três anos de carência e juros subsidiados que variam de 2%, nas regiões mais pobres, a 6% ao ano (ibid, p. 8).

Constituiu-se meta de Fernando Henrique Cardoso assentar, em 2002, 20 mil famílias com recursos do Banco da Terra, num total de duzentos e oitenta e dois milhões e setecentos mil reais, 60 mil famílias pelo INCRA, com um dispêndio de um bilhão, trezentos e cinquenta e nove milhões de reais e 20 mil unidades familiares, através do Programa de Combate à Pobreza Rural, representando um desembolso em cerca de 100 milhões de reais. (INCRA, 2000).

O processo de desapropriação de terra pelo governo federal segue, em geral, os seguintes passos: as associações rurais informam ao sindicato rural a existência de uma propriedade que não está cumprindo sua função social. Este, repassa para o INCRA as informações necessárias, como: localização, proprietário etc. e solicita daquele órgão uma vistoria. Feita a vistoria, o INCRA avalia o Grau de utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência da Exploração (GEE).

Em abril de 1999, visando fixar normas e procedimentos para a desapropriação por interesses social, o governo instituiu a Instrução Normativa n. 31/INCRA em substituição a de n. 8. Segundo Junqueira (2003), as principais

⁴² Cf. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. Banco da Terra. Brasília, 1999, p.14. (mimeo).

mudanças ocorridas foram: a) o levantamento dos dados das condições de uso, para classificação do imóvel, leva em consideração os 12 meses anteriores à vistoria; b) as desapropriações devem se dar em áreas que já sofreram ação do homem, “ excluindo-se áreas com cobertura vegetal nativa. O que comumente ocorre é que o interesse recai mais para as áreas de extração de madeira, para termos em seguida o seu abandono, descaracterizando totalmente o objetivo da desapropriação” (ibid, p. 1); c) uso obrigatório de técnicas de sensoriamento e geoprocessamento no levantamento de dados e informações sobre as condições de uso do imóvel, medição, explorações etc; d) desenvolvimento do estudo de viabilidade técnica (EVT), que esclarece as razões (também chamadas de conveniências) que justificam a inclusão do imóvel no programa de reforma agrária.

Nas razões de conveniência são levados em consideração os aspectos técnicos, econômicos e ambientais. Com relação aos aspectos técnicos, são analisadas a aptidão agrícola do imóvel e a capacidade de uso do solo. Os solos são classificados com base nos tipos de intensidade de uso das terras, que variam de I a VIII, conforme “o grau de limitação de uso, a natureza da limitação e as condições específicas que afetam o uso ou o manejo da terra” (ibid). Junqueira comentando essas razões de conveniência, afirma:

São restrições baseadas nas combinações físicas e químicas existentes em cada imóvel, como declividade, permeabilidade, profundidade, textura, índice pluviométrico, intensidade de uso, etc. Com essa classificação, teremos a viabilidade do tipo de exploração a se realizar. (ibid, p. 1).

Afeto ao aspecto econômico está a localização do imóvel, tendo em vista a viabilidade de escoamento da produção, de mercado etc. Além desse, ressalta Junqueira a importância de ser levado em conta aspectos sociais, como as relações existentes entre as famílias pretendentes ao assentamento, as condições de salubridade, assistência sanitária, educacional e demografia.

Para finalizar, Junqueira (ibid, p. 2) acentua: “Vale lembrar que os índices regionais de produtividade, que medem o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência da Exploração, não mudaram”.

Feitas essas considerações técnico-normativas da desapropriação, retomaremos ao ano de 1985, para tratar das propostas de reforma agrária ao nível do Estado do Ceará. Aquele ano foi marcado por mobilizações e manifestações de massa que reclamavam por reforma agrária, colocando-a na ordem do dia. Informa-nos Mônica Martins (2002, p. 152):

A implantação do Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA, a instalação da Comissão Agrária (colegiado tripartite e paritário formado por trabalhadores, proprietários e poder público), as pressões antagônicas de entidades da sociedade civil sobre os técnicos e as instituições governamentais, os embates de idéias nos meios de comunicação de massa e as acirradas disputas eleitorais para a diretoria da Federação de trabalhadores Rurais do estado do Ceará – Fetraece, colocam a reforma agrária na ordem do dia.

Segundo a autora, a reforma agrária representou para o governo de Tasso Jereissati, conhecido como o “Governo das Mudanças”, uma estratégia para solidificar o capital no campo, pois, o modelo de reforma por ele defendido inclui a permanência da apropriação dos meios de produção pelos empresários. Todavia, no discurso governamental, a reforma agrária se constitui uma condição fundamental para a economia do Ceará “capaz de reduzir as desigualdades e a pobreza absoluta no setor primário (...) bem como trazer a paz ao campo”. (ibid, p.149). Tal discurso apresenta um caráter eminentemente ideológico, visto que o crescimento econômico é perseguido como uma meta de governo, ocultando, ao mesmo tempo, a subsunção do trabalho ao capital.

Por outro lado, o governo Tasso pretendia, com as ações de desapropriação e de instalação de assentamentos, garantir a legitimidade frente aos setores organizados da sociedade civil, dado o aumento do número de conflitos de terra, os constantes acampamentos de trabalhadores(as) rurais em frente aos órgãos públicos, mediados por organizações sindicais, político-partidárias e pela Igreja, e a pressão “[...] das forças que integram a coligação vitoriosa nas eleições para governador em 1986 (PMDB, PDT, PCB e PC do B, apoiados por entidades sindicais e populares)”. (ibid, p.149).

Naquele período, mais especificamente no quadriênio 1986-1989, o Ceará alcançou, segundo Paula (1998, op. cit., p. 206), grandes avanços com relação à reforma agrária, apontando entre outras razões,

[...] uma articulação favorável [...] que teve como característica importante a presença de alguns técnicos na direção dos órgãos públicos responsáveis pela execução ou apoio a esta política, os quais já participavam há algum tempo da luta pela reforma agrária.

Além disso, foi criada em 1986, a Comissão Agrária, composta por três representantes dos trabalhadores rurais, três dos proprietários e três do poder público. Essa comissão tinha como atribuições “instruir pedidos de aquisição e desapropriação de terras; pronunciar-se sobre seleção de candidatos para assentamento; oferecer sugestões ao INCRA sobre a elaboração, execução e acompanhamento do PRRA”. (M. Martins, 2002, p.159).

Outra iniciativa que favoreceu a implementação de ações relacionadas à reforma agrária desse governo foi a criação do Grupo Executivo de Apoio à Reforma Agrária – GERA, formado por órgãos públicos – dois federais e onze estaduais – e de representantes de associações de assentados e da FETRAECE, que visava: “apoiar a produção e a organização dos assentados para participarem na gestão dos assentamentos; compatibilizar fontes de crédito, coordenando a elaboração e aprovação dos projetos; acompanhar e avaliar as ações integradas de reforma agrária”. (ibid, p. 161) O GERA promoveu duas Feiras da Reforma Agrária, respectivamente, em outubro de 1988 e agosto de 1999, “tendo como objetivos: a comercialização de produtos, o intercâmbio de experiências e a promoção de atividades culturais. O apoio financeiro desta iniciativa é oriundo de diversos órgãos públicos estaduais e federais”. (ibid, p. 162).

Essa tendência à expansão da participação no processo decisório dos técnicos comprometidos com a reforma agrária e da classe trabalhadora contava com o apoio de dirigentes de órgãos estaduais nomeados pelo governador, gerando conflito político-ideológico o que se constituía ameaça à direção política e econômica que este pretendia imprimir no campo e à própria estrutura do Estado.

Nesse sentido, três fatores relacionados à ação institucional podem ser apontados como determinantes para as demissões, em agosto de 1989, dos secretários de Agricultura e Reforma Agrária, da Indústria e Comércio e da Educação e outros cargos:

- a) os constantes conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais, fruto de um trabalho da Comissão Agrária de esclarecimento desses trabalhadores acerca dos antagonismos de classe, o que levou, de um lado, “ao estabelecimento de alianças entre setores do funcionalismo público e os trabalhadores rurais, em torno de uma proposta de reforma agrária e, de outro, ao distanciamento dessa proposta do controle do Estado” (ibid, p. 163).
- b) A pressão que o GERA faz ao governo “ao atuar como elo de ligação entre os órgãos públicos e os trabalhadores, (...)devido à ação coesa de seus membros e afirmação dos interesses dos assentados”. (ibid, p. 163). Por esse motivo, esse agente mediador passa a ser alvo de crítica pela hierarquia institucional pelo caráter autônomo que o mesmo imprimia ao funcionamento do colegiado. Referindo-se a essa crítica advinda dos órgãos estaduais fiéis ao governo Tasso, escreve M.Martins:

Os presidentes desses órgãos servem de porta-voz a setores do empresariado, censurando a forma de condução da reforma agrária, insinuando que o GERA realiza um trabalho oposto aos interesses do governo e que os técnicos se articulam mais entre si do que com seus superiores, tomando decisões e se ausentando, em viagens aos assentamentos, com frequência maior do que os deveres permitem (ibid, p. 163-164).

- c) O impacto que as Feiras da Reforma Agrária poderiam ocasionar, valorizando os trabalhadores rurais enquanto produtores materiais e culturais e possibilitando-lhes o acesso à imprensa escrita, falada e televisiva.

Acentua M. Martins (ibid, p.165):

As exonerações de secretário, subsecretário, diretoria de Reforma Agrária, além da substituição de outros dirigentes integrantes do GERA, mostram que o governador quer atingir não as pessoas, mas a proposta de reforma agrária “em construção” no Ceará.

Pelas razões acima expostas, entre os anos 1990 e 1994, as desapropriações de terra no Ceará sofreram uma desaceleração, levando os órgãos do governo a dar apenas algum apoio às unidades produtivas, no caso, os assentamentos já instalados. Não obstante esse fato, os conflitos de terra

continuaram a existir, embora sua força social – que dá visibilidade aos mesmos – tenha se fragilizado. Tais conflitos se relacionavam às reivindicações de pequenos produtores pela posse da terra ou por desapropriação de grandes propriedades não produtivas, à expulsão de antigos moradores pelos fazendeiros e à demanda por desapropriações e assentamentos.

Pelo exposto verificamos que o executivo estadual era intolerante com qualquer ação organizada que desse uma conotação político-ideológica às propostas de reforma agrária e que se distanciasse da lógica que embasava seus planos para o setor agrário, ou seja, fazer algumas desapropriações, desde que estas não se constituíssem uma ameaça à apropriação capitalista dos bens de produção e de consumo.

No cenário nacional, o MST rompeu com essa lógica. Há um consenso em sua militância, de que a luta pela terra não pode ser desvinculada das lutas de resistência no setor de produção agropecuária e agroindustrial, na comercialização dos produtos etc, por estarem intrinsecamente ligadas à conquista da terra. É uma prática comum no MST, ao ocupar uma propriedade, já iniciar o processo de luta por infra-estrutura básica, não acabando, portanto, com a conquista do assentamento. Stédile (1997, p. 10), um dos intelectuais orgânicos do MST, afirma que:

[...] para se pensar em reforma agrária hoje, tem que se levar em conta não só a reestruturação da propriedade da terra, mas também mexer em outros fatores da agricultura e do meio rural. O nosso programa propõe uma reforma agrária que, além de acabar com o latifúndio, redefinindo a propriedade da terra, reorganiza também a produção agropecuária, utilizando a terra prioritariamente para a produção de bens alimentícios – para atender as necessidades do nosso povo – e não, como é hoje, para a exportação.

Conquistada a terra, os assentados do MST, através de sua associação, constroem, de forma participativa, a organização política e de trabalho do assentamento. Nesse contexto, surgem as demandas por políticas públicas, sem as quais as condições de miséria no campo se reproduzem de forma ampliada. Entre estas, podemos destacar: políticas agrícolas, de crédito, de subsídios, de mercado; organização da produção e da comercialização, políticas de habitação, educação, saúde, saneamento, eletrificação rural, transporte, telefonia etc. “Esse é

um caro princípio do MST, que em seu movimento amplia a luta, dimensionando-a. Esse é o processo de territorialização, de crescimento, de multiplicação do Movimento que o governo tenta refrear” (FERNANDES, 2000, p.41).

Vale, contudo, ressaltar, que há uma diversidade bastante significativa de processos sociais e de estratégias na trajetória dos assentamentos, a começar pelos mediadores destes. Uns são liderados pelos STRs e outros, pelo MST. Uns se configuram pacíficos, outros mais violentos.

Em Irauçuba, município alvo de nosso estudo, há quatro assentamentos. O primeiro conhecido por Mandacaru, instaurado em 1984, ainda sob o regime militar foi dividido em lotes rurais (parcelas), cobrindo uma área total de 3.854 ha. Hoje conta com 130 famílias assentadas que ocupam as 46 parcelas existentes. Isso se dá por que à medida que os filhos se casam, vão ocupando uma pequena área da parcela dos pais. Estas variam de 74 a 107 hectares cada. Além deste, há mais três assentamentos, todos criados em 1997. São eles: Águas Mortas, Cajazeiras II e Saco Verde.

O assentamento Águas Mortas mede um pouco mais de 2.000 hectares e possui 64 famílias assentadas. O Cajazeiras II é o de menor extensão, contando com 965 hectares, no qual vivem e trabalham 30 famílias. Ambos foram instalados mediados pelo STR.

O assentamento Saco Verde ocupa uma área próxima a 6.000 ha e conta com 100 famílias assentadas que se distribuem em duas áreas denominadas Barreiras e Saco Verde (também conhecida por Sede). Na Sede residem 23 famílias. Barreiras, por sua vez, abrange três sub-áreas: Miranda, Juá e Vila Mendes, nas quais encontram-se assentadas 77 famílias.

A desapropriação da Fazenda Saco Verde foi precedida de intensos conflitos. Esta foi durante muitos anos de propriedade da família Braga que a vendeu, em 1973, para um grande empresário cearense que a transformou num estabelecimento empresarial agropecuário. Este, ao comprar a terra, chamou os moradores e exigiu que eles trabalhassem três dias na semana para a empresa e os proibiu de criarem animais. Esta proibição, acrescida à baixa remuneração recebida pelo trabalho de plantar para o patrão foi, aos poucos, gerando um clima

de insatisfação entre eles, o que levou muitas famílias a saírem da terra, outras porém, decidiram resistir.

Para tanto, encontraram orientação e apoio do CETRA, uma ONG ligada à Igreja Católica e que prestava assessoria aos trabalhadores rurais daquela Região, que os animou, em 1993, a solicitarem do INCRA a desapropriação da terra, haja vista o proprietário ter reservado para produção agrícola apenas uma pequena faixa de terra e não, os 80% exigidos para um estabelecimento empresarial agropecuário. Além disso, os moradores se viram prejudicados, pois a empresa contratou trabalhadores de fora, e não os da fazenda para a exploração agrícola empresarial.

Outro fato que acirrava mais ainda o já tão conflituoso convívio entre o proprietário e os trabalhadores, era uma prática soturna do gerente da fazenda de colocar o rebanho do patrão no roçado dos trabalhadores “rebeldes”, antes mesmo que esses fizessem a colheita. Mais que isso, envenenava-lhes os animais de pequeno porte.

Outros tipos de perseguição contra os (as) trabalhadores(as) foram constatados, como foi o fato de o proprietário dirigir, em 1994, notificação judicial a três trabalhadores parceiros – que lideraram esse movimento de resistência e que lá residiam desde a década de 50 –, informando-os de que não tinha intenção de continuar com a parceria.

Três anos depois, em 1997, o patrão entrou com uma ação de despejo contra os mesmos, porém, este não se efetivou porque em junho do mesmo ano foi decretada a desapropriação da propriedade, pelo INCRA. Nessa luta pela terra, os moradores da Fazenda Saco Verde contaram também com a mediação do STR/Itapajé no conflito, dado que o de Irauçuba ainda não tinha força junto às bases.

Formado o assentamento, os(as) pequenos(as) produtores(as) voltaram a plantar em seus roçados milho e feijão em regime de economia familiar e criar gado bovino, caprino, ovino, galinha e frango. Há, contudo, trabalho e áreas que se desenvolvem de forma coletiva. Outras são intocadas como áreas de preservação ambiental.

A renda maior do assentamento provém da venda do leite e do queijo. Compete às duas associações – de Barreiras e da Sede – em assembléia com os assentados, decidir como e onde aplicar a renda⁴³. Existem quatro escolas no assentamento, que oferecem estudo em nível do ensino fundamental até a 4ª série. Os assentados, por seu turno, reclamavam escola, saúde, assistência técnica, máquinas, escoamento de seus produtos entre outras medidas.

Dados do MST informam que até 2001, 150 projetos de assentamentos foram aprovados e 12.000 famílias haviam sido assentadas no Ceará. Apesar desses números pressuporem uma política de assentamento, se submetida a uma análise mais detalhada, constataremos que o governo estadual desenvolveu uma política pontual que abrangia um número limitado de municípios e, em referência aos assentamentos, não ofereceu, de modo geral, condições tecnológicas, materiais e humanas necessárias à efetivação de uma produção, escoamento e comercialização dos grãos ali produzidos. Todavia, em se tratando de metas e previsões, os Planos Plurianuais elaborados pelo governo Tasso mostravam propostas avançadas em “intenções”, porém, na prática, no “gesto”, não apresentavam qualquer sinal de avanço, ao contrário, reproduziam práticas que consolidavam o atraso econômico no meio rural, pela falta de ações efetivas que gerassem mudanças significativas na vida das famílias assentadas. Podemos assim, identificar, uma distância entre “intenção” e “gesto”, entre o discurso e a ação.

Seguindo essa direção, o governo Tasso desenvolveu sua política agrária, esboçada em Planos Plurianuais, os quais destacaremos os de 1996-1999 e 2000-2003. Orquestrada pelas propostas do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, a ação governamental definiu como grandes princípios norteadores: a sustentabilidade, a visão de longo prazo, parceria, descentralização e qualidade. Não nos ateremos a examinar tais princípios por não se constituírem, de forma mais direta, objeto de nossa atenção. Entretanto, pontuamos que eles estavam

⁴³ A renda coletiva é utilizada, principalmente, na compra de reses ou de algum instrumento de produção.

vinculados aos pressupostos neoliberais que foram adotados pelo governo federal e que transferem para a iniciativa privada grande parte de sua responsabilidade, significando, o afastamento do Estado das políticas sociais e o incentivo às parcerias, que contribui para a apologia da lógica conciliatória. Nesta perspectiva, vai-se formando uma cultura de acomodação dos trabalhadores rurais, retraindo as lutas sociais contra a exploração e, muitas vezes, fragmentando as organizações sindicais rurais.

No primeiro quadriênio ao qual nos referimos (1996-1999), a meta global de governo para a política em pauta refere-se à reestruturação agrária. Para tanto, o executivo programou não apenas “obter” terras para assentar famílias, mas também organizar e implantar infra-estrutura em áreas de assentamento; capacitar produtores rurais assentados e reassentados; incentivar a formação de cooperativas etc. Porém, isso ficou apenas na intenção.

A informação a seguir aponta para o andamento da iniciativa do governo na política de formação de assentamentos, no Ceará, no referido período:

O I Censo da Reforma Agrária do Brasil (INCRA, 1997), que fez o levantamento de todos os assentamentos existentes até 31 de outubro de 1996, identificou a existência de 132 projetos de assentamento e 9.250 famílias beneficiadas no Ceará. Esses números representam, respectivamente, 9,3% de todos os projetos e 5,79% do total de famílias assentadas no País (BARREIRA; PAULA, 1998, p. 209).

Todavia, os referidos autores presumem que a ação governamental apresentou falhas em muitos aspectos relacionados aos assentados, entre eles, o fato da política de capacitação dos pequenos produtores ter sido desenvolvida sem a correspondente educação formal. Argumentam ainda eles:

[...] muitos assentados participaram de treinamentos que propiciaram o conhecimento de algumas técnicas agrícolas. Entretanto, supõe-se que esta capacitação profissional foi dissociada da educação formal tão necessária aos assentados (ibid, p. 216).

Segundo dados oficiais⁴⁴, o número de famílias assentadas de 1995 até 10.09.2002 no Ceará é de 29.847, sendo 26.677 de responsabilidade do INCRA, 3.000 do Banco da Terra e 170 do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR.

⁴⁴ In: Região Nordeste: famílias assentadas até 10/09.2003 (2003).

No Plano Plurianual 2000-2003, o governo optou por promover ações compensatórias e distributivas por considerá-las necessárias ao convívio com o semi-árido, fixando como diretrizes principais, estimular o autodesenvolvimento de comunidades, contextualizar a educação formal e profissionalizante e fortalecer a agricultura familiar. Nessa perspectiva, foram previstas metas, tais como: assistir 41.226 famílias em regime de trabalho cooperado e realizar cursos de qualificação de 1.600 trabalhadores rurais, fortalecendo, assim, o pequeno produtor. Ainda no contexto da agricultura familiar, o executivo teve como objetivo aumentar a capacidade produtiva e a renda dos agricultores familiares; para tanto, estabeleceu como uma de suas ações prioritárias prestar assistência técnica e financeira aos mesmos. Nesse sentido, elaborou planos de gestão municipal de assistência e capacitação de pequenos produtores e de crédito rural.

Todavia, a aproximação com municípios do semi-árido da Região Nordeste, como Irauçuba, Itapajé, Amontada, Itarema e outros nos leva a entender que o governo Tasso não conseguiu avanços nas ações propostas. Portanto, a “intenção” não se fez ação. O que constatamos em Irauçuba e nos demais municípios referidos, é que os assentamentos desenvolvem, em geral, a agricultura de subsistência, sem assistência técnica, máquinas ou crédito agrícola e muitos se ressentem ainda da falta de eletrificação e de outros meios que favoreçam a melhoria de suas condições de vida.

Distribuir terra é uma medida insuficiente para garantir ao pequeno(a) produtor(a) que ele se desenvolva enquanto trabalhador e para se constituir, minimamente, uma política agrária. Se esta não for acompanhada de medidas, tais como: incentivo à produção; orientação quanto à comercialização e armazenamento dos produtos; uso adequado de insumos e de agrotóxicos; introdução de tecnologias; e se não forem criados, no seio dos produtores, valores como cooperação, participação coletiva etc, as ações governamentais no setor fundiário serão revestidas de uma visão unilateral, portanto, carregadas de erros históricos (BOGO, 1999).

Além disso, faz-se necessário maior investimento na educação, como vimos proposto pelo PADRS, na p. 32.⁴⁵

Frente ao exposto, podemos afirmar que a reforma agrária no Ceará está apenas engatinhando, porque falta educação, recursos econômicos, técnicos, humanos e vontade política para superar a questão agrária.

A reforma agrária solidária, nos moldes previstos pelo Banco da Terra teve, sem sombra de dúvida, o propósito de amortecer a resistência que os sem-terra do Estado vinham ao longo do tempo acumulando, pois retirados da negociação do processo de desapropriação, enfraqueceu a força do mais antigo instrumento de luta dos trabalhadores: os sindicatos rurais.

Este é, pois, o quadro que nos remete a um debate sobre o sindicalismo rural, o qual, não obstante ser um mediador legítimo dos trabalhadores rurais por reforma agrária, se configura, num espaço contraditório entre demandas dos sindicalizados e as redes de atrelamento ao Estado.

⁴⁵ Nesse setor, o que há de mais concreto é a interiorização do ensino fundamental com resultados a médio e longo prazos. Quanto ao 2º. grau, este não alcança nem todos os municípios, muito menos os distritos, no meio rural. A Universidade Estadual do Ceará – UECE mantém alguns cursos (em geral: pedagogia, letras, direito e, mais recentemente, medicina) em meia-dúzia de municípios que, provavelmente, pouco estarão preparando profissionais na perspectiva do desenvolvimento rural.

Capítulo II

O sindicalismo rural em questão

2.1. Considerações históricas e teóricas

O sindicalismo, de modo geral, tem sua origem nas contradições históricas do capitalismo. As divergências de classes e as condições objetivas de aglomeração nas fábricas, no século XVIII, constituíram-se fatores propulsores da organização dos trabalhadores. Contudo, como movimento de classe, ele é produto do crescimento do trabalho assalariado, tendo sido considerado, por esse motivo, desde sua origem, berço dos movimentos trabalhistas, embora em alguns países europeus, como a Inglaterra, ele tenha sido concebido como uma organização subversiva, levando-o a sofrer, freqüentemente, repressão por parte do Estado, articulado com a força ineliminável do capital.

Submetidos a um regime de exploração de sua força de trabalho, criaram os operários algumas formas de resistência, entre as quais podemos citar as sociedades de ajuda mútua, nas quais desenvolviam ações de solidariedade, numa manifestação da persistência dos valores de origem camponesa. Além disso, foi adquirindo visibilidade entre os trabalhadores fabris, uma tendência anárquica que os impulsionava a promover, dentro das fábricas, a sabotagem da produção. Uma outra expressão da reação do sindicalismo de então, era a luta dos operários por direitos políticos, numa manifestação de insatisfação com a ordem da sociedade burguesa.

Essas práticas foram se consolidando, dando origem às primeiras organizações sindicais com base territorial e não por categoria profissional. Esse padrão de sindicalismo exprime a estrutura produtiva do período, formada por uma variedade de pequenas empresas e apresentando uma elevada mobilidade geográfica dos operários. Nesse contexto, os sindicalistas estavam mais voltados para a luta política do que para a ação contratual com as empresas.

Somente na segunda metade do século XIX, o movimento sindical passa a reunir sua base social tendo como critério a profissão. Nesse período, o

sindicalismo se distingue através de quatro amplas perspectivas (Hyman, 1988): a primeira, de origem católica, caracteriza-se pela aceitação tácita ou explícita das relações capitalistas de produção. É o chamado sindicalismo “puro e simples”. O segundo modelo de aspirações revolucionárias via na militância sindical e na consciência de classe as condições necessárias e fundamentais para a derrubada do capitalismo. Enquadra-se, nesse padrão, o sindicalismo anárquico. Em meados do século XIX, o movimento operário encontra em Marx seu principal intelectual orgânico, sendo inclusive o organizador da Associação Internacional de Trabalhadores (1864-1876).

Todavia, surge a terceira tendência, de caráter social-democrata e que preponderou no meio sindical até o final daquele século. Vinculadas à Segunda Internacional (1889-1914), as organizações sindicais defendiam, ao mesmo tempo, a distinção e a complementaridade entre os sindicatos e o partido. Na prática, essas organizações passaram a ancorar cada vez mais idéias reformistas⁴⁶, distanciando-se, no início do século XX, dos fundamentos originais da social-democracia. Contrapondo-se a essa tendência reformista, registramos, finalmente, o movimento revolucionário, fundado por Marx e Engels que foi representado, posteriormente, por Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburg e Gramsci, entre outros.

Respaldado na teoria social marxiana, em vários artigos escritos em 1899, Lenin criticou alguns grupos militantes da social-democracia russa por separarem as lutas políticas das lutas econômicas, concentrando-se nestas últimas. Em um artigo posterior, Lenin (1901, apud Bottomore, p. 121) definiu o economicismo,

[...] como uma *tendência à parte* no movimento social-democrata, com as seguintes características: vulgarização do marxismo que conferia menor importância ao elemento consciente na vida social; vocação para restringir a agitação e a luta política; incapacidade de compreender a

⁴⁶ Ressalta-se que o reformismo é uma corrente da social-democracia que tem ideais socialistas. Sua discordância com o pensamento socialista revolucionário é de conteúdo e forma. O primeiro refere-se ao arcabouço teórico que sustenta a prática revolucionária ou não. O segundo, refere-se a maneira como chegar ao socialismo e também a extensão da transformação econômica e social imediata que essa transição obrigatoriamente exige. Enquanto os socialistas revolucionários defendem uma transição radical que culmine com a substituição do Estado e da economia burguesa pela ditadura do proletariado, os reformistas, por outro lado, acreditam ser possível se alcançar o socialismo através de reformas pacíficas e graduais.

necessidade de criar uma organização forte e centralizada de revolucionários’.

Visitando Luxemburg (1975), uma das principais teóricas da social-democracia alemã do final do século XIX, verificamos sua crítica a Bernstein (um dos dirigentes da social-democracia alemã daquele período), por defender como tarefa do sindicalismo, uma ação ofensiva contra a taxa de lucro industrial, que deveria, conforme a sua idéia, ser transformada, passo a passo, em taxa de salário. Contrapondo-se a essa construção ideológica, afirma a autora (ibid, p. 54):

Ora os sindicatos não têm qualquer poder para levar a cabo uma política de ofensiva econômica contra o lucro porque, na verdade, não passam de uma defesa organizada pela força de trabalho contra os ataques do lucro, expressão da resistência da classe operária contra a tendência opressiva da economia capitalista.

Nesse sentido, entendemos que a crítica feita àquele dirigente partidário tem uma amplitude teórica e prática indizível, em decorrência do seu afastamento dos princípios socialistas e seu reducionismo, que trata o sindicalismo como uma estratégia defensiva e organizada “contra os ataques do lucro”, retirando da classe trabalhadora a competência histórica de transformar o modo de produção capitalista.

Gramsci (1990), também identifica o sindicalismo com o economicismo e suas manifestações políticas. Ainda a respeito do economicismo ele concebe a existência de um elemento básico, ou seja, a existência de governantes e governados, noção elementar à ciência e à prática política. Encontramos este pressuposto em *Notas Sobre Maquiavel*⁴⁷ (ibid, p.15). Todavia, o autor, afirma que “as origens desse fato são um problema à parte que deve ser estudado separadamente”, questão que vai ser retomada em outras passagens de sua obra. Entendia Gramsci ser importante um estudo sobre essa temática, na perspectiva do desaparecimento do fato, “mudando certas condições identificáveis como operantes nesse sentido”. (ibid, p.15) E continua:

Tendo em vista que até no mesmo grupo existe a divisão entre governados e governantes, é preciso fixar alguns princípios irrevogáveis. É justamente nesse terreno, em que ocorrem os “erros” mais graves, que se manifestam as incapacidades mais criminosas e mais difíceis de

⁴⁷ Texto que faz parte dos *Cadernos Do Cárcere* e que foi publicado pela Editora Brasiliense no livro intitulado *Poder Político e Partido* (1990).

corrigir. Acredita-se que, uma vez aceitos os princípios do próprio grupo, não só a obediência será automática e virá sem nenhuma demonstração de “necessidade” e racionalidade como também será discutível (alguns pensam e – o que é pior – agem acreditando que a obediência “virá” sem ser solicitada, sem que o caminho a seguir seja indicado (ibid, p.16).

Um dos equívocos cometidos pelos governantes e/ou dirigentes das organizações políticas é o “culto à tradição”, em contraposição ao que Gramsci chama de “espírito estatal”. Para ele, o “espírito estatal” pressupõe a “continuidade” ou seja, “pressupõe que cada ato seja o momento de um processo complexo que já se iniciou e que vai continuar”. (ibid., p.17) Reflete ainda, que há um limite concreto para a duração de uma dada direção, até porque ela vai sendo aperfeiçoada, organicamente, no sentido histórico, pelas gerações. Neste sentido, afirma:

[...] nos sentimos solidários com os homens que hoje são velhinhos e representam para nós o “passado” que ainda vive entre nós [...], com o qual é preciso acertar as contas, que é um dos elementos do presente e uma das premissas do futuro. E com as crianças, com as gerações que nascem e crescem, por quem somos responsáveis.

[...] No entanto, podemos dizer que mesmo se o tão falado “espírito estatal” existe em todo mundo, é preciso, de vez em quando, combater suas deformações e seus desvios. (ibid, p. 18)

Diferentemente se manifesta o “culto à tradição”, pois, este se fixa a um determinado objetivo, em geral, tendencioso, que é o de não provocar mudanças, por exemplo, nas situações que estão assegurando a manutenção de interesses de um determinado grupo de dirigentes de uma dada organização.

Entre os preconceitos mais corriqueiros apontados por Gramsci é acreditar que se as coisas existem é porque é “natural” que elas existam, que elas não podem senão existir (ibid, p.25). Esse modo de perceber a realidade é um verdadeiro “culto à tradição”, pois “mesmo as tentativas de reforma, por pior que sejam, não interromperão a vida porque as forças tradicionais continuarão a operar [...]”. Esse culto à tradição é compatível com a perspectiva do sindicalismo “puro e simples” ao qual nos referimos anteriormente.

Esses elementos teóricos e outros encontrados nas formulações gramscianas serão significativos para nossa aproximação com a questão sindical de forma geral e, em particular, com o sindicalismo rural.

Abriremos aqui um parêntese para situarmos o sindicalismo brasileiro e, posteriormente, tratarmos da questão rural. No Brasil, a organização do movimento operário caminhou durante todo o século XX sob a égide do Estado.

Sabe-se que até 1930, a questão social no Brasil era tida como “caso de polícia”⁴⁸. As relações do incipiente proletariado com a burguesia, conforme Frederico (1994), num Estado dito liberal, encontravam sua regulação jurídica no próprio espaço fabril. Os regimentos internos das fábricas dispunham as normas de convivência entre as partes contratantes”(ibid p.56). Contudo, com os anarquistas a radicalização dos conflitos no movimento trabalhista, tornava, freqüentemente, as regras de controle da fábrica, inoperantes, havendo a interferência da polícia, para garantir a ordem e os direitos dos donos das fábricas. Os sindicatos eram invadidos e fechados, os jornais operários queimados.

O Estado liberal brasileiro (como pressupõe o liberalismo), tem o objetivo de defender os direitos individuais e a propriedade privada sem intervir em assuntos privados, a não ser que seja uma ameaça à liberdade e à propriedade do outro. Munakata (1981), tratando da legislação trabalhista, lembra que o contrato de trabalho “é a expressão da igualdade entre as partes (p.12) e da liberdade (cada um é livre de assinar ou não o contrato)”. Trata-se de um assunto privado. As greves deixavam de ser assunto individual, patrão e empregado não mais se enfrentam em condições individuais, ocorrendo à intervenção do Estado, com sua força policial, vista como plenamente legítima.

Os anarquistas, vão ganhando força no interior dos sindicatos suscitando negociações coletivas. Tentavam fazer valer seus direitos através da participação nas assembléias, nas greves e diante das oposições; também criaram fundos de greves, que serviam para atender as emergências de saúde de alguns operários.

Paralelamente, a vertente sindical assistencialista foi ganhando força, tornando regulares os serviços de benefício, provocando a ampliação do número

⁴⁸Esta frase é atribuída a Washington Luís, Presidente da República de 1926 a 1930. Sobre a concepção de questão social ver: Vicente de Paula FALEIROS (1980), lasbek, Sposati In: Ser Social, nº 6, 2000.

de associados em diferentes locais⁴⁹. Na literatura gramsciana, está presente o preceito de que “nenhuma hegemonia se constrói sem uma retribuição material”. Essa lógica pode ser identificada, com maior ou menor grau, nos sindicatos anarquistas ou não, tanto no governo de Getúlio Vargas como nos que se seguiram.

Os sindicatos mais combativos se recusavam a ficar atrelados ao Estado, não solicitando seu reconhecimento legal junto ao Ministério do Trabalho, criado em novembro de 1930. A partir de 1935, a política estatal só concedia vantagens trabalhistas aos sindicatos oficiais, fortalecendo assim o controle das bases sindicais. Apesar da resistência, os mais radicais, acabaram por concordar, mas com a perspectiva de combater essa vinculação com o Estado, por dentro dos sindicatos. Frederico (1994, p. 63), nos chama a atenção para o fato de que a estrutura sindical montada por Vargas se tornou inalterada durante décadas, e se constitui, tema recorrente na literatura especializada. É possível verificar, na história sindical brasileira, a articulação das tendências revolucionária e reformista. Segundo Edgar Carone, citado por Frederico, “a hegemonia no movimento operário, pelo menos até 1920, era mantida pelas diversas modalidades de socialismo reformista, fato pouco conhecido, mas decisivo para se entender o sucesso de Vargas junto ao operariado” (1994, p.63 e 64). Tratando ainda da estrutura sindical, o autor destaca “o caráter ambivalente do seu atrelamento ao Estado: se nas conjunturas repressivas serviu apenas para imobilizar o movimento operário, nos momentos democráticos, contrariamente, permitiu ao sindicalismo exercer influencia sobre o aparelho estatal” (ibid p.65). Essa relação entre sindicato e Estado e vice-versa é teorizada por Gramsci na sua teoria do Estado ampliado. Dito isto, retomamos a análise gramsciana de organização e poder, num diálogo com o movimento social rural.

Referindo-se à questão sindical, Gramsci (1990) menciona o sindicalismo teórico italiano, o qual, no seu entendimento, teve origem no economicismo, cuja relação com a filosofia da práxis é apenas verbal. Admite ainda o autor que a

⁴⁹ Sobre o tema ler: Munakata (1981), Antunes (1982) .

ligação entre as principais ideologias da livre iniciativa e o sindicalismo teórico, teve origem na Itália. Tais ideologias, acentua o autor, são respectivamente influenciadas por Agostinho Lanzillo e Vilfredo Pareto, conforme nos esclarece:

O significado destas duas tendências é, no entanto, muito diverso: a primeira é própria de um grupo social dominante e dirigente; a segunda, de um grupo ainda subalterno, que ainda não adquiriu consciência de sua força, de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por isso, não consegue sair da fase do primitivismo. (ibid, p. 28)

Gramsci considera primitivista o movimento sindical cujas reivindicações se encontram numa fase meramente economico-corporativistas, isto é, que estão voltadas, precipuamente, para o interesse de melhoria salarial da categoria que ele representa. Essa vertente – representada por Pareto – ao que tudo indica, exerceu uma relativa influência no sindicalismo urbano brasileiro, principalmente no governo Vargas.

No campo, nos anos 50, a insatisfação dos camponeses acerca de suas condições de trabalho levava-os a reivindicarem melhores condições de trabalho, todavia, as manifestações daí decorrentes, eram reprimidas pelo Estado, ocorrendo prisões, torturas, entre outras formas de violência. Este, apesar de haver acenado para os trabalhadores, presentes nas cidades e no campo, a possibilidade de institucionalização do sindicalismo rural, sempre encontrou resistência por parte dos latifundiários. Contando com o apoio das elites urbanas, os latifundiários ficavam impunes frente aos crimes praticados contra as lideranças e os trabalhadores.

A esse período que se estende dos anos 50 até às vésperas do golpe militar de 1964, no qual o sindicalismo rural não consegue ocupar um lugar de destaque na vida associativa dos pequenos produtores, Venceslau denomina de pré-sindical porque, segundo ele, “a organização e a mobilização no campo assumiram a forma de associações civis”, cujo modelo exemplar no Nordeste foram as Ligas Camponesas que, “[...] pelo seu peso e importância, desempenharam o papel mais relevante” (1996, p. 3).⁵⁰

⁵⁰ No capítulo anterior já fizemos referência a este movimento e outros.

Referindo-se ao mesmo período, a revista “*A mulher – Trajetória de Lutas*” relata que os trabalhadores encontravam-se inconformados com as relações de dominação e opressão existentes na estrutura fundiária e, por isso, passaram a se organizar e a participar de movimentos sociais rurais, tendo como bandeiras de luta a posse da terra, a reforma agrária, a legislação trabalhista para o campo e o direito à representação sindical, onde, são novamente citadas as Ligas Camponesas no Nordeste, o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER na Região Sul e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB. Acrescenta a matéria:

A exclusão da categoria trabalhadora rural, fortemente marcada pela fome, miséria e violência, motivou a realização de algumas lutas unificadas entre essas organizações de trabalhadores. O maior exemplo ocorreu em 1963, no estado de Pernambuco, quando a Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetape), as Ligas Camponesas e os sindicatos autônomos organizaram uma das maiores greves do setor canavieiro.

Nesse período, o Brasil é marcado por um período de grande efervescência política. O povo brasileiro clamava por um modelo de desenvolvimento independente do capital estrangeiro, por uma reforma agrária radical e por liberdades políticas (Revista A Mulher – Trajetória de Lutas, 2002, p. 5).

Conforme já assinalado no capítulo anterior, em março de 1963, o governo Goulart promulga o Estatuto do Trabalhador Rural em resposta às reivindicações vindas do campo pela reforma agrária, pelo direito previdenciário e de organização sindical. Esse cenário de enfrentamento dos trabalhadores rurais em busca do direito a terra levou o Estado a institucionalizar a sindicalização rural, atendendo assim, a uma reivindicação dos mesmos.

Em dezembro do mesmo ano foi realizado o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que contou com 29 Federações representando 18 Estados e a participação de 475 sindicatos. Neste encontro foi criada a CONTAG, tendo sido reconhecida oficialmente em janeiro/64 (ANAIS do 7º CNTTR, p. 7).

Alguns autores, como Venceslau (1996) e Ricci (1994), reconhecem que federações e sindicatos discordaram, desde o início, da direção política infundida pela Confederação ao sindicalismo rural, o que vem demonstrar a existência de diferenças político-ideológicas internas, também no movimento sindical rural.

Instalado o regime militar, a organização sindical foi sumariamente aniquilada em todo o território nacional, tendo muitas lideranças sido presas, torturadas e até banidas do país. Novos diretores foram nomeados para as Delegacias Regionais do Trabalho e os sindicatos passaram a sofrer intervenção, sendo os interventores escolhidos, cidadãos “apolíticos” com posições ideológicas identificadas com o “projeto revolucionário” do governo militar.

Sob intervenção e destituídos de qualquer direção político-ideológica, considerada subversiva à ordem estabelecida no país, os STRs passaram a ter, um caráter eminentemente assistencialista, reforçado pela atuação do FUNRURAL, órgão governamental que tinha como atribuição precípua, prestar assistência médico-hospitalar ao homem e mulher do campo. Somente a partir de 1969, foram integrados os benefícios previdenciários ao trabalhador rural,⁵¹ atendendo, inicialmente, apenas aqueles ligados à agroindústria canavieira. Nos anos 70 as aposentadorias e auxílios foram estendidos aos demais agricultores e pequenos proprietários. Contudo, o valor pago pelo FUNRURAL era inferior ao pagamento efetuado ao trabalhador urbano (FALEIROS, 1980). Os sindicatos faziam o controle dos sindicalizados que deveriam ser encaminhados para o Instituto Nacional da Previdência Social – INPS e os atendimentos médicos eram, muitas vezes, feitos na própria sede dos sindicatos, fazendo destes, no dizer de Antonio Thomaz Júnior (1998), “sucursais pobres dos postos de saúde”, acarretando, assim, uma diminuição de sua força político-reivindicatória.

Ainda sob intervenção, restabelece-se a unicidade sindical⁵², tendo vigido até o governo Goulart que, premido pela força da organização dos camponeses, estabeleceu a pluralidade, ou seja, foram criados sindicatos diferenciados para trabalhadores da lavoura, da pecuária, da extração e autônomos.

Em novembro/64 foi regulamentado o Estatuto da Terra e revogado o Estatuto do Trabalhador Rural, instituído pelo governo anterior. O texto estatutário

⁵¹ Naquele período, os trabalhadores do campo representavam 44,3% da população economicamente ativa do país (FALEIROS, 1980).

⁵² O princípio da unicidade sindical foi instituído pelo governo Vargas, através da Lei de Sindicalização (Decreto nº 19.770) segundo o qual, dentro de um município, era reconhecido pelo governo apenas um sindicato por categoria profissional (Fonte: FGV – CPDOC).

que passou a vigorar apresentou alguns avanços no que diz respeito à regulamentação de direitos e obrigações relativos às propriedades rurais para fins de desapropriação e promoção da política agrícola, alterou o regime de posse e uso do solo em vigor e o substituiu por medidas que ordenavam a distribuição de terra. Estabeleceu, ainda, alguns conceitos, como: política agrícola, minifúndio, latifúndio, módulo rural, função social da terra, entre outros. Com relação às terras ocupadas pelas famílias indígenas reconheceu o direito de posse e outras medidas importantes.

Esses avanços em direção a uma reforma agrária foram apenas formais. Na prática, a sociedade brasileira ficou amordaçada, emudeceram-se os movimentos sociais urbanos e rurais, principalmente a partir do Ato Institucional nº 5 imposto pelo governo Costa e Silva, em 1968, que proibia reuniões, manifestações públicas, tolhia a livre expressão das idéias, censurava os meios de comunicação, torturava, exterminava lideranças.

Não obstante o autoritarismo vigente, setores da Igreja Católica desempenharam, a partir de meados dos anos 60 e se estendendo até a década de 80, um papel significativo no sentido de recrudescer a organização dos movimentos populares e sociais, entre os quais as organizações sindicais urbanas e rurais, que reivindicavam mais justiça e liberdade de expressão e se manifestavam contra as desigualdades sociais.

Surge uma tensão entre Igreja-grande-instituição, ligada aos setores ricos, e a Igreja-na-base, ligada ao povo pobre. A Igreja-na-base cobra e exige um apoio mais decidido por parte da Igreja-instituição. Isto implica que ela se faça mais voz dos sem-vez. Fazendo isso, estremece suas relações com o poder e passa a correr riscos que antes não corria (BOFF, 1981, p. 73-74).

O impacto da modernização agrícola implementada pelos governos militares a partir dos anos 70, aumentou o fosso entre as classes empresariais e dos trabalhadores, acarretando um aprofundamento da questão agrária aviltada pelas condições sócio-econômicas e políticas no campo. Referindo-se a esse contexto, acentua Botelho (1997, p. 73):

Ao privilegiar a expansão do setor agro-industrial, esse modelo de modernização estimulou não somente o crescimento de uma classe média rural, como também expandiu a indústria de máquinas e insumos

agrícolas. Por outro lado, serviu para aprofundar a concentração da propriedade da terra, contribuiu para o aumento do trabalho assalariado temporário, impulsionou o êxodo rural, e em certos casos acelerou a diferenciação entre os próprios produtores familiares.

Como consequência, acirraram-se os conflitos no campo e os pequenos produtores e os assalariados dividem-se novamente, como ocorreu na década de 50, “em torno de duas grandes frentes de luta: (a) a luta pelo acesso e pela manutenção da terra; (b) por salário e melhores condições de trabalho” (ibid).

Todavia, no enfrentamento de tais conflitos, os trabalhadores rurais contavam com um limitado apoio por parte dos sindicatos e, à medida que cresciam as tensões, aumentavam os antagonismos político-ideológicos entre a base e as diretorias dos STRs e no interior da própria organização sindical. Nesse cenário, os STRs passam a ser alvo de crítica pelas lideranças dos movimentos e sob o lastro da chamada Igreja progressista, “vão fazer oposição tanto aos sindicatos taxados de pelegos (dos patrões) como aos sindicatos de orientação contaguiana (CONTAG), considerados burocráticos e legalistas” (ibid).

É nessa conjuntura que nascem as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que se contrapondo à direção que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) estava imprimindo às lutas no campo, resolveu, de forma estratégica, formar chapas de oposição aos dirigentes conservadores e pelegos do movimento. Com isso, acentua Botelho, as CEBs não pretendiam substituir os sindicatos, “mas questionar os seus desvios, transformá-los em instrumentos de representação dos reais interesses dos trabalhadores” [limitando] “sua postura crítica aos ‘desvios’ de atuação do sindicato, levando-os a assumir, assim, uma luta mais ofensiva pela reforma agrária” (ibid, 74).

Setores progressistas da Igreja também passaram a denunciar a estrutura fundiária e, na perspectiva de mediar os interesses dos sem terra, criaram, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra – CPT. No final dos anos 70, mais precisamente em novembro/79, os trabalhadores rurais se mobilizaram, estrategicamente, para comemorar os 15 anos do Estatuto da Terra, tendo nos “bastidores” a presença da Igreja, representada pelas CEBs e CPT, dos partidos de esquerda e de alguns sindicatos urbanos. Esta foi considerada uma das

principais manifestações públicas de cunho político desses setores organizados, após o golpe militar de 64.

Outro movimento oriundo do campo e que surge no mesmo período é o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, na perspectiva de efetivação da reforma agrária no Brasil e com o propósito de organizar e constituir uma vontade coletiva em torno de um projeto hegemônico das classes fundamentais socialmente exploradas e expropriadas.

Nesse sentido, o MST comparece no cenário brasileiro com uma forte base social, tendo como um dos princípios organizativos a direção política coletiva. Isso se constitui uma das diferenças entre o movimento e os STRs, que se baseiam em uma liderança representativa das massas. São as divergências de princípios, métodos de luta e formação ideológica apresentadas por ambos que os tornam distintos na direção política do trabalhador rural.

Os anos 80, como já nos referimos anteriormente, caracterizaram-se pela intensa mobilização da sociedade que reivindicava direitos civis, políticos e sociais. Em decorrência disso, o movimento sindical obteve ganhos significativos, entre os quais, destacamos a expansão e o fortalecimento do sindicalismo brasileiro, expressos na criação de centrais sindicais, no aumento dos índices de sindicalização, no avanço do sindicalismo rural, explosão de greves, surgimento de sindicatos dos assalariados médios, tentativas de consolidação das comissões de fábrica e da organização sindical por ramo de atividade e nos locais de trabalho, garantia constitucional da autonomia sindical.

No início dos anos 80, com o crescimento da retomada das direções sindicais, os STRs começaram a participar de uma organização: ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais – cujos encontros ao nível dos estados e nacional muito contribuíram para ampliar a discussão sobre estrutura sindical e a criação de uma central sindical para a classe trabalhadora.

A partir de encontros promovidos pela ANAMPOS, as oposições sindicais (campo) se aliam aos defensores do sindicalismo autêntico, para fundar uma central única dos trabalhadores. Todavia, devido à divergências no interior do movimento sindical, torna-se inviável a criação de uma central única (BOTELHO, *idib*, p.75).

Essa central proposta pelo sindicalismo autêntico só veio se efetivar em 1983, cognominada de CUT. Porém, outras tendências sindicais também criaram

instâncias ao nível nacional, como a CGT e a Força Sindical. Segundo Botelho, a CUT “congrega os sindicatos defensores de um novo sindicalismo, classista e de base e, a CGT que se coloca na defesa de um sindicalismo de resultados” (ibid, p.75).

A partir de então e, se estendendo pela década de 90, o sindicalismo rural mais fiel à CONTAG se defrontou com as oposições sindicais que passaram a trabalhar em três perspectivas: (a) ampliar a filiação dos STRs à CUT; (b) conquistar os espaços no interior da mesma, (c) investir na tomada da CONTAG. Para tanto, as oposições começaram a apresentar chapa nas disputas pelas FETAGs – Federações de Trabalhadores da Agricultura.

No ano seguinte, ou seja, em 1984, houve o I Congresso – CONCUR no qual se fez presente uma parcela significativa de trabalhadores(as) rurais de todo país, especialmente do Nordeste, a maioria representando a oposição sindical. Estes apresentaram uma pauta de reivindicações extensa e politizada, onde reclamavam por direitos de cidadania e uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Afirma Ribeiro (1991, p.9) sobre aquele evento

[...] já ficava clara a necessidade de muito empenho a ser exercido no trajeto da consolidação do sindicalismo rural no interior [...] da CUT, porque esta se mostrava uma entidade de perfil “operário” com forte presença das classes médias urbanas (profissionais liberais).

Para a referida autora, a presença do sindicalismo rural na CUT é uma esfera problemática em decorrência dos preconceitos que cercam o trabalhador(a) rural, como por exemplo, ser “menos informado”, “mais pobre” e “menos politizado”.

Apesar dessas dificuldades, os trabalhadores rurais levaram uma proposta para o III CONCUR (1988), da criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais – DNTR, dando assim visibilidade e autonomia política, administrativa e financeira ao sindicalismo no campo, colocando-o, ao mesmo tempo, num patamar similar ao dos sindicatos urbanos na estrutura da CUT. Num trabalho articulado com a Secretaria de Formação Sindical da CUT, o DNTR realizou em 1990 dois Seminários, cujas temáticas versavam sobre as “Formas de Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Hoje; Frentes de Luta; e Proposta de

Estrutura Sindical”. Para tanto, os sindicalistas contaram com a colaboração e assessoria de especialistas e organizações não-governamentais para ajudá-los a construir a partir de suas práticas no campo, o conhecimento sobre as diferentes formas de exploração capitalista.

Porém, a partir do processo de democratização, o movimento sindical sofreu alguns reflexos decorrentes de múltiplos fatores, entre os quais destacamos: a opção de algumas lideranças do movimento pelo engajamento nas agremiações partidárias, o que, em parte, ocasionou o rompimento da unidade dos mesmos, que antes se encontravam coesos contra o adversário comum - a ditadura.

Já destacamos, que no fim dessa década, o governo brasileiro sinalizava uma adesão à nova ofensiva do capital, de orientação neoliberal, exigindo dos países dependentes do capital financeiro internacional a redução da tarefa reguladora do Estado na economia, a desregulamentação das relações de trabalho e a reorientação produtiva.

No âmbito do sindicalismo rural há um avanço no conteúdo de suas discussões e, em resposta à crítica ao “verticalismo contaguiano”⁵³ advindas do próprio movimento, a CONTAG se filia, em 1995, à CUT e delibera, em 1999, no 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNTTR, a realização em outubro do mesmo ano, do II Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNETTR, para discussão, entre outros assuntos, da organização e estrutura do movimento sindical no meio rural. Nesse sentido, encontra-se escrito nos Anais do 8º CNTTR (2001):

⁵³ A CONTAG foi, nos anos 80-90 alvo de crítica por parte de alguns estudiosos e também de sindicalistas, haja vista a maioria de suas entidades sindicais e as federações não ter efetuado, até então, mudanças em suas respectivas estruturas organizacionais, que se baseiam em textos estatutários rígidos e obsoletos.

Podemos aqui citar alguns autores especialistas em sindicalismo e que se posicionam criticamente em relação a CONTAG: Poletto (1991), Boito Júnior (1991), Ricci (1994), Thomáz Júnior (1998), Bogo (1999) e Venceslau (s.d.), entre outros.

As deliberações do 2º CNETTR apontam para modificações profundas na organização e estrutura das entidades do MSTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais) que, se devidamente implementadas, permitirão um avanço significativo na sua capacidade de atender aos anseios e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, alcançando maiores e melhores conquistas (item 151, p. 61).

Porém, em seguida ressalta o referido documento:

Apesar da CONTAG já ter realizado as alterações estatutárias necessárias para a implantação das deliberações do 2º CNETTR, a maioria das Federações e Sindicatos não tomaram as iniciativas necessárias para incorporá-las, o que emperra o desenvolvimento do MSTR como um todo (ibid. Item 152, p. 61).

Outra polêmica presente em torno do sindicalismo rural, é o direcionamento político que ele vem imprimindo às demandas dos(as) trabalhadores(as) rurais.

Podemos constatar que as ações desenvolvidas pelo STR são de natureza político-reivindicatória, dirigidas, em geral, para a defesa dos direitos e interesses da categoria e não, para o enfrentamento com o capital, enquadrando-se na perspectiva reformista. Por isso mesmo, suas estratégias são de caráter defensivo frente às ofensivas do Estado e dos latifundiários. Mesmo admitindo que não haja por parte dos STRs, uma ação homogênea – há dirigentes sindicais que fazem parte da chamada oposição sindical - , hegemonicamente, os sindicatos rurais têm procurado, diante de alguma demanda não atendida pelo poder executivo, abrir negociação com o Estado, com a mediação de assessores do movimento ou de técnicos governamentais.

As demandas de seus associados se expressam num leque de reivindicações que vão desde as mais pontuais até as de cunho mais político-estratégico. Os espaços onde eles buscam o atendimento de suas demandas são também diversificados, passando pelas associações comunitárias, as cooperativas dos assentamentos, o INCRA, a rede bancária, o MST, o STR etc. Neste último, suas principais questões são: a posse da terra (usucapião, ocupação, reintegração da posse etc), o direito aos benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão por morte, auxílio-natalidade etc) e nas regiões onde o trabalhador rural tem vínculo empregatício, eles procuram os STRs para orientação sobre seus direitos trabalhistas, com a mediação de assessores jurídicos. Os assentamentos, através de suas associações e em parceria com os STRs, vêm colocando a demanda dos

assentados por educação, saúde, capacitação técnica, formação sindical. Nesse sentido, afirma Bogo (1999, p. 32):

Lutar somente pela posse da terra é lutar para estabelecer-se enquanto pequenos proprietários e correr o risco de extinção de forma muito acelerada, seja pela falta de incentivos, pela globalização do mercado ou pelo descarte da mão-de-obra dos que não conseguirão integrar-se com a agroindústria.

Receber um lote de terra sem contar com outras medidas que impulsionem o desenvolvimento econômico, social e humano, não tem mais viabilidade dentro deste rumo que adotou o projeto de globalização da economia dos países ricos para os países pobres. Esta conquista somente terá viabilidade se estiver vinculada a outros passos que visem estabelecer uma correlação de forças favorável à classe trabalhadora, que passe a colocar a agricultura como setor fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país.

Outro aspecto que dá especificidade ao STR é o que GOHN (1997) chama de *princípio articulatório interno*. Este conceito dá sustentação ao processo de articulação da ação sindical em relação aos elementos que compõem a vida do sindicato. Segundo a autora, há três elementos fundamentais na composição dessa articulação: a base do movimento, suas lideranças e os assessores.

Considerando o *princípio articulatório interno* dos sindicatos rurais, teremos que admitir que esse princípio encontra na rigidez da estrutura sindical um elemento complicador, pois a mesma se caracteriza pela verticalidade e pela hierarquia nas decisões, favorecendo a concentração de poder na pessoa de seus dirigentes legais. A articulação interna só se dá quando o movimento é maleável nas suas formas organizativas, de modo que suas bases tenham também poder de decisão. Não raras vezes as deliberações são tomadas entre dirigentes e assessores, sem que as bases tenham sido consultadas.

No âmbito externo, o princípio articulatório se materializa na relação entre os movimentos sociais, nas alianças e na criação de redes sociais. Nessa perspectiva, a referida autora lembra o papel histórico da Igreja e dos partidos como mediadores dos movimentos sindicais, sociais e populares.

No entendimento de Gohn (ibid), são as relações e articulações dos movimentos com o conjunto dos atores sociais internos e externos que tornam visíveis a *força social* dos mesmos e essa força está relacionada à sua legitimidade social. Nessa perspectiva, podemos dizer que, de modo geral, a força

do movimento sindical se encontra num processo decrescente, em refluxo. Esse aspecto traz uma outra discussão feita por Leôncio Martins Rodrigues *apud* Ramalho (1999) qual seja, estão os sindicatos em crise ou em declínio⁵⁴. Refletindo acerca das argumentações feitas por Rodrigues sobre a queda significativa no nível de sindicalização nos países altamente industrializados, ele pressupõe que:(*ibid*, p. 2):

[...] se as causas principais do declínio estão relacionadas com alterações na economia, na tecnologia, no mercado de trabalho ou na estrutura social, considera-se que as perspectivas da instituição sindical tenderão a ser mais negativas.

O autor, referido por Ramalho (*apud* p. 3) insiste que esses fatores conjugados acarretam a fragmentação dos interesses de classe pela sindicalização, porque “aumentam a diferenciação no interior das classes trabalhadoras, dificultam a unificação de suas demandas e, conseqüentemente, diminuem sua coesão e solidariedade e fazem com que os sindicatos encontrem muita dificuldade para exercer o seu papel tradicional de representação”.

Polleto (1991, p.21), por outro lado, analisa a *força social* dos sindicatos sob outro ângulo, como podemos conferir:

A verdadeira problemática do sindicalismo rural é constituída pelas contradições que marcam o sindicalismo brasileiro, especialmente o fato de ser, ao mesmo tempo, iniciativa dos trabalhadores e iniciativa do Estado, articulação de lutas e representação de classes, tentativa de democracia direta e direção. Como consequência dessas e certamente de outras contradições, o sindicalismo vive um dilema fundamental: seu poder está no povo organizado ou na capacidade de negociação com as classes dominantes, especialmente com o Estado? Em outros termos, o que é fundamental: aprofundar a relação direta e participativa com as “bases” ou montar estruturas mais eficientes de representação e negociação?

Nessa perspectiva, muitos STRs, ao mediar os assentamentos rurais, ao invés de estimular a participação dos assentados, recorrem a assessores e técnicos institucionais que, muitas vezes, não se identificam com os movimentos sociais rurais, permanecendo distantes e desarticulados das bases.

⁵⁴ “Segundo distinção do próprio autor, crise não é necessariamente sinônimo de agonia e supõe a possibilidade de superação, ao passo que declínio significaria a perda inexorável de vitalidade” afirma Ramalho (*ibid*, p.2)

Vale, todavia, ressaltar, que a força social própria das ações coletivas sofre determinações não só internas, mas também conjunturais e estruturais e nesta “onda” de globalização e desregulamentação do sistema produtivo, ela foi estrategicamente arrefecida pelo projeto neoliberal, para ser funcional à acumulação do capital. Giovanni A. P. Alves (s.d., p.16) enfatiza:

Estamos penetrando numa nova fase de acumulação do capital que coloca para as grandes empresas a necessidade de profundas reestruturações que levam à flexibilidade e precarização do mercado de trabalho e ao desemprego de longo prazo, situações estruturais que minam a eficácia do sindicalismo em si.

Mais adiante ele afirma categoricamente que “[...]os novos desafios postos pela ofensiva do capital neste final de século XX põem em questão a própria eficácia do sindicalismo enquanto prática social”. (ibid, p. 20) Preocupa-o o rumo que a economia brasileira vem tomando, após o reordenamento do mercado e a reestruturação produtiva, materializada no processo de flexibilização e precarização do trabalho, desemprego, globalização do capital, privatizações, desregulamentação etc.

Com isso, reitera Bogo (1999), o capital e o Estado pretendem minar, *por dentro*, os direitos sociais conquistados pelo conjunto da classe trabalhadora, permitindo ao capitalismo plena liberdade, reduzida, em parte, pela ação sindical na vigência do *Welfare State*, que se estendeu do final da 2ª Guerra Mundial até os anos 70, embora saibamos que a sociedade de *pleno emprego* e da *universalidade* dos direitos sociais não se configurou, na realidade brasileira, do mesmo modo como se deu nos países avançados.

Nesse aspecto, recorreremos, mais uma vez, a Alves (1993), que critica o sindicalismo, cujas reivindicações têm-se voltado mais para as questões econômicas (aumento salarial, acordo coletivo de trabalho, comercialização e escoamento dos produtos, direitos trabalhistas, posse da terra, do crédito agrícola etc), evidenciando o caráter *economicista* de suas lutas, enfraquecidas pela ofensiva contemporânea do capitalismo neoliberal.

É provável – e isto colocamos como mais uma hipótese – que tal desenvolvimento objetivo da materialidade do capital, de caráter estratégico, seja, inclusive uma das causas essenciais das próprias transformações da subjetividade operária vinculada à CUT (a emergência

de uma espécie de “sindicalismo de resultados” no interior da CUT, uma vertente social-democrática), mais disposta ao diálogo que ao confronto com o capital. Na verdade, uma estratégia política de sobrevivência diante da ofensiva do capital em crise. (ibid, p. 20)

Esta opinião é reforçada por Leôncio M. Rodrigues, que formula seu entendimento da seguinte forma:

Sob tal conjuntura de transformações estruturais na economia e na sociedade, o sindicalismo tenderá cada vez mais a incorporar para si, a lógica do capital, perdendo, pelo menos tendencialmente, o caráter classista. Certamente, o processo não será linear, mas sinuoso e marcado por particularidades próprias das condições estruturais de cada nação. (*apud* Alves, op. cit., p. 21)

Cattani (2000, p. 105) coloca sobre a questão sindical uma outra perspectiva quando diz que:

Ao contrário do que sustentam habitualmente economistas e políticos liberais, quanto mais a sociedade se desestatiza, quanto mais a economia se liberaliza, mais importante é o papel dos sindicatos (...) pois, o capitalismo (...) se sustenta nos particularismos, na heterogeneidade, redefinindo-se constantemente. (...) O estabelecimento de regras estáveis, a universalização de procedimentos e uma certa estabilidade, são conquistas dos sindicatos.

Como podemos constatar, alguns autores estão em posições antagônicas, mas, no nosso entendimento, Cattani, não obstante ser um estudioso do assunto, e ter posições teóricas com as quais venho concordando, em relação a essa perspectiva, apresenta, nesta idéia específica, uma visão, ao nosso entender precipitada, quando afirma que os sindicatos tendem a se fortalecer num sistema produtivo desregulado, pois vários indicativos encontrados na realidade histórica da atualidade, apontam para outra direção.

Trataremos, a seguir, de outro elemento de análise do sindicalismo, a saber, a *cultura política*, presente no interior do movimento, construída pelo conjunto das práticas sociais, instruídas pelas ideologias e representações, configurada pelos seus projetos e materializada nas lutas, de forma articulada. Essa cultura política é construída no cotidiano dos movimentos, contudo, não se dá sem conflitos político-ideológicos, pois as diferenças de visão de mundo, de interesses, de expectativas, além da luta pelo poder, estão muito presentes em todos os movimentos sociais, nos partidos políticos, inclusive, no movimento sindical.

Nesses termos, parece-nos que o sindicalismo rural tem enfrentado muitos percalços na construção dessa cultura política, não apenas por suas contradições históricas, mas pela complexidade do contexto socio-político-econômico contemporâneo.

[...] o próprio contexto macroeconômico de instabilidade econômica e inflação galopante [referindo-se aos anos 80] criou o que poderíamos chamar de uma cultura sindical reativa que leva à exaustão o defensivismo corporativo (de caráter economicista), abrindo poucos espaços para demandas estratégicas (por exemplo, a organização no local de trabalho, muito embora tenham surgido nesta década, nos sindicatos mais organizados, a luta pela organização do trabalho). (ALVES, *ibid*, p.20).

À respeito disso, Rodrigues (1997, p. 121) expõe em seu trabalho, a opinião de um dirigente sindical, de que teria sido

Criado uma consciência, uma cultura dos dirigentes dos sindicatos, de que a luta sindical (...) é a ação que relaciona o sindicato com os patrões (...) e com o Estado; desse ponto de vista, o referencial não é a classe trabalhadora, são os trabalhadores da minha categoria que eu represento junto aos patrões e ao Estado.

Além de Gohn, Bogo (*op.cit*) também nos dá pistas para análise do STR no que diz respeito à *organização*, outro importante elemento de análise do sindicalismo. De acordo com a primeira autora, o padrão de organização dos sindicatos obedece ao modelo de democracia representativa, de tipo *presidencialista*, cujos cargos são ocupados por indivíduos, com competências específicas, atendendo a uma hierarquia rígida estabelecida em instrumentos estatutários.

Contrapondo-se ao modelo representativo, Bogo (*ibid*, p. 38-39) ressalta a importância da direção coletiva,

[...]para evitar que uma pessoa se outorgue o direito de representar milhares de pessoas, dizer e fazer o que bem entender porque foi eleito para isto. [...] Entende-se por direção coletiva a participação de dezenas e centenas de pessoas na tomada de decisões e, para isto, é necessário que se estabeleça um sistema de formação técnica e política permanente.

Todavia, no STR, a organização se constitui, muitas vezes, um obstáculo ao alcance de seus fins, quando colocada à frente de seu objetivo político.

Do ponto de vista de suas *práticas*, o sindicalismo pode se organizar de modo formal ou informal. Essas práticas se materializam nas ações diretas e nos discursos do movimento. São consideradas práticas formais de um movimento:

Reuniões, assembléias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves para discussões políticas ou socioculturais; ou podem ser informais: acampamentos, teatro ou encenação, passeata-relâmpago a partir de uma assembléia formalmente convocada, invasões, concentração em frente a algum órgão público, ocupação de uma determinada repartição pública. (GOHN, *ibid*, p. 260)

Segundo Gohn, esses parâmetros - práticas formais e informais - é que tornam visíveis o grau de radicalidade dos movimentos. Para a autora, os mais radicais utilizam, em geral, práticas criativas e informais.

Não há movimento social sem um *projeto* sociopolítico ou cultural. Ele pode até não ter visibilidade para o conjunto dos sujeitos sociais, mas está implícito nas ações cotidianas, em geral, de seus dirigentes e assessores; algumas vezes, também de sua base. Muitas vezes, porém, o paradigma ideológico que dá sustentação a esse projeto, é construído fora do movimento, no caso de assessores ou técnicos governamentais que não se identificam com os interesses e necessidades da classe que representa.

Conforme Scherer-Warrer (1993, p. 72), no meio rural

[...] este projeto está sendo construído em torno de duas perspectivas: uma é o objetivo específico em torno do qual se trava a luta (p. ex.: a posse da terra, [...], os direitos da trabalhadora rural etc). A outra perspectiva é a utopia de construção de uma nova sociedade, a qual é concebida como um processo em que novas relações comunitárias e societárias vão sendo construídas.

No caso do STR, é evidente que ele tem seu projeto político, mas a desmobilização de suas bases, a ideologia, a estrutura e a cultura sindical que o perpassam, não favorecem a democratização e a conseqüente participação mais ativa de sua base no processo de construção do mesmo. Adverte Gohn (*ibid*, p. 261) referindo-se aos movimentos sociais em geral:

O que falta, na maioria das vezes, é um projeto *para* o movimento ou *do* movimento, para a sociedade, em relação ao conteúdo intrínseco da problemática que o constitui. Neste caso, o movimento passa o tempo todo ao sabor dos acontecimentos da conjuntura política do país, aproveitando as brechas, retraindo-se quando a “maré” não é favorável, atuando segundo as diretrizes (...) que advêm das instituições ligadas ao mesmo.

Portanto, as formas de luta, as práticas, a ideologia, os valores, as articulações, as representações simbólicas dos sujeitos históricos, internos e externos ao movimento constroem a sua *identidade*. É, pois, a identidade, que confere aos movimentos, o caráter progressista ou conservador. Nesse sentido, Gohn qualifica como conservadores, os movimentos sociais que não conseguem acompanhar os processos que se dão dentro do movimento e ao nível macroscópico, que se isolam e não se articulam com os demais movimentos, e se fecham em questões administrativas, como se a organização institucional se constituísse um fim em si mesma.

Ainda que, tenham sido apresentadas diferentes posições e leituras sobre a forma de organização sindical, pensamos ser necessário lembrar que a perspectiva reformista se encontra nas entranhas da maioria das análises, desde as mais simples até as que tratam dos processos de democratização, por entendermos que a democratização das organizações da sociedade civil, não são instrumentos de emancipação social ou política. Porém, atua como elemento de fortalecimento e preparação da classe trabalhadora. Portanto, o postulado da participação democrática tem seu limite na própria sociedade burguesa, o que em si, não implica em formas organizativas de contestação da exploração do homem pelo homem, ou seja, do capital.

Capítulo III

Irauçuba: espaço contraditório na reprodução do trabalhador

3.1 Contextualizando o Sindicato Rural de Irauçuba

Com o propósito de contextualizar o sindicalismo rural em Irauçuba, deter-nos-emos, no presente tópico, nos aspectos demográficos, fundiários, econômicos e políticos daquele município, por entendermos que assim procedendo, poderemos compreender melhor as relações e ideologias que perpassam o STR.

Irauçuba ocupa uma área de 1.378,8 km² e sua população é de 19.560 pessoas, apresentando uma densidade de 14,19 habitantes/km². Deste universo populacional, 8.687 (44,3%) pessoas vivem na zona rural, distribuídas etariamente assim:

POPULAÇÃO DE IRAUÇUBA

Idade	Localização		%	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
0-4	1.357	1.218	7,0	6,2
5-12	2.232	1.953	11,4	9,9
13-19	1.793	1.406	9,2	7,2
20-29	1.664	1.264	8,5	6,5
30-39	1.324	964	6,8	4,9
40-49	805	682	4,1	3,5
50-59	685	504	3,5	2,6
60 ou mais	1.013	696	5,2	3,5
Subtotal	10.252	8.687	55,7	44,3
TOTAL	19.560		100,0	

Fonte: Censo Demográfico IBGE /2000

Segundo a mesma fonte, da população total, 13.895 pessoas (71,03%) trabalham ou estudam no município, 5.364 (27,43%) não trabalham nem estudam e 301 (1,54%) trabalham em outro município ou no estrangeiro. Se considerarmos a população na faixa etária de 13 a 60 anos como a que trabalha, podemos supor que a área rural conta com um universo de 5.516 pessoas em atividade, perfazendo um percentual de 63,50% do total de sua população. Ocorre que para mostrar o perfil de uma população que trabalha não basta apenas uma simples equação. Fatores naturais, sociais e econômicos limitantes se imbricam para desconfigurar os resultados natural e socialmente esperados.

Nesse sentido, é comum uma criança de 7 a 12 anos trabalhar no roçado familiar, assim como o é, encontrarmos jovens sem trabalho no campo porque a agricultura não vem oferecendo condições que possibilitem satisfação profissional⁵⁵.

Vale, contudo, ressaltar, que dados do IBGE (Censo Demográfico /2000) comprovam que na faixa etária de 10 anos ou mais de idade, encontram-se 3.940 pessoas dedicadas à atividade agrícola, à pecuária, à silvicultura, à exploração florestal e à pesca. Dessas atividades, a agricultura de subsistência se configura como a principal atividade, sendo praticada por pequenos(as) produtores (as) em regime de economia familiar que, trabalhando em terra própria ou não, sem máquina e sem tecnologia avançada, cultivam a terra com o propósito precípua de garantir o alimento para si e sua família.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (1995/1996), Irauçuba possui 693 estabelecimentos que exploram a pecuária, 301 estabelecimentos rurais que se dedicam à lavoura temporária, 17 cultivam a lavoura permanente, 452 destinam-se à produção mista (agropecuária), 7 vivem da exploração do carvão vegetal e 4 destinam-se à silvicultura e à exploração florestal.

Esses estabelecimentos se referem aos imóveis produtivos daquele município. Contudo, no intuito de possibilitar uma idéia mais próxima da estrutura fundiária do município, recorreremos ao cadastro de Imóveis do INCRA.

A Lei nº 8.629/93 que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária preconiza que são suscetíveis de desapropriação a pequena e a média propriedade, caso não estejam cumprindo sua função social, a menos que o proprietário só possua aquela propriedade rural. Referida lei dispõe ainda, sobre a propriedade produtiva, que é assim definida no seu artigo 6º: “aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão competente”.

⁵⁵ Essa questão será melhor discutida quando tratarmos, posteriormente, sobre os sindicalizados.

Seguindo essa orientação, o Instituto de Desenvolvimento e Reforma Agrária – INCRA, nos forneceu os seguintes dados:

QUADRO I - Estrutura Fundiária de Irauçuba

Tipo de Propriedades	Nº de Propriedade	%	Nº de hectares	%
Minifúndio	137	36,34	2.903,9	4,30
Pequena produtiva	46	12,20	4.864,2	7,20
Pequena não produtiva	105	27,85	10.619,8	15,73
Média produtiva	18	4,77	6.715,9	9,94
Média não produtiva	56	14,85	23.052,9	34,14
Grande produtiva	6	1,60	6.338,6	9,39
Grande não produtiva	9	2,39	13.030,6	19,30
Total	377	100,00	67.525,9	100,00

Fonte: Emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – INCRA /1999.

É considerado minifúndio, o imóvel que conta com área e possibilidade de produção, inferiores a um módulo rural. Este, por sua vez, refere-se à propriedade rural direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, da qual tiram a sua subsistência, com área máxima fixada para cada região⁵⁶. No caso de Irauçuba, um módulo mede 55 ha, conforme nos informou o INCRA.

A pequena propriedade é avaliada entre 1 a 4 módulos, o que representa uma área de 55 a 220 ha; já a média propriedade é calculada pela sua extensão que deve variar entre mais de 4 a 15 módulos, ocupando uma área de 221 a 825 ha; finalmente, a grande propriedade se estende por uma área de mais de 15 módulos, ou seja, acima de 825 ha.

As propriedades em Irauçuba, se comparadas com as de outras regiões, são consideradas grandes e isso se deve, em parte, devido a constante presença

⁵⁶ Fonte: Estatuto da Terra, art. 4º, incisos II, III e IV.

de solo rochoso e com nível de salinidade elevado, o que torna significativas extensões de áreas não produtivas, ou seja, apresentando uma produtividade inferior à média da região.

Nesse sentido, queremos destacar o tamanho médio dessas propriedades: o dos minifúndios é de 21,20 ha; o das pequenas propriedades produtivas é de aproximadamente 106 ha; o das não produtivas é de 101 ha; o das propriedades médias produtivas equivale a 373 ha; já o das não produtivas, na mesma categoria é um pouco maior, ou seja, é de 412 ha, aproximadamente; quanto às grandes propriedades se encontram na seguinte situação: as produtivas medem, em média, 1.056 ha e as não produtivas, abrangem uma área média de 1.448 hectares.

Os dados demonstrados no quadro revelam ainda que 45% das propriedades de Irauçuba são não produtivas. Chamou-nos a atenção, o fato de 36% das terras serem constituídas por minifúndios que, se excluídos, teremos um saldo de apenas 18,57% de terras produtivas, exibindo uma produtividade igual ou superior à da região.

A leitura que o Presidente do STR /Irauçuba faz sobre a situação fundiária do município, indica que 70% das grandes propriedades pertencem a apenas quatro proprietários, o que se constitui um alto índice de concentração de terra nas mãos de poucos, reafirmando o padrão da estrutura fundiária do país, já discutido no primeiro capítulo. Referindo-se a tendência concentradora, Bruno (1991, p. 86) entende que “ser grande proprietário de terras no Brasil é sinônimo de prestígio, ‘status’ e autoridade”.

Apropriando-se do solo, o latifundiário consegue controlar política e ideologicamente a massa dos trabalhadores rurais. Nessa perspectiva, eles se autoneameiam representantes do conjunto dos interesses no campo e os sinais visíveis dessa dominação são “a tutela, a coação, o clientelismo, a sujeição, a cooptação e outras inúmeras situações impostas, mas também consentidas uma vez que já foram interiorizadas através da ideologia” (ibid, p. 81). Essa relação de dominação e subalternidade é perpassada tendo como pano de fundo a forma de produção agrícola.

A agricultura em Irauçuba, a exemplo da maioria das regiões brasileiras, se configura como uma atividade problemática, cujos fatores determinantes externos e internos se articulam, de forma a torná-la economicamente inexpressiva. Isso pode ser demonstrado através dos quadros II, III e IV expostos a seguir. Esses quadros referem-se também aos dados do Ceará e de Irauçuba, permitindo-nos, dessa forma, equilatarmos o desempenho desse município em relação ao Estado.

Nesse sentido, o Quadro II nos apresenta dados sobre os produtos cultivados e as quantidades produzidas. Já o Quadro III, mostra a extensão da área na qual foram colhidos os produtos elencados, enquanto que o Quadro IV se refere ao rendimento médio e o valor da produção por produto. Acrescentamos a estes quadros duas variáveis para melhor compreensão e análise dos mesmos: a) o tipo de lavoura – temporária e permanente – ao qual pertencem os produtos cultivados; b) o ano em que foram produzidos, a fim de que possamos averiguar o crescimento ou não da produção agrícola de 1999-2001.

Vale realçar que o algodão e a mamona, que foram tão importantes para a economia de Irauçuba até a década de 80, hoje quase não são cultivados. Isso tem afetado produtos como o feijão e o milho que vêm apresentado pouca produtividade por diversos fatores, entre os quais, destacamos a falta de proteção natural da sombra do algodoeiro. Além disso, havemos de convir que a falta de rotação das culturas, de investimento agrícola e de capacitação têm contribuído para o rendimento agrícola baixo.

A proibição da exportação do algodão pelo governo brasileiro, em 1973, foi um fator limitante à expansão da cotonicultura, acarretando, assim, a desvalorização do preço do produto.

Dados do IBGE/2001, mostram que a produção agrícola do Ceará se baseia em 37 itens diferentes. Destes, apenas 11 são cultivados em Irauçuba, quais sejam: na lavoura temporária – o algodão herbáceo (caroço), a cana-de-açúcar, o feijão, a mamona (baga), a mandioca e o milho (o grão); na lavoura permanente – o algodão arbóreo (caroço), a banana, a castanha-do-cajú, o coco-da-baía e a manga. Feitas essas considerações, vejamos o que nos mostra o quadro seguinte.

QUADRO II – Produto cultivado e quantidade produzida (t)

Produto	1999		2000		2001	
	Ceará	Irauçuba	Ceará	Irauçuba	Ceará	Irauçuba
1) Temporário:						
Algodão herbáceo (caroço)	38.757	195	65.991	118	10.717	-
Cana-de-açúcar	1.942.958	210	1.791.802	210	1.729.454	210
Feijão (grão)	189.824	812	196.696	870	87.661	7
Mamona (baga)	401	2	2.245	2	1.428	-
Mandioca	517.706	225	712.178	188	731.796	120
Milho (grão)	443.417	1.552	623.630	1.972	244.580	14
2) Permanente						
Algodão arbóreo (caroço)	1.070	61	7.565	134	2.645	22
Banana	34.865	10	37.068	17	296.440	119
Castanha do Caju	77.113	4	47.737	3	67.935	2
Coco-da-baía	187.045	32	193.729	32	203.769	32
Manga	140.706	200	152.881	200	37.753	43

Fonte: “Produção Agrícola Municipal” – Ceará – IBGE. Anos-base: 1999, 2000, 2001.

O quadro acima nos informa que a produção agrícola em 2001, no Ceará, foi menor que a registrada em 2000, devido à ocorrência do veranito⁵⁷, no mês de

⁵⁷ É uma pequena estiagem que ocorre durante o período das chuvas e quando o fenômeno se estende por uns 30 ou mais dias, provoca a secagem da planta, impedindo sua frutificação.

fevereiro daquele ano. Contudo, registrou-se um aumento na produção da mandioca, castanha-do-cajú e banana com relação ao ano anterior. Este último produto apresentou um crescimento em torno de 80%.

Pela mesma razão, Irauçuba sofreu, naquele mesmo ano, uma queda muito forte na produção do milho e feijão, seus principais produtos, sendo esse déficit calculado, respectivamente, em 710% e 80,5%. A manga representou apenas 21,5% da produção dos anos anteriores.

Quadro III – Situação da produção agrícola por área colhida (hectares)

Produto	1999		2000		2001	
	Ceará	Irauçuba	Ceará	Irauçuba	Ceará	Irauçuba
1) Lavoura Temporária: Algodão herbáceo (caroço)	58.676	300	95.089	210	20.570	-
Cana-de-açúcar	38.151	10	34.535	10	33.651	10
Feijão (grão)	576.736	3.100	569.777	2.900	510.215	640
Mamona (baga)	662	2	2.627	2	2.403	-
Mandioca	69.561	30	84.029	25	84.308	25
Milho (grão)	593.057	3.080	612.976	2.090	603.601	640
2) Lavoura Permanente: Algodão arbóreo (caroço)	5.638	306	11.948	240	7.593	265
Banana	42.540	17	42.767	17	41.548	17
Castanha do Caju	329.858	23	347.152	15	342.550	15
Coco-da-baía	35.954	7	37.316	7	38.160	7
Manga	3.897	5	4.270	5	4.480	5

Fonte: “Produção Agrícola Municipal” – Ceará – IBGE. Anos-base: 1999, 2000, 2001.

Pelo exposto no quadro acima, verificamos que o ano 2001 apresentou, na esfera do Estado, uma queda no tamanho das áreas onde os produtos cultivados foram colhidos, à exceção daquelas destinadas à plantação da mandioca, da

manga e do coco-da-baía, que apresentaram um aumento respectivo de 3,3%, 4,9% e 2,2% com relação ao ano anterior.

Se observarmos os dados relativos a Iruçuaba, veremos duas tendências distintas nestes três últimos anos: uma, é a redução ano a ano de áreas onde são colhidos alguns itens expostos no quadro, especialmente, o algodão herbáceo, a mamona, o feijão e o milho (um déficit respectivo de 2.260 e 1.450 ha com relação a 2000). A outra, é a existência de uma certa estabilidade no total de área onde se colhe a cana-de-açúcar, a mandioca, a banana, o coco-da-baía e a manga, todos ocupando uma pequena área, que varia entre 5 a 25 hectares.

QUADRO IV - Produto cultivado, rendimento médio e valor da produção

Produto	1999				2000				2001			
	Rendimento Médio(kg/há)		Valor (mil reais)		Rendimento Médio(kg/ha)		Valor (mil reais)		Rendimento Médio(kg/há)		Valor (mil reais)	
	Ceará	Irauçu	Ceará	Irauçu	Ceará	Irauçu	Ceará	Irauçu	Ceará	Irauçu	Ceará	Irauçu
1) Temporário: Algodão herbáceo (caroço)	660	650	24.016	118	693	561	43.519	69	521	-	7.156	-
Cana-de-açúcar	50.928	21.000	40.263	8	51.883	21.000	47.127	8	51.393	21.000	48.816	6
Feijão (grão)	329	261	117.559	571	345	300	100.526	550	171	10	90.920	7
Mamona (baga)	605	1.000	101	-	854	1.000	644	-	594	-	468	-
Mandioca	7.442	7.500	25.782	13	8.475	7.520	38.601	9	8.680	4.800	40.302	6
Milho (grão)	747	503	88.235	355	1.017	680	136.560	512	405	21	60.320	2
2) Permanente Alg. Arbóreo (caroço)	189	188	650	37	633	558	4.627	78	348	83	1.269	11
Banana	819	588	53.611	16	866	1.000	55.205	18	7.134	7.000	69.996	29
Cast. Caju	240	173	65.706	3	137	200	37.100	2	198	133	44.180	1
Coco-da-baía	5.202	4.571	93.478	10	5.191	4.571	38.948	9	5.339	4.571	51.985	10
Manga	36.106	40.000	5.599	5	35.803	40.000	6.021	5	8.427	8.600	7.262	8

Fonte: "Produção Agrícola Municipal" – Ceará – IBGE. Anos-base: 1999, 2000, 2001.

Mais da metade dos produtos elencados no quadro IV apresentou, em termos estaduais, uma redução nos rendimentos do ano 2000 a 2001. Vejamos os principais: a manga mostra um rendimento médio em baixa cerca de 76,5% e o milho em torno de 39,8% no último ano em pauta; o feijão rendeu menos de 50%; a mamona aparece com um déficit de 30,4%; o algodão arbóreo comparece com uma diminuição no rendimento de aproximadamente 45% e o herbáceo de 25%. Somente o coco-da-baía apresenta uma relativa estabilidade. Vêm sinalizando com um pequeno crescimento no rendimento médio nos anos referidos, a mandioca (2,4%), sendo suplantada pela castanha do caju (44,5%) e a banana (824%).

Já em Irauçuba, não ofereceram qualquer rendimento o algodão herbáceo e a mamona. Além destes, apresentaram-se deficitários em termos de rendimento médio: o milho (alcançou apenas 3,08% do saldo obtido no ano anterior), seguido do feijão (3,3%), o algodão arbóreo (14,9%), a mandioca (63,8%), a castanha do caju (66,5%) e a manga (21,5%). Quanto à cana-de-açúcar e ao coco-da-baía, estes mantiveram o mesmo rendimento médio nos três anos estudados. Somente a banana registrou uma rentabilidade média mais elevada, em torno de 700%.

Demos aqui destaque à produção agrícola de Irauçuba, representada em termos de valores monetários. Se nos dois primeiros anos ela alcançou nas culturas consideradas um valor médio de um milhão, cento e noventa e oito mil reais, em 2001, ela representou em termos de dinheiro apenas 80 mil reais.

Do exposto, podemos constatar que a agricultura naquele município está em declínio, e isso se deve, em grande parte, ao processo de degradação de seus recursos naturais que está levando o seu solo a um nível preocupante de desertificação, dado à sua exaustão, não pelo uso abusivo de tecnologia, mas por práticas de queimadas e desmatamento. A ação conjunta desses fenômenos acarreta a subtração da produção, colocando em risco a sobrevivência da atividade agrícola naquele município e as condições de vida da população rural, aspecto que abordamos posteriormente quando, registramos as falas dos(as) moradores(as) entrevistados, demonstrando sua desesperança.

Consideramos, também, o que consta no Anuário Estatístico do Ceará (1997/1998), referindo-se a Irauçuba e a Itapajé, um município vizinho: “[...] embora portadores de alta fertilidade natural, (os solos) possuem fortes restrições quanto à profundidade efetiva, presença de pedregosidade e /ou rochiosidade, deficiência hídrica e declividade elevada (+25%)” (p. 21).

No que diz respeito à pecuária, esta foi uma atividade bastante incentivada nas décadas de 60, 70 e 80, durante a vigência do regime militar, na perspectiva do desenvolvimento de empresas agropecuárias. Ocorre que, não tendo sido planejada pelos pecuaristas e nem fiscalizada pelo governo, terminou havendo o superpastoreio, ou seja, o uso excessivo de cabeças de gado por hectare, a ponto de ocasionar a devastação do *stylosanthes gracilis*⁵⁸, o qual vem desaparecendo nestas três últimas décadas.

Dados do Censo Agropecuário – IBGE (1995/1996) informam que em Irauçuba a pastagem ocupa mais de 30.319 hectares e o número de bovinos/km² é de 40 a 98 cabeças, quando pelas normas ambientais o suporte da região deveria ser 1 cabeça/1 hectare/ano. Frente a essa realidade, é provável que o superpastoreio esteja também contribuindo para o processo de desertificação em Irauçuba.

Justificando a falta de um controle governamental do setor pecuário no município, um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, referenciado na dissertação de Dias (2000), explicou que esse superpastoreio se dá mais nos grandes estabelecimentos, cujos proprietários por não residirem nos mesmos e nem no município, desautorizam seus empregados a permitirem que pessoas estranhas, ou técnicos do governo entrem em sua propriedade, tornando difícil o acesso à mesma.

⁵⁸ Planta herbácea da família das leguminosas, originária das regiões tropicais da América, é resistente à seca e muito útil ao pastoreio.

A pecuária hoje em Irauçuba caracteriza-se por ser extensiva e, como fizemos com a produção agrícola, demonstraremos, nos quadros V, VI e VII, a seguir, o movimento do setor no âmbito do município nos anos 1999 a 2001:

QUADRO V – Efetivos do rebanho em Irauçuba

Ano	Reban. Bovino (unids)	Reban. Suíno (unids)	Reban. Caprin (unids)	Reban. Ovino (unids)	Gali-Nhas (unids)	Galos, Frangos Pintos	Codor-Nas (unids)	Reban. Bubalino (unids)	Reban. Equino (unids)	Reban. Asinino (unids)	Reban. Muare (unids)	Coelh (unids)
1999	22.250	5.240	7.334	17.444	16.194	25.276	78	90	930	1.879	358	20
2000	20.470	5.614	7.480	16.048	17.004	26.540	84	90	949	1.973	376	20
2001	19.447	5.719	7.854	16.529	17.684	27.867	89	98	958	2.091	380	22

Fonte: “Pesquisa da Pecuária Municipal” – Ceará – IBGE. Anos-base: 1999, 2000, 2001

O quadro nos apresenta uma tendência maior à criação de animais de pequeno porte, como galinhas, galos e frangos por representar uma atividade econômica de baixo custo e investimento. Além disso, como vemos no quadro VII, há uma produção em torno de 79 mil dúzias de ovos/ano, que dão uma renda média anual de R\$ 79.022,00 (setenta e nove mil reais e vinte e dois centavos), valor esse irrisório. Dos rebanhos de grande porte, aparecem, em primeiro lugar, os rebanhos bovinos, seguidos dos ovinos, embora tenhamos verificado uma redução no contingente dos bovinos.

QUADRO VI – Produção de leite em Irauçuba

Ano	Vacas ordenhadas	Qtidade. (mil litros)	Valor (reais)
1999	4.833	5.655	2.261.844,
2000	4.446	5.202	2.080.728,
2001	4.468	5.228	2.091.024

Fontes: “Pesquisa da Pecuária Municipal” – Ceará – IBGE. Anos-base: 1999, 2000, 2001.

Estes dados nos mostram que a quantidade de leite produzida, ao ano, no município é, em média, 5.362 milhões de litros. O produto vendido proporcionou um rendimento anual próximo a dois milhões, cento e quarenta e quatro mil e

quinhentos e trinta e dois reais a preços correntes, o que representa um importante complemento no rendimento familiar.

QUADRO VII – Produção de ovos de galinha

Ano	Qtidade. (mil dúzias)	Valor (reais)
1999	81	80.970,
2000	77	76.518,
2001	80	79.578,

Fontes: “Pesquisa da Pecuária Municipal” – Ceará – IBGE.
Anos-base: 1999, 2000, 2001.

Do exposto, podemos afirmar que a atividade agropecuária em Irauçuba ainda sobrevive pela persistência peculiar ao homem e mulher do campo, que enfrentam cotidianamente o desafio de se reproduzir, não obstante obstáculos políticos, econômicos, sociais, culturais e naturais. As terras, como já mencionamos anteriormente, encontram-se desgastadas ou em processo de desertificação, além de se situarem distantes dos grandes centros comerciais e industriais de modo que, sem uma política agrária efetiva naquele município, a tendência é a inviolização da produção agrícola. O caso de Irauçuba reforça a perspectiva defendida por alguns teóricos e dos dirigentes do próprio MST, de que não basta a conquista da terra, é necessário que se resolva o problema econômico mais imediato; que se reestruture a agricultura de modo a atender a necessidade de produzir do pequeno produtor; que se lute por mudanças sociais, “já que sabemos que a reforma agrária não vai acontecer sem que haja outras mudanças na nossa sociedade” (Stédile, 1997, p. 11). As condições de vida dos trabalhadores do campo ficam cada dia mais grave. Ampliam-se o sofrimento e o desespero desses homens, que se tornam apartados da sociedade do consumo e da sociedade tradicionalmente agrícola. As falas destes moradores expressam este sentimento:

A gente planta algodão [...]. O preço do algodão é pequeno, mas se desse o algodão, compensava; a mamona, essa não tem preço. Para

melhor lhe dizer, o ano atrasado, eu plantei 4k de caroço de algodão, você sabe que é pouco, né? Eu tirei 870k de algodão. E, quando foi o ano passado, eu melhorei o terreno e plantei quase 3 ha. Tirei 150k de algodão. Aí, não tem condições, moça. Como é que eu vou pagar aquela despesa com 150k de algodão? Dá o que? Dá 90 reais. É o 'bicudo'; ele fura a "orelhinha" do algodão e não flora. Aí a flor cai e só fica a folha. Então, essas coisas atrapalha, atrapalhou (66 anos, arrendatário aposentado).

A piora de nós aqui é não ter o suficiente prá nós trabalhar, nem prá mulher, nem pro homem, nem pro solteiro, nem prá nada. Aqui ninguém tem. A gente 'veve' porque, enfim, Deus consente. Mas que ter, ninguém tem. Nem tem o casado, nem tem o solteiro, ninguém. A pessoa 'veve' assim como Deus criou batata. Hoje tem mais uma coisinha daqui, outra dali 9 [...]. É assim! (32, moradora).

Partindo da realidade acima exposta, pretendemos fazer algumas reflexões acerca das políticas governamentais em Irauçuba, por ser o governo a esfera privilegiada da função executiva do Estado que, através de sua ação reguladora, exerce influência sobre o trabalho com vistas à reprodução social.

3.2. Determinações políticas e sociais

Sabe-se que nas sociedades capitalistas, os planos governamentais privilegiam, historicamente, o econômico em detrimento do social. Quando ocorre o inverso, ou seja, quando a atenção se volta mais para o social, sobrevêm desdobramentos sócio-econômicos visivelmente direcionados ao amortecimento das lutas sociais, reduzindo os efeitos das conquistas históricas da classe trabalhadora, beneficiando em última instância, o crescimento econômico. Contudo, não se pode perder de vista a correlação política de forças presente na sociedade civil, que pode representar avanços na relação sociedade civil/sociedade política. Assim, geram-se “novas determinações que impedem que o Estado se apresente redutivamente como instrumento da classe dominante” (OLIVEIRA, 1988, p. 132-133). Contudo, em nenhuma instância o capital tem em vista o bem-estar do homem.

Seguindo essa lógica, as ações projetadas para o semi-árido têm sido pontuais e buscam, tão somente, restringir os efeitos imediatos de processos organizativos de contestação à acumulação capitalista, que gera, entre outros efeitos, a má distribuição de renda. Contraditoriamente, os recursos são aplicados de forma não eqüitativa, priorizando determinados municípios ou regiões que possam acarretar retorno econômico ou político-eleitoreiro mais imediatos, caracterizando-se, assim, como políticas compensatórias.

No caso de Irauçuba, as políticas públicas desenvolvidas têm se caracterizado pelo seu caráter tópico e fragmentado, aprofundando não apenas as limitações naturais do município, mas as más condições de sobrevivência dos que vivem da terra. Os recursos que vêm do Estado (nas esferas, federal, estadual e municipal), além de serem limitados, são utilizados de forma clientelista.

Para entendermos essa realidade, tivemos que resgatar a forma como o município se organizou socialmente. Como a grande maioria do sertão cearense,

sua organização social girou em torno da estruturação de fazendas, tendo como principais sujeitos o proprietário, o agricultor e o vaqueiro (nas formas que apontamos anteriormente). Está implícito no referido modelo de socialização, a articulação de duas classes fundamentais: a dos fazendeiros e a dos agricultores e vaqueiros. Os primeiros, detentores do poder, chamavam para si a prerrogativa de decidir e de retirar da atividade agropecuária os benefícios e aos agricultor e vaqueiro, o dever de obedecer e trabalhar.

Neste sentido, este padrão societário favorece a oligarquia rural. No caso de Irauçuba, o poder oligárquico se estabeleceu a partir da fixação, no vilarejo, da família Mota e Melo, uma das primeiras famílias brancas⁵⁹, procedente de Pernambuco, que passou a se unir, por laços matrimoniais, com outras famílias importantes – como os Bragas, os Barrosos e os Bastos – de uma localidade vizinha, hoje município de Itapajé.

Irauçuba emancipou-se politicamente de Itapajé em 20 de maio de 1957, tendo sido o primeiro Prefeito o sr. Walmar Andrade Braga. De 1959 até hoje, houve 11 mandatos; destes, apenas um não foi concluído devido à morte do mandatário, tendo assumido a Prefeitura o seu vice, durante apenas 45 dias. Todavia, chamou-nos a atenção o fato de 9 (nove) desses 11 (onze) mandatos terem sido ocupados, ora pela família Braga, ora pelos Bastos, em períodos intercalados, totalizando a primeira, 21 anos de mandato e os segundo, 23. Quanto à agremiação partidária dos executivos municipais, esta também é mais invariável ainda, pois todos eles, dos anos 80 para cá, são filiados ao mesmo partido. Portanto, o poder local, traz em sua história elementos cristalizadores do “culto à tradição”.

Tais elementos repercutem de forma negativa nas políticas agrícolas e agrárias. Em fins dos anos 70 e início dos 80, por exemplo, alguns programas como o crédito agrícola, foram abertos ao trabalhador rural de Irauçuba, mas logo se tornaram de difícil acesso para aquele segmento social, dado os obstáculos

⁵⁹ Os habitantes nativos eram índios civilizados, descendentes da tribo Guanacés e a partir da ocupação pela família Mota e Melo, o vilarejo passou a ser chamado de Cacimba do Meio.

burocráticos impostos para a liberação da verba. O mesmo tratamento parece não ter sido dado aos grandes proprietários, para os quais a SUDENE, através de programas especiais, deu incentivo fiscal para que fossem geradas empresas agropecuárias, mas que, conforme o relato do Secretário de Políticas Públicas do STR, esses projetos não se concretizaram, por falta de um político local que tivesse força para barganhar junto ao governador do Ceará e ao governo federal, a efetivação desses empreendimentos dentro do município.

Frente ao exposto, podemos inferir que a correlação de forças políticas no município mantém-se inalterada; a Câmara Municipal, por exemplo, é composta por 11 vereadores, predominando, o PSDB, partido que se encontra no poder no Estado desde 1986 e que tem dado sustentação ao prefeito atual do município, reproduzindo-se, assim, as forças conservadoras.

Em 2001, chegou a Irauçuba o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, porém, o mesmo não foi implantado de imediato, pois o parlamentar que fez a mediação da proposta de um projeto para o município cometeu um equívoco ao informar que a média salarial dos prováveis beneficiários era de um pouco mais de trezentos reais mensais. Como essa importância extrapolaria as condições de financiamento que determinam mil e quinhentos reais anuais por família, a liberação do primeiro projeto aprovado para Irauçuba sofreu um atraso de aproximadamente vinte e quatro meses e isso foi sentido pelos(as) pequenos(as) produtores(as), que assim se manifestam:

Agora falaram muito sobre um dinheiro... que eles andam atrás de fazer um empréstimo e aí a gente ia prá saber isso aí, mas o empréstimo não deu em nada. Só 30 pessoas receberam. Botaram (o Pronaf) de janeiro, de janeiro botaram prá abril e nós já estamos há muito de maio e ninguém ouve mais falar nisso (arrendatária, 45 anos).

A dificuldade tá grande prá gente que vive no campo. Falta ajuda financeira que a gente não tem e trabalha por conta própria, só da gente mesmo; não tem nem como desenvolver o sistema de vida da gente, né? Quem trabalha no campo, principalmente nesses anos que a gente tá passando, a dificuldade tá grande. Os invernos é sempre “caxingó”⁶⁰, cheio de altos e baixos (posseiro, 50 anos).

⁶⁰ Essa expressão, segundo o Dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda, quer dizer coxo.

Segundo nos informou o ex-coordenador do Pronaf⁶¹ no município, o crédito rural aprovado veio para o assentamento Saco Verde (grupo A) e para alguns agricultores(as) não assentados(as). Caso estes últimos se enquadrem nas condições exigidas quanto à renda familiar anual, irão ter acesso ao Pronaf/B, com limite de financiamento até quinhentos reais, que deverão ser pagos em até 02 anos, tendo, porém, até 01 ano de carência; aquelas com renda bruta anual entre um mil e quinhentos e dez mil reais, são beneficiadas do Pronaf/C, podendo solicitar financiamento de um mil e quinhentos até quatro mil reais e contam com um prazo de pagamento de até 08 anos mais 05 anos de carência; já as famílias com renda bruta anual de dez mil a trinta mil reais podem pedir financiamento até quinze mil reais, contando com o mesmo prazo do Grupo anterior.

Antes da liberação do financiamento é feito um curso de curta duração para orientar os (as) beneficiários(as) do Programa no sentido de melhor utilização do dinheiro. Este curso é de responsabilidade do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural – CEDR, do qual fazem parte os sindicatos rurais, técnicos do Incra, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, entre outros. Todavia, o Programa não tem acompanhado, de forma sistemática, os projetos para os quais o empréstimo foi solicitado, falha essa sentida pelo(a) próprio(a) produtor(a), principalmente, no que se refere à capacitação dos agricultores familiares no que se refere à comercialização, ao controle contábil, à administração dos negócios e outros.

Quanto à eletrificação, não obstante ter se expandido significativamente com a implantação do Projeto São José/Luz do Campo, a partir de 1998, constitui-se também um exemplo modelar da fragmentação das políticas públicas adotadas, haja vista até hoje não atingir todo o município. Este fato tem acarretado prejuízo à introdução de tecnologia na produção agrícola, além de impossibilitar o acesso do trabalhador ao ensino noturno. Neste caso, os trabalhadores analfabetos, na realidade, estão fadados a permanecerem no obscurantismo do analfabetismo na

⁶¹ O Pronaf se estruturou para atuar em três níveis: A, B, C, a depender da renda familiar dos beneficiários.

zona rural. Em Irauçuba encontram-se ainda sem eletricidade as seguintes localidades: Juá de Cima, Boa Vista de Baixo, uma micro-região chamada Saco do Juazeiro, formada pelas comunidades de Passarinho, Maracanã e Boa Vista do Gabriel e, ainda, a região serrana, composta por Lolaia e adjacências e na região Coité, a serra Manoel Dias.

Ademais, as ações governamentais não vêm levando em conta a necessidade de conservação do que deve ser preservado, no caso, a diversidade botânica daquele município e de superação de uma situação insustentável, que é o declínio econômico experimentado pela atividade agropecuária, da qual vive, pelo menos, 40% da população daquele município.

Acresce-se a isso, o incentivo à prática predatória e devastadora que geram desastres ecológicos, acarretando grandes prejuízos à atividade laborativa do(a) agricultor(a), que tem na natureza sua principal fonte de sobrevivência. A devastação do solo no semi-árido, como tão bem coloca Dias (2000), não decorre do uso e abuso da alta tecnologia, mas de práticas tradicionais que não respeitam o ecossistema.

Em Irauçuba, tais práticas são, muitas vezes, estimuladas pelos próprios técnicos de órgãos ligados à agricultura, como relata a referida autora:

Ela conta [referindo-se a uma pessoa entrevistada] que o desmatamento foi muito grande. [...] houve seis anos de seca que eles mandaram cortar e arrancar os tocos. Foram as frentes de serviço, para dar serviço ao povo. Além disso, o desmatamento ocorreu em Irauçuba potencializando a destruição da biodiversidade, ilustrada pelo reflorestamento monofítico, que introduziu a algaroba, planta exótica ao ecossistema em estudo (ibid, p. 79).

Fato como esse, longe de promover o desenvolvimento agrícola, agrava ainda mais o quadro de atraso sócio-econômico que vem se arrastando há séculos e que se dá, em grande parte, devido à falta de uma vontade política dos poderes estadual e federal de investirem no desenvolvimento da atividade agropecuária, reforçando, assim, as contradições inerentes ao próprio desenvolvimento capitalista.

3.3. Condições de trabalho

Em Irauçuba, é comum os(as) trabalhadores(as) rurais procurarem médias e grandes propriedades para trabalhar como arrendatários, meeiros ou com contratos temporários e, quando o período de estiagem se prolonga e nem mesmo essas fazendas podem lhes oferecer trabalho porque também foram atingidas pela seca, passam a reclamar do governo frentes de serviço geralmente voltadas para construção de estradas, paralelepípedos, barragens, etc, a fim de sobreviverem. Entretanto, sob a alegação de que não há recursos suficientes para o “alistamento” nessas frentes de serviço de todos(as) os(as) trabalhadores(as) vitimados(as) pelas secas, o programa termina por ser seletivo e discriminador, descaracterizando-se enquanto alternativa eficiente de política agrária.

Quanto às mulheres, estas também contribuem para a melhoria da renda familiar. Quando não são agricultoras procuram uma atividade paralela à agricultura como o bordado, a renda de bilro, a confecção de redes, o crochê, a fabricação de carvão, a indústria doméstica de doces etc. Não raras vezes essa indústria caseira é alvo da exploração capitalista, pois nela o trabalho pode ser executado de forma primitiva, sendo desnecessária a aplicação de capital fixo ou de um grande volume de capital, além de não oferecer a quem a explora, qualquer risco significativo, pois não é de sua responsabilidade pagar os encargos territoriais e outras despesas que vencem, quer a pequena indústria cresça ou não, mas o é do(a) pequeno(a) industrial caseiro(a) explorado(a).

As formas variadas de trabalho identificados em Irauçuba se constituem um fenômeno que vem se reproduzindo, também, ao longo da história, ainda que com características e particularidades distintas. Em relação à indústria caseira, é sabido que as regiões de terras pouco produtivas são especialmente favoráveis ao desenvolvimento de tais indústrias porque nelas, dificilmente prosperam os grandes estabelecimentos. Com o florescimento da indústria caseira no meio rural, aumenta o número de pessoas que passam a se dedicar à mesma; essas pessoas

terminam por perder as habilidades para o trabalho agrícola, pois trabalham sentadas e sem despendar muito exercício físico, perdendo, assim, sua capacidade de cultivar a terra.

A introdução dessa atividade no meio rural tem chamado a atenção de diferentes teóricos em diversas épocas e lugares. Um dos primeiros estudos sobre a questão agrária, na perspectiva marxista, foi desenvolvido por Kautsky⁶² que em *Questão Agrária* trata exaustivamente da temática, indústria caseira. Para ele, as indústrias domésticas acarretam outros prejuízos à agricultura, além da retirada do trabalhador da lavoura, reproduz uma cultura de desvalorização do trabalho agrícola.

Com esses argumentos, Kautsky quer mostrar a inexistência de qualquer vantagem econômica advinda da atividade industrial caseira. Para ele, a exploração capitalista dessa atividade no meio rural é “a forma mais degradante de proletarização do campesinato” [o grifo é nosso]. Segundo ele, todas as tentativas feitas por pequenos proprietários, de prosperar através dessa iniciativa, lograram num insucesso total e o resultado foi a “desgraça da qual jamais os camponeses hão de recuperar-se” (KAUTSKY, 1998, p. 234).

Essa afirmação nos chamou a atenção, pois, guardadas as devidas particularidades históricas do período por ele estudado, observamos também nos tempos atuais, à falta de condições para o(a) trabalhador(a) viver da agricultura, principalmente, por falta de terra; este(a) é levado(a) a procurar outras ocupações igualmente insignificantes do ponto de vista econômico, dando-se, assim, o processo de proletarização. Kautsky, ao analisar esse processo nos remete à

⁶² Karl Kautsky, apesar de em sua juventude haver sido um colaborador de Engels (foi seu secretário de 1881-1883) e de Marx (organizou e editou o quarto capítulo de *O Capital*, sob o título “Teorias da Mais-Valia”) e ter figurado, por mais de duas décadas, como um grande líder da Segunda Internacional, em sua maturidade – já próximo aos 50 anos – foi-se afastando de suas posições políticas marxistas e, no partido Social-Democrata alemão, colocou-se ao lado dos revisionistas, opondo-se, assim, à facção revolucionária do partido e à revolução russa, o que o levou a ser apontado por Lenin como um inimigo do comunismo internacional. Entretanto, Kautsky foi um dos primeiros marxistas a dedicar-se ao estudo da questão agrária.

singularidade das condições de reprodução da força de trabalho na agricultura, nos dias presentes e introduz a questão do capitalismo no campo.

Exemplo modelar desse processo pode ser encontrado no Missi, um dos maiores distritos de Irauçuba. Nesta localidade, as famílias sem terra, pouco desenvolvem a atividade rural. Isto ocorre pelas condições do solo, conforme demonstramos anteriormente, mas também, pela questão climática (os longos períodos de estiagem) que tem afastado o trabalhador da agricultura. A saída para algumas famílias foi recorrer ao artesanato. É comum, encontrar no lugarejo, mulheres fazendo redes e bordando. Registramos em um dos depoimentos (posseiro de 51 anos), o relato de que as famílias sem terra pouco desenvolvem a atividade rural:

A vida desse pessoal que mora no Missi é um pouco assim: as mulheres se apegam naquele artesanato, varandas de rede e os homens, pescam; eles vivem mais disso. Eles pouco usam a área rural.

Nem todos trabalhadores, hoje utilizam a terra; é o caso de cair um pouco a produção do município. Em Irauçuba talvez não tenha 30%. Lá no Missi parece que tem mais de 600 famílias. Totalmente, o pessoal não trabalha [na agricultura] alguns deles faz aquelas coisinhas. Quem mora dentro do Missi pouco trabalha porque não tem onde.

De forma geral, esta situação tem afetado o cotidiano das famílias de Irauçuba. Provocando a imigração, principalmente dos jovens. Estes, quando não emigram para centros maiores à procura de trabalho, tentam vender sua força de trabalho, na própria agricultura, como diaristas ou na roça de algum outro morador.

Estes jovens também encontram forma de se reproduzirem, nos artesanatos ou em indústrias caseiras de tijolos. Contudo, a retirada deles da agricultura tem modificado a reprodução do homem do campo, ou seja, gerações que antes se dedicavam ao trabalho agrícola, hoje procuram novas formas de sobrevivência, somando-se aos que já vivem nas áreas suburbanas das cidades. Tal fato vem confirmar a tese da reprodução da miséria.

Uma moradora de outro distrito, conhecido como Lagoa das Pedras, nos relata, também, que nessa localidade muitos abandonaram a agricultura e abriram um ponto de comércio ou outras atividades que não dizem respeito ao trabalho agrícola. Alguns jovens procuram conciliar sua atividade na cidade como vendedor

ambulante, pedreiro, com o trabalho na agricultura. Outros conciliam a atividade escolar com a agricultura, o que vem demonstrar que é muito estreita a relação entre o campo e a cidade.

Essas situações que nos foram relatadas vêm ao encontro do pensamento de Veiga (2000) que tem defendido, em seus trabalhos, o desenvolvimento de ocupações não-agrícolas para o homem/a mulher no campo, como alternativas de trabalho nas regiões ou períodos em que a agricultura está em baixa, para o qual deverá contar com recursos técnico-financeiros do governo. O autor afirma que a diversificação das atividades laborativas no meio rural favorece um intercâmbio maior entre o campo e a cidade, o que acarretará vantagens sociais, econômicas e culturais para os dois contextos.

Com esta breve exposição, procuramos focalizar as diversas formas de reprodução da força de trabalho, que na realidade local, vem se repetindo sem o apoio esperado dos governos. As políticas sociais, voltadas para o trabalhador do campo, não têm contemplado, de forma efetiva, suas necessidades básicas, reproduzindo, assim, as condições de abandono, pobreza e, não raro, miséria, que permeiam a vida dos(as) trabalhadores(as) rurais no semi-árido nordestino.

Capítulo IV

O sindicalismo em Irauçuba

4. 1. O Sindicato Rural de Irauçuba

Nos anos 60, Irauçuba apresentava uma produção regular de algodão e de mamona⁶³, embora houvesse entre os trabalhadores rurais, insatisfação com a exploração por parte de latifundiários que exigiam renda elevada nos acordos de arrendamento da terra, com demissões sem indenizações e com a falta de liberdade para criar suas reses nas propriedades onde trabalhavam. Tais demandas levaram um ex-vereador do município, filho de agricultores, a mobilizar os trabalhadores rurais em torno da criação do sindicato rural em Irauçuba que se deu em 1963 e do qual se tornou o primeiro dirigente.

A organização sindical desse município – diferentemente do que ocorria em vários municípios rurais brasileiros, onde a Igreja Católica ajudou a organizar os trabalhadores – não contou com o apoio da Igreja local, ao contrário, foi por ela execrado, numa demonstração da ligação da mesma com os interesses dos grandes proprietários.

Inquirido a respeito de possíveis apoios para enfrentar a posição ofensiva dos políticos e proprietários de terra locais, o ex-dirigente sindical informou que contava com a adesão do Delegado Regional do Trabalho, inclusive, no que tange às ações trabalhistas, fornecendo ao STR advogado para acompanhá-las. Possivelmente, esse funcionário da DRT tinha alguma vinculação com o PCB, que naquele período exercia, em âmbito nacional, significativa influência junto à classe trabalhadora.

Segundo informações deste sindicalista, muitos trabalhadores rurais que se associaram ao sindicato foram ameaçados de demissão ou foram efetivamente demitidos. Alguns chegaram a sofrer até maltratos físicos a mando dos latifundiários.

⁶³ Essa realidade se estendeu ainda pelas décadas de 70 e 80, mas como queremos focar os anos 60, não nos referimos a elas.

Este quadro se agravou quando, em 1964, se instalou no país o regime militar, que passou a perseguir as lideranças sindicais que foram destituídas, submetidas à prisão e torturadas. Novos diretores foram nomeados para as Delegacias Regionais do Trabalho e os sindicatos passaram a sofrer intervenção, sendo os interventores escolhidos, cidadãos “apolíticos” com posições ideológicas identificadas com o “projeto revolucionário” do governo militar.

Naquele mesmo ano, o STR/Irauçuba foi fechado e submetido à intervenção e em 1966, a uma Junta Provisória, apesar de os dirigentes destituídos não serem militantes de partidos de esquerda. Tanto assim, que foi solicitado do ex-presidente e fundador daquela entidade apoio à Junta e alguns membros, da diretoria anterior, passaram a fazer parte da mesma. O interventor do STR/Irauçuba foi, posteriormente, nomeado prefeito do município, tendo reassumido o cargo em três outros mandatos não seqüenciados.

Revelou-nos ainda o ex-dirigente que foi levado preso para Fortaleza, não por militares do exército, mas pela guarda civil do prefeito em exercício, seu adversário político. Além disso, documentos e registros do sindicato foram extraviados e outros destruídos.

A Junta Provisória foi extinta após a eleição, em 05 de março de 1967, da nova diretoria do sindicato que tomou posse no dia 12 do mesmo mês.

Parafraseando o que afirma Botelho, referindo-se ao STR/Sapé (Paraíba) (1997, p.116), gostaríamos de acentuar que o movimento sindical em Irauçuba não contava, naquele período

[...] com nenhuma composição de forças favoráveis à participação política e social das massas rurais excluídas, mas pelo contrário, com uma oligarquia rural [...] que procurava de todas as formas manter seu domínio sobre as terras e sobre a força de trabalho.

Essa força oligarca na vida político-econômica do município marcou o STR/Irauçuba com traços ainda hoje relativamente fortes de conformismo e burocratização, entendidos, estes termos, respectivamente, como “o alinhamento passivo às opiniões e às diretrizes da autoridade oficial quer política quer religiosa quer de outra natureza à qual se está submetido” (STOPPINO, 1986, p. 230) e como “a separação entre os dirigentes e as massas, tornando aqueles autônomos

em relação a estas” (BENCINI, 1986, p. 131). Reforçando a idéia da separação entre dirigentes e dirigidos no movimento sindical, argüi Stédile (1997, p. 9): “[...] infelizmente, na nossa cultura um sujeito ser presidente já é meio caminho para ele se autodenominar o chefe do movimento, ou então, o principal responsável”.

Essa idéia de comando perpassa também a organização sindical que se dá na prática pelo recurso institucional da representação e não, pelo princípio da direção coletiva.

Nesse sentido, os sindicatos rurais se organizam com base no modelo presidencialista, tendo uma diretoria composta por cargos ocupados por pessoas eleitas em assembléia geral dos associados. No caso do STR/Irauçuba, são 08 os cargos eletivos: Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, o Conselho Fiscal (com três cargos efetivos) e uma suplência para cada cargo e mais duas Secretarias específicas: a de Política Agrária, Agrícola e de Meio-Ambiente e a de Políticas Sociais. Vale ressaltar que o STR foi filiado à Cut em 2001.

Cabe à diretoria, a condução das atividades internas e externas da entidade. As externas são, em geral, assumidas pelo presidente e pelo Secretário de Política Agrária, Agrícola e de Meio-Ambiente, principalmente no que se refere à representação da entidade nos órgãos públicos, na Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Ceará – FETRAECE, na Coordenação Regional etc.

O cargo maior da entidade tem se alternado, desde 1992, entre os dois diretores acima referidos, numa acirrada disputa pelo poder. Em decorrência disso, há conflitos internos no interior do sindicato, expressos num clima não tão velado de hostilidade ao referido Secretário e que se agravam devido questões de ordem pessoal, encabeçadas por outros três membros da diretoria que, sendo irmãos entre si e por terem um parentesco com o referido diretor, execram algumas atitudes familiares do mesmo. Outros membros da diretoria também exprimem essa rejeição em relação aquele dirigente.

O dirigente em pauta, apesar de pouca instrução e das manifestações de desaprovação por parte dos demais diretores, goza de credibilidade nas bases rurais. Essa credibilidade é também expressa em relação ao Presidente que

acumula ainda o cargo de vereador pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Ambos, porém, têm em comum, a polidez no trato com técnicos, assessores e com as bases sindicais. Neles se concentram, como já frisamos, todas as ações que requeiram entendimentos externos, acordos, contatos com órgãos governamentais e outros.

Disputas à parte, internamente, o STR cuida, principalmente, do atendimento das demandas dos(as) trabalhadores(as) por benefícios previdenciários, por assistência jurídica, além das reuniões conjuntas com órgãos governamentais, associações comunitárias, para discussão de programas e projetos relativos à crédito e produção agrícola, entre outros. Além disso, há um serviço diário de atendimento de inscrição ao sindicato e pagamento das mensalidades. O nº. de pessoas atendidas/dia ,é, em média, de 15 pessoas.

Em outubro de 2002, fundamentado numa decisão do 8º CNTTR, promovido pela CONTAG, o STR se reuniu para modificar o seu estatuto, tendo sido alterado apenas o mandato dos diretores de três para quatro anos. Seguindo, ainda, orientação deste órgão, o STR criara, anteriormente, algumas Secretarias específicas, entre as quais a de Política Agrária, Agrícola e de Meio-Ambiente e a de Políticas Sociais, cujos mandatários são também votados pela base sindical e, ainda, duas Coordenações: a de Mulheres e de Jovens.

Existem na estrutura organizacional do sindicalismo rural, as Coordenações Regionais, que congregam alguns sindicatos por microregiões, descentralizando, assim, as competências das Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGs. O STR/Irauçuba, juntamente com outras 14 unidades sindicais, faz parte da Coordenação Regional de Itapipoca, município esse, cuja Diocese não tem ligação com a CPT. Desse modo, o sindicato de Irauçuba, em sua luta pela reforma agrária, articula-se somente com as instâncias sindicais Regional e do Estado e com o INCRA . Há também, de forma incipiente, uma articulação com o PT e a CUT.

Na perspectiva de descentralizar a ação sindical no município, existem as delegacias sindicais que dão apoio aos(às) trabalhadores(as) na base e são criadas de acordo com as demandas das comunidades rurais. Atualmente, o STR

conta com cinco delegacias, nos seguintes distritos: Barreira (assentamento), Juá, Missi, Bueno e Boa Vista.

As delegacias têm favorecido o crescimento do número de trabalhadores sindicalizados, pois estas funcionam próximo às suas moradias e trabalho, evitando o deslocamento destes à sede do sindicato. Vale frisar, contudo, que algumas delas não funcionam a contento, pela falta de participação das bases ou devido a problema de direção. É o caso da delegacia de um dos distritos de maior densidade do município, cujo delegado sindical logo após haver sido eleito, pediu demissão.

Em relação às bandeiras de luta do movimento sindical rural, estas são deliberadas nos congressos nacionais, constituindo-se as principais: (a) o incentivo à filiação; (b) a reforma agrária; (c) os direitos previdenciários.

Sobre as bandeiras de luta do sindicalismo, o presidente do sindicato de Irauçuba, assume a filiação do trabalhador rural como uma das suas principais estratégias de atuação no STR. Em uma das entrevistas que fizemos, assim ele se referiu:

A diretoria quando senta, o principal assunto é a questão do trabalhador dentro do sindicato; é trazer esse trabalhador prá fazer parte do sindicato. Esse é o principal objetivo de uma diretoria quando senta, né? Procurar meios de orientar o trabalhador para que ele faça parte de um sindicato. Dessa forma, ele tá fazendo parte da sociedade, tá se integrando ao movimento sindical e tá junto com a diretoria discutindo seus direitos e deveres dentro da sociedade.

Nesta sua consideração podemos destacar, além de seu interesse por novas filiações, o seu entendimento sobre sindicato que, para ele, se constitui um espaço para orientar e discutir direitos e deveres do trabalhador. Foi dada também muita ênfase à participação dos associados como forma de sua integração no sindicalismo rural.

Seguindo essa trilha, o dirigente sindical sinaliza para uma abertura maior do movimento sindical, quando se preocupa em que sindicalistas e dirigentes discutam os direitos sociais mais amplos, porém ainda se encontra preso à perspectiva da luta integradora, isto é, da luta por direitos já reconhecidos e garantidos pelo Estado.

Ainda na mesma entrevista, o presidente do STR revelou sua preocupação com algumas limitações na linha de ação do sindicalismo rural e que, no seu entender, acarretam prejuízo no encaminhamento de suas bandeiras de luta, conforme veremos abaixo:

A gente precisa [...] e uma das coisas que a gente tem discutido é a questão do movimento sindical sentar, não só aqui dentro de Irauçuba, mas o movimento sindical como um todo sentar e definir linhas de ação que a gente espera que isso aconteça. A gente ainda não tem uma estrutura bem firme do movimento, não. Mas a gente tá começando a organizar isso aí. Nós precisamos de seminários com trabalhadores à respeito de previdência, à respeito de créditos fundiários, de reforma agrária, a questão da educação dentro do meio rural, a formação de jovens, de lideranças...

Como se pode ver, a questão da participação do sindicato foi sua primeira afirmação. Para ele, “sentar” é condição indispensável para que o sindicato avance e alcance seus objetivos. Sua visão se estende para além do município sede. Também está entre suas primeiras preocupações, a estrutura do sindicato em Irauçuba dentro das recomendações do 8º. CNTTR, que ele reconhece estar ainda se organizando e, que, quando concluída, levará avante algumas ações importantes para o movimento sindical.

Definindo de forma mais concreta as bandeiras de luta do STR/Irauçuba, informa-nos o Presidente da entidade:

As bandeiras que a gente tem levantado é a questão, é de segurar o trabalhador no campo. Então, nós temos que lutar para que esse trabalhador no campo tenha condição, ele tenha assistência para permanecer, que ele tenha condição de vida melhor. Então, essa é a principal bandeira nossa aqui dentro do sindicato e do movimento sindical.

Essas condições são financeiras, uma reforma agrária bem feita, na qual o trabalhador, além de receber a terra, que ele tenha a sustentação. Que ele tenha [conte com] ações definidas, como a questão dos financiamentos da parte do governo para que ele possa também se segurar na terra. Ele tenha a terra, ele tenha a condição de viver [nela]. Então essa é a principal bandeira: uma reforma agrária bem feita, bem trabalhada, bem estruturada para que ele possa sobreviver na terra.

Além disso, nós temos também o outro lado, que é a questão previdenciária. Fazer com que o trabalhador continue tendo e de melhor condição [qualidade?], os seus direitos assegurados em lei, na Constituição: direito à aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão, tudo que for previdenciário, destinado ao trabalhador, que ele continue tendo.

Chamou-nos a atenção alguns aspectos contidos nas idéias acima expostas, os quais gostaríamos de tecer algumas considerações. Um desses aspectos diz respeito ao empenho do referido dirigente sindical em “segurar o trabalhador no campo”. Nesse sentido, gostaríamos de ressaltar que assessores do movimento dos sem-terra como Fernandes (2001) e Bogo (1999) também defendem a permanência da família camponesa no espaço rural, mais que isso, defendem o fortalecimento da agricultura camponesa por tê-la como um “setor fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país”. (Bogo, *ibidem*, p.32).

Por outro lado, o seu entendimento sobre a reforma agrária denota uma amplitude de visão, um entendimento de que não basta que se distribua terra, mas que se faz necessário uma rede de serviços para garantir a fixação do homem no campo. Todavia, sua compreensão de luta pela terra se diferencia das encaminhadas pelos assessores do MST acima referidos, pois é seu pensamento que tudo deve ser dirigido com ordem. Essa perspectiva de encaminhamento das luta exemplifica o aspecto ideológico que permeia a organização sindical em estudo. Sua lógica repousa em conceitos morais, para que seja resguardada a ordem social, a saber, a ordem da sociedade burguesa. Assim, suas posições transitam entre o desejo de mudanças, numa perspectiva ampla e, o medo de correr riscos. Não coloca em questão a violência que vem sofrendo o trabalhador rural nas relações históricas de domínio e expropriação. O imediatismo parece dirigir suas intenções e seus gestos. Com a ampliação gradativa da política de proteção social ao(a) trabalhador(a) rural, esta passou a se constituir uma das maiores demandas das bases, tendo sido, muitas vezes, encaminhada pelos STRs de forma desvinculada da reforma agrária, bandeira histórica do movimento sindical.

Não podemos menosprezar a importância da proteção social como um direito conquistado a duras penas pelos(as) trabalhadores(as) do campo e nem a do STR como espaço privilegiado para se discutir e colocar na pauta de reivindicações a luta por uma Previdência Social pública e de qualidade. Mais que

isso, entendemos que os STRs devem lutar pela instituição dos Conselhos Municipais de Previdência Social e ter assento no mesmo.

Entretanto, a atenção dada pelo STR à questão previdenciária, apesar de se constituir uma ação política, se esvazia pela forma burocrática como é operacionalizada. O STR está envolvendo cotidianamente funcionários e alguns diretores do sindicato no recebimento e análise de documentos e situações de pessoas que requerem aposentadorias e auxílios previdenciários, transformando-se, assim, num balcão de atendimento do INSS, transferindo para si o que é da competência daquele órgão, deixando, muitas vezes de lado outras demandas legítimas e específicas do sindicalismo rural, como a formação de liderança, a discussão de um projeto agrário hegemônico para os pequenos produtores, a reforma agrária e outras que, aliás, foram até mencionados pelo seu presidente.

Feitas essas considerações, consideramos ter alcançado parcialmente nosso objetivo de conhecer o cotidiano do sindicato, o qual será completado no tópico seguinte, onde procuraremos fazer a configuração dos associados e, em seguida, veremos a relação sindicato/sindicalizados na busca de definirem seus espaços políticos dentro da organização.

4.1.1 Os Sindicalizados

Para falarmos sobre os sindicalizados rurais de Irauçuba, contamos como principal fonte de dados a pesquisa de campo, embora, tenhamos lançado mão também de dados secundários. Podemos afirmar baseadas no quadro abaixo que os associados do STR de Irauçuba estão, predominantemente, na faixa etária de 50 a 60 anos (31,5%), seguidos pelos que se encontram entre 30 a 40 anos (26,4%). Entre 40 a 50 anos, encontram-se 18,5% dos entrevistados e com mais de 60 anos estão 15,7%. Com menos de 20 anos até 30 anos registamos 7,9% do número de sindicalizados. Quanto à modalidade de ocupação, eles assim se distribuem: arrendatários (34,1%), moradores (23,9%), posseiros (23,6%), pequenos proprietários (10,6%) e meeiros (2,6%).

QUADRO VIII

Idade	Sexo				Condição de trabalho				
	M	F	%	%	Ocupação	H	M	%	%
- 20 anos	1	-	2,6	-	Arrendatário	9	4	23,6	10,5
20-30	2	-	5,3	-	Morador	3	6	8,0	15,9
30-40	4	6	10,5	15,9	Posseiro	7	2	18,3	5,3
40-50	3	4	8,0	10,5	Peq. Proprietário	3	1	8,0	2,6
50-60	8	4	21,0	10,5	Meeiro	1	-	2,6	-
+ 60 anos	5	1	13,1	2,6	Não especificado*	-	2	-	5,3
Subtotal	23	15	60,5	39,5	Subtotal	23	15	60,5	39,5
TOTAL	38		100,0		TOTAL	38		100,0	

Fonte: Tabela I da pesquisa de campo

* As entrevistadas informaram ser pequenas produtoras. Nessa categoria estão incluídas todas as ocupações acima referidas.

Pelos dados expostos, constatamos que é bastante expressivo o percentual de sindicalizados com idade igual ou acima de 50 anos, perfazendo um total de 47,2%. Abaixo dessa faixa etária estão 52,8% dos entrevistados, com incidência maior entre 30 e 40 anos.

O envelhecimento da população sindicalizada vem-se constituindo uma preocupação da CONTAG e das FETAGs e, nesse sentido, essas entidades estão desenvolvendo ações voltadas para a 3ª. Idade. Todavia, na perspectiva de incentivar a sindicalização da juventude trabalhadora, elas vêm promovendo eventos que despertem o interesses de trabalhadores(as) rurais na faixa etária até 30 anos.

Nesse sentido, o STR/Irauçuba realizou, através da Coordenação de Jovens, uma oficina de capacitação de liderança rural, idéia essa surgida no 8º. CNTTR (2001). A respeito disso, informou-nos o Presidente do STR/Irauçuba:

A CONTAG está aí promovendo um curso de liderança para jovens, que é o Quilombo dos Palmares, no qual a FETRAECE dá seu suporte e o sindicato entra apenas com o pessoal para fazer o curso.

É um curso modular, hoje eles estão estudando o primeiro módulo, vão dar resposta à organização do Quilombo dos Palmares e depois vão receber o segundo módulo. Quer dizer: tá sendo formado o jovem aí para o futuro dentro do movimento sindical.

O objetivo é orientar a juventude do meio rural para o futuro, porque a gente sabe que no meio dessa juventude rural, eles precisam da Educação, eles precisam do trabalho. Então, a gente quer orientar lideranças. Pessoas que saiam para o futuro formadas em liderar um sindicato, em liderar uma associação comunitária, em participar da política do município e do país; jovens também formados na questão da

saúde, né? Quer dizer: a gente quer que tenha uma juventude num patamar já firmado ali, capaz de liderar futuramente qualquer organização.

Reafirmando a luta pela sindicalização dos(as) mais novos(as), informa-nos os Anais (2001, p. 13) do referido Congresso:

É importante, entre tantas deliberações, [...] incorporar em definitivo os jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais na organização do MSTR, sinalizado pela criação da Comissão de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e pela integração de sua Coordenadoria à Diretoria Executiva da CONTAG [...].

Todavia, essa tarefa política de chamar os jovens a uma aproximação com o STR se reveste de dificuldades práticas, pois, no caso de Irauçuba, as condições da agricultura são desfavoráveis, como expusemos anteriormente.

Os(as) sindicalizados(as) mostram-se inquietos e também desanimados(as) com a atividade agrícola, embora 62,5% pretendam permanecer no campo, com incidência maior entre os de 50 anos e mais (37,5%). Frente a essa constatação, podemos indicar a expectativa da aposentadoria como um fator que tem fixado o homem/a mulher ao campo. Nesse aspecto, o STR tem trabalhado no sentido de animá-los(as) a aí permanecerem; os mais jovens - solteiros e casados - com idade até 40 anos, insatisfeitos com as condições de vida e de trabalho, tendem a abandonar a atividade agrícola levados por outros interesses e aspirações: trabalho, serviços de saúde e educação de melhor qualidade para si e seus filhos, além de outras mais vantagens supostamente oferecidas pelos grandes centros. Em persistindo essa tendência de migração de jovens para os centros mais adiantados, provavelmente, a capacidade de produção daquele município diminuirá, pois, com o avançar da idade a pessoa vai perdendo o vigor e a força física que tinha quando jovem.

Com relação ao sexo, constatamos que 39,5% dos sindicalizados são mulheres, ou seja, mais da metade do efetivo masculino. Essa realidade, contudo, é recente, pois até meados dos anos 90, conforme dados da pesquisa de campo, a figura feminina não constava na relação de filiados ao STR/Irauçuba. Para demonstrarmos o tempo de sindicalização de homens e mulheres nessa entidade, apresentamos o quadro abaixo:

QUADRO XIX

Tempo de sindicalização				
Nº. anos	H	M	%	%
- 1 ano	-	3	-	8,0
1 a 10 a.	8	11	21,0	28,9
10 a 20 a.	4	-	10,5	-
20 a 30 a.	4	-	10,5	-
+ 30 anos	2	-	5,3	-
Não responderam	5	1	13,1	2,6
Subtotal	23	15	60,5	39,5
TOTAL	38		100,0	

Fonte: Tabela I da pesquisa de campo

Obviamente, diversos fatores podem influir nessa incidência significativa de mulheres sindicalizadas, mas um desses chamou a nossa atenção: a demanda por benefícios previdenciários, como o salário-maternidade e a aposentadoria. A instituição do salário-maternidade para as agricultoras, em 1997, despertou-as para o interesse pela filiação sindical, o que representou um ganho na política de sindicalização do STR/Irauçuba.

Reforça esse nosso argumento, a constatação de que todas as entrevistadas com respostas válidas se vincularam ao sindicato nos últimos dez anos, acarretando um expressivo crescimento no índice de sindicalizados, neste período. Quanto aos homens, parte significativa destes (21,0%) também está inscrita no sindicato de 1 a 10 anos, período esse onde foram ampliadas as modalidades de benefícios para o campo (aposentadoria por invalidez, auxílio doença, auxílio-acidente, entre outros). Esse mesmo percentual encontramos entre os que se sindicalizaram num espaço de tempo maior, ou seja, de 10 a 30 anos atrás. Nesse caso, podemos considerar que benefícios mais antigos como FUNRURAL já se estendiam ao trabalhador rural nos anos 70, tendo na verdade alcançado inicialmente aos homens. Além disso, devemos levar em conta o fato de que a prática sindical é mais antiga entre os homens, determinando, assim, as diferenças encontradas em relação ao tempo de sindicalização entre homens e

mulheres. Em Irauçuba, a organização sindical conta com um quadro de 1.708 associados.

Corroborando o nosso entendimento de que a demanda por benefícios previdenciários se constitui um fator de demanda por filiação ao sindicato, é que, ao perguntar aos entrevistados, o que eles esperavam do STR ao se filiar ao mesmo, constatamos que 45% tinham a expectativa de que, contribuindo com a organização, poderiam se aposentar.

Devemos entender essa situação na perspectiva do direito. A luta pela proteção social dos(as) trabalhadores(as) rurais perpassa a vida sindical desde o seu nascedouro, configurando-se uma luta coletiva por melhores condições de vida e de trabalho. A efetivação desse direito se deu, no Brasil, de forma lenta e gradual, tendo sido contemplados inicialmente, na década de 30 do século XX, apenas algumas categorias profissionais dos trabalhadores urbanos, como os bancários, industriários, comerciários, estivadores, ferroviários, entre outros, por serem mais combativas, mas também, por estarem em setores mais importantes para a desenvolvimento capitalista.

Vimos, anteriormente, que somente a partir dos anos 70 daquele século, mas, principalmente, após a promulgação da Constituição de 1988 e a regulamentação da Lei Orgânica da Seguridade Social, em julho de 1991, é que o direito previdenciário se estendeu aos trabalhadores rurais, adotando, porém, o Estado brasileiro, o mesmo mecanismo da efetivação gradativa do direito.

Outro aspecto que despertou o nosso interesse foi conhecer se os(as) sindicalizados(as) consideravam a ação sindical equivalente ao que eles(as) esperavam dele. Cerca de 80% afirmou que sim e as razões apresentadas, foram:

=> “porque ele orienta sobre aposentadoria e sobre problemas de terra”;

=> “ele sempre dá o direito que os trabalhadores têm, dentro do aspecto legal”;

=> “quando a gente necessita – como agora com essa ação de terra lá com a gente – o sindicato tá lá na frente com a gente”;

=> “ele tem correspondido porque está mediando as aposentadorias” ou “graças ao sindicato, eu tirei um salário-maternidade de um menino meu que já tava pra completar cinco anos e agora falta da menina de dois anos”, entre outras.

Essas idéias parecem retratar exatamente a expectativa que a grande maioria tem com relação à ação sindical: que ela seja ordeira, uma ação que não se confronte com o instituído, mas que apenas “oriente sobre aposentadoria e sobre problema de terra”; que ao invés de encaminhar suas bandeiras de luta junto com as bases sindicais, outorgue a estas seus direitos, dentro da legalidade, pensamento esse considerado aceitável e expresso nos seguintes termos: “ele sempre **dá o direito** que os trabalhadores têm, dentro do aspecto legal” (grifo nosso) ou “**graças ao sindicato**, eu tirei um salário-maternidade de um menino meu que já tava prá completar cinco anos e agora falta da menina de dois anos”. (grifo nosso).

Frente a essas manifestações de que há correspondência entre o esperado e o executado, levantamos aqui a seguinte questão: o que representa o sindicato para esses(as) trabalhadores(as)? O que este lhes oferece em contrapartida?

Preocupou-nos o fato deles(as) centralizarem suas expectativas na intermediação sindical para facilitar ou possibilitar o acesso aos seus direitos, principalmente quanto à proteção social (auxílio-maternidade, aposentadoria, pensão-por-morte, auxílio-acidente etc) e, em menor escala, ao direito à posse da terra e apoio à produção agrícola. Compatível com essa inclinação dos associados, constatamos que o sindicato tem trabalhado, nestes últimos anos, com maior empenho no atendimento às demandas pelos chamados *benefícios previdenciários* que na luta por trabalho, terra e agricultura. Isso é reafirmado por um dos dirigentes sindicais que acentua:

A previdência social é um assunto que eles se ligam mais, porque é um direito que realmente eles têm e que, até há pouco tempo eles não tinham. Hoje eles têm e eles vêem também como futuro deles, que é uma aposentadoria mais tarde.

Todavia, isso não passa despercebido por alguns associados que dirigem críticas ao STR, como demonstrado nas seguintes falas:

=>”O sindicato só ‘ajeita’ aquilo que já é direito da gente, né? Por exemplo: aposentadoria, o salário-maternidade, o salário-doença, por aí assim” (morador, 55 anos).

=>”O sindicato é uma grande força, mas se não fosse os planos do governo, o sindicato não teria nada” (arrendatário, 27 anos).

Referindo-se a essa tendência dos organismos sindicais de intermediar os programas governamentais, Brant (1983, p. 38) esclarece:

Sua função continuada de intermediários, não só na mediação de conflitos episódicos, mas também na rotina [...] do encaminhamento individual de caráter assistencial, de representação nas reclamações, transforma-os aos olhos de muitos trabalhadores em uma espécie de repartições públicas, ao invés de órgãos de representação. E muitas direções conformaram-se a esse papel, limitando-se quando muito a demonstrar eficácia no atendimento de rotina de seus associados.

Sem dúvida, esse é um dos desafios a serem enfrentados pelos dirigentes sindicais identificados com o sindicalismo comprometido com as lutas dos(as) trabalhadores(as) rurais, porque se, por um lado, os *benefícios previdenciários* são um direito social conquistado a duras penas, por outro lado, a forma como os sindicatos estão atuando na concretização desse direito está efetivamente ameaçando o seu caráter político, no momento em que toma para si tarefas que são da competência da Previdência Social, como por exemplo, examinar se o(a) associado(a) está ou não em condições de requerer a aposentadoria e outros benefícios. Assim fazendo, o sindicato está, de um lado, se transformando num *bureau* ou peça da máquina administrativa do INSS e, por outro lado, colaborando para que a instituição previdenciária se exima de sua obrigação de atender seus usuários, com suas demandas e reivindicações legítimas.

Reforçando esse nosso pensamento, encontramos entre os motivos mais imediatos elencados pelos entrevistados que os levam a procurar o sindicato “tratar de direitos previdenciários”. Outros motivos foram também apresentados, como: efetuar a contribuição sindical, ir às reuniões e busca de atendimento jurídico. Esse resultado coincide com o que observamos quando nos instalávamos na sala de espera do sindicato, ocasião em que constatamos serem esses os principais motivos da procura dos(as) sindicalizados(as).

As lutas sindicais, no nosso entendimento, estão descaracterizadas pela direção que o sindicato lhes tem imprimido, priorizando nelas mais o aspecto administrativo-institucional que o político.

Contudo, ao elaborarmos a pesquisa, detínhamos um conhecimento incipiente acerca dessa questão, razão porque indagamos aos entrevistados

“quais os instrumentos têm sido utilizados pelo sindicato para animar os trabalhadores(as) e as comunidades rurais para participarem das lutas por ele encaminhadas”, ao que obtivemos as seguintes respostas: a informação, a reunião, a mobilização, o abaixo-assinado, a orientação. Para realçar a indicação da orientação, destacaremos a fala do Presidente da entidade e de alguns entrevistados:

=>”A gente tem procurado levar a mensagem do sindicato ao trabalhador, às pessoas dentro do município, explicando, orientando para que é o sindicato, o que o sindicato tem a fazer por eles, mas, muita gente ainda fica retraída, na retaguarda”.

A respeito ainda da orientação se manifestaram alguns entrevistados:

=>”Orientam como é que se dá o Sindicato porque o que tem muito ainda é o trabalhador solto” (posseiro, 51 anos).

=>”Orientando para que o povo venha se unir, venha procurar o seu direito” (pequeno proprietário, 35 anos).

=>”Lhe orientam para que você venha fazer sua carteira e se sindicalizar para ter seu direito mais garantido” (idem).

A primeira fala reafirma o que constatamos ao nos aproximar mais do STR/Irauçuba; a ação sindical não se dá na perspectiva da articulação com a massa trabalhadora: “tem muito ainda é o trabalhador solto”, mas da representação dessa mesma base: “Lhe orientam para que você venha fazer sua carteira e se sindicalizar para ter seu direito mais garantido”.

As reuniões têm se constituído espaço privilegiado para os diretores informarem e orientarem as bases sobre o plantio, o uso de agrotóxicos, além de abordarem alguns assuntos, tais como: os direitos sociais e previdenciários do trabalhador, empréstimos para a agricultura, as condições de trabalho no campo, questões do meio-ambiente, falam também sobre as lutas sindicais, a contribuição sindical, além de informes sobre a dinâmica do sindicato e, para que serve o voto e o título de eleitor.

Indagado igualmente sobre os assuntos tratados em reuniões com a base sindical, assim nos informou o Presidente do STR:

É a questão da sindicalização, da previdência social, a questão do trabalhador participar do seu sindicato, fazer parte desse movimento social e as orientações. Questões também administrativas, o que o sindicato tem a fazer com o dinheiro do associado, como ele está aplicando o dinheiro, o que nós vamos comprar para o trabalhador, prá

dentro do sindicato. Orientações mesmo sobre a questão previdenciária, a questão jurídica, social [...]. Então, tudo isso aí é discutido dentro das nossas reuniões e a questão política também, a política até partidária. Nós orientamos o trabalhador como ele deve ver a política hoje dentro do movimento sindical; o que ele deve fazer dentro da questão política partidária nacional. A gente orienta também ao trabalhador em quem ele deve e em quem ele não deve votar.

Hoje a gente já tá vendo uma abertura maior com relação à política; trabalhador já tá tendo mais conhecimento à respeito [...]. Temos procurado orientar muito à respeito do direito que ele tem. Então não existe muito aquele voto que a gente chamava de 'voto de cabresto', como antigamente. Existe ainda, mas num grau menor.

Fazendo referência à assiduidade, constatamos que os entrevistados do sexo masculino, de modo geral, participam das reuniões, porém, uns o fazem com maior frequência e outros, raramente. As mulheres, contudo, freqüentam pouco ou nunca participam das mesmas, por terem jornada intensa de trabalho, dividida entre a agricultura e a casa.

A rádio comunitária tem sido também um importante instrumento de divulgação e de comunicação do STR com os sindicalizados, conformando alguns conteúdos. Nessa perspectiva, os dirigentes sindicais, através de um programa semanal, prestam-lhes informações sobre o sindicato, incentivam o(a) trabalhador(a) a permanência no campo, orientam sobre o trabalho agrícola e estimulam a filiação sindical. Conforme verificamos, os diretores usam, muitas vezes, como argumento para essa filiação, a perspectiva da aposentadoria e demais benefícios previdenciários. Além das questões apontadas, o STR faz apelo ao governo por trabalho e frente de serviço para os(as) trabalhadores(as), incentiva-os à participação nas reuniões do sindicato, divulga os ganhos obtidos nas lutas sindicais, entre outros.

Vimos anteriormente que Gramsci, em suas formulações sobre direção política, aponta para a idéia de que nenhuma hegemonia se constrói sem uma retribuição material, sem algo palpável. Percebe-se que no caso dos dirigentes sindicais de Irauçuba, este pressuposto se confirma através da promessa de algum tipo de assistência e, assim, eles conseguem dar continuidade aos seus planos de direção política.

Compatível com tais propósitos, registramos um patente nível de satisfação dos entrevistados pela oportunidade de contato radiofônico com o seu sindicato. A título de ilustração, apresentamos, a seguir, algumas das razões mencionadas:

=> "A gente tem aprendido muita coisa; a gente tem ficado mais ativo com as coisas. O pouco que a gente ouve, a gente acha muito bom" (morador, 58 anos).

=> "É importante porque é sempre uma maneira melhor de estar atualizado no sindicato. Eles falam de muita coisa mesmo" (meeiro, 25 anos).

=> "Eu acho que é através do sindicato – do jeito que a mulher fala [no rádio, em nome do STR] – que a gente consegue muita coisa" (arrendatário, 38 anos).

=> "Porque [o sindicato] é a favor da gente, né?" (arrendatário, 45 anos).

=> "Eles estão falando sobre nós, prá haver uma melhora prá nós, né? Eles estão pedindo serviço prá o governo liberar prá nós. Como eles falam muito... eles dizem que o governo 'veve' enganando nós com a bolsa-renda, que era a única 'melhorinha' que tava tendo prá nós, isso não veio mais; é isso que eles pede. Eles são muito por nós [...] o pessoal do sindicato. Eles reclamam muito, eles pede, eles implora" (moradora, 32 anos).

=> "O trabalhador que não tem condição de vir à reunião aqui, assistindo o rádio fica mais ou menos informado" (posseiro, 50 anos).

=> "Porque a gente fica mais por dentro das coisas, né?" (moradora, 55 anos).

=> "Porque o sindicato 'tá' informando ao trabalhador. O trabalhador é informado, né? Tá 'criando alguma mente', né? (posseiro, 51 anos).

=> "Eles vão ensinando as pessoas e elas vão ficando mais atenta, né?" (moradora, 37 anos).

=> "Porque o trabalhador vai se 'filtrando' mais, né? Aí, tendo mais conhecimento naquelas [...] cada vez mais vai aprendendo um pouquinho sobre a agricultura" (moradora, 40 anos).

Estas falas podem demonstrar que o meio de comunicação referido tem determinados interesses na comunidade rural. Ao mesmo tempo, podemos observar nas formulações simples, elementos de uma compreensão de mundo que apontam para uma fragilidade no processo de organização. Presos, muitas vezes, a coisas isoladas, não remetem à necessidade de aglutinação de forças políticas para garantia de suas conquistas, chegando mesmo a lamentar, por exemplo, a perda da bolsa-renda, considerada única melhoria conduzida pelo governo; sem nenhum entendimento de questões fundamentais, como por exemplo, as lutas sindicais.

Ao se referir a uma mobilização de luta encaminhada pelo sindicato em 2001, chamou-nos atenção, em especial, o que falou um posseiro (50 anos):

No final do ano passado (2001), eles (os diretores sindicais) fizeram uma coisa que eu fui contra por umas partes, mas por outra, eu acho que eles fizeram [...]. Fizeram um “barramento” aí na pista, na estrada aí [...]. Levaram ônibus [...] interromperam lá, né? Eu fui contra assim: porque a pessoa às vezes faz uma coisa com quem não tem culpa nenhuma né? Por que esses caminhões às vezes vêm de longe e ficam barrados no meio das estradas, sem poder passar, interrompidos; eu sou contra isso aí. Eu era mais a favor que se por acaso pudesse interromper, seria os grandes lá de cima, as autoridades. Por que eu acho que os caminhoneiros que passam nos caminhos, não têm culpa, não.

Para ele houve resultado positivo dessa manifestação “porque melhorou mais um pouco”. Porém, na sua fala aponta para a ambigüidade relacionada aos direitos dos caminhoneiros e ao instrumento de luta utilizado que parece não ter sido bem trabalhado pelos dirigentes sindicais. Em outras palavras, os instrumentos de lutas, ao que tudo indica, parece não têm levado, claramente, à construção da consciência de classe e muito menos à construção do sujeito coletivo, única forma, segundo Gramsci, de se fazer transformações que levem a consolidação de um projeto político de autonomia e emancipação da classe trabalhadora como um todo.

Conferindo as posições dos trabalhadores em relação às formas de luta de ocupação das estradas, encontramos formulações impregnadas de dúvidas e individualismos. Referia-se, por exemplo, o entrevistado:

=>”Naquele tempo eles estavam reivindicando trabalho para o povo, melhoramento, né? Estava muito ruim mesmo; nesse tempo estava pior do que está hoje, né? Saiu uma frentinha de emprego prá uns; prá uns melhorou mais”.

Não obstante, a fragilidade do instrumento de luta refletida nas falas destes (as) trabalhadores(as) rurais, é provável que aquele processo de ocupação da estrada tenha sido a atividade sindical de maior repercussão política dos STRs da Regional nestes dois últimos anos. Esta contou com a participação aproximada de 2000 trabalhadores(as) rurais, além de representantes da CUT, FETRAECE e Sindicato dos Bancários.

Corroborando com a fala do entrevistado, o Presidente do STR revelou que aquela mobilização se deu como resposta:

=>"ao descaso do governo com relação ao trabalhador; que já estava passando do limite de sua capacidade para suportar aquela situação de fome, por falta de trabalho".

Com base no que vimos apresentando, podemos aferir que as expectativas dos sindicalizados com relação ao STR sinalizam para uma mediação deste no seu acesso às aposentadorias, pensões, auxílio-doença, auxílio-maternidade, bolsa-escola, empréstimo agrícola, aquisição de adubos, entre outras.

Todavia, faremos agora o caminho inverso, ou seja, procuraremos conhecer a expectativa do sindicato em relação aos mesmos, tendo como interlocutor o próprio Presidente da entidade, que nos revelou:

É que ele reconheça o Sindicato como o seu único órgão de defesa. Não existe outro que venha dá o suporte, uma resposta melhor ao trabalhador que o Sindicato. Seja na questão social, jurídica, seja mesmo na questão previdenciária, então é o Sindicato mesmo.

Essa posição demonstra a apologia ao corporativismo por parte desse dirigente, o que vem contradizer algumas idéias por ele anteriormente expostas, além de acarretar indubitavelmente, uma consciência restrita dos sindicalizados em relação à perspectiva de uma ação transformadora que tem na classe trabalhadora organizada, o sujeito político, por excelência.

Dando prosseguimento, indagamos-lhe, como seria, em termos práticos, esse reconhecimento. Ele nos respondeu:

O sindicato ter a certeza de que aquela pessoa que está ingressando no seu quadro social é realmente agricultor, vive do trabalho da agricultura, que dá o sustento à sua família tirado da luta diária do campo, da agricultura. Então é isso que a gente quer do trabalhador: que ele se engaje, mas que realmente ele seja agricultor, aquela pessoa que vive da agricultura.

Pareceu-nos que a preocupação deste dirigente sindical é o reconhecimento social da entidade pelos(as) trabalhadores(as) rurais, que eles (as) a legitimem e, assim, essa possa se fortalecer, o que vem reiterar uma visão corporativista e voltada mais para vigorar a instituição do que mesmo a organização dos trabalhadores. Além disso, está evidenciada em sua fala, a fidelidade ao princípio da unicidade sindical, que se contrapõe à pluralidade, ou seja, que se filie ao STR apenas "aquela pessoa que vive da agricultura", "que dá o sustento a sua família tirado da luta diária do campo".

Nas entrevistas ficou patenteado, como já frisamos, uma boa aceitação das ações do sindicato pela maioria dos(as) entrevistados(as). Contudo, outras

opiniões da base apontam para uma compreensão oposta, podendo isso ser evidenciado nas seguintes idéias expressas por eles(as):

=>"O sindicato! assunto prá tratar tem muito; agora assumir é pouco. Conversar, conversam muito, né? Agora, só o que falta é assumir. Não adianta dizer: sou isso, sou aquilo outro, e não mostrar" (aposentado, 68 anos).

=>"O sindicato começou bem e depois se acabou e agora tem umas reunião, né? Mas é muito fraco, o pessoal não frequênta" (pequeno proprietário aposentado, 78 anos).

=>"O sindicato não tem trabalhado nadinha, não. Ele trabalha por esses trabalhos dos aposentados, essas coisas. Eles trabalham muito, né? Mas sobre reforma agrária, não" (posseiro, 47 anos).

Essas diferenças na maneira dos sindicalizados perceberem o STR nos leva a inferir que os fatos são interpretados de modos diversos, condicionados, principalmente, pela dinâmica complicada do processo histórico imediato que reflete nas experiências subjetivas, permeada por ideologias, tendo como base, a classe social. Os(as) trabalhadores(as) rurais se constituem historicamente uma classe subalterna, expressa no alijamento educacional e social, na exploração do trabalho, na expropriação da terra, tendo como corolário, a invisibilidade social, reforçada pela ocupação esparsa do solo que não favorece as práticas associativas. Essa realidade repercute sobre sua visão de mundo e isso foi por nós apreendido quando levantamos, nas entrevistas, algumas questões sobre a reforma agrária, como veremos a seguir.

Nessa empreitada, indagamos-lhes sobre o que eles(as) entendem por reforma agrária. Ao levantarmos os dados, constatamos que 44% dos associados não entendem da temática. Destes, 73% são mulheres. Os demais, a entendem de modo diverso: uns a vêem descolada da concepção de direito, outros a enxergam na perspectiva do atendimento de seus interesses pessoais, há ainda aqueles que a identificam com uma política de governo de distribuição de terra e, por fim, aqueles que a concebem não só como a conquista da terra, mas de trabalho, crédito agrícola, assistência técnica, entre outras medidas. Um arriscou a seguinte opinião: "Reforma agrária vai mais adiante. É trabalhar em cima de projetos, organização, associação de assentamentos e muita discussão, né?"

É nosso entendimento que a manifestação de significativa parcela de sindicalizados, especialmente as mulheres, que se dizem desinformados sobre o assunto, pode ser resultante de, pelo menos, dois fatores principais que não são excludentes, muito pelo contrário, se completam: a) a predominância de interesses diversificados numa base sindical desorganizada, acrescido ao nível de consciência de classe num patamar bastante defasado; b) uma capacidade deficitária dos dirigentes sindicais em unificar, num projeto hegemônico, os interesses de classe.

As trabalhadoras rurais filiadas ao sindicato, de modo especial, não têm práticas organizativas. Não obstante a existência na unidade sindical de uma Coordenação de Mulheres, a indicação para o cargo baseou-se apenas no cumprimento de uma exigência formal da CONTAG, sem levar em conta a falta de experiência da pessoa escolhida em mobilização e articulação das bases rurais.

Outra questão por nós levantada é se os(as) entrevistados(as) acreditam na reforma agrária. Os resultados obtidos mostram que 54% afirmam que sim, 21,62% não souberam responder, 8,1% não acreditam e 5,5% não estão bem certos se acreditam ou não, e a pergunta não foi feita a 10,78% dos sindicalizados em decorrência de outros indicativos no decorrer da entrevista que apontavam que a pergunta seria desnecessária.

Os motivos apresentados de crença na reforma agrária estão ligados a conquista da terra e ao aumento da produção pela prática do trabalho associado, como pode ser visto nestas falas: “Tem muito povo por aí que já ‘veve’ na reforma agrária e acha que é bom, né?”, “ele (o assentado) vai trabalhar e produzir; aquela produção vai aumentar; em vez de ser numa só pessoa só, vai dividir entre uns poucos” ou, “a gente tá sem uma terra prá morar e adquire um pedaço, né?”

As respostas dos que não acreditam na reforma são ideologicamente divergentes. Enquanto uns se referem aos interesses de classe “a reforma agrária está nas mãos dos grandes proprietários que não têm interesse que ela aconteça” para demonstrar a dificuldade de esta ser efetivada, outros não só desacreditam, mas também discordam porque “às vezes (os sem-terra) tomam (a terra) a custa de briga, até a morte. Então, como eu sou evangélico, eu não concordo muito”.

Finalmente, ao perguntar-lhes qual a contribuição que o sindicato tem dado para a concretização da reforma agrária, obtivemos os seguintes resultados: a pergunta não foi formulada para 44% dos respondentes, que haviam manifestado anteriormente não entenderem do assunto; 19% não souberam responder especificamente a pergunta formulada naquela ocasião; 37% dos associados responderam a questão, apontando como contribuição do STR: “apoio e força aos assentamentos”, “incentiva o trabalhador para o trabalho coletivo”. Nesse entendimento, expressou-se um associado:

Sempre que precisa de um projeto, de levar um projeto para o INCRA, eles estão indo e levam o pessoal. (...) Tem aí um projeto de água, adutora que tá sendo liberado para os assentamentos. Ele está sempre ajudando, tá sempre em ‘ordem’ ali com os assentados e os assentados também com o sindicato (meeiro, 25 anos).

Numa breve apreciação das respostas obtidas nas entrevistas com os(as) trabalhadores(as) rurais sobre a reforma agrária, verificamos que o nível de entendimento acerca do tema é permeado de valores que demonstram não terem sido suficientemente trabalhados ideologicamente pelos dirigentes sindicais, partindo os entrevistados de idéias distintas e, algumas vezes, antagônicas.

Com essas reflexões acerca da organização sindical de Irauçuba e da relação deste com as demandas dos(as) trabalhadores(as) rurais, contidas neste capítulo, foi nosso objetivo contribuir para o entendimento de que a direção política imprimida pelo STR/Irauçuba à reforma agrária não tem se dado na perspectiva de aglutinar forças para construção de um projeto hegemônico das classes trabalhadoras, mas de trabalhar as demandas por terra e para o atendimento de outros direitos, na perspectiva de integração às políticas públicas, programas e projetos estatais existentes. Esperamos, ainda, que as considerações finais seguintes venham reforçar esse nosso propósito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na opinião de Bogo (1999), o confronto maior que o movimento sindical tem enfrentado, nos últimos anos, está relacionado ao Estado. A relação deste com a sociedade como um todo é tão complicada que há, por parte dos estudiosos, uma preocupação em explicar as complexidades que envolvem essa relação. Um dos teóricos marxianos que primeiro avançou nesta questão foi o conhecido revolucionário italiano, Gramsci.

Ao discutir o Estado moderno, no seu sentido amplo, afirma que ele é formado por duas esferas essenciais, a estrutura e a superestrutura, que se articulam, organicamente: a primeira, formada pela sociedade política que agrupa o aparelho de Estado e, a segunda, superestrutural, onde se dá a luta pela hegemonia. Nesse contexto, dá-se a divisão do poder que resulta do confronto entre a sociedade civil e a sociedade política de um determinado processo histórico e, no qual as classes sociais fundamentais se apresentam num estágio de equilíbrio instável, “determinado pelo fato de que certas categorias de intelectuais (ao serviço direto do Estado, especialmente burocracia civil e militar) estão ainda demasiado ligadas às velhas classes dominantes” (1978, p. 224).

Assim como Marx, Gramsci tem como princípio fundante de suas análises sobre a sociedade, a totalidade social. Ele vê o momento estrutural e superestrutural em relação. São suas estas palavras: “As estruturas e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, apud COUTINHO, 1989, p. 56).

Segundo Coutinho (1994, p.97), Gramsci foi o primeiro a ressaltar o fato de que

o Estado capitalista se ampliou, de que as realidades do poder se difundiram pelo conjunto da sociedade, de modo a fazer com que surgisse até mesmo uma nova esfera do ser social, chamada de ‘sociedade civil’. Com isso, tornaram-se bem mais complexas tanto a estrutura de classes quanto a esfera da política *stricto sensu*”.

Neste sentido, pode-se dizer que sua análise de Estado amplia o sentido que Marx trata, por exemplo, em *O Manifesto Comunista*. Com a complexificação da sociedade capitalista, observa-se que o assalariamento tornou-se um fenômeno cada vez mais universal, atingindo inclusive os setores rurais. Mas, acompanha este fenômeno uma estratificação social, cada vez mais complexa, principalmente no interior das camadas assalariadas.

No processo dialético, no qual se imbricam organicamente a estrutura econômica e a superestrutura, forma-se, segundo Gramsci, um novo bloco histórico, que se relaciona às forças sociais⁶⁴. As que representam as classes subalternas, no caso, o operariado e o campesinato, ao adquirirem consciência de classe, entram em conflito com as forças dominantes, na busca de assumir uma posição hegemônica e se tornar classe dirigente.

Coutinho (1989, p. 73), um dos grandes estudiosos da teoria gramsciana no Brasil, afirma que a grande novidade da teoria política gramsciana é a sua interpretação de sociedade civil “como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito”. Segundo ainda o pensamento de Gramsci é na esfera da sociedade civil que se materializa a hegemonia. E acrescenta:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina grupos adversários que ele tende a “liquidar” ou a submeter mesmo pela força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados (GRAMSCI, 1990, p. 153).

Na perspectiva de obter posição hegemônica, as forças sociais se articulam com seus pares e criam organizações como partidos políticos, associações, sindicatos etc para fazerem a mediação de seus interesses. No bojo desse processo, nascem as organizações representativas das diferentes categorias profissionais e dentro destas a dos(as) trabalhadores(as) rurais.

⁶⁴ Essas forças sociais se referem às classes sociais fundamentais da sociedade capitalista que, segundo Gramsci, são: o operariado, o campesinato e a burguesia.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais se inscreve, como um desses agentes mediadores, com a atribuição socialmente legitimada de defender os interesses de seus(as) associados(as) frente às contradições das relações de produção. Todavia, como os interesses se diversificam, as necessidades se ampliam, a visão de mundo dentro de uma mesma categoria não é homogênea, vão surgindo os conflitos no interior da própria organização. Por não se constituir nossa pretensão falarmos dos conflitos dessa natureza, queremos apenas pontuar que é em decorrência destes que surgem movimentos sociais rurais que sustentam posição ideológica discordante da ação sindical, como, por exemplo, as Ligas Camponesas e o MST, conforme apontamos no primeiro capítulo desta dissertação.

Sobre os STRs, temos a dizer que efetivamente surgiram de demandas dos trabalhadores rurais oriundas dos antagonismos sociais e econômicos do modelo de exploração da produção agrícola, mas que, desde o início, tais organizações foram alvo de um ostensivo controle do governo brasileiro que, historicamente, tem demonstrado compromisso político-ideológico com os interesses dos grandes proprietários.

Essas contradições inerentes às relações de produção agrícola, por um lado, tem levado o homem do campo a uma passividade e desesperança, conforme registros das falas de alguns dos moradores em Irauçuba.

A piora de nós aqui é não ter o suficiente prá nós trabalhar, nem prá mulher, nem pro homem, nem pro solteiro, nem prá nada. Aqui ninguém tem. A gente 'veve' porque, enfim, Deus consente. Mas que ter, ninguém tem. Nem tem o casado, nem tem o solteiro, ninguém. A pessoa 'veve' assim como Deus criou batata. Hoje tem mais uma coisinha daqui, outra dali [...]. É assim! (moradora, 32 anos).

A vida no campo não dá condições porque a gente não tem ajuda nenhuma. Agora, tem meus filhos, né? Eu não sei o que eles pretendem, não. Eu digo prá eles: "Meus filhos, vocês é que vão saber como é que vai ser a convivência de vocês, porque no campo só prá mim mesmo que já estou quase no fim". Prá gente novo, se não aparecer uma melhora, tem que caçar uma melhora. (posseiro, 50 anos).

Por outro lado, tais contradições se colocam como possibilidade de um patamar mais elevado de consciência de classe, na busca pela superação dos grilhões da exploração e da opressão que surgem no campo, dando-se, assim, as

lutas sociais. Essas lutas, no contexto de alguns sindicatos rurais, têm se configurado não apenas como contendas de caráter econômico, mas também vem assumindo um caráter político.

Parafraseando Gramsci, Coutinho (1989) afirma que na luta pela hegemonia, o diálogo e o confronto cultural – por ele denominado “a batalha das idéias” – assume uma importância decisiva. Nesta empreita, o intelectual orgânico⁶⁵ ocupa um papel essencial e aparece com muita força no pensamento gramsciano.

São os intelectuais orgânicos que asseguram o vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura. Eles estão vinculados social e economicamente a uma determinada classe social e sua função é tornar hegemônica a ideologia do grupo que é ou que se propõe a ser dirigente, passando, deste modo, a mediar os interesses deste.

Vale, contudo, salientar que nos anos iniciais de sua militância política, Gramsci defendia a idéia de que o operariado, organizado nos conselhos de fábrica, é que deveria organizar e controlar a produção para se tornar classe dirigente. Porém, em sua fase mais madura, ele conclui, segundo Coutinho que

para se tornar “classe dirigente”, para triunfar naquela estratégia mais complexa de longo alcance⁶⁶, o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção política-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo (1989, p. 36).

⁶⁵ Segundo Gramsci, a existência do intelectual orgânico é historicamente determinada e as principais categorias de intelectuais se encontram nas classes sociais que criam para si, “de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função [no modo de produção], não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”. A outra categoria ele a denomina de ‘intelectuais preexistentes’ que monopolizam, por longo período histórico, a ideologia religiosa, filosófica e científica, repassadas através da escola, da moral, da justiça etc. (GRAMSCI, 1991, p. 3-5).

⁶⁶ Gramsci se refere às estratégias que o partido revolucionário europeu deveria desenvolver para se contrapor às superestruturas políticas criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo naquele continente.

Nesse sentido, ele defendia a aliança das classes subalternas - o operariado, os camponeses e a pequena burguesia – na luta pela direção política e ideológica, contrapondo-se ao projeto da burguesia, na perspectiva de se tornarem classe dirigente e dominante. Contudo, ele reconhecia, no operariado, a classe que estava capacitada politicamente para dirigir a agremiação partidária revolucionária e o Estado burguês. (GRAMSCI, 1990).

Tanto na visão de Gramsci quanto na de Lenin, essa busca do operariado de ganhar aliados para suas posições de direção se dá no sentido de exercer a hegemonia político-ideológica. Lenin (1978, p. 66-67), por sua vez, usou algumas vezes a expressão “direção dos negócios públicos” para se referir à direção política. Afirma ele:

Se o poder político é exercido no Estado por uma classe cujos interesses coincidem com os da maioria, é possível direção dos negócios públicos efetivamente conforme a vontade da maioria. Mas se o poder político é exercido por uma classe cujos interesses diferem dos da maioria, a direção dos negócios públicos conforme a vontade da maioria torna-se inevitavelmente um logro, acaba por esmagar a maioria.

Para ele, as forças sociais fundamentais da sociedade, são: o proletariado, o campesinato, os grandes proprietários fundiários e os capitalistas. Mas como Gramsci, ele considerava o operariado o segmento mais politizado, mais organizado para dirigir os “negócios públicos”. Ele defendia a idéia de que as condições de vida econômica e política em que os camponeses viviam, inclusive, dispersos em grandes áreas, não lhes favoreciam a mobilização e articulação política, ao contrário, os mantinham separados e isolados. Aliás, com toda razão, Lenin é categórico ao afirmar:

[...] em razão de suas condições econômicas de existência [a classe camponesa], não pode unir-se a si mesma, agrupar-se em si mesma; [...] todas as tentativas da pequena burguesia em geral, e dos camponeses em particular, para tomar consciência de sua força, para dirigir à sua maneira a economia e a política, terminaram num revés. Ou bem a direção do proletariado, ou bem a direção dos capitalistas. Não há meio termo (ibid., p. 88).

Coutinho (1989) procura explicar essa idéia de Lenin sobre o camponês baseado na conjuntura e no momento histórico que ele viveu, em que as forças da sociedade, principalmente no campo, ainda eram muito frágeis. Sua percepção do Estado é de uma instituição repressiva, pois ele vivenciou o regime ditatorial

czarista, no qual, a participação política da sociedade civil era escassa; os operários mais combativos atuavam na clandestinidade.

O ponto comum e mais importante entre Lenin e Gramsci é o caráter de classe que ambos emprestam à categoria de direção, na busca da hegemonia⁶⁷.

Para eles, dominantes e dominados se confrontam, historicamente, na defesa dos interesses de classe. Mas, adverte-nos Gramsci, que o operariado e seus aliados, para se tornarem classe dirigente, têm que ultrapassar o momento em que só prevalecem interesses econômico-corporativistas, sob o risco de não alcançarem um patamar político na direção do movimento.

Esse se constitui, segundo Gramsci (1990, p. 49), o primeiro e mais elementar momento da consciência política coletiva que se tem notícia na história. E exemplifica:

Um comerciante sente o *dever* de ser solidário com outro comerciante; o fabricante com outro fabricante etc. Todavia, o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante, ou seja, a unidade homogênea e o dever de organizá-la é sentida pelo grupo profissional, porém não ainda pelo grupo social mais amplo (grifo do autor).

No segundo momento, o grupo social atinge um grau de consciência maior e passa a organizar – embasado pelo princípio da solidariedade – a unidade homogênea em torno de um interesse coletivo do grupo, ainda que no campo meramente econômico. Entra em cena nessa fase, a questão do Estado, no que tange a busca, pelo referido grupo, de igualdade político-jurídica com os grupos dominantes. Nesse sentido, o grupo subalterno reclama “o direito de participar na legislação e administração e, talvez, modificá-las, reformá-las, mas dentro dos quadros fundamentais existentes” (ibid., p. 49).

No momento seguinte, o grupo social toma consciência de que é de extrema importância política prestar apoio e solidariedade aos demais grupos sociais subordinados em seus conflitos com as forças dominantes, extrapolando,

⁶⁷ Esta referência faz um paralelo entre os dois autores, porém não se pode perder de vista, que Lenin foi quem inspirou Gramsci e muitos outros teóricos do mundo socialista.

assim, seus próprios limites. A respeito disso, explica Gramsci (ibid., p. 49): “Esta é a fase mais francamente política, que assinala a nítida passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas”. Esclarece ainda:

Na história real esses momentos se interligam reciprocamente, por assim dizer, horizontal e verticalmente, isto é, segundo as atividades econômico-sociais [horizontais] e segundo os territórios [verticalmente], combinando-se e dividindo-se variadamente [...] (ibid., p. 50).

Trazendo essa discussão para a realidade de Irauçuba, entendemos que os(as) trabalhadores(as) rurais – força social subordinada primária – encontram-se, em termos de consciência política coletiva em uma fase elementar, pois os interesses pessoais ainda se sobrepõem aos interesses do grupo social conforme registramos no capítulo anterior. Ou seja, em geral, o(a) trabalhador(a) só entra em conflito para reclamar seus direitos referentes à terra, ao trabalho, à aposentadoria quando estes estão se sentindo lesados e isso ele(a) o faz, recorrendo ao sindicato, onde encontra o diretor, o presidente ou o advogado para orientá-lo(a) e instruir, ou mesmo intermediar o conflito. Por outro lado, a direção sindical nem sempre se constitui uma força direcionada para os interesses coletivos de classe.

Rosa Luxemburg (1986, p. 64) afirmava que “a luta sindical e a luta política são importantes porque atuam sobre a consciência do proletariado, porque lhe dão uma consciência socialista, porque o organizam como classe”⁶⁸. Todavia, não parece ser esta a direção política assumida no sindicalismo rural brasileiro em especial em Irauçuba. Há, no entanto, aqueles que têm uma consciência mais coletiva e destacam a importância de se dar aos conflitos rurais um direcionamento mais político; nesse sentido, procuram ampliar para todos(as) trabalhadores(as) rurais os direitos fundiários, trabalhistas e previdenciários, porém, dentro dos limites legais instituídos pela CONTAG. Nessa etapa encontram-se parte dos diretores do STR e algumas lideranças.

⁶⁸ Todavia, a história do sindicalismo mundial está repleta de exemplos que demonstram a fragilidade desse instrumento de luta de classes. Aliás, este debate não é novo, no final do século XIX, por exemplo, Rosa Luxemburgo foi uma grande crítica da forma como os sindicatos encaminhavam suas lutas. Segundo ela, os sindicatos não deveriam se ater apenas às reformas. Necessitavam ir além da luta política, corporativa, para desenvolverem a luta de classes revolucionária.

É interessante salientar, contudo, que alguns diretores do STR parecem ter alcançado patamares mais elevados de consciência de classe ao se solidarizar com outros grupos sociais, que não especificamente o de trabalhadores(as) rurais do município, porém essa adesão é também prestada em conformidade com as diretrizes e princípios da FETRAECE/CONTAG, ou seja, não podemos dizer que houve avanço, no sentido da fase política da luta, conforme apresenta a teoria gramsciana.

Nos vários contatos mantidos, observamos que tanto os diretores do STR em Irauçuba, como os(as) trabalhadores(as) rurais têm uma noção maior ou menor de seu direito fundiário, mas como direito outorgado e não conquistado. Além disso, como já frisamos, eles se mostram avessos ao confronto com o legalmente instituído, pois procuram usufruir seus direitos no limite dos espaços institucionalizados e em consonância com as normas e exigências legais. Trechos da fala de um dos diretores reforçam essa nossa observação:

[...] há sete anos que eu venho trabalhando, defendendo a causa da reforma agrária; é uma das minhas lutas, defender a reforma agrária, mas uma reforma agrária que possa atender todos os trabalhadores, não só com distribuição de terra, mas também com a distribuição de subsídio ao trabalhador prá que ele possa trabalhar com mais segurança.

[Nesse sentido], o papel do sindicato [...] é levar o conhecimento mais correto ao trabalhador, que o trabalhador seja esclarecido que ele é preciso lutar pela reforma agrária, porque ele precisa de terra, porque é ele quem planta, quem produz para aquele que está na cidade grande.

Nós do sindicato, nós lutamos, defendemos a reforma agrária de uma maneira bem calma, sem agressão e sem fazer invasão.

Por este depoimento, pode-se perceber a direção política que vem sendo dada pelos dirigentes do sindicato aos sindicalizados. Uma clara posição de acomodação das forças coletivas em oposição a uma direção política mais radical que amplia o patamar da luta e superação do processo de subordinação. Não basta a referencia da reforma agrária, pois este não é indicativo de consciência de classe, nem de contestação ao sistema de desigualdade imprimido pelo mundo capitalista. Vimos anteriormente, que o governo Fernando Henrique Cardoso, também afirmava defender a reforma agrária, mas nos moldes convenientes a direção política da cartilha neoliberal.

Ao perguntarmos ao referido dirigente sindical se os(as) trabalhadores(as) rurais decidissem invadir uma propriedade, poderiam contar com o apoio do STR/Irauçuba. Sua resposta foi emblemática:

Não. Primeiro que a gente não deixa que aconteça isso porque na invasão vai haver conflito. Nós não queremos que haja conflito, nós prefere lutar com mais calma, com mais tranquilidade, porque essa é a posição do MST [...] há uma diferença do movimento sindical para o MST por intermédio disso.

Eventualmente, em algumas manifestações de ocupações e acampamentos dirigidos pelo MST, houve a participação do sindicato, como afirma o mesmo diretor:

Nesse ponto, nós já acampamos junto com eles em frente ao INCRA e ao Banco do Nordeste, nós já fizemos acampamento numa propriedade também, mas só que o nosso objetivo é bem mais diferente do que eles, porque nós não queremos invasão prá que o trabalhador [...] não aconteça como muito tem acontecido aí, o trabalhador é ‘morrido’ num momento de conflito de terra.

Seguindo essa linha de pensamento, podemos dizer que o STR de Irauçuba vem imprimindo à luta pela reforma agrária uma direção política que se caracteriza pelo atrelamento às orientações da CONTAG, na qual está embutida uma relativa subordinação às normas, critérios e exigências do Estado e, nessa perspectiva, busca o ajuste, o acordo, o entendimento entre forças sociais antagônicas, conforme podemos identificar na fala do diretor acima citado.

Outra característica da direção que a CONTAG imprime à sua ação política é o da *representação* e não, o da *direção coletiva*⁶⁹. Isso faz gerar uma dependência do atendimento das demandas dos(as) trabalhadores(as) rurais à disponibilidade e possibilidade dos diretores do sindicato de conseguirem uma audiência ou reunião com os assessores do governo para encaminhar aquelas demandas. Nesse sentido, está embutida no entendimento dos(as) trabalhadores(as), uma expectativa de que o STR irá “batalhar” junto aos órgãos governamentais, ou junto à parte litigante (nos conflitos de terra), seus direitos, outorgando ao sindicato o direito de representá-lo em suas reivindicações.

⁶⁹ Entende-se por direção coletiva a participação de dezenas e centenas de pessoas na tomada de decisões e, para isso, é necessário que se estabeleça um sistema de formação técnica e política permanente (BOGO, op.cit., p. 39).

Essa forma de dirigir e organizar as reivindicações dos sindicalizados leva os dirigentes sindicais a transformarem-nas em ações específicas e Individualizadas, atendendo pontualmente as demandas. Desse modo, podemos dizer que eles trabalham numa visão meramente corporativista, própria de uma consciência de classe restrita que, por si mesma, não capacita os sindicalizados e sindicalistas a enfrentarem o grande desafio de se tornarem sujeitos do processo de construção de uma nova sociedade, na qual novas relações comunitárias e societárias devem ser constituídas.

Por essa razão, Ricci (1994) considera a estrutura sindical um obstáculo ao desenvolvimento de uma atuação mais democrática da organização, dado à sua verticalidade e hierarquização nas decisões, favorecendo a concentração de poder na pessoa de seus diretores. Gohn (1997), empresta sua contribuição ao afirmar que a articulação interna de uma instituição se dá de forma mais efetiva, quando ela é maleável nas suas formas organizativas, de modo que suas bases tenham também poder de decisão. No âmbito externo, esse princípio articulatório se materializa quando as classes subalternas se aliam e criam redes, de modo a fortalecer essas bases.

Fazendo referência ao corporativismo, Bogo (1999) entende que a luta pela terra desenvolvida pelas organizações dos trabalhadores adquire força à medida que ela não se restringe a reivindicações econômicas, e nem somente à categoria dos sem-terra, mas se constitua uma conquista dos subalternos e que se vincule a outras necessidades dos trabalhadores. Dessa forma, ela deixa de ser um projeto localizado para adquirir caráter nacional, universalizante⁷⁰. Para isso, é necessário que as organizações sociais representativas dos trabalhadores, urbanos e rurais, entendam que, na ultrapassagem da luta corporativista, a luta política pode ser impulsionada e mantida viva.

⁷⁰ Universalizante no sentido de formação de um bloco histórico, que no caso, ultrapassa as barreiras do Estado Nação, em direção ao internacionalismo.

Imprimindo uma direção política e cultural às demandas dos trabalhadores rurais por reforma agrária, outras necessidades não menos importantes, como educação, saúde, formação agrícola, mercado consumidor etc, entrarão na agenda de luta, tendo em vista, a eliminação das desigualdades de classe e, conseqüentemente, a possibilidade de ser desenhado um projeto social hegemônico da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, a organização sindical pode ser um instrumento, conforme Luxemburg, de aglutinação de forças, de educação política da classe trabalhadora para se organizar as lutas revolucionárias; no dizer de Gramsci, para se tornar uma classe dirigente. Isso, contudo, não ocorre sem conflitos de natureza político-ideológicos, pois as diferenças de visão de mundo, de interesses, de expectativas, além da luta pelo poder, estão presentes em grande parte das instituições. Para Bogo (ibid.) isso só será possível, se a organização conseguir se desatrelar de assessores e técnicos institucionais e, através da formação intensiva de seus quadros, integrarem em suas fileiras, intelectuais orgânicos, dirigentes políticos.

Não obstante a inegável contribuição desses especialistas em organização e movimento sindical para nossa análise acerca da direção política do STR/Irauçuba temos que levar em conta as determinações materiais que dão forma e conteúdo à consciência política dos sindicalistas e sindicalizados daquele município. No sentido que é entendido por Marx:

[...] é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade.

Nesse sentido, vimos no capítulo III que o modo de produção agrícola em Irauçuba traz fortes traços de práticas tradicionais, como, o uso das queimadas, da enxada, o desmatamento etc, acrescido ao fato de que não existe no campo, salvo raras exceções, o contrato formal de trabalho através do assalariamento. Além disso, o sistema de arrendamento se dá nos moldes da agricultura de

subsistência, ou seja, o arrendatário é o(a) pequeno(a) produtor(a) e, não, nos moldes de um capitalismo mais avançado, no qual o arrendatário é um capitalista que arrenda uma grande propriedade para explorar a terra com o propósito de acumulação e de retirar mais-valor do produto colhido.

Todavia, queremos ressaltar que outros fatores – não obstante estarem interligados aos já expostos – têm também se constituído limitantes a uma ação política mais efetiva do STR na reforma agrária, como, por exemplo, a força ideológica das intervenções do Estado que levam os trabalhadores a uma dependência cada vez maior. O exemplo mais recente disto é a introdução da ideologia neoliberal assumida nos governos brasileiros, particularmente o de Fernando Henrique Cardoso, conforme identificamos no primeiro capítulo deste trabalho. Suas intervenções tornam-se, simplesmente, paliativas, que não superam sequer os desafios próprios do semi-árido, inclusive, nenhuma medida de impacto tem sido tomada para reter o processo de desertificação, processo esse que está afetando negativamente e de maneira muito forte a atividade agrícola em Irauçuba, além da falta de recursos governamentais para que os(as) trabalhadores(as) possam atenuar suas dificuldades que já atingem um patamar bastante elevado.

Acrescido a isso, Alves (s.d.) aponta aspectos externos que têm interferido negativamente nas organizações sindicais, haja vista essa “onda” de globalização e desregulamentação do sistema produtivo, que enfraqueceram estrategicamente os sindicatos.

Os grandes monopólios, não obstante a competição satânica existente, encontram-se uníssomos no propósito de impor a nível planetário, o projeto da burguesia, orquestrada de forma global. Isso os deixa numa posição estratégica bastante confortável para impor as regras do mercado e de reestruturar a produção, desregulando e flexibilizando as relações de trabalho e não investindo nas regiões ou setores que não lhes tragam dividendos a curto prazo. Isso tudo, reduz e desarticula efetivamente a força das organizações sindicais.

Ademais, como as relações capitalistas no município de Irauçuba ainda são incipientes, as contradições no modo de produção não são suficientes para gerar

uma consciência política mais elevada. Ou seja, a base material das relações sociais é pouco desenvolvida e não modernizada, conforme apontamos anteriormente e demonstramos com os dados estatísticos da produção.

Isto tudo nos leva a afirmar, que a proposta de reforma agrária que está sendo viabilizada ou articulada pelo STR/Irauçuba encontra sustentação nas diretrizes da CONTAG, esta defende uma reforma agrária que deverá ser realizada por etapas, ou seja, por meio de pequenas mudanças, imprimindo um caráter de conformação e não, de transformação social. Isso acarreta, naturalmente, um distanciamento dos trabalhadores rurais dos processos mais amplos de luta pelos direitos sociais e políticos como mediação à luta pela emancipação humana e pela superação da sociedade que reproduz a exploração do homem pelo homem e o aliena.

Referências Bibliográficas

ACCIOLY, Maria Stela Pereira. *O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade*. Fortaleza, 1999. Trabalho mimeografado.

ALENCAR, F. A. G. *O mundo rural do Ceará*. Fortaleza, 2000. Trabalho mimeografado.

ALMEIDA, B. de L. de F. A construção de uma alternativa metodológica de pesquisa qualitativa em Serviço Social. S.d. Trabalho mimeografado.

ALVES, Giovanni A. P. *Os Limites do Sindicalismo*. Dissertação de Mestrado. 1993. IFCH/UNICAMP, Campinas/S.Paulo, 1993.

_____. *Ofensiva do capital e os limites do sindicalismo*. S.l., s.d.

ANais – 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Banco da Terra. Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar, DF, 1999.

ANais – 8º Congresso Nacional de trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNTTR. Avançar na construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Contag, Brasília, 17 a 24 mar. 2001.

ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1990.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ – 2000. Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Planejamento e Coordenação (Seplan), Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará, Edições Iplance, 2001.

ARAÚJO, Maria de Fátima. *Família Igualitária ou Democrática? As transformações atuais da família no Brasil*, Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), PUC, São Paulo, 1993.

ARAÚJO, Severina Garcia de. Terra e poder na virada do século. *Revista Inscrita*, Conselho Federal de Serviço Social, ano 2, n. 5, p. 23-28, dez. 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA – ANCA. *Jornal Sem Terra*, ed. Esp., p. 1-4, s.l., jul. 2000.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão, um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000. (Coleção Outros Diálogos, 5)

BASILE, Marcello Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: *História Geral do Brasil*. LINHARES, Maria Yedda (Org.), 9. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 248-249.

BENCINI, Fabrizio. Burocratização. DICIONÁRIO DE POLÍTICA. 2. ed. Responsáveis pela edição: BOBBIO, Norberto, MATTEUCC, NICOLA e

PASQUINO, GIANFRANCO. Tradução: VARRIALLE, Carmen C. et alli, Brasília: UnB, c1986.

BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas à terra prometida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. (Coleção Terceiro Mundo, v. 5)

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOITO Jr., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: UNICAMP/HUCITEC, 1991.

BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. *As Tendências da Ação Sindical no Campo: um estudo do sindicato dos trabalhadores rurais de Sapé – PB*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) UFPE, Recife, jul., 1997.

BOTTOMORE, Tom et al (Eds.). *Dicionário do pensamento marxista*. Organizador da edição brasileira: GUIMARÃES, Antonio Monteiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRANT, Vinícius Caldeira. “Sindicatos de Trabalhadores”, in: *O Povo em Movimento*, 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1983

BRASIL. *Estatuto da Terra*.: Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz do Santos Windt. 13. ed. Atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 1997. (Coleção Saraiva de Legislação)

BRUNO, R. A dominação patronal no campo. *Sindicalismo no Campo – Reflexões: balanços e controvérsias*. Rio de Janeiro: Caderno do CEDI 21, p. 77-91, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. IN: *O Campesinato na História*. (Org.) André Leonardo Chevitarese, Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

CATANNI, Antonio David. *Trabalho e autonomia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CENSO AGROPECUÁRIO – 1995/1996 – N. 9 – IBGE: Ceará, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO – 1980, IBGE: Rio de Janeiro, 1983

CENSO DEMOGRÁFICO – 1991, IBGE: Rio de Janeiro, 1991

CENSO DEMOGRÁFICO – 2000, IBGE: Rio de Janeiro, 2001

CNTTR. Rumo ao projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Contag, Brasília, 30 mar./03 abr. 1998.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados, 2. ed. *Caderno de Cooperação Agrícola*, São Paulo, n. 5, jun. 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. *A Mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*: trajetória de lutas. Março/2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

DIAS, Regina Lúcia F. *Intervenções públicas e degradação ambiental no semi-árido cearense (o caso de Irauçuba)*. Dissertação – (Mestrado em Desenvolvimento e Meio-Ambiente), Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

DINIZ, Tânia M. Ramos Godoi. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade*, PUCSP/NEPI, n. 1: Seminário sobre Metodologias Qualitativas de Pesquisa, maio 1994.

EMIÇÃO DE CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS. INCRA, Ceará, 1999. Trabalho mimeografado.

ENCICLOPÉDIA DELTA UNIVERSAL. V. 7. Rio de Janeiro: Delta, 1982.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social*. São Paulo: Cortez, 1980.

FERNANDES, B. Mançano. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação n. 30, publicação do MST, São Paulo: Gráfica e Editora Peres, set., 1998.

_____. *A formação do MST no Brasil*. REIS, Orlando dos (editor), Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Questão agrária no limiar do século XXI. In: *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 19-48. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 92)

FERREIRA, Brancolina; TEIXEIRA, João Gabriel. Constituinte e reforma agrária: embates de classe. In: *Ciências Sociais Hoje, 1988*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1988, p. 99-134.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. In: *Ser Social*. Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n.6, janeiro a junho de 2000.

FREDERICO, Celso. Crise do socialismo e movimento operário. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção questões da nossa época; v.33).

FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA. O nó está no campo. *Jornal O Povo*, Caderno DOSSIÊ/CAMPO, Fortaleza, p. 4-5, 22 jul. 2002.

FURTADO, Celso. *O Mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1993.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GONDIM, Linda Maria Pontes (Org.). *Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado*. Fortaleza: Edições UFC, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Poder, política e partido*. SADER, Emir (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coletânea de textos de Gramsci)

_____. *Obras Escolhidas*. Tradução: CRUZ, Manuel, Revisão: CUNHA, Nei da Rocha, São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAZIANO NETO, Francisco. A (difícil) interpretação da realidade agrária. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. (Orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 153-169.

HYMAN, Richard (Colaborador). Sindicatos e sindicalismo. DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Editor: BOTTOMORE, Tom. Co-editores: HARRIS, Laurence, KIERNAN, V.G. e MILIBAND, Ralph. Organizador da edição brasileira: GUIMARÃES, Antonio Monteiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

INCRA/ Diretoria de Cadastro e Informática. *Evolução da estrutura agrária do Brasil*, Brasília, 1987, 125 p.

_____. Metas Assentamento 2002. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/htm/serveinf/htm/metas2002.htm>.

JORNAL DO SENADO. Desapropriação de terra. Disponível em: www.senado.gov.br/jornal, em 21 març., 2003.

JUNQUEIRA, Paulo D. Regras da desapropriação. Disponível em: 21 de març., 2003.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Prefácio de Marcos Poggi de Araújo. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. (Coleção Pensamento Social Democrata)

LENIN, Vladimir Ilich. *Política*. FERNANDES, Florestan (Org.). 2. ed. São Paulo: Ática, 1978. (Coletânea de textos de Lenin)

LEWIN, Helena. *A estrutura agrária brasileira: o impacto da modernização tecnológica no nordeste rural*. In: *Ciências Sociais Hoje: anuário de antropologia, política e sociologia* – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOC). São Paulo: Cortez, 1985, p. 70-241.

LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. *Mulheres da terra: Um estudo sobre saúde e gênero na área rural de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, apresentada ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LUXEMBURG, Rosa. *Reforma ou Revolução? e outros textos*. Tradução: SIMÕES, F. e DIAS, J.C., ed. Publicações Escorpião, Porto [Portugal], jan. 1975.

MALAGODI, Edgard. A tradição marxista e os desafios dos estudos sobre o campesinato. In: XIMENES, Teresa (Org.). *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém: UFPA/NAEA, 1993, p. 58-74.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 3. ed., Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1985.

MARTINS, Mônica Dias. Modernização do Estado e reforma agrária. PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). In: *A era Jereissati: modernidade e mito*, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MARTINS, José de Sousa. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1982.

_____. A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República". São Paulo: Hucitec, 1986c.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARSIGLIA, R. M. Giffone. O projeto de pesquisa em serviço social. *Programa de capacitação continuada para assistentes sociais*. Módulo 5: Intervenção e pesquisa em serviço social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001, p. 19-44.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: Os pensadores (Marx). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista., Tomo 2 (parte Segunda). Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. V. 1, parte primeira: mercadoria e dinheiro, I. A mercadoria. 13. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MATOS, Aécio Gomes de et al. *Diretrizes de política para o desenvolvimento rural: reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar como vetor estratégico do desenvolvimento rural*. Brasília/Recife: Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária – Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento (NEAD) – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1998. Trabalho mimeografado.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio P. (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999.

MÉSZÁROS, Istvan. Para Além do Capital. Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora da UNICAMP, 2002.

MINC, Carlos. A Reconquista da terra: Estatuto da terra, Lutas no Campo e Reforma agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MINISTÉRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR. *Banco da Terra*. Brasília, 1999. Trabalho mimeografado

MST. “Quantas famílias teriam sido assentadas no Brasil”. Disponível em www.mst.org.br/biblioteca/assentam./assenta1.htm. Acesso em 21 març. 2003.

MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História, v.32)

NAVARRO, Zander et all. *Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento*. MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio P. (Orgs.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999.

_____. Pequena história sobre o MST e seus impasses. 2000. Trabalho mimeografado.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 495-505.

OLIVEIRA, Edelweiss Falcão de. Perspectivas Hegemônicas e Institucionalização do Serviço Social no Pará. Dissertação – (apresentada ao curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.

PANDOLFI, Maria Lia Correia de Araújo. Na margem do Lago – um estudo sobre o capitalismo rural. Dissertação de Mestrado em Sociologia –CMS, UFPE, Junho, 1986.

PAULA, Luiz A. M. de; BARREIRA, César. Os assentamentos rurais no Ceará – uma experiência a ser seguida?. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. (Orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 205-219.

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL DO CEARÁ, IBGE, Ceará, 1999

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL DO CEARÁ, IBGE, Ceará, 2000

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL DO CEARÁ, IBGE, Ceará, 2001

POLLETO, Ivo. Sindicalismo e luta por terra. In: *Sindicalismo no Campo – Reflexões, Balanços e Controvérsias*, Caderno do CEDI n. 21, Rio de Janeiro, 1991, p.20 a 27.

PROTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Tradução: Angelina Peralva, 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 142 p. (pensamento crítico, v. 7).

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. Apresentação de José Eli da Veiga. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – 1981, v. 8: Culturas Temporárias e Permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – 1990, v. 17, n. 2: Região Nordeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – Ceará – IBGE/1999

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – Ceará – IBGE/2000

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – Ceará – IBGE/2001

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais*. Tradução de J. M. Marques; M. A. MENDES; M. CARVALHO. Portugal: Gradiva Publicações, 1998.

RAMALHO, José Ricardo. Sindicatos: crise ou declínio no final do século? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, São Paulo, jun. 2000.

REGIÃO NORDESTE: famílias assentadas até 10/09/2003. Disponível em <http://www.planalto.gov>. Acesso em 29.04.2203.

REGINI, Marino. Sindicalismo. *Dicionário de Política*. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco (Coordenadores). VARRIALL, Carmen C. et all. (trans.), 2. ed., Brasília: Editora UnB, c 1986.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. A cultura socialista plebéia da CUT. In: *Sindicalismo no Campo – Reflexões, Balanços e Controvérsias*, Caderno do CEDI n. 21, Rio de Janeiro, 1991, p.7 a 19.

RICCI, Rudá. Terra de ninguém: o sistema confederativo em crise. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, v. 24, n. 1, jan./abr. 1994.

RODRIGUES, Iram Jácome, *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*, São paulo: Scritta, 1997 – (Pensieri)

SCHERER-WARRER, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*, 2. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, J. Graziano. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Hucitec, 19 81.

_____. *O que é questão agrária*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos)

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O resgate do Nordeste. Disponível em: <http://www.cut.org.br/artigolula3.htm>. Acesso em: 20 out. 2002.

SINDICATO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO. O Modelo das Elites e a Reforma Agrária. (Textos contendo entrevistas com Dr. Fernando da Costa Tourinho Neto, Prof. Celso Furtado e D. Tomás Balduino), São Paulo, 2000.

Sistema Cooperativista dos Assentados, Caderno de Cooperação Agrícola, n. 5, CONCRAB, 2. ed., jun. 1998.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. Ceará, INCRA, 2000.

STÉDILE, João Pedro. Sem-Terra contra o corporativismo. Editoração: DOREA, Tera. In: *Praga* – estudos marxistas n. 4, São Paulo: Hucitec, dez., 1997.

_____ e Fernandes, B. Mançano. *Brava Gente* – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1. reimpressão, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, outubro de 2000.

STOPPINO, Mario. Conformismo. DICIONÁRIO DE POLÍTICA. 2. ed. Responsáveis pela edição: BOBBIO, Norberto, MATTEUCC, NICOLA e PASQUINO, GIANFRANCO. Tradução: VARRIALLE, Carmen C. et alli, Brasília: UnB, c1986.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx*: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

TEIXEIRA, Gerson. As metas fictícias da Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/ficcao.html>. Acesso em: 29 abr. 2003.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O sindicalismo rural no Brasil – no rastro dos antecedentes. *Scripta Nova*: revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, n. 15, jan. 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TONET, Ivo. Para além dos direitos humanos. Maceió: UFAL, 2002a, mimeo.

_____. Sobre o socialismo. Curitiba: HD Livros, 2002b.

VEIGA, José Eli. *Diretrizes para uma nova política agrária*. S.l., s.d. Trabalho mimeografado.

VEJA. “O paradoxo da miséria”. Revista semanal, editora Abril, ano 35, n. 3, p. 82-93, 23 jan. 2002.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. *Sindicalismo rural – limpar o terreno*. Trabalho mimeografado, dezembro de 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. DEDESCO, J.Carlos (org). IN: *Agricultura Familiar: realidade e perspectivas*. 2. ed., Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999.

ANEXOS

Levantamento de Dados da Pesquisa

TABELA 1

ENTREV.	IDADE	SEXO	CONDIÇÃO DE TRABALHO	É SINDIC?	HÁ QTO TEMPO	LOCALIDADE	1. Há quanto tempo o sr. (a) trabalha no campo?
01	73	M	posseiro*	SIM	+ 30 anos	Distrito de Juá	Desde os 7 anos de idade
02	62	F	Moradora	SIM	há 7 anos	Faz. Riacho do Barro	Desde os 7 anos de idade
03	60	M	Posseiro	SIM	há 2 anos	Distrito de Missi	Desde a idade de 7 prá 8 anos
04	46	F	Moradora	SIM	+ 01 ano	Faz. São Pedro (Juá)	Desde os 5 anos de idade
05	55	M	Morador	SIM	+ 01 ano	Faz. São Pedro (Juá)	Desde os 5 anos de idade
06	27	M	arrendatário	NÃO	-	B. da Esperança(sede)	Desde os 8 anos de idade
07	66	M	arrendatário *	SIM	+ 20 anos	B. da Barragem (sede)	(não lhe foi perguntado)
08	25	M	Meeiro	SIM	Resp. prej.	Faz. Forquilha	Desde os 7 anos de idade
09	50	M	Posseiro	SIM	há 12 anos	Distrito de Bueno	“desde q/ chegou a idade de trabalhar no cam”
10	58	M	Morador	SIM	há mtos.an	Fazenda Carão	Desde os 7 anos de idade
11	51	M	Posseiro	SIM	há 13 anos	Distr. Missi Velho	Desde a idade de 7 prá 8 anos
12	76	M	posseiro *	SIM	há mtos.an	Zona urbana	“Desde pequenininho; nasci no meio do cam”
13	35	M	peq. propriet.	SIM	há 2 anos	Serra do Manoel Dias	Desde os 10 anos de idade
14	32	F	moradora	SIM	há 3 anos	Cacimba Salgada	Há 8 anos
15	55	F	Peq. propriet.	SIM	há 6 anos	Distrito de Missi	“Desde que nasci; desde que comecei a andar”
16	55	F	Moradora	SIM	há 2 anos	Faz. São José (Missi)	“Desde que nasci”
17	37	F	Moradora	SIM	há 1 ano	Fazenda Mandacaru	“Desde eu pequena, né?”
18	53	F	arrendatária	SIM	há 1 ano	Distrito de Juá	Há 30 anos
19	51	F	Posseira	SIM	há – 01 ano	Distrito de Missi	Desde os 12 anos de idade
20	33	F	arrendatária	SIM	há 3 anos	Distrito de Missi	“Desde eu nova, né? Eu era criança ainda”
21	45	F	arrendatária	SIM	há 2 anos	Brotas (Miraíma)	Desde os 8 anos de idade
22	39	F	arrendatária	SIM	+ 01 ano	Distrito de Missi	Desde os 8 anos de idade
23	40	F	Moradora	NÃO	-	Lagoa das Pedras	Desde os 9 anos de idade
24	50	M	Posseiro	SIM	há 28 anos	Sítio Manoel Dias	(não lhe foi perguntado)
25	33	F	Posseira	SIM	há – 01 ano	Coité	Idem

* é também aposentado

ENTREV.	IDADE	SEXO	CONDIÇÃO DE TRABALHO	SINDICA	TEMPO DE SINDIC.	LOCALIDADE	1. Há quanto tempo o sr. (a) trabalha no campo?
26	49	F	Peq. agricult.	SIM	em atraso	Distrito de Juá	(não lhe foi feita a pergunta)
27	52	M	arrendatário	NÃO	-	Sítio Manoel Dias	Idem
28	46	M	arrendatário	SIM	há 2 anos	Distrito de Missi	Idem
29	63	M	arrendatário *	SIM	+ 10 anos	No pé da Serra (?)	Idem
30	33	M	arrendatário	NÃO	-	Distrito de Missi	Idem
31	19	M	morador	NÃO	-	Distrito de Missi	Idem
32	68	M	aposentado	SIM	há 8 anos	Distrito de Juá	Idem
33	47	M	posseiro	SIM	Em atraso	Borrista do Castoré	Idem
34	78	M	peq.propriet.*	SIM	há 39 anos	Agreste	Idem
35	38	M	arrendatário	SIM	há 5 anos	Boqueirão	Idem
36	36	F	Peq.agricult.	SIM	- 01 ano	Campinas	Idem
37	51	M	arrendatário	SIM	há 3 anos	Machão	Idem
38	45	M	arrendatário	SIM	+ 20 anos	Fazenda Mocó	Idem
01	42	M	ASSENTADO	SIM	-	Barreiras	“Toda a minha vida foi na agricultura”
02	61	F	Idem *	SIM	-	Barreiras	Desde criança
03	60	M	Idem *	SIM	-	Barreiras	Desde os 8 anos de idade
04	59	M	ASSENTADO	SIM	-	Mandacaru	“Desde criança; a minha vida foi toda no cam
05	56	F	ASSENTADA	Não perg.	-	Miranda	Desde criança
06	68	M	agregado	SIM	há 20 anos	Saco Verde	Desde os 8 anos de idade
07	42	M	ASSENTADO	Não perg.	-	Saco Verde	Desde criança
08	53	M	ASSENTADO	SIM	-	Barreiras	Desde criança

* é também aposentado

TABELA 2

ENTREV.	2. O sr. (a) pretende permanecer ou sair do campo para se ocupar em outra atividade? Por que?
01	Pretende sair, não mais para trabalhar, pois já é aposentado, mas devido a problemas de saúde
02	Pretende permanecer porque gosta muito da vida na roça (é mais tranquila e pode criar galinhas, capotes e pintinhos)
03	Pretende permanecer porque para sair, teria que ser mais preparado, ter mais estudo.
04	Pretende permanecer porque nasceu e se criou no campo. Na rua, “a gente bate a cabeça demais” com a família que é grande.
05	Pretende permanecer porque quem nasce no mato fica uma pessoa tímida, desencorajada e às vezes se dá mal na cidade.
06	Pretende sair para desenvolver outra atividade porque a falta de chuva não favorece a vida no campo.
07	Pretende permanecer porque já passou a época de sair (ele tem 66 anos)
08	Tem ora que pensa em sair e ora que pensa que o melhor é ali mesmo sem a violência da cidade.
09	Pretende permanecer, apesar das dificuldades que o agricultor enfrenta no campo, até pq. considera-se velho para sair (50 anos)
10	Pretende permanecer porque não sabe fazer outro serviço.
11	Pretende permanecer porque sua idéia é sempre cultivar.
12	Pretende permanecer porque agora está aposentado e não agüenta mais trabalhar.
13	Pretende permanecer porque é no campo onde ele adquire o trabalho, onde tem a terra prá trabalhar, porque está no que é seu.
14	Pela sua vontade ela permaneceria no campo, mas a falta de trabalho no verão a leva a pensar em sair.
15	“Eu não sei não; a vida do campo só é boa quando a gente é novo e pode trabalhar ... a gente vai ficando doente e não pode trab”
16	Pretende permanecer porque prefere continuar agricultora.
17	Pretende permanecer porque na sua idade (37 a.) não dá mais para pensar em enfrentar outro modo de vida e seu estudo é pouco.
18	Tem ora que pensa em sair porque não tem mais saúde para plantar, mas no mesmo instante se sente mal se não estiver capinand
19	Se um dia os filhos tiverem condições de tirá-la do campo, ela poderá ir.
20	Pretende sair porque só o trabalho agrícola não dá para viver; a vida do campo é pesada.
21	Pretende permanecer porque não tem mais saúde para enfrentar outra atividade (45 a) e é muito identificada com a vida rural.
22	Pretende permanecer porque não tem estudo para desenvolver outra atividade.
23	Pretende permanecer porque sempre foi agricultora.
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas. Pode ocorrer que, eventualmente, esta pergunta tenha sido feita aos entrevistados seguintes.
31	“A gente pretende assim, né? Porque a gente que trabalha na agricultura, a gente trabalha porque mora aqui, a gente não pode ficar sem fazer nada, né? Aí a gente tá trabalhando, mas quando a gente tiver um grau de estudo mais avançado, a gente tá saindo prá fora, prá arranjar um emprego. Se torna mais melhor prá gente, porque hoje aqui é muito difícil prá gente arranjar emprego. Tá difícil, tá difícil.”

TABELA 3

ENTREV.	3. O sr. (a) acha que essa agricultura desenvolvida com poucos recursos contribui para o desenvolvimento do município? Por que?
01	“A agricultura já foi um negócio muito bom; hoje ela não dá mais, principalmente devido os invernos fracos e o preço do milho e do feijão nos períodos de safra.”
02	(Por um lapso de nossa parte, não lhe foi feita esta pergunta)
03	(Por um lapso de nossa parte, não lhe foi feita esta pergunta)
04	“Quase nada, porque alguns invernos não ajudam mais a gente. A gente faz as primeiras plantas, bate o verão lá em cima, a lagarta come, morre o milho seco, agora que tá chuvoso, tá começando de novo. Mas a gente faz, tem aquele gosto porque vive da planta. Mas que não tá dando quase nada, a gente trabalha prá morrer”.
05	“Eu acredito que tem, né? Porque, realmente, todo mundo come daquilo que o homem faz (planta)”.
06	“O pouco que é feito, contribui porque o pouco que nós faz, as vez serve prá nós, prá que nós não procure trazer de outro Estado. Só que nós esperava que nós fizesse mais. Mas, já que é uma coisa assim braçal, sem máquina, sem preparo agrícola...”
07	“Eu acho que não; tá muito fraco, tá muito fraco. Você sabe: a força da agricultura aqui era o algodão e a mamona, acabou-se.”
08	“Na minha concepção ela ajuda, né? Porque se não fosse nós, agricultores, o pessoal da cidade não tinha também. É nós fazendo prá eles e eles fazendo prá nós aqui.”
09	“Eu acredito que não, porque a produção é pouca; mesmo que a gente produza, eu to achando que é pouca ainda.”
10	“Contribui, porque no ano que tem um bom inverno, todo mundo tem o que comer, existe muita fartura. A agricultura dá, se houvesse um bom tempo toda vida. A agricultura tira a pessoa da rua, da marginalização ... É boa a agricultura.”
11	“Contribui muito. A pessoa que trabalha explorando a terra, trabalha para o interior e para o município. O trabalhador rural trabalha para todos. Só que nem todos trabalhadores hoje utilizam a terra, é por isso que caiu um pouco a produção do município
12	“Não é muito, não. Agora acho que sim, porque tem a venda prá comprar prá Prefeitura, né? Não tem mais é algodão.”
13	“Não contribui muito porque não dá muita renda”
14	“Eu acho que sim, né? O por quê eu não sei nem explicar agora.”
15	“Não, porque não tem condições de se desenvolver. Precisava da ajuda do governo. Por exemplo: uns cursos para desenvolver mais os trabalhadores; ensinar como seria ... desenvolver melhor. Não existem esses cursos, né?”
16	A entrevistada condicionou a contribuição da agricultura à ocorrência de um bom inverno.
17	“Contribui não porque é muito pouca, né? Os invernos também ‘tão’ difíceis, aí a renda é pouca demais.”
18	“Eu não sei nem dizer; a gente planta pouco, não tem condições de plantar muito, né? Contribui, né?”
19	“Eu estou achando muito fraco.”
20	(resposta prejudicada)
21	“Ajuda, porque nós todos precisamos dela, apesar de estar muito esquecida ... e que ninguém dá valor.”

22	“Por uma parte sim. Eu não sei nem responder ...”
23	“Muito pouco, porque não é todos que trabalha, né? Uns trabalha e outros não; aí fica difícil ...”
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas. Pode ocorrer que, eventualmente, esta pergunta tenha sido feita aos entrevistados seguintes.
31	“Aqui eu acho que ela tem contribuído ‘pelas’ essas pessoas que têm plantado a agricultura que, nem que seja pouco, mas plantaram. Aí, cada pessoa tem o seu total de feijão, seu total de milho, aí é que ela vai continuando e trabalhando para a pessoa que ‘tão’ desempregadas, né? Comparação: eu tô desempregado; aí chega o inverno, aí tem emprego, tem a capina, tem a plantação, tem a apanha do feijão prá gente trabalhar, sabe? Aí é uma continuação de trabalho prá gente trabalhar, né? Mas eu acho que, para poder melhorar, poderia o Prefeito arrumar mais serviço prá agricultura, prá gente trabalhar e conseguir emprego melhor, né?”
33	“Muito pouco, pouco demais. É fraco, as coisa é fraca. Ninguém nem sabe desenvolver como é isso porque as pessoas pega lá e fica lá, aí esconde prá mostrar o agricultor, né? O agricultor tem que ser... que bote as pessoa lá ‘em riba’. Trabalho para todo agricultor. Eu digo assim: não tem ajuda das pessoa, do lugar, porque o lugar sempre deve servir, porque às vez a pessoa... tem o assentamento que serve pros pobres, ‘amelhorar’ aquelas pessoa que não tem nada, aí tudo bem, né? Por isso que eu digo que não tem melhora pros pobre, porque quando tem um assentamento tem jeito porque aí sai o dinheiro, a ajuda do governo, sai tudo. Não tendo, que é que pode ser feito? Às vez se promete fazer um ‘emprestinho’ e aí quando sai o ‘camarada’ já tá devendo quase todo e quando vai pagar, aí fica na pior.”
34	“Num contribui mais porque o pessoal não trabalha; de um cento se tira dois que trabalha.”
35	“Eu prá ser sincero, eu vou logo dizer a você: aqui no município, eu com 38 anos de idade que eu tenho, eu nunca na minha vida eu me alistei (nas frentes de serviço, nos períodos de estiagem) aqui dentro. Porque eles vão dizer que só se alista quem tem mais família. Só tem um filho, se alista não; tem dois filhos, se alista não. Só meu voto serve! É um negócio sem... eu não nego, não. O que eles querem é isso aí da gente. Eles só querem o voto da gente. Mas também Deus me dá um meio de escapar; eu faço uma coisa, faço outra... Outra coisa que eu não quero é alguém pegar nessa ‘munheca’ aqui. O que eu quero lhe dizer é que a agricultura, prá mim, ela serve; porque se não fosse a agricultura eu acho que a gente não vivia, não. Porque a gente planta no ano que dá, você sabe como é, né? No ano que é bom, a gente vive por causa dela e a gente apanha um ou dois alqueires de feijão ou se vende uma quarta... No tempo que dava muito algodão era do algodão que a gente vivia. Mas agora não dá mais, a gente tá vivendo do milho e do feijão que a gente tem e uma criaçãozinha que a gente tem em casa.”
36	“Eu acho que sim, mas não sei responder o porquê.”

TABELA 4

ENTREV.	4. O que pode levar a uma melhoria das condições da agricultura/da vida do campo?
01	“Além da água – que traz fartura – o crédito agrícola, pois ele faz o agricultor produzir mais.” Segundo o entrevistado, o valor do empréstimo é pequeno (500 reais) e não dá para nada.
02	“A reforma agrária porque desenvolve mais o trabalhador; em segundo lugar, o crédito agrícola.”
03	“A utilização de tecnologia mais avançada, pois sem ela, de nada adianta a posse da terra, sem ela não há reforma agrária.”
04	“Apareça sabe o que? Emprego; serviço prá todo mundo trabalhar. Meu marido passa o verão todinho sem trabalhar. Ele trabalhou uns dias no verão, aí quando choveu, pronto! Nunca mais apareceu um dia de serviço, só passando precisão.”
05	“Eu acho até que não tem solução, não. A solução é se ainda voltasse a dar algodão, né? Aquilo era a nossa segurança. Nós passava o tempo trabalhando; a produção do milho e do feijão dava prá gente comer e o algodão a gente vendia prá comprar as coisa que a gente precisasse.”
06	“Que fosse uma política (agrícola) mais voltada para o agricultor, porque ele é uma pessoa isolada, só trabalha, só é vista, mas não é ajudada; que tivesse uma política de ... que fosse dado um material que, quando desse uma doença, um inseto, ter um aparelho prá pulverizar; a gente ter um trator próprio prá mexer a terra ... mas não tem nada disso. Se fosse uma política mais voltada para ele, porque aqui, a maioria faz parte da agricultura.”
07	“Prá mim, em primeiro lugar, inverno. Segundo, é se o governo desse uma ‘mãozinha’ pro agricultor, né? um dinheiro, um empréstimo ...”
08	“Eu penso assim: quando nós tem o nosso legume, deveria ter um preço bem melhor, né? E quando tiver no verão, era a hora do governo botar um serviço prá gente até chegar a chuva de novo, né?”
09	“Uma ajuda que desse condições da pessoa viver no campo, trabalhar no campo; uma ajuda financeira do governo, crédito, porque a gente não tem.”
10	“Se os governo, as autoridade ajudasse o homem do campo, desse uma máquina para arar o chão, prá produzir. A agricultura é um negócio que dá muita coisa, mas infelizmente, o homem do campo não tem ajuda. Quando muito, o governo arranja essas sementes para quando for no fim do ano, você tem que pagar ainda a ele, não sai nada de graça.”
11	“É só o governo mostrar uma maneira de melhoramento, um melhoramento à fundo perdido porque o trabalhador rural não tem com que pague conta. Um crédito agrícola que, pelo menos, ele fosse pagando numa maneira bem razoável, que desse prá pagar.”
12	“Era ter uma ajuda do governo, um empréstimo ...”
13	“Se o governo criasse planos para beneficiar o homem do campo; soltasse verbas e cobrasse juro baixo e desse direito para que o homem tivesse mais como sobreviver, eu acharia que seria uma coisa interessante.”
14	“É o nosso governo botar serviço nos interior; botar prá pessoa fazer tijolo, uma telha, seja o que for porque aí melhora.”
15	“Seria a irrigação, mas só pode existir irrigação se tiver a chuva antes, né? Tem que ter um reservatório prá acumular água, né?”

	Se a gente tivesse um lugar prá plantar, prá criar ... com a irrigação, poderia dar uma ajuda.”
16	“Tivesse uma pessoa que inventasse as coisa prá melhorar a situação da pobreza, né? uma pessoa que ‘botasse’ trabalho, porque aqui é muito pobre.”
17	“Só se as pessoas tivessem condições, né? aí podia até melhorar mais.”
18	“O que podia melhorar era um emprego, porque não tendo emprego, a gente só pode viver da agricultura.”
19	“Um serviço prá pessoa trabalhar porque só um roçadinho, prá quem tem muito filho como eu tenho ...”
20	“Emprego prá gente, né? mas a gente depende mais da chuva, né?”
21	“O que falta mais é dinheiro prá que se possa ‘tocar prá frente’; porque quando a gente não tem como ir prá frente, a gente até esmorece, porque nosso dinheiro não dá, como você sabe que muitos anos não dá. Aí como é que no outro ano a gente começa? Começa com uma dificuldade tão grande que a gente planta bem pouquinho porque não pode plantar muito. Você tem que trabalhar alugado a outro, já não pode plantar muito. Por falta de condição de renda prá fazer uma roça mais espaçosa. ”
22	“Se a agricultura tivesse mais valor porque não tem, né? Quando os agricultor ‘tá’ com feijão, um litro ou um quilo de feijão fica lá em cima e quando os pobres tem, desce lá prá baixo.”
23	“Uma ajuda do ‘povo maior’, dando algum rendimento pros agricultor, porque muitas vezes quando não chove, o agricultor perde muito e quando a chuva é pouca, a gente planta muito e dá pouco também.”
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas. Pode ocorrer que, eventualmente, esta pergunta tenha sido feita aos entrevistados seguintes.
31	“Era se o Prefeito melhorasse os plantio, né? Hoje, quando tem é barato e quando não tem é caro. Mas, se o Prefeito melhorasse sobre a agricultura, melhorava demais prá gente. A agricultura é hoje uma coisa que a pessoa faz e quando a gente não tem é cara e quando a gente tem é barata. Aí, a gente vai pagar aquele total... 1 lt de feijão à R\$ 2,50. E hoje, como a gente tem, fica mais barato. Aí eu acho que o Prefeito podia melhorar...! Eu acho que ele poderia ‘botar’ um emprego para o pessoal (nas entre safras) pro pessoal trabalhar e aumentar a renda.” Em seguida ele afirmou que o Prefeito deveria “botar o pessoal na agricultura e aumentar o preço da alimentação, porque hoje, quando a gente não tem fica caro e quando a gente tem fica barato; aí a produção da gente não vai prá frente. A gente bota tudo o que a gente tem no ‘mato’, às vez dá quase dado e quando a gente não tem, a gente compra, né? Aí fica difícil.”

TABELA 5

ENTREV.	5. Na sua opinião, essa política (a indicada pelo entrevistado anteriormente) está sendo executada a contento pelo governo?
01	Obs: esta pergunta não lhe foi feita
02	“Acho que sim porque há várias terras desapropriadas para o povo.”
03	Obs: esta pergunta não lhe foi feita
04	Não soube responder
05	Obs: esta pergunta não lhe foi feita
06	Obs: esta pergunta não lhe foi feita
07	Obs: esta pergunta não lhe foi feita
08	“Eu acho que o governo não está sendo bem sincero com o agricultor não, porque até essa bolsa-renda que nós tem está atrasada há mais de 2 meses e não paga.”
09	Obs: esta pergunta não lhe foi feita
10	“Ainda falta muita coisa ... a pessoa que tem mais precisão de fazer (empréstimo) não faz porque não tem o terreno; precisa o patrão dá uma carta de anuência e não é todo patrão que quer dar ...”
11	“Fazendo bem? Eles tinham que lutar pelo trabalhador, né? Vá ver que este ano, mesmo com este inverno que nós estamos passando, nem inseticida na EMATERCE a gente conseguiu prá rebater a peste, né?”
12	“É com um sacrifício medonho. O governo engana um bocado, ele nega, não dá ... Este ano tá um inverno bom, mas os outros?”
13	“Eu acho que não. Eu acho que tem muita coisa ainda para que o homem venha ter uma vida melhor, venha ter um direito melhor, uma cidadania melhor, né?”
14	“Eu acho que não está melhorando porque ninguém tem serviço de nada, nem tem na sede e nem nos interior.”
15	Não soube responder
16	“Eu não posso lhe responder porque eu não entendo muito dessas coisas, sabe? Eu sou quase analfabeta e não entendo muito.”
17	Obs: esta pergunta não lhe foi feita
18	“Até hoje o governo não cede empréstimo. Um tempo desse veio esse empréstimo, mas não vigorou nada não.”
19	Não soube responder
20	“Acho que sim, né? porque ele ‘tá’ ajudando muito agora, né? Ele ‘tá’ dando bolsa-escola prá criança, bolsa-renda, né? É uma ajuda ...”
21	Obs: esta pergunta não lhe foi feita
22	“Não. Eu acho que o governo deveria garantir emprego, um ganho pros agricultor, porque muita gente não tem ganho nenhum e só da agricultura ... a agricultura não dá prá pessoa viver só dela, não.”
23	Obs: esta pergunta não lhe foi feita

24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas. Pode ocorrer que, eventualmente, esta pergunta tenha sido feita aos entrevistados seguintes.
----	--

TABELA 6

ENTREV.	6. Ao se sindicalizar, o que o sr. (a) esperava do Sindicato?
01	Sua expectativa é que, com o Sindicato, fossem facilitados o empréstimo agrícola, a aquisição de máquina, adubo, veneno, a bomba para pulverizar.
02	Não respondeu
03	Não respondeu
04	“A carteira para tirar o salário-maternidade .” (e sorriu levemente)
05	“Eu não esperava muita coisa, porque a gente não vê mesmo o Sindicato fazer muita coisa e a gente não tem conhecimento das coisas. Quando a gente não conhece, todo jeito tá bom.”
06	Não é sindicalizado
07	“Eu sempre esperava os ‘prometimentos’ do Sindicato, né? É prá gente adquirir alguma coisa quando a gente precisasse e tal ... Nunca vi nada. Eu esperava, por exemplo: a pessoa adoecia, o Sindicato encaminhar para um hospital adquirir saúde ... a gente tinha o direito, não tinha? A gente não paga o Sindicato não é prá esse tipo de coisa?”
08	“O meu pai, desde muitos anos sindicalizado, dizia que era prá mim entrar porque o Sindicato dá a mão ao trabalhador rural, se por acaso nós se acidenta no trabalho, nós sindicalizados, nós temo direito; se nós temo qualquer coisa, nós tem o advogado.”
09	“Eu esperava que o Sindicato colaborasse com a gente, dependendo da ocasião, da precisão que a gente tiver passando ...”
10	“Eu me sindicalizei pensando que mais adiante ia servir prá mim, prá eu me aposentar, prá essas coisas ... é o que tá servindo ... tá sendo um dos órgãos bom o Sindicato.”
11	(resposta inaudível)
12	“O povo dizia que era muito bom, né? qualquer coisa o Sindicato ia ser em favor do agricultor e tal e tal ...”
13	“Eu esperava ter um direito meu pelo Sindicato. O Sindicato é o único que trabalha a favor do homem do campo, que dá o direito, faz com que o homem tenha acesso às coisas, aos benefícios que o governo tem feito e é através do Sindicato que a gente vai adquirindo, né?”
14	“Eu esperava muita coisa, porque o Sindicato é um lado bom que a pessoa (pode contar). Qualquer ajuda que a gente precisar, a gente tem, tem o direito. Se a gente tem um filho prá botar no salário-maternidade, ele ajuda.”
15	“Que melhorasse mais, que tivesse mais apoio nas necessidades, né?”

16	“Eu esperava que eu completasse a minha idade me aposentava, que eu sou pobre, eu tenho só mesmo a minha casinha, minhas coisinhas de casa e nada mais.”
17	“Era o salário-maternidade; eu paguei foi prá isso.”
18	“Eu esperava aposentadoria. Nos meus 55 anos, será possível que eu não tenha esse direito?”
19	“O que eu espero é que um dia ele possa ajudar a gente; assim, por acaso, a gente precisar de alguma coisa a gente ir lá e eles ajudar, né? Eu penso assim. O trabalhador é disposto a um acidente, uma coisa assim, e eles ajudar, né?”
20	“Melhora, né? tá sempre melhorando agora, né? As vez a gente tinha um menino, ninguém podia botar nada e agora tem aquele salário-maternidade que a gente pode botar, né?”
21	“Foi na época que ‘tava fazendo’ o salário-maternidade, aí as pessoas me animavam porque também eu tava ficando velha e mais prá frente eu ia precisar do aposento.”
22	“Nessa época eu tava grávida, aí tinha que entrar no Sindicato prá tirar um salário-maternidade, né?”
23	Não é sindicalizada
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas. Pode ocorrer que, eventualmente, esta pergunta tenha sido feita aos entrevistados seguintes.
25	“...um acidente, uma precisão de uma coisa; diz que agora tudo tem que ter o Sindicato, porque se não tiver, a gente ‘num’ arruma nada, um benefício ... prá quando chegar o tempo de eu me aposentar também, né? Se eu não pagar ...”
26	“Na época a gente não pensava em negócio de aposento. Agora é que tá mais elevado isso aí, né? Quem não tiver 10 anos de Sindicato, quando completar a idade de 55 anos, não se aposenta ... isso é o que eles dizem. Aí eu vou ver se boto em dias ...”
27	Não é sindicalizado
28	“Espero que seja uma ajuda prá gente, quando a gente precisar, quando for necessário.”
29	“Uma vez eu fui à Fortaleza fazer uma operação e quando chegou o dia de eu me operar, eu tinha que ‘adoar’ sangue porque eu não pagava direito de nada. Se eu tivesse ao menos o Sindicato, eu fazia a operação. Aí, desde esse tempo eu ‘fiz’ o Sindicato.”
30	“Espero coisa boa, porque sempre que a gente vai ao INSS, precisa do Sindicato, né?”
31	Não é sindicalizado
32	“Eu esperava que fosse uma coisa boa mesmo, não é não? Ou não é? Só que eu nunca precisei dele; até hoje, não.”
33	“Às vez acontece um caso ... a pessoa trabalha no mato, a pessoa se corta ou adoece, a pessoa recebe um benefício. O Sindicato é isso: é pro sujeito receber benefício, né?”
34	“Eu esperava melhorar a situação do sindicalizado. Melhorasse assim: prá gente trabalhar e aumentar a produção, de maneira que ele ia servir prá muita coisa. A gente assistia às reuniões e eles diziam como era. Bem, aí a gente se animava ...
35	“Eu pensei assim: eu vou me associar no Sindicato que pode um dia eu ter direito ao menos ao meu aposento.”
36	“Eu esperava muita coisa, né? Eu esperava um dia me aposentar e (devido defeito do gravador, o restante da idéia foi inaudível)
37	“Eu esperava melhora para a agricultura, né?”

38	“Eu imaginei assim: com o tempo eu posso conseguir uma aposentadoria porque daqui prá frente, se eu ‘dar de comer’ a família à custa de agricultura, a família pode até passar necessidade, porque eu não tenho mais condições de trabalhar na agricultura.”
----	--

TABELA 7

ENTREV.	7. O sr. (sra.) acha que o Sindicato tem correspondido ao que o sr. (sra.) esperava dele? Por que?
01	A pergunta não lhe foi feita
02	“Sim, porque ele orienta sobre aposentadoria e sobre problemas de terra.”
03	“Sim, porque ele sempre dá o direito que os trabalhadores têm, dentro do aspecto legal.”
04	A pergunta não lhe foi feita
05	A pergunta não lhe foi feita
06	Não é sindicalizado
07	“Eu nunca vi nada não do Sindicato.”
08	“Prá mim, até hoje, o Sindicato não tem falta.”
09	“Tem correspondido. Quando a gente necessita – como agora mesmo, essa ação de terra lá com a gente – o Sindicato tá lá na frente com a gente.
10	Ele tem correspondido porque está mediando as aposentadorias.
11	“A gente sabe que a gente colheu a ajuda do Sindicato que, nesse caso da luta pela terra, a gente se engajou ao Sindicato e o Sindicato venceu a história ... botou o advogado dele até que, graças a Deus, nós vencemos a luta.” (posseiro)
12	“Eu não vi, não.”
13	“Eu acho que ele tem condições de fazer muito mais para que o homem tivesse mais a liberdade, tivesse seu direito mais ‘reticalizado’, né?”
14	“Tem, o Sindicato eu não tenho o que dizer; prá mim, já me ajudou muito.”
15	“Tem, tá melhorando o Sindicato aqui; ele teve muito fraco, mas tá melhorando muito. Ele ajuda, ele tem contribuído muito prá esse salário-maternidade, essas coisas assim. Disseram que em caso de aposentadoria, a pessoa procure o Sindicato e vão atendido melhor.”
16	A pergunta não lhe foi feita
17	“Correspondeu. Eu tirei um salário-maternidade de um menino meu que já tava prá completar 5 anos e agora falta da menina de 2 anos.”
18	A pergunta não lhe foi feita

19	“Tem muita dificuldade, né? a gente tem de pedir uma assinatura do médico e o médico não dá! Quando o médico for dá, a gente já está muito ‘dequedente’, né? (a entrevistada está requerendo um auxílio-acidente para seu esposo).”
20	“Tem, né? pouco mas tem.”
21	A pergunta não lhe foi feita
22	A pergunta não lhe foi feita
23	Não é sindicalizada
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas. Pode ocorrer que, eventualmente, esta pergunta tenha sido feita aos entrevistados seguintes.
25	A pergunta não lhe foi feita
26	Idem
27	Idem
28	Idem
29	Idem
30	Idem
31	Idem
32	Idem
33	Idem
34	“O Sindicato tem me ajudado demais; se não fosse o Sindicato nós não tinha esse terreno. Eu arrumei um dinheirinho com o Sindicato e comprei esse terreno. Aí eu fiquei pagando o Sindicato durante 5 anos.”
35	A pergunta não lhe foi feita
36	Idem
37	“É, é pouco, mas tá chegando.”
38	A pergunta não lhe foi feita

TABELA 8

ENTREV.	8. Com que frequência o sr. (sra.) vai ao Sindicato?
01	A pergunta não lhe foi feita
02	Ela vai ao Sindicato todo mês para efetuar o pagamento de sua contribuição sindical.
03	Ele vai ao Sindicato, em média, uma vez ao mês, para pagar a mensalidade, para encontros, informações sobre programas (semente, atividade agrícola etc)
04	“Todos os primeiros domingos do mês prá reunião no Juá.” (distrito sindical)
05	“Todo mês vou à reunião da delegacia sindical lá no Juá e sempre venho a daqui da sede.”
06	Geralmente, uma vez ao mês.
07	“Às vezes tem reunião, eles procuram chamar as pessoas; a gente vai lá prá ouvir aquelas palavras que eles dizem, mas eu só vou quando posso ir.”
08	“Participo sempre das reuniões e das assembléias da sede e das Barreiras.” (associação do assentamento Barreiras)
09	Resposta prejudicada devido defeito de gravação
10	“Eu pouco freqüento o Sindicato, as reuniões, porque o meu tempo é pouco. Mas pelo meu gosto eu tava aqui todo dia ...”
11	“Agora nesse inverno, no período de muito trabalho e a estrada ruim, até que eu ando mais pouco no Sindicato. Mas quando eu tenho um tempinho, eu gosto de freqüentar o Sindicato.”
12	O entrevistado não freqüenta o Sindicato
13	Não respondeu
14	“Vou só uma vez por mês pagar aquele dinheirinho do Sindicato e pronto!”
15	A pergunta não lhe foi feita
16	“Todos os meses para pagar; às reuniões, eu venho duas, uma vez no ano.”
17	“Todos os meses eu tenho que ir pagar a mensalidade, né?”
18	“Eu vou só pagar.”
19	“Só vou uma vez por mês porque tem uma reunião todos os ‘mês’ e a gente vai e a gente também paga, né?”
20	“Sempre eu vou reunião lá, né? uma vez no mês.”
21	“Todo mês eu pago a mensalidade do Sindicato.”
22	“É difícil eu ir.”
23	A pergunta não lhe foi feita

TABELA 8.1

ENTREV.	8.1. O sr. (sra.) participa de alguma atividade do Sindicato? Qual (is)?
24	“Sempre às reuniões que eles têm lá.”
25	“Não; eu só sou sócia mesmo; prá reunião que tem eu nunca venho porque eu tenho criança, mas eu ainda vou participar.”
26	“Eu assisto só às reuniões lá no Juá, todos os primeiros domingos do mês.”
27	“Por ora, não.”
28	“Às vezes tem as reunião, mas eu sou muito ocupado.”
29	“Não; só faço pagar mesmo.”
30	Não é sindicalizado.
31	Não é sindicalizado.
32	“Não; eu só pago.”
33	Não lhe foi feita a pergunta
34	“Quando tem reunião lá no Juá ... todos os domingos tem.”
35	“Toda reunião da associação comunitária que nós temos lá (Boqueirão). Do Sindicato, eu vim umas duas reunião. Quando chega o dia eu pago ...”
36	“Só tive de participar ontem, mas sempre é prá mim vir, mas aí, às vezes eu não tô com muita condição de vir ...”
37	“Participo de reunião no Missi e aqui na sede.”
38	“Infelizmente, a minha preocupação só é mesmo para a agricultura, pro roçado e muitas vezes eu ‘num’ compareço às reuniões do Sindicato; da associação de lá, a gente vai ... é pontual.”

TABELA 9

ENTREV.	9. Qual (is) o (s) principal (is) motivo (s) que o leva (m) a procurar o Sindicato?
01	É se informar com o advogado ou com o presidente do STR sobre um processo de usucapião da terra onde mora.
02	Não lhe foi feita esta pergunta
03	Idem
04	“A gente pagando o Sindicato, quando completar a idade a gente se aposenta.”
05	Não lhe foi feita esta pergunta
06	Idem
07	“Eu vou prá assistir reunião; conforme seja ela, eu vou assistir. Agora, aquela que eu não tenho interesse, eu não vou.”
08	“É só por eu ser trabalhador rural e meu pai também é e a gente sempre tá freqüentando prá tá sempre ‘por dentro’, que só o que nós trabalhadores rurais temos por nós é o Sindicato.”
09	Resposta prejudicada em decorrência de defeito de gravação
10	Não lhe foi feita esta pergunta
11	Idem
12	O entrevistado nunca vai ao Sindicato
13	“O que me trás ao Sindicato é procurar ... me informar sobre os planos de lei, sobre os direitos da gente, o que a gente precisa.”
14	“Eu vou para um dia, quando eu precisar, eu ter os meus direitos de alguma coisa, né? porque o Sindicato é uma coisa muito séria. Um dia você precisa dele para um aposento ... qualquer coisa que você precisar.”
15	“Eu só vou pagar; eu nunca me utilizei do Sindicato.”
16	Não lhe foi feita esta pergunta
17	Idem
18	Idem
19	Idem
20	Só vai mesmo às reuniões e pagar a mensalidade.
21	“É que meu marido foi acidentado e perdeu três dedos da mão e de vez em quando eu vou ao Sindicato prá organizar os papéis prá ele receber aquela pensão (entenda-se auxílio-acidente). É quando eu vou mais lá no Sindicato.”
22	Não lhe foi feita esta pergunta
23	Não lhe foi feita esta pergunta
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas. Pode ocorrer que, eventualmente, esta pergunta tenha sido feita aos entrevistados seguintes.

TABELA 10

ENTREV.	10. Com que frequência o sr. (a) participa dessas reuniões do Sindicato?
01	O entrevistado não participa de reuniões no Sindicato.
02	O entrevistado não participa de reuniões, nem mesmo à de sua delegacia sindical que é mensal.
03	O entrevistado participou de 3 reuniões em 2 anos de sindicalizado.
04	“Todos os primeiros domingos do mês, na delegacia sindical do Juá.”
05	“Esse ano eu só vim uma vez até agora. Mas o ano passado eu acho que não perdi nenhuma reunião; as assembléias que tem aqui eu ‘num’ perdi nenhuma”
06	“Quase que mensalmente.”
07	“Eu vou quando posso ir. Às vezes eu estou trabalhando, não posso ir a todas elas. Mas de vez em quando eu vou.” Em outro momento da entrevista ele disse textualmente: “Sempre eu vou, sempre eu vou; não deixo de ir.”
08	Não lhe foi feita esta pergunta
09	Resposta prejudicada em decorrência de defeito de gravação
10	“Eu não venho às reuniões todo mês, mas sempre venho. Eu vou ficar vindo é toda vida agora, né?”
11	Não lhe foi feita esta pergunta
12	“Às vezes eu passo lá – porque eu moro perto – e vejo que está cheio de gente; não sei nem o que é que eles conversam. Eu fico lá assistindo e depois vou embora.”
13	“A minha frequência é, às vezes, uma vez no mês, de 15 em 15 dias ...”
14	A entrevistada não frequenta as reuniões do Sindicato.
15	“É difícil eu ir a uma reunião.”
16	“Uma ou duas vezes no ano.”
17	“Nunca assisti nenhuma reunião.” (01 ano de sindicalizada)
18	“As reuniões eu frequento sempre lá no Juá, mas não são todos os meses.”
19	“Uma vez ao mês.”
20	“Uma vez no mês.”
21	“É difícil vir até à sede do Sindicato porque é longe e em certos períodos, a gente tem dificuldade até de andar nos caminhos.”
22	“É difícil eu participar.”
23	“Eu não vou todos os meses porque eu sou muito adoentada e tem vez que no dia das reunião eu tô meio adoentada.”
24	“Sempre.”
	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas.

TABELA 11

ENTREV.	11. Por que o sr. (sra.) não é mais assíduo (a) às reuniões?
01	Por falta de interesse, por ser aposentado e achar que não precisa mais.
02	Não lhe foi feita esta pergunta
03	Dispõe de pouco tempo.
04	-
05	-
06	-
07	-
08	-
09	Resposta prejudicada em decorrência de defeito de gravação
10	Não lhe foi feita esta pergunta
11	Idem
12	Idem
13	-
14	Não lhe foi feita esta pergunta
15	“Eu não vou à reunião porque não gosto de sair.”
16	“Porque às vezes a gente não sabe, né? aí, quando a gente sabe já tem passado; às vezes não tem companhia ...”
17	“As reuniões aqui só é dia de domingo, aí não tem ‘horário’ de lá prá cá, aí, não tem como eu vir.”
18	-
19	-
20	-
21	Não lhe foi feita esta pergunta
22	Idem
23	Idem
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas.

TABELA 12

ENTREV.	12. Que assuntos são tratados nas reuniões do Sindicato com os trabalhadores rurais?
01	O entrevistado não participa de reuniões do Sindicato
02	A entrevistada não participa de reuniões do Sindicato
03	“Informar mudanças no Sindicato e sobre os direitos dos trabalhadores.”
04	“Eles dão muitas explicação sobre emprego. Falam às vezes em indústria para o povo trabalhar ...”
05	“É informar o que tá acontecendo e tal. Outros ‘fortes’ participam, como a FETRAECE e outras coisas mais e tal. Quando há uma mudança vão lá e avisam, né? Eles falam também das lutas, falam das lutas. É isso ...”
06	“É tudo sobre a agricultura ... o meio-ambiente que não tá favorecendo o milho e o feijão, que a gente venha com outra planta, que se essa planta não der, que a gente mude.”
07	“É através desses empréstimos, de aposento, salário maternidade ... os assuntos são esses aí.” Pergunto: “E, Reforma agrária, é um assunto que entra na pauta do Sindicato?” Resposta: “Reforma Agrária aqui nós não tem, não é da minha época assistir.”
08	“A gente fala de tudo; fala o que é prá ser prá nós, fala o que está faltando e mostra muita coisa.”
09	Resposta prejudicada em decorrência de defeito de gravação
10	“O pessoal do Sindicato ensina coisa à gente, prá que é, como é e tudo é muito bom. Ensina prá que é que serve o título. O sujeito às vezes se acidenta e passa aqueles tempos sem poder trabalhar, o Sindicato paga aqueles meses ... O Sindicato tá muito bom, né?”
11	“Tem vários, né? É mais em cima da área rural, mesmo. É sobre inseticida ...”
12	“Eu hoje perdi a memória, eles conversam e eu não sei o que é.”
13	“É sobre os direitos da gente, como a pessoa deve se dirigir para ter os seus direitos de cidadania; adquirir alguns direitos que às vezes a gente não conhece e o Sindicato vai explicando, vai orientando ...”
14	A entrevistada não participa de reuniões do Sindicato
15	“É difícil eu ir a uma reunião, por isso é difícil a gente saber ...”
16	“Lá o que é discutido é sobre o trabalho, sobre a agricultura; eles falam que as pessoas tem mais que freqüentar as reuniões para dar força ao Sindicato.”
17	A entrevistada não participa de reuniões do Sindicato
18	“Eles tratam de muita coisa: que a pessoa tem que pagar o Sindicato e que para se aposentar tem que pagar com 48 anos; quem tem direito à aposentadoria ...”
19	“Eles falam que a gente continue a ir às reuniões, procurar o Sindicato porque, quando chegar perto de a gente se aposentar, a gente não ‘consiga’ se a gente não tiver o Sindicato há tempo.”
20	“Eles falam muito, né? prometem muito as coisas prá melhorar. Vamos esperar!”

21	“Agora falaram muito sobre um dinheiro ... que eles andam atrás de fazer um empréstimo e aí a gente ia prá saber sobre isso aí, mas o empréstimo não deu em nada. Só 30 pessoas receberam.”
22	É difícil a entrevistada ir a uma reunião
23	“É sobre a ‘melhoriação’ das coisas, sobre esse negócio desses benefício ... Se a pessoa precisar, eles estão ‘no ponto’ prá ajudar.” Perguntada se eles falam sobre Reforma Agrária, ela respondeu: “Falam; eles falam é muita coisa, só que aí na hora eu não me lembro do que eles falam.”
24	“Eles falam das coisas que podem arrumar, podem vir pro Sindicato, pros trabalhadores rurais; eles pedem prá gente pagar o Sindicato, que quando for numa certa idade, a gente pode precisar do Sindicato prá qualquer coisa.”
25	A entrevistada não participa de reuniões do Sindicato
26	“Eles falam muitas coisas sobre aposento, essas coisas e orientam a gente. Tudo que aparecer, a gente tendo Sindicato é ... Eles falam nisso.”
27	O entrevistado não é sindicalizado.
28	“Sobre o melhoramento da agricultura.”
29	O entrevistado não participa de reuniões do Sindicato.
30	O entrevistado não é sindicalizado
31	O entrevistado não é sindicalizado
32	O entrevistado não participa de reuniões do Sindicato
33	Não lhe foi feita esta pergunta
34	“O assunto é de melhorar cada vez mais, né? Eles perguntam o que é que a gente tá fazendo, se a gente teve lavoura, quanto a gente plantou... é assim desse jeito!”
35	“É só ‘melhoriação’ prá nós, prá ver se tem, né?”
36	Não lhe foi feita esta pergunta
37	“Só em cima da agricultura. Aqueles que não sabem plantar, eles orientam. Têm muitos que não sabem, né?”
38	O entrevistado não participa de reuniões do Sindicato.

TABELA 13

ENTREV.	13. Com que frequência os diretores do Sindicato vão à sua comunidade?
01	Não lhe foi feita esta pergunta
02	Idem
03	Idem
04	Idem
05	Idem
06	O entrevistado reside próximo à sede
07	“Quando é para (convocar) para uma reunião, uma coisa, tem o rádio. Às vezes o interesse não é nem muito, prá pessoa ir de casa em casa, né? Aí, no rádio é mais fácil, né?”
08	“Na minha comunidade, sempre tem quase direto porque os meninos (referindo-se a alguns diretores do Sindicato) estão sempre lá olhando, vendo, conversando...” (Fazenda Forquilha)
09	Resposta prejudicada em decorrência de defeito de gravação
10	“Os diretores do Sindicato vão só quando precisa, né? Às vezes tem qualquer situação do patrão tá querendo forçar a gente ou tá querendo botar um bicho na propriedade que não pode ser, aí a gente fala, eles vão lá e ‘correge’, né? (Fazenda Carão)
11	“De mês em mês.” (Missi)
12	O entrevistado reside próximo à sede
13	“Eles vão, às vezes, de 6 em 6 meses.”
14	“Eles não vão.”
15	“De mês em mês, todos os terceiros domingos. A falta é minha mesmo, mas agora eu acho que vou me ligar mais.” (Missi)
16	Não lhe foi feita esta pergunta
17	“É difícil, talvez eles vão lá uma vez no ano.” (Mandacaru)
18	“Eles vão lá prá dar reunião todos os meses.” (Juá)
19	“Todos os meses eles vão; as reuniões é eles mesmo que dão.” (Missi)
20	“Eles vão de mês em mês.” (Missi)
21	Não lhe foi feita esta pergunta
22	“Todos os meses eles vão.” (Missi)
23	Não lhe foi feita esta pergunta
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas.

TABELA 14

ENTREV.	14. O sr. Já ouviu falar em Ref. Agrária?	14.1. Através de quem o sr. (a) ouviu falar em Reforma Agrária?
24	SIM	“Eles falam que a força quem dá é o Sindicato.”
25	SIM	“Eu ouvi falar na televisão mesmo.”
26	“Eu não entendo de nada”	“Meu marido sempre assistia esse programa sobre reforma agrária pelo rádio, mas eu nunca prestava atenção.”
27	SIM	“Em rádio; só em rádio... rádio de Sobral.”
28	SIM	“A gente vê falar na televisão.”
29	SIM	“É muita gente; todo mundo fala nisso, né?”
30	SIM	“Na televisão.”
31	NÃO	
32	“SIM, mas sou analfabeto e não entendo nada.”	“Todo mundo... justamente, tem assentamento perto da gente lá, né? Agora, só que o assentamento lá não cresce... agora, à falta de que, não sei!”
33	“Vejo falar.”	“É o INCRA que toma conta desse negócio de Reforma Agrária, né? É formado pelo INCRA, né? A pessoa vê o povo falar, a gente vai aprendendo, né? É bom imaginar e ouvir, saber o que tá dizendo, né?”
34	“SIM, desde há muitos anos.”	Ele se referiu a uma terra há uma légua do local onde reside, que foi desapropriada mas que as famílias não foram ainda assentadas.
35	“Negócio de R. Agrária sempre teve! Não tinha prá nós que tinha um pedacinho de terra, né? Aí, ninguém falava em Reforma Agrária”	“Tinha uma pessoa ligada ao Sindicato, da atual diretoria que trabalhava na comunidade e que sempre falava negócio de Reforma Agrária.”
36	SIM	“Eu vejo falar muito... o pessoal mais velho, as pessoas meio-idosas; sei que eles tentam, né? Sempre a gente assiste no rádio que a pessoa se inscreva na reforma agrária... Vá ao Correios, né?”
37	SIM	“Através do rádio, da televisão.”
38	Pergunta: “O sr. Já ouviu o Sindicato falar sobre Reforma Agrária?” Resposta: “Ouvi não, ainda não.”	
14	NÃO	“Esse pessoal do interior é umas pessoas que não tem tempo. Certo? A gente não tem tempo de ir ao Sindicato prá ‘pegar’ uma explicação; aí fica difícil, né? Eles não andam nas casas da gente explicando como é porque o tempo deles também são pouco, eu sei que são.”

15	SIM	
16	SIM	
18	“SIM, eu já ouvi falar demais, mas eu não gravei nada, nada.”	
19	SIM	“Através do Edvar (Secretário de Reforma Agrária do Sindicato de Irauçuba)
20	SIM	“O pessoal de lá mesmo (Missi)... tô na reunião, né?”

TABELA 15

ENTREV.	15. O que o sr. (a) entende por Reforma Agrária?
01	“É a desapropriação de terra para o povo plantar e criar, só que esse povo não tem crédito, o governo não dá crédito.”
02	“É uma melhora para o povo da terra; com ela, o povo tem a terra para plantar.”
03	“É um espaço que a gente vai ganhar no campo: mais terra, mais trabalho, mais assistência, mais conhecimento.
04	“Eu ‘num’ entendo esse negócio de Reforma Agrária, não.”
05	“Quando iniciou, se dividia o terreno e cada um ficava com sua propriedade todo dividido, né? Eu acho que assim podia ser melhor. Hoje eles não divide as parcelas de terra e quando a pessoa sai de lá, ela pode ter pagado, ele perde a terra sem direito nenhum. Fica a terra pro governo, de novo. Essa é a Reforma Agrária que para mim não serve.”
06	“Eu acho que reforma agrária é um tipo que foi indicado por Deus. Se todos fizesse parte de um pedacinho de terra, todos gerariam a planta e o mundo tinha tudo à favor. Mas como tem muitas pessoas... porque o que acaba aqui a nossa cidade é esse negócio de latifundiário. São donos de meio-mundo de terra e, por fim, o agricultor não pode plantar por não ter a terra; tem deles que nem aceita ninguém plantar. Então, o início de uma reforma agrária seria a distribuição de terra.”
07	“Dona, eu aqui não posso nem dizer nada porque aqui não existe. Isso aí prá uma pessoa nova é bom, não era mal. Mas para uma pessoa do meu ‘tip’, não tem mais quase nem interesse... prá mim. Só se for para um filho, mas para mim mesmo, não. Uma pessoa nova, com a R. Agrária, arranja aquela coisinha prá ir trabalhar, não é assim? Não tem aquele direito de arranjar aquele pedacinho de terreno prá trabalhar? Lá para aquele povo (dos assentamentos) pode até ser que sirva. Prá mim, eu não preciso mais; eu sei que não arranjo mais isso, já não tenho mais o meu direito, né? Isso é pro povo novo...”
08	“É uma comunidade unida, né?” Para o entrevistado, o fato de terem sido desapropriadas terras e o pessoal estar assentado, isso é reforma agrária.
09	Resposta prejudicada em decorrência de defeito na gravação
10	“Do pouco que eu entendo, a reforma agrária é uma coisa boa que beneficia o homem do campo, a pessoa pobre, necessitada.” Para o entrevistado só distribuir a terra é fazer reforma agrária.

11	“A reforma agrária é uma proposta do governo federal para ajudar o homem do campo.” Para o entrevistado, o fato de terem sido desapropriadas terras e o pessoal estar assentado, isso é reforma agrária. Perguntamos-lhe: “Mas é só isso ou reforma agrária é mais alguma coisa?” Resposta: Reforma agrária vai mais adiante. É trabalhar em cima de projetos, organização, associação de assentamentos e muita discussão, né?”
12	“É o governo arranjar terra e ceder para o trabalhador rural. Eu ouvia o povo dizer que o governo ia arranjar terra para o agricultor trabalhar, né?”
13	“É um direito para com o homem, né?; é uma melhor... para que o homem venha ter mais acesso à terra para trabalhar porque a terra sendo liberada, eu acho que o homem tem mais liberdade, tem mais direitos de expandir pela terra e tem mais rendimento, de ter mais como beneficiar o país.”
14	“Nada; eu não entendo nada.”
15	“Não entendo nada. Já ouvi falar, sempre eu vejo falar, mas eu sou tão desligada das coisas, que eu não me ligo em nada.”
16	“Eu não entendo nada.”
17	“Não entendo de Reforma Agrária, não. É... Reforma Agrária é quando a gente tem uma coisa e passa prá repartir pro governo e repassa pros outros, né?”
18	“Eu não entendo nada. Eu já ouvi falar demais, mas eu não gravei nada.”
19	“Eu só entendo naquela hora, aí quando passa eu esqueço. Mas, eu penso assim, que se a gente só plantando e trabalhando na roça e não ‘consigue’ dinheiro... Porque outra coisa ninguém tem, só ‘consigue’ o milho e o feijão e só.”
20	“Não sei de nada, não.”
21	“Eu não entendo quase nada. Desde pequeninha que eles falam nisso: que é uns terrenos que iam ‘adoar’ prá pessoas que não tinha; e até que prá lá (Miraíma) eles têm uns assentamentos, mas eu nunca quis porque fica longe de escola pro meu menino, ele já tem preguiça morando dentro da rua, se eu sair, eles nem vão.”
22	“Não entendo nada.”
23	“Reforma agrária é que a pessoa cuida de negócio de campo, de fazenda, dessas coisa, né? Assim é que vem benefício prá pessoas que tem fazenda, eles fazem aquele negócio daquela reforma agrária.”
24	“Eu nunca achei que reforma agrária fosse uma coisa tão de valor. Pró começar, às vezes, reforma agrária é... eu tenho pegado na televisão e nos rádio, às vezes até briga que dá porque querem tomar as terras de ‘seu’ fulano de tal, né? aí, eu sou evangélico também, eu nem combino essas coisas. Na minha pouca ciência que eu tenho, eu acho que eles teriam que vender (a terra) para alguém e alguém arranjar prá alguém que não tem.”
25	“Nada. O que é reforma agrária, hein? Eu assisto, ‘num’ tô lembrada; tenho a minha cabeça muito ruim; não tô lembrada o que é reforma agrária.”
26	“Eu não entendo de nada.”

27	Não lhe foi feita esta pergunta
28	“Eu acredito que seja um melhoramento da gente, né? Se fosse assim: cada um ficasse no seu trabalho era melhor do que todo mundo reunido, porque tem muitos que só querem prá eles, aí fica naquela arenga, naquela briga. Eu não sou ‘sócio’ do INCRA, nunca fui, mas eu vejo nas reunião, um quer de um jeito, outro quer de outro... Por isso que não dá certo.”
29	“Eu não entendo é nada. Eu vejo tanto terreno aqui, tanta terra aí, podia ter uma reforma agrária e não tem. Terreno aí sem utilidade, sem nada... Os homens não dá nem prá plantar algodão; aqui tem terra do Sanches, tem terra demais aí; léguas e léguas de terra aí.”
30	“Não tenho o que falar sobre isso, não. Não entendo nada sobre isso.”
31	O entrevistado diz nunca ter ouvido falar em reforma agrária.
32	Não lhe foi feita esta pergunta
33	“É bom. Se ela ‘olhar’ pro povo, é bom. Não é mal pro trabalho, não.” Perguntado se a reforma agrária resolveria o problema da agricultura, o entrevistado respondeu: “Resolve, se trabalhar pelo agricultor. Ele fica beneficiado com aquela terra e se houver o empréstimo, o ‘cabra’ fica mais melhor, mais entendido, né? Vai se movimentando e desenvolvendo prá trabalhar mais para o progresso da família, né? Porque sempre a família vai crescendo aquele...”
34	Não lhe foi feita esta pergunta
35	“Não entendo quase nada.”
36	“Eu não entendo nada.”
37	“Eu não entendo muito porque eu não tenho saber; eu sou analfabeto.”
38	Não lhe foi feita esta pergunta

TABELA 16

ENTREV.	16. O sr. (a) acredita na Ref. Agrária?	Por que?
01	SIM	“Ela é uma luta antiga e por isso tem de ‘vingar’. É como o Sindicato que se falava, até que um dia ele foi criado.”
02	SIM	“O governo está distribuindo terra para o povo.”
03	NÃO ESTÁ CERTO DISSO	“A reforma agrária está nas mãos dos grandes proprietários que não têm interesse que ela aconteça.”
04	-	Não lhe foi feita esta pergunta
05	“De que vem para atender os nossos anseios, eu não acredito, não.”	“Todas essas coisas, elas serve os políticos. Político não tem interesse por pobre, não; o interesse deles é só na hora do voto, nada mais.”

		Ainda tem muita coisa a acrescentar nisso, porque enquanto nós não se reunir, se unir um com o outro e procurar a resolver nossos direito, todo tempo é desse jeito mesmo; nós tem que tomar uma decisão na vida. O povo tem um defeito: é de se acomodar, achar que não tem direito e fica quieto.”
06	SIM	“Eu tenho certeza que, do jeito que acontece em outro Estado, pode acontecer aqui, sendo do mesmo país.”
7	AQUI, NÃO.	“Aqui não tem terreno. Como é que a gente vai fazer uma plantação lá em cima daquela serra? Tem quem queira, plantar lá em cima?” (a serra tem muita pedra)
08	SIM	“É uma boa para os que não tem terra ter um assentamento desapropriado; do assentamento é gerada uma comunidade unida. Eu acho que tem fundamento, quando são todo mundo unido.”
09	-	Resposta prejudicada em decorrência de defeito de gravação
10	SIM	Não lhe foi feita esta pergunta
11	“ACREDITO, SEMPRE ACREDITEI”	“Porque a gente vê, né? Cada dia que passa vai desapropriando mais terra... todo ano.”
12	SIM	“Quem quer trabalhar, ter terra antes é bom. Agora, eu vejo alguns se queixando que tem que trabalhar 2 ou 3 dias por semana para a produção coletiva... Parece que eles não acham bom isso, não.”
13	SIM	“É um direito que se dá a nós e a reforma agrária eu acho que é um bom plano que o governo poderia fazer para com o homem, para que o homem viesse poder ter acesso às coisas mais como ele quer, né?”
14	-	Não lhe foi feita esta pergunta
15	-	Não lhe foi feita esta pergunta
21	NÃO ESTÁ CERTA DISSO	“Eu acho que vai haver desavença de muita gente que concorda (com a reforma agrária) com outros que estão de acordo com os patrões. A terra que nós mora é dos Ponte, que hoje em dia pertence aos herdeiros; eu acho que é mais difícil (a reforma agrária) entrar.”
22	-	Não lhe foi feita esta pergunta
23	-	Não lhe foi feita esta pergunta
24	NÃO	“Às vezes (os trabalhadores) tomam (a terra) à custa de briga, até a morte. Então, como eu sou evangélico, eu não concordo muito.”
Para alguns entrevistados, a pergunta foi feita um pouco diferente, conforme veremos na tabela seguinte.		

TABELA 16.1

ENTREV.	16.1- O sr. (a) acredita que a reforma agrária seja importante para a agricultura?	Por que?
16	SIM, para quem entende.	Não lhe foi feita esta pergunta
17	SIM	“A gente tá sem uma terra prá morar e adquire um pedaço, né?”
18	SIM, mas não entendo de nada	-
19	SIM, eu entendo que seja	“Só que é fraco; eu acho fraco demais.”
20	SIM	“Falam muito agora nas reunião que a gente vai.”
25	-	Não lhe foi feita esta pergunta
26	SIM	“Eu acho que sai algumas coisas da reforma agrária.”
27	SIM	“Tem muito povo por aí que já ‘veve’ na reforma agrária e acha que é bom, né?”
28	SIM	“Só pode melhorar alguma coisa prá gente.”
29	SIM	“É a chance dos pobres. De primeiro... a maioria do povo hoje ‘tão’ morando em rua. ‘Tão’ fazendo o que? É roubando, ‘tão’ pedindo esmola, né? Por que eles vão fazer o que na rua? Esses pobres que saem do interior, que eram agricultor... Por que eles saem do sertão? Vou dizer porque é: de primeiro, o patrão – dono da terra – ele fazia o seguinte: fornecia o morador do começo até o fim, da broca, cercar o roçado prá plantar, prá colher. Eles, às vezes, recebiam o pagamento daquilo ali, na colheita. Hoje eles não dão mais. Por que eles não dão mais? Por causa dessas leis que os deputados fizeram; uma pessoa planta um roçado, quando é prá sair dali quer obrigar o ‘homem’ pagar tudo enquanto: pe de algodão que tem, qualquer coisa que tem. Hoje em dia eles não dão mais por isso. Não é por outra coisa. Aí, o que é que o pobre fica fazendo lá no sertão? Sem ter mais ‘adonde’ plantar, sem ter mais direito de ganhar um ‘baguio’? Vão fazer o que? Sem ter o que fazer na rua também? Vão roubar, vão pedir esmola, vão fazer é isso. Hoje, a maioria das coisas tá acontecendo é mais por isso. Como é que eu vou fazer questão por uma coisa que é seu? Como é que eu lhe peço esse óculos da senhora por 2 dias, depois quando eu for entregar seu óculos eu vou fazer questão por ele? Não é seu? Não posso...

		Eu já discuti isso mais o Emílio, já discuti uma porção de coisa. Aí, eu digo: ‘Emílio, por que é que hoje não pode dar mais um roçado pro ‘caboco’ prá ele plantar? Ele diz: ah! é porque o ‘caboco’ vai fazer questão.’ Eu digo: ‘mas quem é o culpado de fazerem essa questão?’ Culpado é os deputados porque as lei quem faz é esses deputado que faz as lei. Se não existisse essas lei, a maioria desses pobre que vive nas rua roubando, pedindo esmola ‘tavam’ lá nas mata trabalhando e os fazendeiro ‘num’ sovinava dar uma terra prá eles plantar, fazer tudo por eles, não. Eu morei nas terras do dr. Manuel Guimarães, desde 75, saí agora! Saí porque quis, porque ele não queria que eu saísse. Mas quando eu saí, ele disse: ‘Geraldo, como é que nós faz aqui?’ Eu tinha uns 10 ha de terra que ele tinha separado prá mim, tinha me dado, ele fez foi me dar mesmo, porque quis. Aí eu disse: ‘Doutor, se o sr. Quiser me dar alguma coisa, o sr. Me dá e se o sr. Não quiser, não tem problema, não tem nenhum problema; nossa amizade é que conta.’”
30	SIM	“Prá gente ter mais trabalho, né? Aonde a gente vive, nós não ‘tamos’ tendo condições de fazer nada, né?”
31	-	Não lhe foi feita esta pergunta
32	SIM	“Por que nós vive no nosso pedaço de terra, nós faz ali o que nós quiser, porque nós ser mandado é muito ruim; é melhor mandar do que ser mandado.”
33	-	Não lhe foi feita esta pergunta
34	-	Não lhe foi feita esta pergunta
35	-	Não lhe foi feita esta pergunta
36	-	Não lhe foi feita esta pergunta
37	SIM	“Pelo menos está do lado da gente.”
38	SIM	“Com a reforma agrária, o trabalhador tem onde trabalhar, né? Já que o governo fez aquela reforma agrária, aí ‘num’ fica num dono só; vai ficar em muitas pessoa que o governo vai liberar um pedaço de terra prá um, terra prá outro... Aí, ele vai trabalhar e produzir; aquela produção vai aumentar. Em vez de ser só numa pessoa só, vai dividir entre uns poucos.”

TABELA 17

ENTREV.	17. Na sua opinião, o que é necessário para haver Reforma Agrária?
OBS:	esta pergunta foi feita a partir do 24 ° entrevistado, devido mudança no roteiro
24	Não respondeu
25	Não lhe foi feita esta pergunta
26	Não lhe foi feita esta pergunta
27	“Muita coisa, muita coisa... é difícil!”
28	Não lhe foi feita esta pergunta
29	Não lhe foi feita esta pergunta
30	Não lhe foi feita esta pergunta
31	Idem
32	“Na minha opinião, precisa ter o trabalho, porque não adianta o ‘camarada’ dá a casa à criatura sem serviço. Nós não vamos comer a casa! Aí, quer dizer que ele não quer reforma agrária através disso aí. Não é isso? E botar umas pessoas que saiba administrar, porque botam as pessoa que não sabe administrar. A sra. sabe que a administração é a raiz de tudo, não é isso? O que eu vejo não tem administração. Se o lugar é grosseiro – porque justamente nosso mato aqui tem que ter serviço grosseiro, né? – fazer um carvão, fazer uma coisa prá fazer o pessoal funcionar. Como é que eles pagam a terra sem ter progresso? O governo precisava administrar melhor para aquele povo trabalhar, para aquele povo produzir. Como é que eu pago uma vaca sem ganhar dinheiro?”
33	A pergunta não lhe foi feita
34	A pergunta não lhe foi feita
35	Idem
36	Idem
37	Idem
38	Idem

TABELA 18

ENTREVISTADO	18. QUAL A CONTRIBUIÇÃO QUE O SINDICATO TEM DADO PARA A CONCRETIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA?
01	“Eu acho que ele faz uma grande parte, ele dá muita força porque os assentados freqüentam muito o Sindicato.”
02	“O Sindicato orienta e ajuda os trabalhadores, se eles têm direito.”
03	“Muito boa porque tem levantado uma bandeira em favor da reforma agrária.”
04	“Eu não sei não.”
05	“Eu acho fraca, muito fraca. Mas aí eles tem uma desculpa que só um ou dois Sindicatos não vai resolver nada, aí ficam culpando uns aos outros e assim o tempo vai passando.”
06	“Eles falam; agora, nos ‘altos’ eu não sei como é que está essa papelada; mas eu já ouvi falar em reunião sobre reforma agrária. Muitas reuniões... que nem comunidade aqui que também fala. Aí, meu pensamento é que a reforma agrária tem um grande futuro, né? Agora, pode perguntar a qualquer pessoa sobre a reforma agrária que não tem quem entenda; 80% não entende. Pensa que é só divisão de terra e pronto! Nada mais...”
07	“Não posso responder. Nunca escutei, nunca ouvi nada, né? É porque a reforma agrária não existe; se existe, a gente não pode informar nada.”
08	“Ele tá bem, tá atuando bem. Ele tá sempre dando apoio aos assentados e sempre que precisa ele tá ‘no ponto’ para ajudar. Sempre que precisa de um projeto... todo assentamento tem projeto, né? E sempre que precisa assinar um projeto, de levar um projeto para o INCRA, eles estão indo e levam o pessoal que precisa sempre, né? Levam e vão e até agora tá dando certo. Tem aí um projeto de água, adutora que tá sendo liberado para os assentados. Ele está sempre ajudando, tá sempre em ‘ordem’ ali com os assentados e os assentados também com o Sindicato.”
09	“Eu acho que quem devia dar informação melhor é o pessoal do assentamento mesmo, né? Porque eu não faço parte, mas eu acho que estão dando; tem até o Edvar que faz parte, sempre anda nos assentamentos, né? Certamente é informando o pessoal.”
10	“Dentro da programação do Sindicato é inventar um meio de o pessoal trabalhar, tirar esse pessoal da rua porque tem tanta terra aí solta, sobrando.”
11	“Ele dá muita atenção e assiste as pessoas. Nós temos nossa Secretaria de Reforma Agrária... o Edvar, né? Uma pessoa muito boa.” Perguntamos-lhe ainda, qual é o papel do STR na condução do programa de reforma agrária, ao que ele nos respondeu: “É incentivar o trabalhador, né? Ensinar a ele uma maneira de trabalhar coletivo, ter união, porque sem união nada se faz.”
12	“Eles devem ter alguma função, né? Porque em todas as reuniões eles – o pessoal do assentamento – estão lá (no Sindicato). Eles (os assentados) tudo vão se entender lá no Sindicato. Se bem que eu nunca andei lá, não é? Eu ando lá

	no Sindicato, mas nunca precisei de nada, só quando foi prá me aposentar.”
13	“Eu acho que o Sindicato poderia orientar mais, dá mais orientação sobre a reforma agrária, como o homem deveria ter a reforma agrária para que ele viesse a ter acesso... O Sindicato tem trabalhado muito nessa área, né? Mas, por mais que trabalhe, eu acho que ele deveria se esforçar mais, trabalhar mais.”
14	Não lhe foi feita esta pergunta porque a entrevistada disse não entender de reforma agrária
15	Idem
16	Idem
17	“Por ora ainda não assisto mesmo as reuniões deles, né? Não sei nem responder o que eles têm feito aqui.”
18	Não lhe foi feita esta pergunta porque a entrevistada disse não entender de reforma agrária
19	“Eu entendo... como se diz: ‘uma andorinha só não faz verão.’ Eu entendo que eles pelem, pelem, mas não ‘consigam’; mas parece que vontade eles têm.”
20	Não lhe foi feita esta pergunta porque a entrevistada disse não entender de reforma agrária
21	A entrevistada disse não entender do assunto
22	Não lhe foi feita esta pergunta porque a entrevistada disse não entender de reforma agrária
23	Não lhe foi feita esta pergunta porque a entrevistada demonstrou não entender de reforma agrária
24	Não lhe foi feita esta pergunta
25	Não lhe foi feita esta pergunta porque a entrevistada disse não entender de reforma agrária
26	Não lhe foi feita esta pergunta porque a entrevistada disse não entender de reforma agrária
27	Não lhe foi feita esta pergunta
28	“Eu não sei nem explicar.”
29	Resposta prejudicada em decorrência de defeito de gravação
30	“Eu não entendo sobre (reforma agrária); eu não assisto quase nada sobre isso.” (33 anos)
31	Não lhe foi feita esta pergunta porque o segurado disse nunca ter ouvido falar em reforma agrária. (19 anos)
32	Não lhe foi feita esta pergunta
33	“Reforma agrária aqui tá cansada ainda. O Sindicato não tem trabalhado nadinha, não. Ele trabalha por esses trabalhos dos aposento, essas coisas. Eles trabalham muito, né? Mas sobre reforma agrária, não.”
34	Não lhe foi feita esta pergunta
35	“Não ouvi falar nada sobre isso, não.”
36	Não lhe foi feita esta pergunta porque a entrevistada disse não entender de reforma agrária
37	“Ele sempre diz que a pessoa se inscreva, né? Quando aparece uma coisinha de melhora pro agricultor, ele dá informação.”

38	Não lhe foi feita esta pergunta porque o entrevistado disse nunca ter ouvido o Sindicato falar de reforma agrária.
----	--

TABELA 19

ENTREVISTADO	19. QUAL (IS) A (S) PRINCIPAL (IS) LUTA (S) TEM SIDO ENCAMINHADA (S) PELO SEU SINDICATO NESTES ÚLTIMOS ANOS?
01	“É pela agricultura.”
02	“Trabalho para o povo.”
03	“É no sentido de fazer o trabalhador rural retornar para o campo.”
04	Não soube responder
05	“Muitas, né? Vão a uma reunião em Fortaleza, pelem para arranjar isso, arranjar aquilo...”
06	“O Sindicato tem levantado certas bandeiras, mas eu acho que ainda deixa muito a desejar. Vamos que uma farmácia de medicamentos não existe... Se o agricultor tá doente ou falece, ninguém colabora. Tem o Sindicato que é uma grande força, mas se não fosse os planos de governo, o Sindicato não teria nada.”
07	“É salário maternidade, bolsa-escola, um aposento... porque tudo tem que vir de lá, tem que partir de lá, né?”
08	“Eu acho que uma luta que ele fez foi a da bolsa-renda, foi o Sindicato que deu a maior força para ela vir prá nós, naquela seca que nós não tinha nada.”
09	“Agoramente, não estou tendo reconhecimento, não senhora. Como eu estava dizendo à senhora, faz mais de um ano que eu não venho reunião aqui.”
10	“O Sindicato é um órgão que tá agindo sobre (a relação proprietário/trabalhador). Acabou esse negócio de o patrão chegar e humilhar, pisar e fazer... A gente (também) vê o pessoal dos assentamentos, o pessoal que estão discutindo ‘coisa’ e hoje em dia, o povo com o Sindicato, acabou-se! Se não for com uma comunidade, com uma reunião, a coisa não vai não.”
11	“Problema de terra, né? Está indo bem. Tem o advogado do Sindicato que dá assistência ao trabalhador que não tem dinheiro para pagar advogado. Ele tem que se filiar ao Sindicato e o Sindicato bancar o advogado.”
12	Não lhe foi feita esta pergunta
13	“Aqui no município, a luta mais do Sindicato eu acho que seja dá mais conhecimento ao povo, para que o povo tenha mais acesso aos trabalhos e ter mais acesso aos benefícios do governo, né? Eu penso que o Sindicato para fazer a gente ficar mais informado deveria... as pessoas procurar mais o Sindicato, né? Eu acho que se o povo se unisse mais com o Sindicato... Quanto mais união, eu acho que seria mais a força para que o Sindicato viesse a fazer um trabalho mais elevado, um trabalho mais avante para com a sociedade, né?”
14	“Ele luta atrás de emprego, né? cerâmica que eles querem botar lá fora, telha; qualquer um tipo de serviço; quebrar

	pedra prás pessoas, pros homem, mulher, todos.”
15	“A de aposentadoria, né? Assim de resolver problemas... questão de... o Sindicato resolve, né? Eu não sei, eu nunca precisei.”
16	“É ajeitar prás pessoas mais de idade se aposentar, ter mais direito às coisas.”
17	“A bolsa-renda; eles lutaram muito pelos agricultor.”
18	“Além da aposentadoria, que eu saiba, nada. Quer dizer, prá mim, né? Agora, prás outras pessoas eu não sei.”
19	A entrevista foi interrompida porque a trabalhadora ia pegar o carro coletivo para voltar para seu distrito.
20	“Eu não sei, não.”
21	“Só isso mesmo: o salário-maternidade, aposentadoria; com muita dificuldade sempre a gente se aposenta.”
22	Não lhe foi feita esta pergunta. Perguntamos-lhe assim: Quais os benefícios que o Sindicato traz para o trabalhador? Resposta: “Eu acho que sobre o salário-maternidade, que a gente tem que ser sócia do Sindicato, né?; e quando chega a idade de se aposentar, a pessoa tem que ser também sócia. Eu acho que é isso aí. Eu não entendo muito, não.”
23	Não lhe foi feita esta pergunta
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas. Pode ocorrer que, eventualmente, esta pergunta tenha sido feita aos entrevistados seguintes.
33	“Eles têm de alcançar os aposentos, essas coisas que as pessoas tá com necessidade... de um acidente, tá tudo bem. Agora, da reforma agrária não tem (sido encaminhada).”

TABELA 20

ENTREVISTADO	20. COMO O SINDICATO TEM ANIMADO OS TRABALHADORES E AS COMUNIDADES RURAIS PARA PARTICIPAREM DESSAS LUTAS?
01	-
02	Não lhe foi feita esta pergunta
03	“O Sindicato tem levado informações, dialogado e levado mais conhecimento aos trabalhadores rurais.”
04	Não lhe foi feita esta pergunta
05	Obs: houve uma pequena variação na nossa pergunta, que foi a seguinte: Como o Sindicato tem animado os trabalhadores etc. para participarem da luta pela reforma agrária? Resposta: “Eles só fazem falar, né? É muito pouco, ‘num’ é nem coisa que... Era prá eles se esforçar e orientar mais ou menos como era para o povo fazer. Eu acho que é, né? Não sei; só falam muito mesmo é que o ‘cara’ tem que ser sócio.”

06	Não lhe foi feita esta pergunta
07	“Eles incentivam (os diretores sindicais) as pessoas para fazer o que é necessário.”
08	Resposta prejudicada em decorrência de defeito na gravação
09	“No final do ano passado, eles (os diretores sindicais) fizeram uma coisa que eu fui contra por umas partes, mas por outra, eu acho que eles fizeram... Fizeram um ‘barramento’ aí na pista, na estrada aí... Levaram ônibus... interromperam lá, né? Eu fui contra assim: porque a pessoa às vezes faz uma coisa com quem não tem culpa nenhuma, né? Por que esses caminhões às vezes vêm de longe e ficam barrados no meio das estradas, sem poder passar, interrompidos; eu sou contra isso aí. Eu era mais à favor que se por acaso pudesse interromper, seria os grandes lá de cima, as autoridades. Por que eu acho que os camioneiros que passam nos caminhos, não têm culpa, não.” Perguntamos-lhe: Houve resultado positivo dessa manifestação que eles fizeram? Resposta: “Houve, porque melhorou mais um pouco, né?” Pergunta: O que eles reivindicavam? Resposta: “Naquele tempo eles estavam reivindicando trabalho para o povo, melhoramento, né? Estava muito ruim mesmo; nesse tempo estava pior do que está hoje, né? Saiu uma frentinha de emprego prá uns; prá uns melhorou mais.”
10	Resposta prejudicada porque direcionamos a pergunta
11	“Fazem reunião, chamam os trabalhadores, orientam como é que se dá o Sindicato porque o que tem muito ainda é o trabalhador solto, né? Tem trabalhador que mora em Irauçuba que não sabe nem aonde é o Sindicato, né? O Sindicato não está perdendo nada, quem está é o trabalhador. Não é a maioria, não. São poucas pessoas; aquelas pessoas que são ‘lesadas’. Mas eles, devagarinho, eles voltam prá cá. (para o Sindicato). Só que é uma pena! Porque quando adoecer, não tem essa chance... aí, aquela pessoa quando precisar do benefício vai ser barrada.”
12	Não lhe foi feita esta pergunta
13	“O Sindicato vem explicando para aqueles que não têm muito conhecimento que procurem o seu direito, porque é o Sindicato que dá uma força maior, vai orientando para que o povo venha se unir, venha fazer aquela união, venha procurar o seu direito, venha fazer a sua carteira para se sindicalizar para você ter seu direito mais garantido.”
14	“Muitas moças já passaram nas casas da gente (perguntando) qual era o melhor tipo de emprego que a gente precisava, qual era o serviço que a gente preferia: se era fazer telha, fazer cerâmica, outras prá bordar, outras prá criar uma criação, uma galinha, seja o que for! Aí é que a gente dizia qual era a melhor; nós como mulher, nós pedia que o nosso era bordado, outras era criar criação, uma galinha, uma coisa... Os homens sempre era cerâmica, uma firma prá fazer cerâmica, essas coisas assim. E aí eles ainda ‘tão’ procurando e até hoje ainda não saiu. Não sei se é meio difícil...”
15	Não lhe foi feita esta pergunta
16	Idem
17	“Faz abaixo-assinado, né?”

18	Não lhe foi feita esta pergunta
19	A entrevista foi interrompida porque a trabalhadora ia pegar o carro coletivo para voltar para seu distrito.
20	“Dando reunião, né?”
21	Não lhe foi feita esta pergunta
22	“eu acho que reunião, né? Eu acho que só isso aí: reunião.”
23	Não lhe foi feita esta pergunta
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas.

TABELA 21

ENTREVISTADO	21. A FORMA COMO O SINDICATO ESTÁ ESTRUTURADO (FALAR DA HIERARQUIA EXISTENTE, DAS DELEGACIAS SINDICAIS) FAVORECE OU DIFICULTA O SURGIMENTO DE LIDERANÇAS NO MEIO DOS TRABALHADORES RURAIS/MAIOR PARTICIPAÇÃO DESTES NAS DECISÕES? POR QUE?
01	Não lhe foi feita esta pergunta
02	Não soube responder
03	Na sua opinião o que mais tem dificultado o surgimento de lideranças e a participação dos trabalhadores rurais nas decisões da vida do campo é a intervenção do prefeito, de vereadores, do governador...
04	Não lhe foi feita esta pergunta
05	“Eu acredito que talvez uma mudança de estrutura mudasse alguma coisa também, né? Mas não sei se era suficiente prá resolver.”
06	“Quanto a isso é nota 10. Eles têm trabalhado bem, estão bem organizado, o maior movimento daqui é o Sindicato. Ele é o único que junta 60% das associações, assentamento; é o único. Nem a parte política ali, reuniões marcadas pelo Prefeito, audiências, o escambal, o pessoal não vão. Mas já o Sindicato, se ele marcar o pessoal tá em peso. O pessoal segue mesmo o Sindicato... É o único que tem muita credibilidade aqui.”
07	“Os diretores sempre vão trocando, né? E aí, a pessoa só procura trocar o melhor por outro melhor, né? Ou então, um pior por outro melhor; é assim. O Sindicato tem trabalhado nesse sentido. Essa pessoa que entrou (referindo-se talvez ao Presidente do STR?Irauçuba) até que trabalha. É porque você sabe, as coisas tem que a gente procurar, né? A gente só esperando em casa, a gente não arranja nada, né? Então o Sindicato tem que procurar... É como o Prefeito, tem que procurar um deputado, né? Tem que procurar, não tem? A gente não pode arranjar nada; tem que procurar.”
08	“Eu acho que com as delegacias sindicais facilita mais; ‘tão’ vendo como é que tá sendo, ali ‘tão’ aprendendo mais, né? E sempre que precisa, sempre tem um ali que já tá bem por dentro das coisas, né?”

09	“Eu acho que favorece, né? É que as pessoas são desentendidas mesmo, né? Não procuram entender melhor.”
10	Tem favorecido, com certeza.”
11	“Facilita. Facilita mais porque tem gasto com advogado, com médico, os funcionários do Sindicato e tantas outras coisas. Os sócios... se todos eles contribuíssem, aí era ‘inteiro’, porque dava bem. Mas, nem todos os sócios contribuem. Em Irauçuba – nem estou nem bem certo agora – mas possui talvez quase 10 mil sócios hoje. Basta lá olhar. Depois que o governo lançou o auxílio-natalidade, cresceu muito mais. Aí, se todos pagassem, o Sindicato faria muita ajuda; ele não faz muito porque não pode, porque tem as despesas, né? Aí, nós que somos trabalhadores, entendemos isso aí tudo.”
12	Não lhe foi feita esta pergunta
13	“Eu acho que favorece, né? Favorece pelo seguinte: hoje o que nós vemos as dificuldades pelo que o país passa, a crise pela qual o país passa, eu acho que ele beneficia muito nesse ponto porque eu acho que a força do Sindicato é essa, né? O Sindicato tem agido muito nessa área. Eu acho que o Sindicato por ter a força para trabalhar para com o homem, ele tem dado um bom ‘contribuimento’, tem dado uma boa força para com o homem do campo e para com toda a sociedade.”
14	A entrevistada disse que o Sindicato tem feito algum trabalho no sentido de preparar outros trabalhadores rurais para serem dirigentes sindicais, mas não conhece nenhuma iniciativa nesse sentido.”
15	Não lhe foi feita esta pergunta
16	“Eu acho que tem favorecido porque eles (os dirigentes sindicais) às vezes levam os trabalhadores prá Fortaleza, lá pro Cambeba.” (Região onde está localizado o Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará)
17	“Eles (os dirigentes sindicais) tem convidado o pessoal para ir à reunião porque é nas reunião que a gente aprende as coisa, né? Se eu tivesse assistido mais às reunião, eu sabia mais das coisa do Sindicato. Mas eu não venho...”
18	Não lhe foi feita esta pergunta
19	A entrevista foi interrompida porque a trabalhadora ia pegar o carro coletivo para voltar para seu distrito.
20	“Tem ajudado, né? O pessoal (os dirigentes sindicais) promete muita coisa.”
21	“Nessa parte aí, eu não sei dizer nada, porque sobre instrução de lei eu não entendo. Eu entendo mesmo é da minha enxada.” (agricultora, 45 anos).
22	“Eu acho que favorece, sim.”
23	“Eu acho que favorece.”
24	OBS: a partir daqui, houve uma mudança no roteiro de perguntas.

ENTREV.ISTADO	21.1 A FORMA COMO O SINDICATO ESTÁ TRABALHANDO, FAVORECE OU DIFICULTA O SURGIMENTO DE LÍDERES NO MEIO DOS TRABALHADORES RURAIS E A PARTICIPAÇÃO DESTES NAS DECISÕES? POR QUE?
24	“Eu não sei se acontece ou pode acontecer isso. Você sabe que o líder não pode confiar em todo mundo; você vê os dias de hoje que nós estamos enfrentando, né? Ninguém pode confiar em ninguém hoje em dia, você sabe mais do que eu, né?”
25	“Eu acho que eles estão trabalhando; eu não sei bem responder esta pergunta porque eu não tô nem participando das reuniões, né? aí, fica difícil eu responder.”
26	“Eu acho que é uma coisa muito importante; eles têm feito muita coisa, esforço para conseguir...”
27	Não lhe foi feita esta pergunta
28	“Eu vejo o trabalho deles (os dirigentes sindicais) que eles procuram fazer em forma que melhore as coisas.” Pergunta: Mas, no sentido de criar novos dirigentes? Resposta: “É, eu acredito que seja assim.”
29	Não lhe foi feita esta pergunta
30	Idem
31	Idem
32	Idem
33	Idem
34	“O Sindicato começou bem e depois se acabou e agora tem umas reunião, né? Mas é muito fraco, o pessoal nem freqüenta.”
35	“Do Presidente do Sindicato daqui eu não posso dizer nada dele porque ele tem-me ajudado muito e os outros todos têm sido legal, eles me ajudam; por enquanto tem dado certo. Mas, nesse sentido (da pergunta) ainda não existe, não.”
36	“Acho que sim, através da agricultura.”
37	“Não, não tenho informação ainda não.”
38	“Bom, aí eu não posso entender muito porque ele (o sindicato?) vai modificar muito, né? Porque, geralmente, as coisas aqui são muito difícil, principalmente nessa parte de seca, né? O Ceará é muito seco...”

TABELA 22

ENTREVISTADO	O SR. (A) JÁ PARTICIPOU DA DIRETORIA DO SINDICATO OU DA DIRETORIA DE UMA DELEGACIA SINDICAL?	O SR. (A) SABE O QUE É FETRAECE E CONTAG?	O SR.(A) TEM CONHECIMENTO QUE A IGREJA TEVE INFLUÊNCIA NA CRIAÇÃO OU TEM NA VIDA DO SINDICATO?
01	NÃO	NÃO	NÃO
02	NÃO	NÃO	NÃO
03	NÃO	NÃO	O entrevistado informou que o STR/Irauçuba contou com alguns apoios (discretos) e mencionou o Pe. Pascoal Rios Osterne (hoje se encontra em Uruburetama) que em suas homilias demonstrava apoio ao STR e D. Benedito (Bispo de Itapipoca) que faz parte da Pastoral da Terra.
04	NÃO	NÃO	“Não, nunca ouvi falar.”
05	NÃO	“Não sei muito bem, não. Sei que é um órgão do governo que (inaudível) do povo, um negócio assim...”	“Que eu saiba, não senhora.”
06	Não lhe foi feita esta pergunta	Sabe apenas que é uma Federação	NÃO
07	NÃO	NÃO	NÃO
08	NÃO	“Já ouvi falar, mas não estou bem lembrado.”	“Sinceramente, não.”
09	NÃO	“Eu só conheço o nome. Eu assisto o programa (do Sindicato) no rádio e ele fala muito.”	“Teve, teve influência, sim. Teve um ano aí que a Igreja estava bem envolvida mesmo. Lançou até um candidato... apontou um candidato para o Sindicato. Isso na era de 86/87, por aí mesmo. O vigário é o mesmo de hoje: o padre Chagas Pontes.”

10	NÃO	NÃO	NÃO
11	“Faço parte. Eu sou a 2ª pessoa da Secretaria de Assuntos Agrícolas e Agrários e até o ano passado eu era delegado sindical no Missi.”	“FETRAECE é Federação dos Trabalhadores da Agricultura e CONTAG é outro ‘contato’ com a FETRAECE, né?”	NÃO
12	NÃO	Não lhe foi feita esta pergunta	“Sei não. Eu me lembro que quando foi criado o sindicato, todo mundo tava doido prá se associar, né?”
13	NÃO	NÃO	NÃO
14	NÃO	NÃO	NÃO
15	NÃO	NÃO	NÃO
16	“Já. Você sabe que eu já participei, mas eu não entendo muito da... aí eu me esqueço.”	NÃO	NÃO
17	“Não; lá onde eu moro não formaram ainda a delegacia sindical.”	“Não, nunca ouvi falar.”	NÃO
18	NÃO	NÃO	NÃO
19	A entrevista foi interrompida porque a trabalhadora ia pegar o carro coletivo de volta para seu distrito.		
20	NÃO	NÃO	NÃO
21	NÃO	NÃO	Não lhe foi feita esta pergunta
22	NÃO	NÃO	NÃO
23	Não lhe foi feita esta pergunta	NÃO	NÃO
24	Idem	NÃO	Não lhe foi feita esta pergunta
25	Idem	Não lhe foi feita esta pergunta	Idem
26	Idem	NÃO	Idem
27	Idem	Não lhe foi feita esta pergunta	Idem
28	Idem	NÃO	Idem
29	Idem	Não lhe foi feita esta pergunta	Idem
30	Idem	NÃO	Idem
31	Idem	NÃO	Idem
32	Idem	NÃO	Idem

33	idem	Não lhe foi feita esta pergunta	Idem
34	idem	idem	Idem
35	idem	NÃO	Idem
36	idem	Não lhe foi feita esta pergunta	Idem
37	idem	“Não; posso ter ouvido falar, mas não tenho bem um entendimento, né?”	Idem
38	idem	Não lhe foi feita esta pergunta	Idem

TABELA 23

ENTREVISTADO	O SR.(A) TEM ESCUTADO O RÁDIO NO PROGRAMA RESERVADO AO SINDICATO?	DO QUE OS DIRETORES SINDICAIS FALAM PARA OS TRABALHADORES?	ESSE CONTATO RADIOFÔNICO TEM SIDO IMPORTANTE PARA O TRABALHADOR?	POR QUE?
OBS: esta pergunta foi feita a partir do 7º entrevistado				
07	Sim	“Quando tem qualquer coisa que faz parte do sindicato eles avisam pro povo; aí, esse dia pode ser o domingo ou qualquer dia da semana, tendo uma notícia para dar pro trabalhador rural...”	Sim	“Tem, porque o trabalhador ouve. O município é grande; quando ele (o trabalhador) vem do seu distrito, ele já vem certo, sabendo o que ele vem fazer, não é? Os documentos que deve trazer, etc.”
08	“Sim, é dia de sábado”	“Falam sobre as reuniões, sobre o que está acontecendo no sindicato, o que os trabalhadores devem fazer para estarem sempre bem atualizados no sindicato.”	Sim	“É importante porque é sempre uma maneira melhor de estar atualizado no sindicato. Eles falam de muita coisa mesmo.”
09	“Sempre eu gosto de ouvir”	“Como a pessoa conviver no campo; e pede prá pessoa não querer sair de sua localidade porque muitas vezes vai é sofrer mais.”	Sim	“O trabalhador que não tem condição de vir a reunião aqui, assistindo o rádio fica mais ou menos informado.”
10	“Sempre escuto”	“Eles ensinam como é o sistema de a gente trabalhar; a gente aprendeu até a trabalhar.”	Sim	“A gente tem aprendido muita coisa; a gente tem ficado mais ativo com as coisas. O pouco que a gente ouve, a gente acha muito bom.”
11	“Sempre ouço”	“Eles conclamam os trabalhadores para que eles se filiem ao sindicato, né? A melhor maneira do trabalhador adquirir os direitos deles é se filiar ao sindicato. É só uma indicação sempre de ajudar o	Sim	“Porque ele está informando ao trabalhador. O trabalhador é informado, né? Tá ‘criando alguma mente’, né?”

		trabalhador, né? Eu acho que da maneira que nós tamos hoje, o trabalhador que não é filiado ao sindicato, nem sabe onde é o sindicato... Só se não quiser mesmo, porque o Presidente faz reunião toda semana no município geral. Dá prá saber, não dá?”		
12	“Às vezes eu escuto.”	Não lhe foi feita esta pergunta	“É bom...”	Não lhe foi feita esta pergunta
13	Resposta prejudicada em decorrência de defeito na gravação			
14	“Às vezes eu escuto”	“Eles falam pedindo serviço para o pessoal. O pessoal vão necessitando de emprego porque o governo não tá ajudando e as pessoa tão tudo aperreando eles, sem eles serem culpados, nem o Prefeito e nem eles. As pessoas ficam pedindo, aí eles ficam botando uma culpa mais é no nosso governo porque ele não libera serviço prá ninguém trabalhar e nem pro sindicato poder trabalhar.”	Sim	“Eles estão falando sobre nós, prá haver uma melhora prá nós, né? Eles estão pedindo serviço prá o governo liberar prá nós. Como eles falam muito... eles dizem que o ‘veve’enganando nós com a bolsa-renda, que era a única ‘melhorinha’ que tava tendo prá nós, isso não veio mais; é isso que eles pede. Eles são muito por nós... o pessoal do sindicato. Eles reclamam muito, eles pede, eles implora.”
15	“Não, nem gosto de rádio. Sou toda desligada, não assisto rádio, não assisto televisão, não assisto nada. Por isso é que eu não sei de nada. Eu sou desinformada de tudo. Eu tenho até vergonha, às vezes eu...”			
16	Sim	“Eles falam que a gente sempre é prá vir freqüentar as reuniões, prá quando os trabalhadores precisarem ter um direito...”	Sim	“Porque a gente fica mais por dentro das coisas, né?”
17	“Não é todo sábado, mas às vezes eu assisto.”	“Eles falam que é prá pessoa ser sócia que é prá ter os direito no salário-maternidade, numa aposentadoria, numa pensão...”	Sim	“Êles vão ensinando as pessoas e elas vão ficando mais atenta, né?”

18	“É difícil eu ouvir rádio porque não tenho tempo.”		“Não sei, acho que seja, né?”	-
19	A entrevista foi interrompida porque a trabalhadora ia pegar o carro coletivo para voltar para seu distrito.			
20	“É difícil eu ligar”	-	“E, né?”	“Porque tem muita gente que assiste.”
21	“Não, porque eu tô ocupada.”	-	-	-
22	Não	-	-	-
23	“Muitas vezes eu assisto, não é toda vida porque não é toda vez que eu estou desocupada.”	“É sempre essas coisas de mais bonança para os agricultores; essas coisas assim.”	“É até bom, né?”	“Porque o trabalhador vai se ‘filtrando’ mais, né? aí, tendo mais conhecimento naquelas... cada vez mais vai aprendendo um pouquinho sobre a agricultura.”
24	“Eu sempre escuto, não toda vida.”	“O sindicato tem nos ensinado muitas coisas que a gente não sabia... dizer alguma coisa para o bem do nosso município, a favor do lavrador...”	Não lhe foi feita esta pergunta. Fizemos-lhe porém a seguinte questão: Eles também falam da reforma agrária? Resposta: “Eu assisto mais na televisão.”	
25	Não	-	-	-
26	Não	-	-	-
27	Sim	“Diz que é prá gente se filiar ao sindicato, né? Falam muita coisa.”	Não lhe foi feita esta pergunta	Não lhe foi feita esta pergunta
28	“O daqui eu nunca escutei porque entra ruim lá no Missi.”	-	-	-
29	Não lhe foram feitas estas perguntas			
30	Não	-	-	-
31	Não lhe foram feitas estas perguntas			
32		“Assunto a tratar é muito; agora, assumir é pouco. Conversar, conversam		

	Sim	muito, né? Agora, só o que falta é assumir. Não adianta dizer: ‘sou isso, sou aquilo outro, e não amostrar.’”	-	-
33	Não	-	-	-
34	Sim	“Eles falam que o sujeito pode procurar as melhora do trabalho dele, né? Isso já é uma melhora prá nós.”	Sim	Não respondeu
35	“Só a rádio de Sobral	-	Sim	“Eu acho que é através do sindicato – do jeito que a mulher fala – que a gente consegue muita coisa.”
36	“Sempre eu escuto”	“Muitas orientações que me ajudou.”	Não lhe foi feita esta pergunta	-
37	“A rádio de Sobral”	Pergunta: Os diretores falam em reforma agrária? Resposta: “Não.”	Sim	“Porque é à favor da gente, né?”
38	“Eu escuto pouco.”	Pergunta: Os diretores falam em reforma agrária? Resposta: “Não.”	Não lhe foi feita esta pergunta	-